



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

THAISE COSTA GUZZATTI

**O AGROTURISMO COMO ELEMENTO
DINAMIZADOR NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
RURAIS: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na
Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).**

DOUTORADO

**Florianópolis
2010**

THAISE COSTA GUZZATTI

**O AGROTURISMO COMO ELEMENTO
DINAMIZADOR NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
RURAIS: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na
Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe.

Co-orientador:

Prof. Dr. Wilson Schmidt.

Área de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais.

**Florianópolis
2010**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

G993a Guzzatti, Thaise Costa
O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais [tese] : Thaise Costa Guzzatti ; orientador, Luiz Fernando Scheibe. - Florianópolis, SC 2010. 281 p.: il., grafs. tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Turismo rural - Santa Rosa de Lima (SC). 3. Desenvolvimento territorial sustentável. 4. Planejamento urbano - Colônias. I. Scheibe, Luiz Fernando. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

**O AGROTURISMO COMO ELEMENTO DINAMIZADOR NA
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS: O caso da Associação de
Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).**

Thaise Costa Guzzatti

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de

DOUTORA EM GEOGRAFIA

Área de concentração: **Utilização e Conservação de Recursos
Naturais**

Banca Examinadora:

Dr. Luiz Fernando Scheibe – Orientador e Presidente – GCN/UFSC

Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio – UFParaná

Dr.^a. Luzia Neide M. Teixeira Coriolano – UFCeará

Dr.^a. Yolanda Flores e Silva – UNIVALI

Dr. Wilson Schmidt – EED/UFSC

Dr. Wilson Schmidt – Co-Orientador/CCA/UFSC

Prof.^a. Dr.^a. Magaly Mendonça
Coordenadora do PPGGeo/UFSC

Florianópolis, 06 de dezembro de 2010.

Para meus pais, Hélio e Dalila.
Meu marido, Valério.
Meus filhos, Beatriz e Thiago.

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de inserção no curso de Doutorado em Geografia e, desta forma, continuar os estudos.

Ao Professor Luiz Fernando Scheibe, pela compreensão, orientação e incentivo ao desenvolvimento deste trabalho. Sua tranquilidade, confiança e seus ensinamentos foram fundamentais nesta caminhada.

Ao Professor Wilson (Feijão) Schmidt, pela co-orientação neste e em tantos outros trabalhos realizados. Obrigada por estar sempre presente.

Aos professores da banca, Luiz Fernando Scheibe, Carlos Alberto Cioce Sampaio; Luzia Neide Coriolano; Wilson Schmidt; Yolanda Flores e Silva e Luiz Otávio Cabral, por aceitarem gentilmente participar da avaliação desta tese.

Ao amigo Orlando Ferretti, pela elaboração dos mapas da tese e pela revisão do texto.

À amiga Teresinha Marcon, pela revisão do texto.

À Kênia, por toda a colaboração ao longo dos últimos dois anos.

À amiga Mercês Parente, grande referência profissional e pessoal para minha vida.

Aos agricultores familiares associados à Acolhida na Colônia, por acreditarem no sonho de uma jovem sem qualquer experiência e, principalmente, por torná-lo real.

Às “Acolhetes”, em especial Daniele, Daiana e Lúcia. Meninas que vestem a camisa da Acolhida todos os dias, com chuva ou sol, salário ou não, e fazem deste projeto uma realidade.

Aos meus pais, Hélio e Dalila, pelo exemplo de vida.

Ao meu marido Valério, conhecido por muitos como “santo do Valério”, que soube compreender a importância e o significado deste trabalho para mim. Não me deixou desistir nos momentos de fraqueza e contribuiu de forma imprescindível na elaboração desta Tese. Para você, todo meu amor!

Aos meus filhos, Beatriz e Thiago, que me fazem querer um mundo cada vez melhor. São meu estímulo e minha maior alegria.

A Ivonete, por ter me dado todo apoio e tranquilidade necessários, cuidando da minha casa e, principalmente, dos meus filhos, durante a elaboração da tese.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral analisar em que medida os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada teriam, efetivamente, contribuído para a construção de um território das Encostas da Serra Geral. Para tanto, buscou-se, através da sistematização e análise de documentos, da revisão bibliográfica e da realização de entrevistas junto a um grupo de atores chaves, criar as condições para a construção de uma visão que represente o pensamento coletivo, utilizando-se a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Trabalhou-se com a categoria geográfica território e com a seleção de alguns dos atributos que oferecem concretude e elementos para sua análise, destacando-se a noção de poder, territorialidade, sentimento de pertencimento, capital social e identidade cultural. Na tentativa de aproximar esta discussão inicial com as especificidades da realidade onde se estabelece o estudo de caso, representada pelo território das Encostas da Serra Geral, mais especificamente o Município de Santa Rosa de Lima, são aportadas visões sobre a relação entre a abordagem territorial do desenvolvimento, a agricultura familiar e o turismo. A partir deste enfoque, introduz-se uma reflexão sobre os atores sociais e as estratégias que visam a (re)territorialização das Encostas da Serra Geral. É possível afirmar que a estratégia adotada para implantação do agroturismo no território das Encostas da Serra Geral, especificamente no município de Santa Rosa de Lima, tem impactado de forma positiva a qualidade dos atributos definidores do território. Esta estratégia baseia-se na constituição de uma associação de agricultores, a Acolhida na Colônia, que vem se constituindo num importante ator social, servindo como catalisadora de diversos processos territoriais. O surgimento da Acolhida foi decorrente de uma avaliação feita por um conjunto de atores sociais que discutiam estratégias de reversão da realidade sócio-econômica da região. Desta forma, é possível constatar a relação entre o nascimento da mesma e a gênese de um processo de construção territorial.

Palavras-chave: Agroturismo. Desenvolvimento Territorial. Encostas da Serra Geral. Acolhida na Colônia. Território.

ABSTRACT

This thesis main goal is to analyze in which way the basic principles of agroturism and the actions to implement a network of agroturístico businesses based on these principles, would effectively contribute to the construction of a territory of the Encostas da Serra Geral. In order to do so, I attempt throughout systematizing and document analysis, bibliographic review, and interviewing group of key-actors on the context of the study to build conditions for the construction of a collective view, using the Subject's Collective Discourse methodology as a starting point. The geographic category adopted was the territory, combined with the selection of some essential attributes and elements for analysis, underlining the notion of power, territorialization, the feeling of belonging, the social capital and cultural identity. On an attempt to combine this initial discussion with the nuances of the reality where the study was made, the Encostas da Serra Geral, specifically the city of Santa Rosa de Lima, this thesis works with the territorial approach of development, familiar agriculture and tourism thematic. From there, reflections of social actors and their strategies that aim the (re)territorialization of Encostas da Serra Geral. It's testified that the adopted strategy to the implantation the agrotourism on Encostas da Serra Geral's territory, especially at Santa Rosa de Lima, has been having a positive impact over the quality of the defining attributes of territory. This strategy is based upon the construction of a small farmers (agricultors) association – Acolhida na Colônia – that is becoming an important social actor, serving as a propellant a variety of territorial processes. Acolhida was created as a result of a discussion of different social actors that studied ways to reverse the social economical reality of the region. It is possible to confirm the bond in between the creation of the association and the territorial building process.

Keywords: Agroturism. Territorial development. Encostas da Serra Geral. Acolhida na Colônia. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de abrangência do projeto piloto de agroturismo da Acolhida na Colônia.....	17
Figura 2 - Associados da Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima.....	27
Figura 3 - O município de Santa Rosa de Lima.	85
Figura 4 - Municípios da Região de Laguna (AMUREL).....	86
Figura 5 - Mesoregião Homogênea Sul Catarinense.....	87
Figura 6 - Microrregião Geográfica de Tubarão.....	88
Figura 7 - Variação populacional da SDR de Braço do Norte entre o período de 1970 e 2007.....	93
Figura 8 - Crescimento populacional nos municípios que compõem a SDR de Braço do Norte entre o período de 1970 e 2007.....	94
Figura 9 - Organizações sociais constituídas com o apoio e sob influência da AGRECO.....	117
Figura 10 - Representação das etapas propostas para expansão da Acolhida na Colônia em novos municípios.....	128
Figura 11 - Área de abrangência das Associações Acolhida na Colônia.....	131
Figura 12 - Etapa 1 dos procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental.....	135
Figura 13 - Etapa 2 dos procedimentos metodológicos: definição dos atributos territoriais.....	136
Figura 14 - Etapa 3 dos procedimentos metodológicos: definição da amostra de entrevistados.....	137
Figura 15 - Etapa 4 dos procedimentos metodológicos: elaboração de roteiros de entrevistas.....	139
Figura 16 - Etapa 5 dos procedimentos metodológicos: realização e transcrição de entrevistas.....	141
Figura 17 - Etapa 6 dos procedimentos metodológicos: Construção do Discurso do Sujeito Coletivo.....	144
Figura 18 - Estrutura do Discurso do Sujeito Coletivo.....	146
Figura 19 - Tópicos que orientaram a análise da pesquisadora sobre o DSC.....	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar – Brasil (2006).....	58
Tabela 2 - População dos municípios da SDR de Braço do Norte em 2007.....	92
Tabela 3 - Crescimento populacional nos Municípios da SDR de Braço do Norte 1970/1996/2000.....	93
Tabela 4 - Dinâmica demográfica dos municípios da SDR de Braço do Norte no período 2000-2005.....	95
Tabela 5 - Situação dos municípios em relação à variação populacional e ao saldo migratório.....	96
Tabela 6 - Variação populacional de Santa Rosa de Lima (1970-2007).....	97
Tabela 7 - Estrutura fundiária do município de Santa Rosa de Lima(1970- 2002/2003).....	98
Tabela 8 - Santa Rosa de Lima – População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural – 2000.....	99
Tabela 9 - Projetos da Acolhida na Colônia que receberam financiamento no período 2001-2010.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ACATS	– Associação Catarinense de Supermercados
ACs	– Estabelecimento das Ancoragens
ADS	– Agência de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral
ALDIS	– Association Locale pour un Developpement International Solidaire
ALIAR	– Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral
AMUREL	– Associação dos Municípios da Região de Laguna
CEPAGRO	– Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
Cfa	– Clima temperado úmido com Verão quente
CGPE	– Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas
COOPERAGRECO	– Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	– Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DCPAT	– (Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo
DNAEE	– Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DSC	– Discurso do Sujeito Coletivo
ENTBL	– Encontros de Turismo de Base Local
EPAGRI	– Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EsC	– Expressões-Chave
EUA	– Estados Unidos da América
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Agricultura Alimentação
GT	– Grupo de Trabalho
HA	– hectares
ICBC	– Instituto Casa Brasil de Cultura
ICs	– Definição das Ideias Centrais

INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	– Ministério da Agricultura
OMT	– Organização Mundial do Turismo
ONGs	– Organizações Não Governamentais
PCHs	– Pequenas Centrais Hidrelétricas
PME	– Pequenas e Médias Empresas
PNMT	– Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REDE TRAF	– Rede Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
SANTUR	– Santa Catarina Turismo S.A.
SDR	– Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDR	– Secretaria de Desenvolvimento Rural
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIF	– Serviço de Inspeção Federal
T-D-R	– Territorialização-desterritorialização-reterritorialização
TURISOL	– Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
O CONCEITO DE TERRITÓRIO, SUA CONSTRUÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES TERRITORIAIS	31
1.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	31
1.1.1 Poder e território.....	35
1.1.2 Território e territorialidade.....	39
1.1.3 Território, pertencimento e identidade cultural.....	42
1.1.4 Território e capital social.....	44
1.1.5 Desenvolvimento territorial.....	48
1.2 A agricultura familiar e o rural dentro da perspectiva territorial.....	54
CAPÍTULO II	
O AGROTURISMO COMUNITÁRIO DENTRO DA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA E TERRITORIAL	61
2.1 O CONCEITO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	61
2.2 O AGROTURISMO DENTRO DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE TURISMO E COMO DINAMIZADOR DOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	71
CAPÍTULO III	
SANTA ROSA DE LIMA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO	84
3.1 ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS.....	84
3.2 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS.....	94
3.3 ASPECTOS RELACIONADOS À CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA.....	101
3.2 ENCOSTAS DA SERRA GERAL: ATORES SOCIAIS E UM POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	104
3.2.1 A AGRECO: A semente para a proposta de construção do território das Encostas da Serra Geral.....	105
3.2.2 A Acolhida na Colônia: Um novo ator territorial nas Encostas da Serra Geral.....	118
CAPÍTULO VI	
ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	135

4.1 A VISÃO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O AGROTURISMO, A ACOLHIDA NA COLÔNIA E O TERRITÓRIO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL.....	145
4.1.1 A gênese da Acolhida na Colônia e do agroturismo em Santa Rosa de Lima.....	147
4.1.2 Agroturismo e a identidade das Encostas da Serra Geral.....	155
4.1.3 Acolhida, poder e o território.....	168
4.1.4 Ação coletiva e cooperação.....	172
4.1.5 Acolhida e a rede de organizações do território.....	177
4.1.6 O estabelecimento de parcerias como estratégia de fortalecimento organizacional.....	179
4.1.7 Finalizando do Discurso do Sujeito Coletivo.....	181
4.2 A RELAÇÃO DO AGROTURISMO E DA ACOLHIDA NA COLÔNIA COM A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL.....	181
4.2.1 A intencionalidade presente na relação entre o agroturismo, a Acolhida na Colônia e o processo de construção do Território.....	184
4.2.2 O empoderamento da Acolhida na Colônia e sua relação com o território.....	186
4.2.3 Os indicativos de uma estratégia de fortalecimento da identidade territorial nas Encostas da Serra Geral.....	187
4.2.4 A contribuição da Acolhida para o fortalecimento da relação de pertencimento dos atores com seu território.....	190
4.2.5 A ação coletiva como princípio e estratégia do desenvolvimento do território.....	191
4.2.6 O protagonismo dos atores territoriais.....	193
4.2.7 A relação com o Poder Público.....	195
5 CONCLUSÃO.....	198
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	201
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICES.....	227
Apêndice 1 – Roteiros de entrevista.....	227
ANEXOS.....	239
Anexo 1 – Estatuto da Acolhida na Colônia.....	239
Anexo 2 – Caderno de normas.....	248

1 INTRODUÇÃO

Desde a graduação em Agronomia, tenho dedicado meus estudos e direcionado minha atuação profissional ao agroturismo – modalidade de turismo desenvolvida em propriedades rurais por agricultores familiares. A escolha deste tema está relacionada a oportunidades surgidas, durante os anos de graduação (1993-1998), de conhecer a agricultura familiar catarinense, percorrendo municípios e percebendo as dificuldades que enfrenta. As famílias dos agricultores realizam um trabalho árduo, com muitos riscos (“planta e não sabe se colhe; colhe e não sabe se vende; vende e não sabe se recebe...”) e pouco valorizado. Além disso, geralmente moram em localidades sem infraestrutura adequada de estradas, de telefonia, de saúde e de educação. Um dos resultados deste contexto é o já conhecido processo de êxodo rural.

O êxodo rural configura-se como um processo desfavorável para o campo e para a cidade. No campo, as principais consequências são a masculinização; o envelhecimento da população e comunidades tão reduzidas que a manutenção de serviços básicos torna-se inviável economicamente (CAMARANO *et al.*, 1999). Já nas cidades, os efeitos são bem conhecidos: desemprego; aumento da criminalidade; falta de moradia, de escolas, de hospitais; além de problemas com saneamento, dentre outros fatores (SACHS, 2001).

A partir da vivência como estudante de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); como bolsista do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO); e da oportunidade de realização de estágio na França, onde residi em propriedades rurais integrantes da rede *Accueil Paysan*, é que se configurou meu interesse de estudar questões relacionadas ao desenvolvimento rural, inicialmente numa perspectiva sócio-econômica e, agora, geográfica, tendo o agroturismo como um desses vetores.

No que se refere à atuação profissional, no contexto do êxodo rural e das experiências adquiridas, me pareceu coerente buscar iniciativas que possibilitassem oportunidades, especialmente aos jovens e mulheres para permanecerem no campo. Seguindo alguns autores, assumi como pressuposto que é necessário aumentar a atratividade das áreas rurais e de boa parte dos municípios brasileiros que permanecem ameaçados com a perda constante de sua população e com o empobrecimento social e econômico. Passei a partilhar da opinião de que isso pode ser feito com um custo global inferior àquele da expansão contínua das cidades, sendo fundamental o aproveitamento das

oportunidades de valorização do rural, que a sociedade tem demonstrado estar interessada em privilegiar. Neste cenário, reafirmei o propósito em atuar como disseminadora da atividade de agroturismo, por reconhecer sua importante contribuição na geração de postos de ocupação produtiva e renda no meio rural; pela melhoria da infraestrutura e dos serviços rurais que proporciona; pela preservação do meio ambiente que gera; pelo reconhecimento e valorização da mulher que oportuniza; além de estratégica para aproximar os espaços - cada vez mais dependentes - rural e urbano (SCHNEIDER; FIALHO, 2000; SCHNEIDER, 2004; ELESBÃO, 2008). Tais convicções me levaram a aceitar a coordenação técnica da implantação de um projeto piloto de agroturismo nas Encostas da Serra Geral (Região sudeste de Santa Catarina, composta pelos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Grão Pará e Gravatal), função que exerço desde 1998. A figura 1 mostra a área de abrangência do projeto piloto de agroturismo nas Encostas da Serra Geral.

Tendo em vista que o agroturismo ainda é uma atividade recente no Brasil, a produção acadêmica sobre o tema também é bastante limitada. Boa parte dos trabalhos existentes está relacionada a questões conceituais e ao desenvolvimento do turismo no espaço rural frente ao cenário da pluriatividade dos agricultores.

No decorrer de minha trajetória profissional, senti a necessidade de aprofundar meus estudos sobre a temática do agroturismo enquanto ferramenta para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, ingressei no ano de 2000 no curso de mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), buscando sistematizar e analisar, à luz da academia, o processo de implantação do agroturismo nas Encostas da Serra Geral e seus impactos.

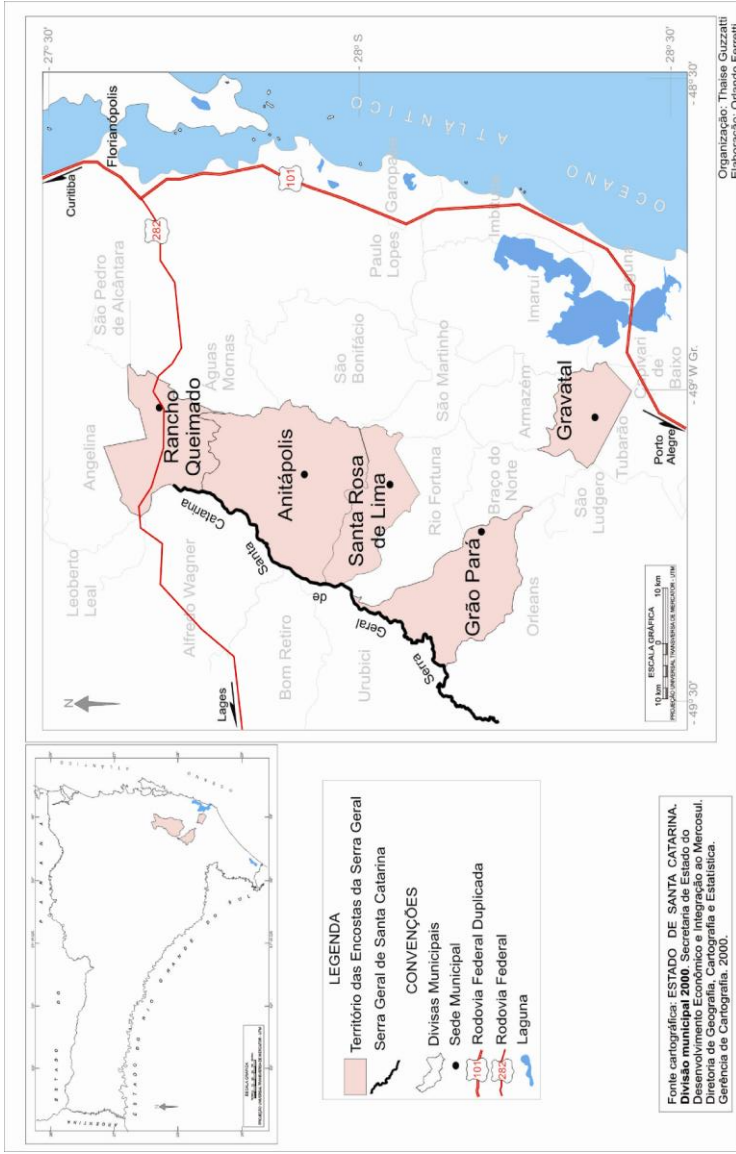


Figura 1: Área de abrangência do projeto piloto da Acolhida na Colônia nas Encostas da Serra Geral.

Desde então, sou motivada a analisar e tentar contribuir nas respostas aos questionamentos sobre este tema: o que levou (e leva) os agricultores familiares a se mobilizarem em torno de alternativas como o desenvolvimento do agroturismo? Será que existe de fato a construção do território das Encostas da Serra Geral? Qual foi a importância do contexto existente nas Encostas da Serra Geral em 1998, o qual se baseava na organização social; produção orgânica e verticalização da produção, dentre outros aspectos, para o desenvolvimento do agroturismo e vice-versa, ou seja, em que medida o agroturismo teria sido beneficiado e, ao mesmo tempo, contribuído para fortalecer este processo?

Os questionamentos em torno da motivação dos atores sociais e da possível construção de um território foram intensificados pelo contato com instituições e políticas públicas brasileiras, direcionadas à agricultura familiar e ao turismo, que passavam a apontar para uma mediação de recursos financeiros baseada no fomento à organização territorial.

A relação entre iniciativas de desenvolvimento rural – no caso mais específico, o agroturismo – e processos de construção de territórios em espaços rurais em que predomina a agricultura familiar passaram, portanto, a ser o centro da minha inquietude acadêmica.

A experiência desenvolvida pelos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral relacionada à prática do agroturismo em suas propriedades rurais tornou-se uma referência nacional. Representantes de municípios de Santa Catarina e de outros estados da federação passaram pelas propriedades rurais associadas à Acolhida na Colônia nos últimos anos em busca de conhecimento para implantação da atividade, ou para aprimorá-la, nos casos onde já existia uma iniciativa. Da mesma forma, a entidade tem sido apresentada como referência de sucesso nos principais eventos que discutem o turismo e as novas atividades do espaço rural no Brasil¹.

¹ Eventos: Seminário de Desenvolvimento Turístico de Santa Catarina (Diversos municípios de Santa Catarina - 2001 e 2002); Turismo e Hotelaria; qualidade no espaço rural (Maringá/PR – 2002); Programa de Turismo Rural Cooperativo: para mostrar o Brasil Rural (Palmitos/SC – 2002); II Encontro Regional de Turismo Rural (Almirante Tamandaré/PR – 2002); I Jornada Catarinense de Turismo Rural e Ecoturismo – a participação comunitária (Joinville/SC, 2003); Congresso Brasileiro de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (Joinville/SC, 2004); XXIV Congresso Brasileiro de Bachareis em Turismo (Balneário Camboriú/SC - 2004); I Encontro Internacional de Saúde Natural, Beleza, Arte e Lazer (Florianópolis/SC - 2004); Fórum Mundial do Turismo para a Paz e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro/RJ - 2005); 1º, 2º, 4º e 5º Salão do Turismo (São Paulo/SP – 2005, 2006, 2009 e 2010); VIII Seminário Internacional de Turismo (Curitiba/PR, 2006); Turismo é Riqueza para as Comunidades e para

O reconhecimento da iniciativa também se materializa por meio de prêmios concedidos por entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais à Associação. Dentre os principais reconhecimentos, citam-se:

- *Prêmio Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário/2002*. A Acolhida na Colônia foi reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, na categoria diversificação da economia rural, sendo o agroturismo considerado um bom exemplo de geração de renda não agrícola nas propriedades rurais;
- *Prêmio ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/2005*. Trata-se de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU e do Governo Federal e visa reconhecer as iniciativas, públicas ou privadas, que estão contribuindo para que o Brasil consiga atingir as metas do milênio. A Acolhida na Colônia recebeu reconhecimento em quatro das oito metas do milênio, sendo elas: a) acabar com a fome e a miséria; b) igualdade entre sexos e valorização da mulher; c) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e d) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.
- *Prêmio Top de Agronegócios/2006*. O prêmio foi promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade - IPEQ com o apoio do Ministério do Turismo e reconheceu a Acolhida na Colônia como destaque no turismo rural brasileiro.
- *Prêmio Generosidade/2008*. Iniciativa da Editora Globo, o Projeto Generosidade visa identificar e selecionar pessoas que desenvolvem trabalhos com alto impacto social e que estão, de alguma forma, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

os Turistas (Araçatuba/SP – 2006); Mesa Redonda Regional da América Latina “Mobilização e Diálogo Social para Promover o Avanço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (Brasília/DF – 2006); I Encontro Internacional de Hospedagem Domiciliar (Rio de Janeiro/RJ – 2006); I Encontro Estadual de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Cascavel/PR – 2006); Seminário Turismo e Ambiente: possibilidades de ações educativas (São Carlos/SP – 2007); Dia mundial do Turismo/SESC SP – 2008); III Mostra Fiesp de Sustentabilidade Ambiental (São Paulo – 2009); Festival de Turismo das Cataratas (Foz de Iguaçu – 2010), dentre outros.

Box I: O Fundo Genero\$idade da Acolhida na Colônia

Em 2008, a Editora Globo lançou a segunda edição do Projeto Generosidade, financiado pelo Boticário; Bradesco e General Motors. Em abril do mesmo ano, a Revista Época Negócios escreveu uma matéria sobre empreendedorismo social, na qual retratava nossa trajetória profissional junto à Acolhida na Colônia. Passamos, desta forma, a concorrer ao prêmio de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e, na disputa com outras duzentas experiências brasileiras, fomos escolhidos vencedores. Com os recursos recebidos, criamos um fundo rotativo para sanar uma grande barreira na implementação dos serviços agroturísticos nas propriedades rurais: falta e/ou dificuldade de crédito para realização de investimentos. O nome, Fundo Genero\$idade, além de fazer referência à iniciativa da Editora Globo, está relacionado à intenção da entidade em priorizar os empréstimos aos projetos apresentados por mulheres e jovens, fomentando a participação destes segmentos no cotidiano da Associação.

Estabeleceu-se, como objetivo do fundo, apoiar financeiramente, **na forma de empréstimo**, agricultores familiares associados à entidade segundo os critérios estabelecidos a seguir, em ordem crescente de prioridade.

- *Tecnologias*: implantação de tecnologias de energia renovável em propriedades rurais;
- *Infraestrutura ambiental*: implantação de saneamento básico e/ou proteção de fontes de água nas propriedades rurais; implantação de sistemas de compostagem, dentre outros;
- *Equipamentos de lazer*: implantação de atividades de lazer/educação ambiental nas propriedades rurais/comunidades/município;
- *Construções*: realização de construções e/ou reformas destinadas à implementação de equipamentos agroturísticos, especialmente aquelas que utilizem tecnologias sustentáveis (bioarquitetura);
- *Insumos*: aquisição de insumos necessários para o desenvolvimento de atividades agroturísticas.

Podem acessar o fundo, agricultores familiares associados (unidade familiar) à Acolhida na Colônia, desde que estejam em dia com as obrigações com a entidade (participação da vida associativa; pagamento da anuidade, etc). Têm prioridade no crédito:

continuação

- Projetos apresentados por jovens, os quais visem à geração de trabalho e renda aos mesmos;
- Projetos apresentados por mulheres, os quais visem à geração de trabalho e renda para as mesmas;
- Projetos coletivos;
- Projetos que objetivem a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Primeiro empréstimo: agricultores que devolvem o recurso antes do prazo final estabelecido têm prioridade no segundo financiamento sobre aqueles na mesma condição, ou seja, que estão fazendo o segundo empréstimo. Outra questão importante é que, para concorrer ao segundo empréstimo, o primeiro tem que necessariamente estar quitado.

A entidade estabeleceu uma parceria com a Cooperativa Cresol, sendo o fundo operacionalizado por esta instituição. A Acolhida abre uma chamada de projetos a cada ano e os interessados apresentam suas propostas. O Fundo Generosidade estabeleceu um comitê gestor que avalia e aprova os projetos para contratação dos empréstimos. Os agricultores têm prazo de dois anos para devolução dos recursos, com seis meses de carência para começarem a pagar. Não é cobrada dos agricultores qualquer taxa de administração e não existe incidência de juros sobre o valor do empréstimo contratado. O valor máximo dos projetos é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A atenção dada pela mídia à iniciativa da Acolhida na Colônia, expressa em reportagens que retratam a experiência e sua inclusão no livro *50 jeitos Brasileiros de mudar o mundo*, publicado pelo Programa de Voluntários das Nações Unidas no Brasil em 2006², também reflete o interesse pelo assunto.

Outro reconhecimento importante aconteceu em 2007, quando a entidade, através dos municípios de Urubici, Rancho Queimado, Anitápolis e Santa Rosa de Lima, foi escolhida pelo Ministério do Turismo como Destino Referência em Segmentos turísticos³, servindo

² Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/50jeitos.pdf>. Acesso em: 13 março 2007.

³ O projeto “Destinos Referência em Segmentos Turísticos” é uma iniciativa do Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC), que pretende estruturar, no Brasil, dez destinos turísticos com padrão internacional. A iniciativa visa desenvolver a gestão do turismo nos dez destinos escolhidos, de forma sustentável com a participação de entidades locais públicas, privadas e do terceiro setor, com planejamento

de exemplo para o País no que diz respeito ao segmento de turismo rural.

Neste quadro julgado como de sucesso, cabe, todavia, refletir sobre as relações entre agroturismo e desenvolvimento territorial. Como já foi mencionado, o apoio aos processos intencionais de construção de territórios tem sido tratado como estratégia para que regiões fragilizadas consigam criar novas oportunidades de desenvolvimento, especialmente para os agricultores familiares aí instalados. Ao mesmo tempo, constata-se entre os territórios reconhecidos pelas políticas públicas a existência de muitos simulacros de territórios de identidade e uma grande dificuldade para identificar efetivos processos de construção territorial.

É importante evidenciar que os princípios da Acolhida na Colônia foram inspirados naqueles adotados pela associação francesa *Accueil Paysan*. Dentro deles, a entidade brasileira conseguiu avanços. São exemplos a opção clara pela produção orgânica, o estabelecimento de circuitos agroturísticos e a formação de rede para o desenvolvimento do turismo solidário. Essa perspectiva aponta, a princípio, para uma construção de iniciativas territoriais voltadas à equidade e à sustentabilidade. A experiência necessita, contudo, ser sistematizada e avaliada a partir de uma visão científica. Especialmente se for considerado que a Acolhida na Colônia, inicialmente localizada na área de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e Braço do Norte, já iniciou, desde 2005, seu projeto de expansão para as Secretarias de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga e São Joaquim.

O contexto e o foco de interesse da pesquisa levaram à formulação do seguinte problema de tese (questão): Os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada têm, efetivamente, contribuído para a construção do território das Encostas da Serra Geral?

Para responder à pergunta anterior é necessário responder outras duas:

- Pode-se considerar que existe um processo de construção de um território das Encostas da Serra Geral?
- Mais especificamente, qual é o papel da implantação do agroturismo na construção deste território e vice-versa?

estratégico e definição de projetos prioritários. Dentre os dez destinos/segmentos selecionados estão: Estudos e Intercâmbio (São João Del-Rei/MG), Sol e Praia (Jericoacoara/CE), Aventura Especial (Socorro/SP), Rural (Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rancho Queimado, Urubici/SC), Aventura (Lençóis/BA), Ecoturismo (Santarém/PA), Negócios e Eventos (Ribeirão Preto/SP), Cultural (Paraty/RJ), Pesca (Barcelos/AM) e Cinema (Brasília/DF).

A hipótese central a ser testada neste trabalho é a da existência de um processo de construção territorial nas Encostas da Serra Geral, tendo o agroturismo sido um instrumento fundamental deste processo. Da mesma forma, as iniciativas pró-desenvolvimento territorial em curso nas Encostas da Serra Geral teriam sido fundamentais para a implantação do agroturismo.

Com base no problema de tese identificado, nas perguntas de orientação propostas e na hipótese estabelecida, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa: analisar em que medida os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada teriam, efetivamente, contribuído para a construção de um território das Encostas da Serra Geral.

O alcance deste objetivo será favorecido pela realização de um conjunto de objetivos específicos, que oferecerão as condições necessárias para a realização deste trabalho de pesquisa:

- Elaborar uma abordagem teórico-metodológica que contribua para o entendimento da relação entre agroturismo e a construção do território das Encostas da Serra Geral;
- Verificar a existência de indicativos de um processo de construção territorial nas Encostas da Serra Geral;
- Identificar a trajetória, iniciativas e limitações da Acolhida na Colônia, refletindo seu papel como entidade engajada no processo de desenvolvimento territorial das Encostas da Serra Geral;
- Verificar em que medida a existência de um processo intencional de construção territorial influenciou na implementação do agroturismo nas Encostas da Serra Geral.

Os procedimentos metodológicos necessários à consecução dos objetivos propostos na tese pautaram-se, primeiramente, na realização de pesquisa bibliográfica para definir o marco teórico conceitual. Esta etapa foi importante para a definição dos atributos/dimensões a serem considerados na análise desta pesquisa, conforme apresentado no capítulo 1.

Para responder ao problema de tese formulado e, conseqüentemente, aceitar ou refutar a hipótese proposta, foi realizado o estudo do caso da Associação Acolhida na Colônia, tendo como recorte temporal sua primeira década de existência (1999-2009).

Gil (2002) descreve um estudo de caso como sendo um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Mendes (2002) complementa esta visão, afirmando que o estudo de caso representa uma estratégia de investigação que examina um fenômeno em seu estado natural, utilizando vários métodos de coleta e tratamento de dados sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos ou organizações).

Cabe destacar, neste caso, que o foco de análise é a Associação Acolhida na Colônia e que ela atua em vários municípios das Encostas da Serra Geral e de outras regiões do Estado. A opção pelo município de Santa Rosa de Lima para o estudo de caso justifica-se por ser ele a sede da Acolhida na Colônia, onde iniciou a atividade de agroturismo e onde ela está mais consolidada.

Esta pesquisa definiu-se, do ponto de vista metodológico, por uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é importante por compreender os valores, a cultura e as representações dos grupos sobre o tema pesquisado, abrangendo as relações processadas entre os grupos sociais, tanto no âmbito das instituições, como no dos movimentos sociais (MINAYO, 1998). A autora afirma ainda que a pesquisa qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado, da intencionalidade como inerentes aos atos e às relações e estruturas sociais como construções humanas (MINAYO, 2004).

Turato (2003) menciona que a pesquisa qualitativa caracteriza-se como sendo um método que permite a captação dos sentidos que o fenômeno tem para o informante, ou que ele lhe atribui. É uma modalidade importante para a investigação, por auxiliar, compreender e sugerir, também, novas questões à abordagem quantitativa.

Dencker (1999) diz que a abordagem qualitativa configura-se pela utilização de metodologias múltiplas, destacando-se a observação, entrevistas em profundidade e análise de documentos, possibilitando, assim, avaliar os dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo vai acontecendo. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

A realização da pesquisa deu origem a esta tese, que foi estruturada em três capítulos, sistematizados a partir de um esforço de coleta de dados, composto de três procedimentos metodológicos distintos, porém complementares:

i) Pesquisa documental e bibliográfica

A principal diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica é que os documentos não estão disponíveis para o público em geral, não foram sistematizados, interpretados e publicados.

A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

A pesquisa documental foi realizada em documentos disponíveis no acervo da Acolhida na Colônia, tais como seu estatuto, seu regimento interno, seus regulamentos, o caderno de normas, seus boletins, os fôlderes produzidos, os projetos elaborados e aprovados, os relatórios de projetos executados, dentre outros.

Esta etapa foi realizada durante os meses de agosto de 2009 a maio de 2010, e a consulta aos documentos se deu na sede da Associação Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima.

Já a pesquisa bibliográfica, por sua vez, constitui-se de consulta a livros, dissertações, teses, revistas especializadas e textos de diversos *sites* da internet. Foi realizada durante os anos de 2009 e 2010 e buscou oferecer sustentação e ancoragem para a análise e discussão da pesquisa empreendida.

ii) Entrevistas

Na pesquisa qualitativa, a entrevista caracteriza-se como um instrumento importante por possibilitar a produção de conteúdos, fornecidos diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo, materiais que tanto podem ser objetivos quanto subjetivos. O entrevistador pretende, com esse instrumento, elucidar as informações pertinentes ao seu objeto.

Dessa forma, a entrevista como fonte de informações pode fornecer dados primários e secundários e ser estruturada de formas diversas e variadas, tais como a sondagem de opinião com questionário fechado, a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta, a entrevista não diretiva, a entrevista centrada (MINAYO, 1996).

Segundo Minayo:

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de

sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MYNAYO, 1996, p. 109).

Martins fala sobre a entrevista semi-estruturada, dizendo que ela é, em geral,

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que recebem as respostas do entrevistado. Este, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (MARTINS, 2004, p. 66).

Neste processo investigativo, utilizou-se a forma semi-estruturada, individual, com perguntas abertas, possibilitando ao sujeito a oportunidade de se pronunciar sobre a temática em questão.

A amostragem foi definida de forma intencional que, segundo Gil (2002), consiste em selecionar os indivíduos (atores chaves) com base em certas características tidas como relevantes pela pesquisadora. Kerlinger (1980, p. 90) diz que “amostra é uma porção de uma população, geralmente aceita como representativa da população”. Neste caso, foram definidos quatro grupos de atores chaves: associados da Acolhida na Colônia, no município de Santa Rosa de Lima (conforme figura 2); técnicos da Acolhida na Colônia, que atuam nas Encostas da Serra Geral; representantes de organizações públicas ou privadas (lideranças locais), ligados ao turismo ou à agricultura em Santa Rosa de Lima; turistas que estivessem em propriedades rurais da Acolhida na Colônia durante a realização da pesquisa. O perfil da amostra será aprofundado no Capítulo 4 da tese.

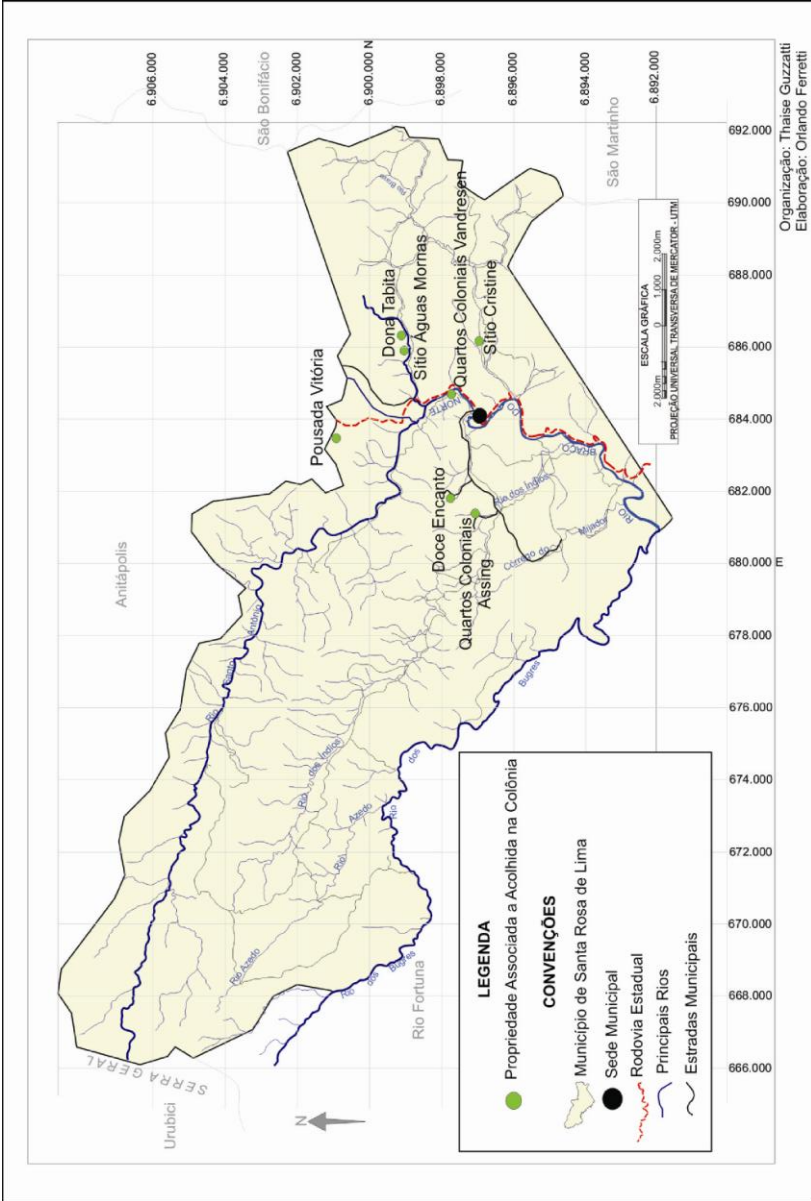


Figura 2: Associados da Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima.

iii) Análise dos resultados: Discurso do Sujeito Coletivo

Nesta etapa realizou-se a interpretação e análise dos dados e informações obtidas através das entrevistas, apresentadas na fase anterior. Isso foi feito para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas, com o objetivo de confirmar ou rejeitar a hipótese que referenciou o trabalho de pesquisa. A metodologia escolhida para realização desta etapa baseou-se no método proposto por Lefevre e Lefevre (2005), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Segundo estes autores, um pensamento, uma ideia ou uma opinião se constitui sempre em um discurso e a melhor maneira de descrever este pensamento, ideia ou opinião, de um indivíduo ou uma coletividade, é coletando-o, processando-o e apresentando-o sob a forma de discurso. Neste sentido, pode-se dizer que a metodologia se configura como um discurso síntese, formulado pelo pesquisador e analista de discurso, sendo fruto dos fragmentos de discursos individuais coletados em entrevistas com questões abertas e reunidos por similaridades de sentidos. A metodologia do DSC será detalhada no Capítulo 3 deste trabalho.

Cabe destacar que a metodologia proposta busca - através da sistematização e análise de documentos, da revisão bibliográfica e da realização de entrevistas junto a um grupo de atores chaves - criar as condições para a construção de uma visão que represente o pensamento coletivo, apresentado no Discurso do Sujeito Coletivo. Este discurso serviu como base para as conclusões finais, considerações e recomendações apresentadas nesta tese. A escolha destes instrumentos metodológicos levou em consideração as características qualitativas da pesquisa e as exigências para a obtenção de uma série de respostas às questões tratadas no decorrer da tese, sobretudo, aquelas que tentam identificar o papel do agroturismo na construção do território das Encostas da Serra Geral.

Além desta introdução, o texto da tese está dividido em quatro capítulos fundamentais. O trabalho conta ainda com uma conclusão e um tópico onde a autora apresenta suas considerações finais e recomendações. No início de cada capítulo é feita uma pequena introdução aos assuntos serão abordados, tendo por finalidade facilitar a leitura e compreensão do que se vai explorar.

Nos capítulos I e II, os quais constituem a fundamentação teórica desta tese, são apresentados diversos conceitos, princípios e estratégias que servem como referência para o estudo proposto e orientam a reflexão da pesquisadora sobre a categoria geográfica território. Dentro

desta perspectiva, estes capítulos evidenciam as visões de autores da geografia e de outras áreas do conhecimento, como Gottmann, Raffestin, Santos, Souza, Pecqueur, Haesbaert, Abramovay, Veiga, Vieira, Schmidt, Sabourin e Cazella, que servem como balizas teóricas para a proposição das estratégias metodológicas (aplicada no estudo de caso) e dão suporte às conclusões da pesquisa. A construção do capítulo segue uma ordem lógica. Primeiramente, aborda-se o conceito da categoria geográfica território e de alguns dos atributos que oferecem concretude e elementos para sua análise. Neste caso, surgem os tópicos que relacionam a categoria com as noções de poder, territorialidade, sentimento de pertencimento e identidade cultural, além do conceito de capital social. Ao encerrar este tópico, procura-se destacar a relação entre a categoria geográfica território e as abordagens sobre o desenvolvimento da sociedade contemporânea. Na tentativa de aproximar esta discussão inicial com as especificidades da realidade onde se estabelece o estudo de caso, representada pelo território das Encostas da Serra Geral, são aportadas visões sobre a relação entre a abordagem territorial do desenvolvimento e a agricultura familiar. Na sequência, apresenta-se a discussão sobre o conceito de turismo, dando ênfase para o segmento rural. Discute-se, especialmente, a proposta de turismo de base comunitária e a inserção do agroturismo nesta perspectiva.

O capítulo III apresenta uma caracterização do território das Encostas da Serra Geral. Destacam-se aspectos relacionados às características físicas, naturais, sociais, demográficas, culturais e históricas. A partir disso, a pesquisadora introduz uma reflexão sobre os atores sociais e as estratégias que visam a (re)territorialização das Encostas da Serra Geral.

Na lógica de estruturação desta tese, o capítulo III tem como objetivo colaborar para a compreensão da trajetória de construção do território, partindo do pressuposto que a contribuição oferecida pelo agroturismo, bem como as influências recebidas pelo mesmo na sua formação, têm uma profunda relação com a gênese do território.

O capítulo IV busca realizar uma análise dos resultados obtidos a partir da implementação dos procedimentos metodológicos descritos na Introdução, interpretando-os a partir do referencial teórico apresentado nos Capítulos I e II e da caracterização do território descrita no capítulo III desta tese. A fonte principal para sistematização dos resultados foi o material resultante da transcrição das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo e sintetizadas nas planilhas constantes dos apêndices apresentados no final deste documento. De acordo com a proposta

metodológica, a síntese dos resultados descreve uma visão coletiva sobre o território e sobre o papel da Acolhida na Colônia na sua construção, originada das visões dos entrevistados, e é apresentada sob a forma de um Discurso do Sujeito Coletivo. Ao encerrar o capítulo, a pesquisadora procede a uma análise do discurso e conclui sobre a questão que orientou a pesquisa.

Por fim, a tese apresenta considerações e recomendações que poderão orientar a qualificação das estratégias de construção do território das Encostas da Serra Geral.

CAPÍTULO I

CONCEITO DE TERRITÓRIO, SUA CONSTRUÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES TERRITORIAIS

Neste capítulo, busca-se resgatar e explicitar reflexões sobre o conceito de território apresentado por autores de diferentes escolas, a fim de se compreender as diversas concepções e a sua dinâmica. Este resgate é apresentado no texto através das visões de autores da geografia e de outras áreas do conhecimento, como Gottmann, Raffestin, Santos, Souza, Pecqueur, Haesbaert, Abramovay, Veiga, Vieira, Schmidt, Sabourin e Cazella, que foram fundamentais para a proposição das estratégias e dos instrumentos metodológicos aplicados no estudo de caso da presente pesquisa.

Destaca-se a importância que o conceito de território adquiriu no final do século XX e no emergente século XXI para a Geografia e para o conjunto das ciências sociais, no momento em que os discursos sobre a homogeneidade dos espaços e a disseminação dos fenômenos espaciais, relacionados aos processos ligados à globalização⁴, pretendem ser hegemônicos.

1.1 CONCEITO DE TERRITÓRIO

Nas últimas décadas, o conceito de território passou a ser amplamente debatido no meio acadêmico e a servir de referência para nortear políticas públicas em vários países. No Brasil, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo e Ministério da Integração Nacional, via Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Programa de Regionalização do Turismo e Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, respectivamente, adotaram estratégias de desenvolvimento baseadas numa abordagem territorial, caracterizada por critérios multidimensionais: ambiental, social, econômico, cultural e político.

⁴ Conforme SANTOS (1993; 1994; 2000); BAUDRILLARD (1991); HARVEY (1992); IANNI (1992; 1995); REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER & CERDAN (2006) e PECQUEUR (2006).

Em Santa Catarina, este enfoque tomou forma com o processo de descentralização administrativa implementado a partir de 2003 pelo governo do Estado. Isso pode ser verificado através da iniciativa de cooperação técnica internacional, estabelecida com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na implantação do Projeto Meu Lugar, cujo lema era “transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento” (TURNES *et al.*, 2004).

Este uso do enfoque territorial na proposição e implementação de políticas públicas é ilustrado por Vieira (2006), quando cita:

A proliferação de estudos de caso centrados na dimensão territorial do desenvolvimento nos dois hemisférios tem contribuído significativamente para fazer avançar uma nova geração de políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social – uma tendência que pode ser identificada em nosso País a partir de ações que passaram a ser estimuladas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nos últimos anos (VIEIRA, 2006, p. 262).

Demonstrando o uso do enfoque territorial para nortear políticas públicas em outros países, Schneider & Tartaruga (2004) mostram que o mesmo aparece compondo programas:

[...] como o LEADER, na União Européia, o programa de empoderamento comunitário, nos Estados Unidos, as mesas de concertação e os sistemas locais de produção agrícola, no Peru, a produção agroecológica de frutas, no Chile (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 99).

Muito embora possamos verificar um importante resgate e atualização do conceito, a noção de território tem, no entanto, referências antigas nas ciências sociais. O Príncipe, de Maquiavel, foi o primeiro trabalho que abordou a necessidade da constituição e da criação de territórios. Essa abordagem, marcada pela concepção de território nacional, é recorrente no discurso da geografia alemã do século XIX, sendo dominada pela análise das relações entre território e Estado (GOMES, 1996).

Uma breve revisão da literatura aponta como esse conceito foi ressignificado ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 70 do século XX. A partir de 1973, a abordagem territorial passou a ser utilizada por Gottmann, quando estudou o processo de desenvolvimento histórico, político e cultural da sociedade humana, relacionando os eventos da formação dos territórios com a satisfação das necessidades de segurança, soberania nacional e prosperidade econômica, política, social e cultural dos povos.

Segundo o referido autor, o conceito de território, apesar de envolver acessibilidade e localização, não deve ser classificado como fenômeno físico, inanimado. Para Gottmann (1973), a expressão território transmite a noção de uma área ao redor de um lugar que conta com uma centralidade, sendo esta a autoridade que a soberania exerce sobre as pessoas que ocupam ou usam o lugar e o espaço em seu redor.

Claval (1999), analisando a contribuição de Gottmann dentro da discussão do território, enfatiza a questão da soberania abordada pelo autor em seus textos, afirmando:

Para que uma entidade política possa ter a experiência do caráter absoluto do poder, é preciso que ela não tenha concorrente, e que exerça um monopólio total sobre o espaço dado; ela é então soberana. A ideia de território está assim ligada a controle e a justifica (CLAVAL, 1999, p. 08).

Percebe-se que Gottmann guarda em suas teorias ideias presentes na perspectiva determinista, especialmente no que diz respeito à existência do Estado-Nação como condição para o surgimento dos territórios, conforme destacam Brilo (2002) e Schneider; Tartaruga (2004).

Claude Raffestin (1993) amplia o conceito, apontando que o território e o poder vão muito além do Estado, são atribuições dos atores sociais que ocupam, atuam e tem ação política sobre o espaço. Portanto, o autor esclarece:

O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de

dele se apoderar. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144, aspas do autor).

O autor enfatiza que os atores que territorializam o espaço geográfico podem ser “sintagmáticos” e “paradigmáticos”. Os primeiros seriam aqueles atores que possuem interesses organizados e que executam “programas” definidos (como as empresas, o Estado, a igreja, os partidos políticos, etc). Os paradigmáticos “[...] não estão integrados num processo programado” (Raffestin, 1993, p. 41) e podem ser considerados como a “população em geral”; se constituem como “trunfos” ou “massa de manobra” para os atores sintagmáticos.

Seguindo este pensamento, o território é produto dos agentes sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São estes atores que produzem o território, composto por malhas (conjunto de pontos e ligações/conexões), nós (pontos de encontro de relações sociais) e redes (ligações entre dois ou mais agentes sociais), pois “[...] agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles” (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

Ao analisarem as ideias desse autor, Schneider e Tartaruga afirmam:

Na perspectiva de Raffestin, o território entende-se como a manifestação espacial do poder fundamentado em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou significados podem fazer surgir outros territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 102).

O território como expressão geográfica do exercício do poder, mantido por estratégias de domínio e de controle em certa área, é também debatido por Sack (1986). Essa territorialidade corresponde a uma área dominada por grupos sociais e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar as ações sobre o espaço. Pode-se afirmar que o Estado é um dos atores nesse processo, mas de forma alguma o único e, por vezes, nem o mais atuante.

1.1.1 Poder e território

A compreensão do conceito de território exige um aprofundamento sobre a noção de poder. Neste sentido, uma grande referência neste assunto são os trabalhos do filósofo francês Michel Foucault, para quem uma sociedade “sem relações de poder” é uma abstração (FOUCAULT, 1995, p. 246).

Segundo Maia, um dos aspectos mais ricos da análise de Foucault foi o abandono de uma “visão tradicional do poder, onde sua atuação se basearia fundamentalmente em seus aspectos negativos: proibindo, censurando, interditando, reprimindo, coagindo etc” (MAIA, 1995, p. 85).

Para Foucault (1979, p. 8), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

Maia diz que para Foucault o poder

[...] não deve ser conhecido como algo detido por uma classe (os dominantes) que o teria conquistado, alijando definitivamente a participação e a atuação dos dominados; ao contrário, as relações de poder presumem um enfrentamento perpétuo. Desta maneira, o funcionamento do poder é melhor compreendido através da ideia de que se exerce por meio de estratégias e que seus efeitos não são imputáveis a uma apropriação, mas a manobras táticas e técnicas (MAIA, 1995, p. 86).

Foucault destaca o poder exercido pelo Estado, o qual se desenvolveu desde o século XVI. “A maior parte do tempo, o Estado é considerado um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos” (FOUCAULT, 1995, p. 236).

O poder do Estado para Foucault “é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora” (op. cit., p. 236) e tem origem nas instituições cristãs do século XVI, ao que ele chama de poder pastoral. Este tipo de poder tem as seguintes características:

- É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo.
- O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda, deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono.
- É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida.
- Finalmente, esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Para Foucault, o poder não é exercido através de um poder fundamental, mas por relações de poder. “Não se trata, no entanto, de uma relação entre parceiros individuais ou coletivos, mas de um modo de ação de alguns sobre outros” (1995, p. 242). São palavras do autor:

O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsso que se apóia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, p. 242, aspas do autor).

Ainda segundo Foucault, para que o poder seja exercido é necessário que haja liberdade. O que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. “Uma ação sobre ações” (op. cit.:243). Para o autor:

Uma relação de poder [...] se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995:243, aspas do autor).

Foucault, nesta discussão, lança mão da ideia de governabilidade, onde governar seria “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (op. cit., p. 244). Para analisar as relações de poder, Foucault estabelece alguns pontos fundamentais:

- *O sistema das diferenciações* que permitem agir sobre a ação dos outros: diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças lingüísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc. Toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos.

- *O tipo de objetivos* perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros: manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou de uma profissão.

- *As modalidades instrumentais*: de acordo com o fato de que o poder se exerce pela ameaça das armas, dos efeitos das palavras, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, com ou sem arquivos, segundo regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais etc.

- *As formas de institucionalização*: estas podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábitos ou de moda (como pode ser visto nas relações de poder que atravessam a instituição familiar); elas podem também ter a aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas, e uma relativa autonomia funcional (como nas instituições escolares ou militares); podem também formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado que tem por função construir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio de regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder num conjunto social dado.

- *Os graus de racionalização*: o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder) ou, ainda, em função do custo eventual (seja do “custo” econômico dos meios utilizados, ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas). O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados (FOUCAULT, 1995, p. 247).

Afirma ainda:

As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação

do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder (op. cit., p. 247).

Cabe destacar que, neste trabalho, adotou-se a visão de poder expressa por Foucault. Para este autor, o poder é visto a partir da perspectiva das instituições fechadas, podendo-se estabelecer um paralelo com a realidade da população e comunidades das Encostas da Serra Geral. Neste caso, percebe-se que, apesar dos esforços organizacionais empreendidos, os atores territoriais ainda não conseguem um caminhar livre e autônomo. O processo de empoderamento sofreu uma mudança de rumo com a criação da AGRECO e da Acolhida na Colônia, como se verá nos próximos capítulos.

Para Foucault, as relações de poder ajudam a definir o território e são estabelecidas por atores sociais que moldam suas territorialidades em um dado espaço. Esta abordagem parece apropriada por contribuir para uma discussão acerca das possibilidades de ação dos diferentes sujeitos envolvidos na Acolhida na Colônia, objeto de estudo, para formação do território das Encostas da Serra Geral.

1.1.2 Território e territorialidade

Para a compreensão das transformações territoriais, entende-se que o conceito de territorialidade adquire grande importância em função deste assumir:

[...] um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159, aspas do autor).

Raffestin (op.cit.) diz que a noção de territorialidade surge com os naturalistas que se preocupavam em analisá-la para os animais. A noção de territorialidade foi, neste contexto, explicitada em 1920 como

sendo a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie.

No caso da territorialidade humana, Raffestin (1993) alerta para o fato de que a produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste.

Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhança, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamento que os indivíduos e os grupos devem assumir. [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder (RAFFESTIN, p. 161-162).

Souza destaca dois aspectos importantes relacionados à escala de abrangência e à escala temporal dos territórios:

[...] territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (ex. uma rua) à internacional (área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (1995, p. 81).

Haesbaert (2004) completa a visão de Souza, falando da multiterritorialidade, a qual implicaria na possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios. Isso poderia acontecer através do que o autor chama de uma “mobilidade concreta”, ou seja, um deslocamento físico, ou “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades, mesmo sem deslocamento físico.

O autor diz que a multiterritorialidade seria uma resposta ao processo conhecido como “desterritorialização”. Neste sentido, mais do que a perda ou desaparecimento dos territórios existem processos de (re)territorialização, construindo territórios múltiplos e mais complexos (HAESBAERT, 2005).

Haesbaert (2002) destaca a compreensão de território em uma perspectiva social integrando as dimensões político-econômica, portanto, concretas, a uma dimensão simbólica, cultural-identitária. Neste contexto, o autor identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, onde prevalece a lógica política, os territórios-rede, onde prevalece a lógica econômica e os aglomerados de exclusão.

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos”, como o território-rede (HAESBAERT, 2002, p. 38).

A construção do território perpassa ainda por visões distintas quanto à intencionalidade ou não da ação do grupo social na criação do mesmo. Esse debate é interessante, pois difere da utilização da categoria “território usado”, que foi estabelecida por Milton Santos (2002). Este autor aponta uma nova forma de se entender o território, baseada nas relações flexíveis que ocorrem no espaço geográfico, com sua materialidade, representada pelo sistema de engenharia, e pela imaterialidade, que são os modos de regulação e de organização. Para Santos (2002), o “território usado” pode ser compreendido como “[...] o chão somado à identidade, a qual significa o sentimento de pertencer. O território é local fundamental, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício de vida” (op. cit., p. 14).

Em nossa visão, o espaço se transforma em território quando é repartido por atores com suas intencionalidades e diferentes vontades sociais, como afirma Di Méo (2000). Essas intenções são traduzidas em normas, ações e materialidades que compõem o sistema territorial, com seus mecanismos de controle que refletem as relações de poder presentes numa determinada sociedade.

1.1.3 Território, pertencimento e identidade cultural

Dentro da concepção do território, outro aspecto que merece destaque é o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de vivência. Para demonstrar a origem deste enfoque, pode-se apresentar a contribuição de Albagle (2004), ao explicar o significado da palavra território, que tem origem no latim, *territorium*, que deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*. O primeiro não estaria ligado somente à noção de terreno ou solo, mas inclui atributos que distinguem e agregam valor aos produtos de uma dada região ou localidade. O segundo, *territoire*, representa o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes.

Corrêa afirma que o significado do pertencimento nesta concepção, não está, necessariamente, ligado à ideia de propriedade, mas, sim, ao caráter de apropriação, assim como desterritorialização é entendida como “perda do território apropriado e vivido, em virtude de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” e a reterritorialidade como a criação de novos territórios, “através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território [...]” (CORRÊA, 1996, p. 252).

Pode-se compreender que, para a formação de um território, o sentimento de pertencimento dos atores locais tem que estar presente e evidenciado através das relações desenvolvidas no espaço geográfico. Estas relações acontecem entre os atores locais e destes com o meio natural com vistas à apropriação do espaço. Para que o sentido de pertencimento possa se manifestar, a identidade cultural é um fator determinante.

O conceito de identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à vinculação de indivíduos a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais e passa a ser compreendido como um dos pilares a serem considerados para a proposição de ações de desenvolvimento, especialmente em territórios rurais e/ou marginalizados, conforme destacado por Fonte *et al.* (2007):

As experiências de desenvolvimento rural, baseadas na valorização da identidade cultural, são cada vez mais frequentes e difundidas, sobretudo na Europa. [...] respondem à crise do modelo industrial fordista e a uma globalização que ameaça a sobrevivência das diferenças regionais e a capacidade de comunidades e estados nacionais de forjar seu próprio destino. No aspecto econômico, estas experiências entram na categoria mais ampla de desenvolvimento endógeno: valorizam os recursos locais (naturais, sociais e humanos) e aspiram controlar a produção e seus benefícios desde a localidade. Isso não exclui a participação de instituições e agentes extra-territoriais nestas experiências (FONTE *et al.*, 2007, p. 07).

Para as autoras, a valorização da identidade cultural é um processo econômico que se adapta sem dificuldades aos territórios pobres e marginais. Em primeiro lugar, porque se trata de territórios que, em geral, sofreram menos o impacto da globalização e conservaram com frequência sua identidade cultural. Em segundo lugar, devido às suas características, estas experiências são mais próprias de comunidades rurais pequenas.

Uma das principais razões para a valorização do aspecto cultural está ligada às consequências do processo da globalização, que busca impor padrões de conduta e valores culturais tidos como universais. Segundo Velloso (1990, p. 208), "Sabe-se que uma das metas do projeto modernizador é a obtenção da homogeneidade, fato que o torna inflexível às territorialidades culturais".

Neto ilustra esta perspectiva ao afirmar:

[...] o fenômeno moderno, hoje alçado ao hiperbólico título de 'hipermoderno', com sua produção excessiva de bens, de informações velozes e imagens fugazes arrisca tudo tragar, homogeneizando territórios geográficos e simbólicos antes incomparáveis (2009, p. 77, aspas do autor).

Para Molano (2007), parte da identidade de um grupo está dada por seu patrimônio, que é a expressão de sua origem, do seu estilo de vida, do seu desenvolvimento e de sua transformação, em outras

palavras, de sua cultura, sua memória. O patrimônio não é sinônimo de monumentos e objetos sem vida, arquitetônicos e artísticos expostos num museu. O patrimônio é a identidade cultural de uma comunidade, e é um dos ingredientes que podem gerar desenvolvimento em um território, permitindo equilíbrio e coesão social. As autoras destacam:

[...] estes produtos e serviços oferecem toda uma gama de virtudes como aporte potencial para a redução da pobreza. Em primeiro lugar, seus criadores são as comunidades locais, sobretudo grupos pobres e marginalizados. Em segundo lugar, são produtos e serviços únicos, dificilmente reproduzíveis, pois sua qualidade e valor derivam precisamente de sua relação com a comunidade, à diferença das commodities. Em terceiro lugar, abrem oportunidade de emprego não agrícola e, ao mesmo tempo, de fortalecimento e diversificação de habilidades, capacidades e saberes locais. Em todos os casos, não se trata só de “matérias primas”, senão de produtos e serviços que agregam valor aos ativos de uma determinada população (Fontes *et al.* 2007, p. 01).

1.1.4 Território e capital social

Outro destaque no debate sobre desenvolvimento territorial é o capital social. Aspectos atribuídos a este conceito, como cooperação, confiança, padrões de reciprocidade e normas compartilhadas surgem como questões importantes para o incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

Neste cenário, o conceito de capital social não é visto como um conceito econômico (como poderia sugerir o termo capital), nem sociológico (como poderia sugerir o termo social). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade (FRANCO, 2003).

A primeira análise contemporânea sobre o conceito de capital social é atribuída a Bourdieu, que o definiu como um agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos ou instituições, formando uma rede social. A rede social seria definida como um sistema de relações baseadas em compromissos e reconhecimentos mútuos. Segundo o

autor, o exercício da participação num determinado grupo acaba por gerar uma base de solidariedade que pode se reverter em benefícios diretos ou indiretos para o indivíduo (BOURDIEU, 1980, p. 1986).

Para Milani (2003), Bourdieu desenvolve um conceito de capital social em termos de estratégia de classe; o capital social tem, para ele, o caráter de instrumento (da mesma forma que o capital econômico ou cultural), que utiliza atores racionais com vistas a manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade.

Outro autor que se destaca na discussão de capital social é Coleman. Ele estabelece a ligação entre a teoria da escolha racional e as relações sociais no desenvolvimento de capital humano. Para ele, o capital social é um recurso presente numa ação racional que ocorre dentro de uma estrutura social, gerando obrigações e expectativas, as quais constituem o relacionamento entre os indivíduos e podem ter uma analogia com o capital financeiro. Segundo o autor:

[...] se A faz alguma coisa para B, confia que B responderá reciprocamente no futuro; isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação em B. Esta obrigação pode ser entendida como um crédito potencial mantido por A em relação ao desempenho de B. Se A mantém uma grande quantidade destes créditos potenciais, para um número de pessoas que se relacionam com A, então, a analogia com o capital financeiro é direta. Esses créditos passam a constituir um ativo ao qual A pode recorrer se necessário – a menos, é claro, se a aposta na confiança tenha sido imprudente, e esses sejam débitos ruins, que não poderão ser reembolsados (COLEMAN, 1988, p.102).

Na concepção de Coleman, o capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo, sendo sustentado pela confiança e pela reciprocidade. O mais interessante nesta perspectiva é que aqueles que geram capital social beneficiam-se apenas de uma pequena parte do todo que foi produzido.

Putnam (1996) considera que a confiança é um componente fundamental do capital social. Ele estudou o caso da Itália moderna, entre o período de 1970 a 1989, com o objetivo de compreender o modo como a política e o governo são influenciados pelas instituições, e os fatores que condicionam o desempenho institucional. Com base em suas

pesquisas, definiu capital social a partir de três fatores inter-relacionados:

[...] capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos de investimento em capital físico e capital humano (PUTNAM, 1996, p. 01).

Através do resultado de seus estudos e pesquisas na Itália, o autor destaca a relevância do *engajamento cívico*, ou seja, da participação dos cidadãos nas várias instâncias organizacionais da sociedade civil, no funcionamento de instituições democráticas e na criação de uma sinergia Estado-Sociedade. O capital social é, neste caso, um recurso potencial. Sua influência nos processos de desenvolvimento dependerá de como ele é mobilizado ou construído (PUTNAM, 1993).

Esse autor amplia o uso do conceito de capital social para explicar em que medida as associações voluntárias constituem o substrato de maior participação política. Para ele, o conceito incorporaria a constatação toqueviliana⁵ da propensão americana ao associativismo em suas mais diversas formas.

A vertente da tradição de Tocqueville, da qual Putnam faz parte e é um dos grandes referenciais, enfatiza a habilidade da vida associativa de desenvolver padrões de civilidade nas ações dos cidadãos e a função de socialização da sociedade civil (FOWLEY; EDWARDS, 1996; 1998).

Neste contexto, a compreensão do papel das instituições e das organizações nos processos de desenvolvimento territorial apresenta-se como um tema relevante na discussão sobre a construção de territórios e os rumos de seu desenvolvimento.

As normas e os regulamentos que estabelecem as formas de interação dos atores sociais e contribuem para estruturar as relações em diferentes campos, tanto no econômico, como no social ou político, podem ser denominadas como Instituições (NORTH, 1992). Nesta

⁵ Tocqueville, pesquisador francês, foi para Nova Iorque em 1831, com o objetivo de estudar o funcionamento do regime político e analisar a vida sociopolítica dos norte-americanos. Como síntese dos seus estudos práticos, escreveu a sua principal obra teórica intitulada "A democracia na América" (*La démocratie en Amérique*), cujo primeiro volume é impresso em 1835 e o segundo, em 1840. Munido de instrumentos empíricos, Tocqueville procurou construir teoricamente um "tipo ideal" de democracia.

perspectiva, este autor define as organizações e as diferencia das instituições. Estas seriam formadas por atores que têm objetivos comuns e que, para alcançá-los, constituem formas associativas, que podem ter caráter político, social ou econômico. Têm papel importante no bom ou mau desempenho das atividades locais.

Segundo Flores (2006), a construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é uma ação coletiva (das organizações), determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção.

Para Cazella (2005), a densidade institucional de um espaço explica a construção e as características de um território. Nessa perspectiva, o autor aponta que o território é uma realidade em evolução e também o resultado simultâneo do “jogo de poderes” e dos “compromissos estáveis”.

O autor atribui importância à necessidade de superação do “empirismo descritivo, sobretudo das instituições formais, sem que as lógicas de funcionamento e a sustentabilidade do desenvolvimento do território em questão sejam colocadas em evidência” (op. Cit.).

Para autores como Berkes (2002) e Feeny *et al.* (2001), citados por Flores (2006), o desenvolvimento territorial possui uma relação direta com a qualidade dos vínculos institucionais estabelecidos, sobretudo aqueles que determinam elos entre a institucionalidade local com as institucionalidades externas à localidade (regional, nacional ou internacional), fortalecendo mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis.

O autor identifica a importância determinante dos processos de construção das institucionalidades locais e da qualidade de suas relações externas. Para o autor, estes elementos podem representar o rompimento com as práticas tradicionais de políticas clientelistas e de domínio do poder por segmentos específicos, facilitando a formação de novas iniciativas, reconstruindo as redes de poder local e permitindo a formação de novas estratégias de cooperação (FLORES, 2006).

Portanto, pode-se deduzir que a qualidade do quadro institucional está diretamente relacionada à capacidade de compreensão da complexidade dos processos de desenvolvimento territorial. Por outro lado, isso é fundamental para que os atores sociais transformem-se em protagonistas e comprometam-se com as ações necessárias e que contribuam para a consolidação das transformações exigidas durante os processos de afirmação de territórios.

1.1.5 Desenvolvimento territorial

O conceito de território cada vez mais vem sendo associado à qualidade dos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Não raro é possível encontrá-los associados, denotando a preocupação com as possíveis relações existentes entre os fatores constitutivos do espaço territorializado e o alcance dos objetivos de desenvolvimento de grupos sociais. Neste sentido, Pecqueur (1992) indicou claramente que o espaço-território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das empresas.

Do ponto de vista material e produtivo, os territórios, segundo Pecqueur, assumem o caráter de sistemas produtivos locais (podendo receber também outras denominações, como *millieux* ou atmosferas), que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (reciprocidade, cooperação, concorrência, disputa, etc). Neste sentido, os territórios não possuem apenas uma dimensão econômica e material, mas também cultural e cognitiva e, neste sentido, são um resultado, pois “constituem-se em espaços particulares que permitem operar uma mediação entre o indivíduo e o exterior” (PECQUEUR, 1992, p. 84).

Os trabalhos de Pecqueur alertam para a diferença entre o território dado - delimitação político/administrativa - e o território construído – aquele cuja construção é feita pelos atores sociais.

Referindo-se ao território construído, o autor diz que este é o resultado de um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procuram identificar e resolver um problema comum. Resume esta visão dizendo que o território seria uma rede para resolver problemas, uma “cesta” de produtos e serviços que se reforçam mutuamente. Trata-se da mudança do espaço banal para o espaço território (PECQUER, 2005).

Segundo Paulillo, a construção social de um território é determinada por fatores estratégicos de mobilização local, como as normas (ou institucionalidades), os recursos de poder, a confiança e a cooperação ou reciprocidade. Na visão da autora, os processos de construção de territórios, que vêm ocorrendo no Brasil, refletem dinâmicas de poder e riqueza que dependem “da capacidade de interação

estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional” (PAULILLO, 2000, p. 48).

Dentro deste contexto, o território emerge como categoria privilegiada para sintetizar, em conjunto coerente de interpretação e gestão, muitos dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento rural (ECHEVERRI; RIBEIRO, 2005).

Esses autores reafirmam:

[...] reconhecimento da integralidade do desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades e encontram nos territórios fundamento para construir nova forma de aproximação do desenvolvimento rural (ECHEVERRI; RIBEIRO, 2005, p. 25).

O enfoque territorial considera, sobretudo, a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos (SABOURIN, 2002).

As estratégias de desenvolvimento territorial são divididas em quatro principais linhas:

- cadeias produtivas, produtos e qualidade;
- governança e coordenação territorial ou local (políticas públicas, organização e cooperação);
- atividades e empregos (novas atividades, reestruturação produtiva, geração de empregos, etc);
- lógicas de inovação (construção sociotécnica da inovação) (SÉBILLOTTE *apud* SABOURIN, 2002, p. 01).

Existe a necessidade de se associar, nas políticas de desenvolvimento rural, à noção integradora e espacial de “construção de território”, como complemento das abordagens setoriais. Esta abordagem aponta para a identificação e a valorização das dinâmicas de coordenação e organização das relações e dos fluxos existentes entre os agentes locais, por uma parte, e entre o território e seu ambiente externo, por outra (SABOURIN, 2002).

Os autores Carrière e Cazella (2006), analisando algumas ações de desenvolvimento territorial na França, concluem que elas buscam, principalmente, reduzir as desigualdades entre as regiões que apresentam níveis bastante elevados de satisfação das necessidades da população e aquelas que, por razões históricas e geográficas, não apresentaram o mesmo êxito. Em outras palavras, a questão central dizia respeito à necessidade de se promover a equidade entre as diferentes regiões.

Neste contexto, contrariando as consequências impostas pelo fenômeno da globalização (padronização, descentralização dos processos produtivos, competitividade, entre outros), os estudos de Bernard Pecqueur, Amédée Mollard, Jean-Paul Carrière, Claude Courlet, Denis Requier-Desjardins, François Boucher, Claire Cerdan, Jacques Theys, Ademir Antônio Cazella, Carolina Andion, Paulo Freire Vieira, Wilson Schmidt, dentre outros pesquisadores, apontam para possibilidades de sobrevivência de sistemas produtivos localizados. Utilizam-se, em suas pesquisas, de estratégias, como a valorização de externalidades⁶, as vantagens por proximidade no território/aglomeração, dentre outros aspectos. Trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial, sendo este entendido como um processo descentralizado e que contraria o modelo do pós-guerra - centralizador e estatal, focado em grandes complexos urbanos e industriais. O desenvolvimento territorial “está voltado para a valorização dos recursos locais e dos pequenos centros urbanos integrados ao seu entorno rural” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 24).

A presente perspectiva relaciona o sucesso do empreendimento não apenas com a capacidade do empreendedor, mas, sobretudo, com o ambiente que cerca o empreendimento, que pode ser mais ou menos favorável a sua prosperidade. Assim, observam-se as externalidades positivas decorrentes da proximidade, da cooperação e da organização no território (PAULA, 2004). Reaparecem, então, as discussões sobre os distritos industriais, especialmente aquelas que analisam os casos da

⁶ Segundo Picard (1998), externalidades são efeitos positivos ou negativos em termos de custos ou de benefícios, gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que estes tenham oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. As externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão e podem ser positivas – quando os demais agentes, involuntariamente, se beneficiam, ou negativas, quando aquela decisão gera custo para os demais agentes.

Inglaterra e Itália (PAULA, 2004; ABRAMOVAY, 2001; VEIGA, 2002; PUFFAL, 2006; PECQUEUR, 2006a).

Para estes autores, o sucesso da chamada Terceira Itália deve-se a um conjunto de fatores: proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas, estreita colaboração interfirmas, competição interfirmas baseada na inovação, uma identidade sócio-cultural que facilita a confiança e o suporte do governo municipal e regional.

Nessa direção, Carrière e Cazella afirmam:

A proximidade e o modo de funcionamento da PME integradas aos distritos industriais são marcados pelo estabelecimento de estreitas relações de cooperação. Isto não significa, no entanto, que inexista concorrência entre as empresas. Essa combinação paradoxal torna-se possível graças ao clima de confiança que se alimenta de contratos regulares entre fornecedores e clientes de uma mesma área. [...] a homogeneidade sociocultural das zonas compreendidas pelos distritos industriais está entre os elementos explicativos mais importantes da coerência do seu funcionamento (2006, p.31-32).

Pode-se dizer que as particularidades do sistema produtivo presentes na Terceira Itália eram: o tamanho (pequeno) das firmas e o relacionamento complexo entre elas, assim como com a comunidade local. Nesse sentido, o desenvolvimento da região da Emilia Romagna não se deve apenas ao êxito empresarial expresso nas formas de cooperação das Pequenas e Médias Empresas (PME), mas também ao governo progressista local e ao capital social.

Para Carrière e Cazella (2006), o ponto máximo de maturação de um território construído consiste na geração de uma “renda de qualidade territorial”, capaz de superar a renda obtida através da venda de produtos e serviços de qualidade superior. Nessa concepção, o próprio território é o “produto” comercializado. Para tanto, os diferentes atores locais – públicos e privados – precisam articular suas ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais.

Esses autores afirmam que “[...] a metamorfose de recursos em ativos específicos é indissociável da história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva e cognitiva característica de um dado território” CARRIÈRE; CAZELLA (2006, p. 34). Dentro deste contexto, segundo Pecqueur, existem certas condições que estimulam:

[...] a busca de novos recursos que, na escala dos sistemas produtivos localizados, apresentam características “sui generis”. Os recursos produtivos podem, com efeito, ser valorizados em razão de seus baixos custos de produção e, também, pela sua capacidade de compor uma oferta distinta da concorrência, ampliando assim as margens de lucro (PECQUEUR, 2006, p. 135).

Nesta linha, é lançada a hipótese da cesta de bens:

[...] os agentes produtivos sediados num dado território podem colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (integrando vários tipos de bens e serviços) e situada (vinculada a um espaço específico, à sua cultura, à sua história) (PECQUEUR, 2006, p. 36).

Pode-se perceber que esta estratégia possui forte influência da experiência da Terceira Itália, sobretudo no que diz respeito à cooperação (composição da oferta) e à questão da oferta situada, ou seja, com ancoragem local (PECQUEUR, 2006; CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

Admitir que a especificidade de um dado lugar influencia a natureza dos recursos produzidos significa reconhecer que o contexto da produção exerce um papel determinante nos processos produtivos. A produção estaria assim enraizada no espaço físico e nas práticas historicamente constituídas (PECQUEUR, 2006b, p. 137).

No modelo da cesta de bens, o consumidor passa a fazer parte do centro do debate. Isso porque o modelo não está pensado para o consumidor tradicional, aquele que quer quantidade, qualidade

(questionável) e baixos preços. O consumidor, neste caso, olha o produto de forma estanca e não vê o que está por trás dele.

O consumidor que procura um produto da cesta de bens o escolhe por sua ancoragem local e está disposto a pagar por amenidades ambientais ou sociais.

Nesse sentido, pode-se aproximá-lo da noção de preço de opção, que mede a disposição do consumidor de pagar pela preservação de um ativo natural em vista de um provável uso futuro (PECQUEUR, 2006b, p. 144-145).

O referido autor segue explicando:

A hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando, num momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos (a cesta). Isso significa que essa oferta de produtos interligados gera um excedente para o consumidor que pode ser considerado mais elevado do que a soma dos excedentes de cada produto. [...] Pode-se qualificar esse fenômeno como simbiótico. O produto líder atrai consumidores que também apreciam a qualidade dos outros produtos da cesta, o que reforça a imagem de qualidade global do território. A cesta é, portanto, constituída por produtos ou serviços oriundos de diferentes produtores e de lugares de um mesmo território e seu consumo não é necessariamente simultâneo (PECQUEUR, 2006, p. 144).

A composição da cesta implica numa organização dos envolvidos no que o autor chama de “clube de atores”. Esse clube é formado “por um cálculo oportunista, mas também pelo sentimento de pertencimento a um conjunto de valores compartilhados” (PECQUEUR, 2006b, p. 145-146). A cesta de bens e serviços territoriais possui as seguintes características:

Um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais. Uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial. Uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda de qualidade territorial.

1.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O RURAL DENTRO DA PERSPECTIVA TERRITORIAL

No Brasil, como em outros países, temos presenciado uma importante transformação no cenário agrícola – o aumento da produção e a redução do número de produtores, especialmente os agricultores familiares. Isso se deve à adoção de técnicas modernas ou industriais de produção na agricultura (máquinas, equipamentos, insumos químicos de síntese para cultivo ou criação, variedades e raças melhoradas e de alto rendimento, etc.), que são responsáveis pelo aumento do rendimento físico (quilogramas por área) ou da produtividade do trabalho (quilogramas por trabalhador) (BÉTEILLE, 1994; HERVIEU, 1996; GRAZIANO DA SILVA, 1996, 1999; DELGADO, 1997, 2001; COSTA NETO, 1999; ROMEIRO *et al.*, 2003).

Um dos resultados deste processo para o País tem sido o aprofundamento das desigualdades e dos conflitos sociais, pois o acesso a este padrão tecnológico está restrito a um número cada vez menor de usuários mais capitalizados e, conseqüentemente, inacessível e inadequado aos agricultores familiares que, apesar disso, continuam tendo uma grande representatividade econômica e social na agricultura brasileira (GOMES, 1997; GUANZIROLI *et al.*, 2000; PLEIN, 2006). Este mesmo fenômeno orientou o processo de modernização tecnológica da agricultura de outros países em passado recente. Hervieu, analisando impactos da modernização na agricultura francesa destaca:

[...] a sociedade francesa tem uma grande dificuldade de explicar para ela própria a perturbação que se produz sob os seus olhos: no momento em que torna-se uma grande potência agrícola exportadora - a segunda do mundo - a França cessa de ser uma sociedade agrária. No fim

do século XIX, os agricultores constituíam o grupo majoritário na sociedade francesa e, no entanto, a França não assegurava a sua segurança alimentar. Hoje, a França enfrenta dificuldades para fazer a gestão dos seus excedentes, enquanto que os agricultores tornaram-se um grupo profissional minoritário entre outros. Estas duas situações, mudanças técnicas inconcebíveis intervieram; a agricultura se mundializou, fazendo desaparecer uma civilização milenar (HERVIEU, 1996, p. 03, tradução nossa).

O objetivo deste trabalho não é retomar as discussões sobre a modernização conservadora da agricultura brasileira e suas consequências no cenário rural do país. As leituras efetuadas mostram que o tema já foi bastante discutido e conta com expressivas contribuições de autores, a exemplo de Goodman *et al.* (1990); Graziano da Silva (1982); Hobbelink (1990); Bonny (1993); Salles Filho (1993); Almeida (1998), dentre outros. Para Santa Rosa de Lima, área da pesquisa, encontramos o estudo de Muller (2001), que analisa todo o processo histórico de mudanças no processo produtivo da agricultura familiar, além do trabalho de Cabral (2004), que agrega a análise da contribuição deste processo ao desenvolvimento local.

É importante, no entanto, deixar claro que este trabalho está inserido no contexto dos estudos que reconhecem que a modernização a que foi submetida a agricultura brasileira resultou (e ainda resulta) no acúmulo de capital por parte das grandes empresas integradoras e dos grandes proprietários rurais; ocasionou (e ocasiona) prejuízos ambientais; provocou (e provoca) a contaminação dos alimentos (com prejuízos para a saúde de quem produz e de quem consome) e, principalmente, levou (e leva) ao empobrecimento e à exclusão social pessoas que historicamente foram responsáveis pela alimentação da população brasileira.

Deve-se destacar que, com relação à região das Encostas da Serra Geral, embora com menos intensidade (devido, dentre outras coisas, às limitações físicas impostas pela declividade do solo), também lá se verificam os impactos ocasionados pela modernização da agricultura (MULLER, 2001; CABRAL, 2004).

Conforme cita Wanderley (2002), a sociedade brasileira começa a enxergar sob um novo foco o meio rural, visto até então como fonte de problemas. Surgem indícios de que o meio rural pode ser portador de soluções para problemas estratégicos que afligem o País. As regiões

rurais podem proporcionar alternativas aos problemas de trabalho e renda e para a melhoria da qualidade de vida, por meio de contatos diretos e intensos com a natureza. Nesta perspectiva, cita-se como exemplo o agroturismo (um dos temas de estudo deste trabalho de pesquisa), que permite o estabelecimento de relações intensas, embora intermitentes, entre os valores urbanos e os territórios rurais, através da interação interpessoal.

Pode-se dizer que esta valorização do rural está ligada ao fato de que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, baseado na agricultura patronal, teve como resultado o abandono do campo por milhões de pessoas. Este modelo de desenvolvimento, que privilegiou a grande propriedade e a grande escala, não considerou o local, nem as formas de produção mais flexíveis, e trouxe grandes danos ambientais ao País.

O incentivo à agricultura patronal relaciona-se ao conceito de crescimento econômico, onde o enfoque está centrado no resultado em termos de produto e renda. No caso da agricultura, esta concepção é chamada de produtivismo e foi marcada por um conjunto de princípios que caracterizaram o processo da Revolução Verde. Considerava-se que bastava aumentar a produção para se atingir o almejado desenvolvimento do País e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. “Os altos rendimentos das variedades de culturas positivamente sensíveis ao uso de fertilizantes constituem a inovação central da ‘Revolução Verde’, principal veículo de transformação da agricultura do Terceiro Mundo por parte dos capitais agroindustriais multinacionais (GOODMAN *et.al.*, 1990, p. 26-27).

Autores como Navarro (2001), Schneider (1994a; 1994b), Abramoway (1998) e Veiga (1991; 2002) fazem fortes críticas ao avanço do modelo de desenvolvimento pautado na Revolução Verde, no consumo de combustível fóssil e baseado em macro-planos e na grande propriedade da terra, apontando para severas limitações deste modelo, especialmente em termos sócio-ambientais. Estes autores apontam para a necessidade de que os atuais processos de desenvolvimento passem a pensar no local e nas pessoas, o que só seria possível através do fortalecimento da agricultura familiar.

Dentre os autores que buscam realizar uma delimitação conceitual da agricultura familiar encontramos o trabalho de Altafin (2003), que sintetizou em duas vertentes principais de abordagem a discussão do tema. A primeira é aquela que considera que a atual agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das

transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. A outra defende a tese de que a agricultura familiar brasileira está em evolução, tendo significativas raízes históricas. Aqui, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantêm uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1999).

Na década de 90, o conceito de agricultura familiar passa a extrapolar o ambiente acadêmico, influenciando diretamente políticas públicas e movimentos sociais. Neste contexto, faz-se necessária a proposição de usos mais operacionais do conceito. Surge, então, o importante estudo realizado pela FAO/INCRA (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1996, ano de criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), propondo as características básicas do modelo de agricultura caracterizada como patronal e do modelo chamado de familiar.

No estudo citado, os estabelecimentos familiares foram considerados como aqueles que preenchiam, simultaneamente, as seguintes condições: a direção do trabalho é exercida pelo produtor; não existem despesas com serviços de empreitada; o número de empregados permanentes e temporários é menor ou igual a quatro temporários (sem permanente) ou três temporários (no caso de, no máximo, um permanente), calculada a média anual; possuem área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões (FAO/INCRA, 1996).

Após alguns anos desta proposição, os autores do referido estudo realizaram uma atualização do conceito de agricultura familiar proposto em 1996, passando-a a defini-la em conformidade com as seguintes características: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado⁷(GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Os dados do censo agropecuário realizado em 2006 mostram a importância da agricultura familiar no Brasil. Dos 5.175.489 estabelecimentos rurais existentes no País, 84%, ou seja, 4.367.902

⁷ Foi estabelecida uma "área máxima regional" para cada grande região no Brasil como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares que considere as enormes diferenças regionais para evitar que grandes latifúndios improdutivos sejam incluídos no universo de unidades familiares.

estabelecimentos eram classificados como familiares e ocupavam 24% da área de terras (80.250.453 hectares de um total de 329.941.393 hectares).

Por outro lado, a tabela a seguir mostra a relação de pessoal ocupado na agricultura familiar, em comparação com a agricultura patronal, por estabelecimento rural, em 2006, no Brasil.

Pessoal ocupado(1) no estabelecimento em 31.12.06						
Agricultura familiar	Total		Sexo			
	Total	De 14 anos e mais	Homens		Mulheres	
			Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	16.567.544	15.505.243	11.515.194	10.919.257	5.052.350	4.585.986
Agricultura familiar Lei 11. 326	12.322.225	11.412.590	8.174.002	7.666.373	4.148.223	3.746.217
Não familiar	4.245.319	4.092.653	3.341.192	3.252.884	904.127	839.769

Tabela 1: Pessoal ocupado no estabelecimento em 31.12, por sexo, segundo a agricultura familiar - Brasil (2006).

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. (1), inclusive produtor.

Pode-se perceber que das 15.505.243 pessoas ocupadas com 14 anos e mais no Brasil, em 2006, mais de 48% estavam situadas em unidades familiares de produção (IBGE, 2006).

Outra informação relevante diz respeito à produção de alimentos, onde a agricultura familiar aparece como responsável pela produção de 69,76% do feijão (Kg) produzido no Brasil; 86,70% da mandioca (Kg); 45,90% do milho (grão); 58,14% do leite (litro); 50,01% das aves (cabeças); 15,95% dos ovos (dz) e 59,04% dos suínos (cabeças) (IBGE, 2006).

Os dados apresentados ratificam o que autores como Veiga (2002) defendem: que o Brasil deve adotar uma estratégia de desenvolvimento focada na agricultura familiar, pois ela gera mais emprego; é fundamental para a segurança alimentar no País; gera menos impactos ambientais, além de contribuir de forma decisiva para a manutenção da paisagem rural e da cultura rural.

Nos últimos anos, parte dos estudiosos e, especialmente, parte dos gestores públicos que trabalham com os temas relacionados às questões rurais, passaram a reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do País. Mesmo assim, as

transformações estruturais decorrentes do caráter da modernização das atividades produtivas, tais como a reversão de um quadro marcado pelo empobrecimento, o êxodo, a masculinização e o envelhecimento das populações rurais se fazem presentes e geram novos desafios para a revalorização da agricultura familiar (ANJOS & CALDAS, 2005).

Dentro deste contexto, a agricultura familiar passa a buscar novas formas de garantir sua sobrevivência e reprodução no meio rural, com mudanças na sua base de organização do trabalho, bem como dos sistemas de produção. Cabe destacar, neste contexto, que ainda hoje é comum imaginar o meio rural como o local de realização das atividades primárias (agricultura e pecuária). Seus habitantes não raramente são identificados como atrasados e incapazes de se adaptarem à vida moderna. Na maioria das vezes estas definições procuram justificar o papel acessório do meio rural em relação às cidades, atribuindo-lhe ora a responsabilidade de fornecedor de mão-de-obra, ora de produtor de alimentos para o abastecimento urbano e, mais recentemente, a função de reserva ambiental (TURNES, 1996).

O estudo de Martins (1986) ilustra esta perspectiva ao identificar que os agricultores familiares já receberam outras denominações e que, muitas vezes, elas tiveram cunho pejorativo, fazendo referência a uma pessoa rústica, atrasada e ingênua. São palavras depreciativas, ofensivas e muitas vezes relacionadas à preguiça.

No entanto, a imagem do meio rural ligada exclusivamente aos agricultores e à atividade primária foi alterada nos últimos anos. O espaço rural passou a ser palco de realização de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas. Dentro deste contexto, ele passa a incorporar papéis que atendem a interesses de toda a sociedade: serviços, habitação, preservação ambiental e de valores, produção de alimentos diferenciados etc. Surgem, especialmente a partir dos anos de 1990, os conceitos de multifuncionalidade (Cazella, 1999; Laurent, 2000; Carneiro, 2003; Maluf, 2003) e de pluriatividade (Graziano da Silva, 1997; Carneiro, 1998; Kageyama, 1998; Schneider, 1994 a; 1994b; 2005 e Anjos, 2001; 2003; Laurent, 2000), que buscam explicar o surgimento destes novos fenômenos nas sociedades rurais contemporâneas.

A noção de multifuncionalidade aponta para a diversificação econômica dos territórios rurais e potencializa a valorização dos seus recursos materiais e imateriais. Ilustrando esta perspectiva, Carneiro; Maluf (2003) citam:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura familiar que deixa

de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Os autores fazem um interessante debate, justificando que a noção de multifuncionalidade é mais ampla que a da pluriatividade, sendo que a primeira englobaria bens públicos e a segunda estaria restrita aos bens privados.

Assim, a pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno (ANJOS, 2003).

Baumel e Basso (2004), para justificar o desenvolvimento da pluriatividade, afirmam:

[...] se estabelece como prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação das fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade, as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Esta nova configuração do rural e dos agricultores responde à necessidade da construção social de novas funções para o rural. Trata-se de um fenômeno relevante para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico do espaço rural. As atividades de turismo desenvolvidas neste espaço ganham destaque e passam a ser implementadas em vários municípios brasileiros, como no caso de Santa Rosa de Lima, foco da presente pesquisa.

CAPÍTULO II

O AGROTURISMO COMUNITÁRIO DENTRO DA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA E TERRITORIAL

2.1 O CONCEITO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Sendo a geografia a ciência que estuda a produção e os efeitos das relações sociais e de poder no espaço geográfico, e o turismo, um fenômeno relacionado às pessoas e aos lugares, ocorre forte inter-relação destas duas áreas (CORIOLANO; SILVA, 2005).

Neste contexto, a geografia adquire grande relevância no estudo e compreensão do turismo, visto que esta atividade é fundamentalmente espacial e sua espacialidade é determinada pelo deslocamento e pelo movimento das pessoas. Através da geografia é possível analisar a distribuição dos recursos turísticos sobre o território; a transformação espacial induzida pelos equipamentos turísticos e atividades relacionadas; os impactos positivos e negativos no meio ambiente e na cultura local gerados pelo turismo, dentre outros aspectos.

Antecipando esta visão, Cassola (1982) diz que a geografia é

[...] a ciência que estuda as particularidades territoriais da economia turística, a distribuição territorial das atividades de produção e serviços relacionados com o turismo e as condições, fatores e recursos que condicionam seu desenvolvimento em diferentes países e regiões. (CASSOLA, 1982, p. 19, tradução nossa)

Existem diferentes perspectivas de análise para a interação entre o turismo e o espaço. Autores como Nicolás (2001), apontam que o turismo é consumidor de espaços e que os elementos físicos, naturais ou humanamente construídos se constituem em atrativos. Nesta perspectiva, Falcão (1996) já apontava para duas formas de consumo por meio do turismo, sendo o consumo material (gastronomia, artesanato, *souvenirs*, hospedagem, vias de acesso e meios de transporte) e o simbólico (festas, manifestações culturais, o imaginário vendido pela mídia, dentre outros).

Já para Carlos, o turismo age como produtor do espaço, pois “[...] cada vez mais o espaço é produzido por novos atores de atividades econômicas como o turismo e, desse modo, praias, montanhas e campos

entram no circuito das trocas, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas” (op. cit., 1996, p. 25).

Molina (2007) destaca a perspectiva do turismo como transformador do espaço do qual se apropria, tendo em vista, dentre outras coisas, a necessidade da atividade de uma infraestrutura fundamentalmente urbana para ocorrer, como vias de circulação, meios de hospedagem e alimentação. Neste contexto, o autor explica que o turismo passa a ser

[...] muitas vezes o elemento re-orientador de uma realidade local, transformando espaços à sua conveniência, uma vez que a atividade proporciona a circulação, no território, tanto de pessoas como de bens e serviços. O turismo é, muitas vezes, a causa principal do consumo e valorização do espaço, não raras vezes transformando objetos naturais em objetos de consumo (MOLINA, 2007, p. 17).

Cruz (2002) reforça esta visão dizendo que, no início do desenvolvimento do turismo no Brasil, esta se utilizava integralmente de infraestruturas criadas em razão de outros usos do território. De lá para cá, entretanto, a atividade deixa, paulatinamente, de ser usuária passiva dos territórios, para tornar-se mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento.

Cabe salientar que a organização e o desenvolvimento do turismo estão ligados a importantes fenômenos socioculturais produzidos pela passagem do capitalismo comercial ao capitalismo industrial (BOYER, 2003). Neste sentido, podemos dizer que o turismo moderno nasceu no século XIX, com o desenvolvimento da civilização industrial, e durante muito tempo ficou restrito às elites.

A manifestação do turismo como fenômeno de massa acontece no período posterior à 2ª. Guerra e relaciona-se à evolução das técnicas (por exemplo, rodovias, ferrovias) e dos objetos técnicos ligados à produção (como os veículos) (SANTOS *et al.*, 2004).

Ruschmann (1997) afirma, neste sentido, que a popularização do automóvel e do avião, a expansão das ferrovias, a ampliação da infraestrutura de comunicação (material - estradas, ferrovias e informação - redes de fibra ótica, satélites, antenas, *internet*), dentre outros, reduziram o tempo de deslocamento entre pessoas, informação, ideias e capital. A autora aponta ainda outros fatores que motivaram o

aumento do fluxo turístico: o crescimento do tempo, livre como consequência da racionalização e do crescimento da produtividade nas empresas; o aumento da renda de amplas camadas da população; o desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que organizam e comercializam viagens; a liberação das formalidades aduaneiras, eliminação de vistos, unificação de documentos de viagens etc., estimulando as viagens internacionais; o aumento da urbanização como consequência da industrialização, a falta do verde e os impactos psicológicos da vida nas cidades, que incentiva as viagens (RUSCHMANN, 1997).

Dentro dos pontos levantados por Ruschmann, merece destaque a questão do tempo livre, o qual foi ampliado com as conquistas trabalhistas do século XX, como a redução na jornada de trabalho, o direito às férias e ao décimo terceiro salário.

Outra questão que tem sido fundamental para a expansão do turismo no Brasil e no mundo é a melhoria das condições econômicas nos diferentes países. A publicação “Turismo no Brasil 2011 – 2014”, lançada pelo Ministério do Turismo e apoiada no estudo Panorama do Turismo Internacional da Organização Mundial do Turismo, mostra que o mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o turismo se situa em 4º lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis (FGV PROJETOS, 2010).

O estudo retrata ainda a evolução do fluxo internacional do turismo. Os dados apresentados mostram o deslocamento de turistas internacionais:

25 milhões em 1950; 277 milhões em 1980; 438 milhões em 1990; 682 milhões em 2000, tendo atingido a cifra de 920 milhões em 2008. Em 2009, a chegada de turistas internacionais reduziu-se a 880 milhões, 40 milhões a menos que 2008, resultado do desaquecimento da economia mundial, ocasionada pela crise financeira. A OMT estima que a entrada de turistas internacionais chegue a 1,6 bilhões em 2020 (FGV PROJETOS, 2010, p. 24).

Neste cenário, o turismo passa a se caracterizar cada vez mais como uma atividade de massa (GAZES; LANQUAR; RAYNOURD, 1980; URRY, 1996; KNAFOU, 1999). O turismo de massa é considerado como o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano.

Rejowski; Solha (2002) citam que o turismo de massa se consolidou

Nas viagens econômicas com todos os serviços incluídos (pacotes turísticos), organizadas pelas agências de viagens e operadoras turísticas, utilizando o frete dos transportes, ônibus com serviço reservado, cruzeiros etc. Cada vez mais pessoas passaram a desfrutar das viagens, principalmente no período de férias (REJOWSKI; SOLHA, 2002, p. 91).

Para ampliar o número de pessoas que realizam viagens dentro do Brasil, o Ministério do Turismo vem propondo e executando uma série de políticas públicas. Pode-se destacar a realização de estudos como as pesquisas aplicadas em 2007 e 2009 sobre hábitos de consumo do turismo do brasileiro nas classes A, B, C e D. Outra iniciativa são os programas como o Viaja Mais Melhor Idade, cujo objetivo é facilitar e estimular brasileiros acima de sessenta anos a viajar pelo País na baixa ocupação.

Cabe destacar, no entanto, que o desenvolvimento do turismo de massa tem sido alvo constante de estudos e críticas no que se refere às suas consequências negativas, oriundas de atuação inconsequente que desconsidera as principais características do meio social e natural em que se insere (TRIGO, 1993; URRY, 1996; SAMPAIO, 2004; CORIOLANO; SILVA, 2005; CORIOLANO, 2006; BURSZTYN *et al.*, 2009; ZAQUAL, 2009).

Para Bursztyn *et al.*, o turismo de massa “compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais” (2009, p. 77). Os autores citam como exemplo do turismo de massa os mega complexos hoteleiros e de lazer (resorts), implantados no Brasil a partir da década de 1990. Estes empreendimentos têm gerado, nas localidades em que estão inseridos, especulação imobiliária; degradação ambiental e não aproveitam a mão-de-obra local, pois a mesma não é qualificada para atender as exigências dos clientes deste tipo de empreendimento. O

estudo de alguns casos, segundo os autores, permite concluir que estes complexos não conseguem melhorar os indicadores de desenvolvimento dos municípios onde se localizam e, ao contrário, trazem prejuízos inestimáveis⁸.

Autores como Zaqual (2009, p.57) apontam para uma tendência de declínio deste tipo de turismo, tendo em vista a “crise do regime de acumulação fordista nos grandes países industrializados”. O autor, explicando as razões de declínio do turismo de massa, cita:

Valores negativos lhe são cada vez mais associados, de forma que a inatividade cultural e contatos superficiais com os meios da recepção, riscos nutricionais e poluição, e, principalmente, a conscientização dos efeitos cruéis de um produto uniforme (ZAQUAL, 2009, p. 57).

O autor continua, constatando:

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever, com efeito, que esse tipo de modelo de produção de serviços turísticos não está mais totalmente em uso com a evolução das necessidades que o mercado exprime. A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura *verdadeiros sítios* que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar. Tais exigências parecem em total contradição com a oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos (ZAQUAL, 2009, p. 57).

⁸ Ver RIBEIRO, Robinson L. M. Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão Social. São Paulo: Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, 2005.

Cabe destacar, no entanto, que apesar de alguns autores apregoarem o declínio do turismo de massa, os números mostram uma expansão crescente deste tipo de turismo. O que se percebe, cada vez mais, são pessoas que questionam os impactos deste modelo, conforme destacam Rejowski e Solha:

A partir do *boom* do turismo, que ocasionou o seu desenvolvimento desenfreado e até irresponsável perante o meio ambiente, passou-se paulatinamente a uma postura crítica com a “experiência turística” e os interesses de todos os agentes do processo (REJOWSKI; SOLHA, 2002, p. 100).

Neste cenário, conforme apontam Coriolano & Silva (2005), surgem concepções diferenciadas de turismo:

O modelo de turismo de massa ou estandardizado, vigente há mais de quatro décadas, já não é o mais adequado para lograr a competitividade de empresas e núcleos turísticos. Uma nova era do turismo está se consolidando, exigindo qualidade, espaço para o turismo personalizado, com exigência de sustentabilidade social e ambiental e de competitividade com qualidade e eficiência, sugerindo, assim, novas formas de turismo (CORIOLANO & SILVA, 2005, p. 89-90).

Irving (2009) corrobora dizendo da necessidade de concepções e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento.

Martin (2002, p. 18) afirma que as alternativas para o turismo convencional possuem diferentes terminologias: “*Ético, solidário, alternativo, responsável, comunitário, durável*”. O autor destaca que o adjetivo equitativo é encontrado frequentemente dentro das diferentes noções e o considera fundamental, pois “A equidade realiza a síntese das noções de igualdade e de equilíbrio que nos parecem dever guiar a ação para uma reforma do turismo” (op. cit., p. 18, *tradução nossa*)

Para Maldonado (2009), a emergência de novas concepções de turismo está também ligada à necessidade da indústria do turismo de conquistar constantemente novos espaços e incorporar novas atrações à

sua oferta habitual e maciça, para dar respostas às novas tendências da demanda mundial.

No Brasil, a noção mais difundida é a do turismo comunitário. Irving (2009) destaca como marco para o início desta discussão os Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL), os quais começaram em 1997. O ENTBL configurou-se como um dos principais eventos acadêmicos na reflexão sobre o fenômeno turístico e seus impactos.

Outros acontecimentos importantes para o fortalecimento do turismo comunitário no Brasil foram os I e II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizados no Ceará e promovidos, respectivamente, pela Universidade Estadual do Ceará (maio de 2003) e Instituto Terramar (maio de 2008). Estes encontros apresentaram e discutiram experiências exitosas de turismo comunitário do Brasil e de outros países e aprofundaram a discussão sobre o assunto.

A constituição da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - Turisol - em 2003, também contribuiu para o fortalecimento desta concepção de turismo no País. A iniciativa teve origem no programa de economia solidária da Embaixada da França no Brasil e reúne projetos/comunidades de vários estados do País. A Turisol é uma rede de articulação entre projetos/comunidades, não tendo personalidade jurídica. Atualmente sua gestão é de responsabilidade do Projeto Bagagem⁹.

Uma das principais conquistas da Rede Turisol foi uma aproximação com o Ministério do Turismo no Grupo de Trabalho (GT) de Turismo Social, a partir de 2003. Nestes encontros, os representantes da Turisol levaram ao GT a necessidade de ampliação do foco de trabalho do grupo, ou seja, que a preocupação não deveria estar centrada somente na ampliação do número de turistas (turismo acessível a todos), mas também com quem recebia, ou seja, com as comunidades.

Muitas vezes a estratégia adotada pelas agências de viagem para baratear os pacotes turísticos é a má remuneração dos prestadores de serviço, além de algumas constituírem um monopólio dos equipamentos necessários para a realização da viagem (possuem aviões e ônibus; hotéis e restaurantes), sendo que o resultado econômico da atividade fica cada vez mais concentrado nas mãos destas empresas.

9 www.bagagem.org.br

Coriolano (2006) ilustra esta perspectiva, ao afirmar:

Sabe-se que ocorre uma fuga das divisas no turismo, associada à concentração dos ganhos e não foi indicada forma de combate a essas práticas, pois implica o afastamento do modelo vigente, centralizador de riquezas. Além disso, há diferentes combinações de usos e apropriações dos lugares, territórios e regiões turísticas (op. cit., p. 176).

Sampaio (2005:23), analisando este contexto, afirma que “Essa é, infelizmente, a lógica predominante do setor turístico: privatizar lucros de curto e de médio prazo e socializar prejuízos de longo prazo”.

Em 2008, o DCPAT (Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo), através da CGPE (Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas), lançou uma chamada pública para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária respondendo também a um anseio da Rede Turisol. Foram selecionadas cinquenta iniciativas em dezenove estados brasileiros. A Rede Turisol fez uma inscrição de forma articulada, tendo cinco projetos aprovados.

Esta iniciativa do Ministério do Turismo, além de permitir um fortalecimento dos projetos selecionados, colocou o tema na pauta de discussão de muitos estados e municípios, além de aumentar o número de pesquisadores envolvidos no estudo desta temática. Um exemplo disso foi o lançamento do livro Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, em 2009.

Neste sentido, é importante destacar o conceito de turismo comunitário apresentado por Maldonado (2009):

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus

respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

Bourboulon *et al.* (2002) *apud* Laurent (2003), complementando a noção anteriormente apresentada, dizem:

Ainda pouco utilizada, a palavra refere-se a formas de turismo propostas e gerenciadas pela própria população local, as quais se integram de forma harmoniosa em diversas dinâmicas coletivas do lugar de recepção. Respeitando o meio ambiente natural e social dessas comunidades, o turismo comunitário é provavelmente o mais fiel herdeiro de um turismo integral (op. cit., p. 124, tradução nossa).

Pode-se dizer que o turismo comunitário pressupõe que a população local esteja diretamente envolvida na organização do turismo e que ela seja financeiramente beneficiada, e de forma justa, pela prestação de serviços ou venda de produtos. Outra questão importante no turismo comunitário é que a atividade deve ser organizada de forma que impacte minimamente os equilíbrios ecológicos, econômicos, humanos e culturais locais. Por fim, pode-se dizer que se trata de uma estadia de imersão para os visitantes, focada na compreensão das realidades locais e culturais.

Cabe destacar que vários movimentos sociais visam reforçar esta concepção de turismo, dentre os quais se destaca o “Slow Travel” (EUA), inspirado no “Slow Food”, que foi criado na Itália nos anos 80 por Carlos Petrini e tem, como princípio básico:

O direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. O Slow Food opõe-se à tendência de padronização do alimento no Mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, se tornando co-produtores (SLOW FOOD BRASIL, 2010).

Já o “Slow Travel” questiona os pacotes turísticos carregados, onde o turista tem um cronograma apertado para aproveitar melhor a viagem e o investimento. As viagens acabam sendo extremamente cansativas, e os turistas geralmente voltam para suas casas com muitas fotos e poucas informações dos lugares visitados, além dos impactos negativos que este modelo, o turismo de massa, causa nos destinos visitados, conforme destacado anteriormente.

Segundo o site do movimento, “Um dos elementos definidores da viagem é a oportunidade de tornar-se parte da vida local e se conectar a um lugar e seu povo. Slow Travel é também uma questão de ligação à cultura” (WHAT IS SLOW TRAVEL, 2010, *tradução nossa*).

Maldonado (2009) alerta que existem formas e graus diferentes de participação das comunidades no desenvolvimento de atividades de turismo. Ele cita seis tipos principais de participação:

- Autogestão do negócio turístico: neste caso a comunidade decide criar um negócio, mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos e é responsável por todas as etapas da operação turística (planejamento, prestação do serviço, promoção e gestão). Destaca-se ainda que as comunidades podem buscar apoio externo para o desenvolvimento da atividade.
- Parceria de negócios com uma empresa privada: um investidor e a comunidade estabelecem um contrato para o desenvolvimento da atividade. Neste caso, cada sócio contribui com uma parte do investimento, o qual pode se dar de diferentes formas (investimento financeiro; de conhecimento ou outros). A comunidade tem direito a receber parte dos lucros e sua participação na gestão do negócio é progressiva. Geralmente, com o passar dos anos a comunidade se torna única proprietária do negócio.
- Parceria comercial com operadoras de turismo: são acordos estabelecidos entre comunidades e agências ou operadoras turísticas. As empresas enviam turistas para as comunidades e estas são beneficiadas através de uma comissão por turista recebido, além de remuneração pelos serviços prestados. A duração da estadia é variável, podendo ir de algumas horas até alguns dias.

- Concessão de recursos comunitários em usufruto: neste caso, uma operadora privada “aluga” uma parte do território de uma comunidade para o desenvolvimento de atividades turísticas. Além da remuneração financeira pelo espaço disponibilizado, geralmente a empresa presta outros serviços à comunidade, como a realização de investimento em infraestrutura da comunidade; doação de alimentos, dentre outros.
- Trabalho assalariado para operários: membros de uma comunidade prestam serviços temporários remunerados para empresas que se instalam ou realizam atividades turísticas em territórios com recursos naturais e/ou culturais da região.
- Formas híbridas: ou seja, a mistura de algumas das modalidades apresentadas anteriormente. Por exemplo, uma comunidade que tem a auto gestão do negócio turístico também pode estabelecer uma parceria comercial com uma operadora de turismo (MALDONADO, 2009, p. 35-35).

Cabe destacar que esta classificação proposta por Maldonado se fez através da análise de algumas experiências no Continente Americano e que, além de existirem outras formas de participação e envolvimento da comunidade, dentro das apresentadas pelo autor existem inúmeras variações. O autor também alerta para casos onde a parceria estabelecida com um agente externo se tornou uma dependência ou mesmo uma fonte de exploração.

2.2 O AGROTURISMO DENTRO DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE TURISMO E COMO DINAMIZADOR DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Complementando as noções apresentadas anteriormente, faz-se necessário indicar o conceito de turismo adotado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como aquele que compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001).

A partir deste conceito, a atividade turística é estruturada para fins de planejamento, gestão e, especialmente, mercado, em segmentos

concebidos pelo conjunto de elementos que os constituem, compondo a oferta de produtos e serviços, além de definir as características e variáveis da demanda.

Segundo o Ministério do Turismo (2006),

[...] a partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de pesca, etc) cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé); aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais) e determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer). Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 03).

O foco deste trabalho é o segmento de turismo rural, o qual engloba a atividade de agroturismo. É importante destacar que muitas vezes os segmentos se entrelaçam na composição da oferta, ou seja, um estabelecimento de turismo rural pode ter, por exemplo, atividades de turismo de aventura e de ecoturismo.

Analisar a atividade de turismo rural como segmento do turismo pressupõe reconhecer a diversidade da realidade rural no Brasil, onde existem variações na organização fundiária; nos tipos de uso conferidos ao solo; nos modelos produtivos, dentre outras características. Desta maneira, apresentam-se formas distintas de segmentação no próprio turismo rural, as quais podem coexistir de forma harmônica ou não no mesmo espaço geográfico.

Na Europa, a atividade é desenvolvida desde o fim do Século XIX. Segundo Barrera (2006), atualmente o turismo rural está consolidado naquele continente, sendo que se estima que mais de 500.000 estabelecimentos desenvolvam a atividade. Segundo o autor, a França, a Irlanda e a Alemanha têm cerca de 3% de suas empresas

agrícolas, realizando atividades de agroturismo. Em outros países, como a Áustria, por exemplo, este percentual é ainda maior.

A França, segundo Barrera (op. cit.), liderou o desenvolvimento do turismo rural no mundo. O autor destaca que, neste País, a vinculação de alimentação e turismo sempre teve muita importância e que a tradição de Denominações de Origem Controlada em produtos, como queijos e vinhos, estimulou esta ligação.

No caso francês, 2,8% das propriedades agrícolas, cerca de 18.543 estabelecimentos, oferecem atividades de agroturismo, em um universo de 663.807 propriedades. Cabe destacar que as unidades de venda direta não estão incluídas neste universo e que elas representam um número importante (PERRET *et al.*, 2001).

Alguns autores que discutem o turismo rural na Europa (Moinet, 1996; Laurent; Mamdy, 1998; Barrera, 2006; Mamdy *et al.*, 2007;), sobretudo na França, apresentam justificativas para o seu desenvolvimento. Percebe-se que as razões são semelhantes às que são utilizadas para explicar a implementação e expansão da atividade no Brasil. A principal delas está relacionada ao êxodo rural, ou seja, ao abandono da terra, sem que se vislumbre a sua sucessão por parte de novas gerações. Isso gera, dentre outras coisas, um enfraquecimento da economia rural e problemas ambientais, como a preservação da paisagem rural.

Assim, dentro do desafio de dinamização da economia das unidades familiares de produção e da crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento rural, os quais são focados no produtivismo, ganha força a discussão de estratégias de desenvolvimento endógeno, que se apresentam como ambientalmente mais benéficas; visam à valorização do capital social e da cultura local e que podem gerar renda complementar para as unidades familiares de produção.

Uma grande diferença entre Brasil e França está, no entanto, na decisão política de apoio e fomento ao desenvolvimento do turismo rural, ou seja, na proposição e implementação de políticas públicas com esta finalidade. Neste sentido, entre algumas políticas interministeriais adotadas na França, pode-se citar o programa de valorização e proteção do patrimônio natural e rural; o programa de melhoria dos meios de hospedagem; o fomento ao desenvolvimento de produtos de qualidade; programas de comercialização de produtos de turismo no espaço rural, dentre outras iniciativas.

Outro ponto de destaque foi a adaptação feita na legislação francesa para suportar atividades de turismo rural. Barrera (2006) cita o caso da Lei 88-1204 de 30 de dezembro de 1988. Segundo o autor, esta normativa

Assinala que a venda de produtos agropecuários na propriedade rural se considera como continuidade do ato de produção, através do qual, quando o proprietário comercializa, não tem estatuto de comerciante e, neste caso, é o consumidor quem controla a qualidade higiênica dos alimentos (BARRERA, 2006, p. 62, tradução nossa).

Outra justificativa para o desenvolvimento das atividades de turismo rural está relacionada à expansão das cidades, com a configuração de grandes metrópoles. Este fenômeno tem despertado em parte de seus habitantes o anseio de buscar espaços mais tranquilos, o contato com a natureza, com os animais, etc. Nesta direção, Rodrigues (2003) aponta que um dos fatores relacionados à disseminação do turismo rural é a valorização da chamada cultura tradicional, um movimento típico dos centros urbanos, que se caracteriza por uma colonização às avessas, ou seja, a cultura rural colonizando os espaços urbanos, um resgate das tradições rurais que foram deixadas de lado com a cultura urbana e que muitos autores chamam “retorno às origens”.

Giuliani (1990) caracteriza este fenômeno como neorruralismo, expressando a ideia de que uma série de valores típicos do mundo rural passa por um revigoreamento e começa a ganhar a adesão de pessoas da cidade. Essa adesão, segundo Thomé (2007), está relacionada com o despertar da consciência das sociedades contemporâneas sobre as questões ambientais e a importância da produção agrícola no fornecimento de produtos e serviços fundamentais para a civilização do Século XXI.

Ao justificar a importância do meio rural para o desenvolvimento do turismo, Moinet (1996) afirma:

O meio rural é rico em patrimônio e cultura. Para valorizá-lo, as possibilidades são variadas, indo da hospedagem à animação e passando pela alimentação. Além de uma série de produtos inovadores, baseados em habilidades ou

circunstâncias geográficas e culturais particulares (MOINET, 1996, p.13, tradução nossa).

No caso brasileiro, as primeiras iniciativas oficiais com o rótulo de turismo rural se deram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, no ano de 1986. Neste período, algumas fazendas começaram a acolher visitantes para passar um dia no campo, constituindo, na sequência, os hotéis fazenda (RODRIGUES, 2003).

No entanto, já em 1981, Lourdes Sartor lançava o livro *Turismo rural: uma alternativa de produção*, apresentando iniciativas incipientes, que se aproximavam do turismo rural no Rio Grande do Sul e em propriedades rurais de São Paulo, ambientadas em antigos cafezais. Neste caso, é importante ressaltar que este processo ocorre tanto em propriedades da agricultura patronal como em propriedades da agricultura familiar. No primeiro caso, os principais exemplos estão ligados às fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Silveira (2007), explicando o desenvolvimento da atividade no Estado do Rio de Janeiro, cita o exemplo do Vale do Paraíba Fluminense. Segundo o autor, trata-se de uma região onde a lavoura do café atingiu índices máximos de produção e valorização, para, em curto espaço de tempo, se transformar no maior produto de exportação do Brasil. Com esta monocultura, fez acumular fortunas que proporcionaram a construção de residências monumentais no espaço rural. No entanto, a decadência da “era do café”, iniciada em 1870, fruto do uso indiscriminado dos recursos naturais; do fim da escravatura; da baixa no mercado internacional; do endividamento dos fazendeiros, dentre outros fatores, levou à falência muitos dos barões do café.

Com o decorrer dos anos, continua o referido autor, as propriedades rurais passaram para outros donos (herdeiros ou terceiros), os quais deram outros usos para as mesmas, sobretudo no desenvolvimento da bovinocultura leiteira. Muitas das mansões da era do café foram abandonadas e acabaram destruídas.

No entanto, em alguns casos, o patrimônio material (casas e objetos de decoração) foi preservado. Este foi, então, aliado ao patrimônio imaterial (especialmente ligado à cultura do café) e destinado ao desenvolvimento do turismo. Surgem, assim, as fazendas de turismo rural ligadas à cultura do café. Os objetivos principais destes estabelecimentos eram a geração de renda aos proprietários e o compartilhamento da cultura tradicional ligada à era do café com os visitantes (SILVEIRA, 2007).

No caso da agricultura familiar, Marafon (2006) destaca que o desenvolvimento de atividades de turismo rural resulta da necessidade dos agricultores em garantirem sua reprodução e sobrevivência. Conforme destacado anteriormente, este novo cenário está relacionado diretamente ao fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar e do reconhecimento da multifuncionalidade do espaço rural.

Neste sentido, o turismo passa a ser um forte aliado para manter as famílias no campo, se configurando como uma possibilidade para melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural.

Os agricultores buscam no turismo uma complementação da renda ou, muitas vezes, mudam a atividade original, configurando um novo uso do território, baseado no patrimônio histórico, cultural, arquitetônico etc.

Pode-se dizer que o espaço rural está recebendo seu valor turístico, que se caracteriza como sendo:

Conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletivo, fruto de relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, os quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um composto de bens e serviços como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, fatores climáticos e geográficos (*in natura*), e os elementos das infraestruturas gerais e específicas. Este conjunto tem por unidade a força de atração que mobiliza o deslocamento e a permanência nessa localidade de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando seu valor e estabelecendo uma nova relação social: hospitalidade. Por essa dinâmica, requer que sua sustentabilidade seja investigada no processo de valorização (LEMOS, 2005, p.207).

Cabe destacar, no entanto, que, em termos de abordagem, diversas realidades dão lugar a conceitos diferentes de turismo, desenvolvidas no espaço rural, sobre os quais são frequentes as divergências entre autores.

Na análise de textos que abordam as conceituações de turismo no espaço rural, encontramos em Oxinalde (1994, p. 25) a utilização da expressão “turismo em espaço rural” como resultado do somatório das modalidades de turismo desenvolvidas neste meio (ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo desportivo, agroturismo, turismo rural, etc), sendo que estas atividades não se excluem e, sim, se completam.

O autor complementa sua visão, dizendo que “de todas elas participa o turismo no espaço rural. Mas, seguindo com as dificuldades de definição, as mesmas das palavras “turismo” e “rural” que são bastante ambíguas” (OXINALDE, 1994, p. 25, tradução nossa).

Os autores Oliveira; Campos (2007) consideraram ser um:

[...] equívoco considerar o turismo em espaço rural como sinônimo de turismo rural. São tipologias diferentes, porém coincidentes uma vez que toda modalidade de turismo rural, necessariamente tem que ser realizada em espaço rural e, ao contrário disto, nem todo o turismo em espaço rural precisa ser turismo rural OLIVEIRA; CAMPOS (2007, p. 588).

Para Rodrigues (2001), a imprecisão dos conceitos está relacionada à tentativa de classificação baseada em parâmetros europeus, o que resulta em equívocos, por se tratar de realidades diferentes e complexas.

Desta maneira, é fundamental considerar, a fim de definir as atividades de turismo realizadas no espaço rural, o processo histórico de ocupação territorial; a estrutura fundiária; as características paisagísticas regionais; a estrutura agrária, com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas; as atividades econômicas atuais; as características da demanda e os tipos de empreendimentos.

Tendo em vista a franca expansão do turismo rural, Varennes publicou, na França, em 2004, a obra *Guide juridique et fiscal du tourisme rural*. O livro busca agrupar aspectos de regulamentação ligados ao plano jurídico, fiscal e social da atividade. Mas, para chegar a este objetivo, uma das primeiras questões trabalhadas pelo autor é justamente a conceitual. Segundo ele, a denominação econômica dos prestadores turísticos no meio rural é muito diversificada e varia segundo seus interlocutores. As diferentes e mais usadas expressões são: turismo rural, turismo verde, turismo na fazenda e agroturismo.

O referido autor divide os conceitos em três noções principais: o turismo rural como denominação mais ampla, que agrupa todas as atividades de recreação e estadia fora das cidades; o turismo verde, como um subgrupo do turismo rural que faz referência diretamente aos valores da natureza e da paisagem e que correspondem à visitação dos espaços rurais. Neste subgrupo, as ofertas de serviços são asseguradas por agricultores ou não agricultores que compartilham o seu espaço. A terceira seria o agroturismo, considerado um subgrupo do turismo verde que compreende a prestação proposta pelos agricultores em suas propriedades (VARENNE, 2004).

Para a realidade brasileira, passa-se a considerar, a partir das leituras realizadas e experiências conhecidas, a existência de três conceitos que auxiliam na análise do fenômeno: a) turismo no espaço rural; b) turismo rural e c) agroturismo (aqui entendido como sinônimo de turismo rural na agricultura familiar, definição atualmente adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e aceita pelo Ministério do Turismo).

O primeiro deles, turismo no espaço rural, estaria justamente relacionado ao conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no ambiente rural. É conceituado como

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consistem de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1998, p. 14).

O segundo conceito, o turismo rural, diz respeito a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural.

Para Rubelo e Luchiar, o turismo rural é:

[...] a somatória de possibilidades que permite ao turista conhecer as práticas sociais das famílias rurais, a cultura rural, o contato com as atividades do campo, com a natureza, com a herança material, expressa ainda nos objetos utilizados

para desenvolver as atividades de produção agrícola e o saber local (2005, p. 214).

Esta visão já foi apresentada pelo órgão máximo de proposição de políticas públicas para o turismo no País, quando da publicação do documento intitulado "Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil", resultado de oficinas e estudos realizados entre os anos 1998 e 2003. Neste documento, o turismo rural é caracterizado como

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 11).

O Ministério do Turismo deixa evidente que, ao formular políticas públicas para o setor, estas devem beneficiar todos os segmentos de turismo desenvolvidos no espaço rural, sendo desta forma estabelecido um conceito bastante abrangente. Percebe-se, no conceito proposto, que a propriedade rural não precisa ser “ativa” no que diz respeito à produção de alimentos. Tem destaque, neste conceito, a expressão “comprometido” com a produção agropecuária, o que pode ser explicado:

[...] existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Dessa forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida, considerados típicos de cada população rural (op. cit., p. 20).

O terceiro conceito, agroturismo, é entendido como

Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e

serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos (GUZZATTI, 2003, p. 53).

Este conceito, ao contrário dos dois primeiros apresentados, demarca, de forma clara que a atividade de turismo se processa no espaço rural por agricultores familiares ativos nas atividades agrícolas e/ou pecuárias; e pressupõe o intercâmbio com o visitante.

Ressalta-se que o conceito de agroturismo e de turismo rural na agricultura familiar são utilizados como sinônimos no Brasil. A diferença do primeiro em relação ao segundo é que o agroturismo pressupõe a organização dos agricultores (trabalho associativo/em grupo, configurando-se como uma iniciativa de turismo de base comunitária) para o desenvolvimento da atividade.

Um fato relevante no desenvolvimento do agroturismo ocorreu em 2001, através do início de uma articulação nacional para a constituição de uma rede nacional de atores envolvidos com a atividade. Neste sentido, Guzzatti (2003) destaca a reunião realizada em Brasília durante o VII Encontro Nacional do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Na oportunidade, trinta e cinco técnicos de diversas regiões/instituições do País discutiram o desenvolvimento da atividade em suas regiões de origem, além de estabelecerem ações coletivas prioritárias. Esta foi a semente para a criação da Rede TRAF – Rede Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, no ano seguinte, 2002, e que passou a ter total apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar.

Em 2002, o Instituto Cepa/SC, em parceira com a Rede Cepagro e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, e contando com o patrocínio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizou uma pesquisa para conhecer melhor as atividades de turismo desenvolvidas no espaço rural catarinense.

O estudo foi pioneiro no País e motivado pela necessidade das organizações envolvidas (eram as que atuavam de forma mais consistente no desenvolvimento e na implementação do agroturismo em Santa Catarina) em conhecer melhor a atividade. Empiricamente se sabia que o número de empreendimentos era significativo e se conhecia alguns dos entraves para o fortalecimento da atividade. No entanto, dados empíricos não eram suficientes para dialogar com instituições públicas para a formulação de políticas públicas para o setor.

Neste contexto, o estudo foi dividido em duas etapas: a primeira foi a realização do “Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina”, cujo objetivo era identificar, dimensionar, localizar e caracterizar as atividades de turismo no espaço rural de Santa Catarina (TOREZAN *et al.*, 2002a). A segunda foi o “Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina”, cuja meta era aprofundar a análise e compreensão das condições de funcionamento e das possibilidades do agroturismo (TOREZAN *et al.*, 2002b).

Segundo Torezan *et al.* (2002a), com relação ao censo realizado em todos os 293 municípios catarinenses, verificou-se a existência de 1.174 empreendimentos de turismo no espaço rural, sendo 551 unidades classificadas como agroturismo. As principais constatações desta etapa do estudo foram:

- Predomínio da informalidade dos empreendimentos, sendo que menos de um terço era constituído como pessoa jurídica;
- Concentração geográfica em três regiões do Estado, sendo Vale do Itajaí (27%), Sul (25%) e Oeste (21%). Destaca-se que estas regiões são justamente as de maior importância quanto à pequena agricultura familiar e de maior concentração dos empreendimentos de agroturismo;
- Com relação à categorização dos empreendimentos turísticos, constatou-se que o pesque-pague é o mais representativo, correspondendo a 25% das unidades, seguido por venda de produtos, com 19%, serviços de hospedagem, com 12% e serviços de alimentação com 10%. As outras categorias (camping, turismo de conhecimento, parque aquático, lazer em geral e outras) correspondem a 35%;
- São poucos os serviços turísticos dos empreendimentos além daquele que é o seu fim principal. 38% oferecem apenas um ou dois tipos de serviço, incluindo o principal.
- Os empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina são, de modo geral, bastante recentes, com 60% deles tendo não mais do que cinco anos de funcionamento e 20% não estão sequer há dois anos em operação.

- Quanto à capacidade de atendimento, verificou-se que 37% dos empreendimentos declaram poder atender mais de cem pessoas ao mesmo tempo, sendo os campings e parques aquáticos os que apresentam maior capacidade de atendimento.
- Os visitantes dos empreendimentos de turismo em áreas rurais em Santa Catarina costumam fazer viagens de curta distância. Os visitantes são principalmente do próprio município (42%) ou de municípios da região (36%).

A segunda etapa, “Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina”, aprofundou a análise das unidades de agroturismo, o que foi feito através de estudos de caso de dezessete unidades selecionadas.

O estudo apontou como pontos positivos gerados pela atividade a melhoria do nível de renda das famílias; a valorização das pessoas da família; a abertura de novos horizontes/possibilidades; a maior união da família e ambiente mais alegre em casa; a troca de experiências com os visitantes; a melhoria na posição social perante a comunidade; a ocupação da mão-de-obra ociosa; a substituição do trabalho árduo da lavoura. Como impactos negativos, foram apontados a sobrecarga de trabalho, especialmente nos finais de semana e em datas festivas; a falta de tempo para visitar parentes e vizinhos; a inveja por parte de membros da mesma comunidade; a falta de apoio do poder local; os custos elevados de manutenção da atividade; a interrupção na rotina da produção (TOREZAN *et al.*, 2002b).

Dentre os principais fatores limitantes levantados, citam-se a dificuldade de obter recursos financeiros para fazer os investimentos necessários e para disponibilizar novos serviços; a falta de apoio de órgãos públicos e privados para divulgar a atividade; problemas relacionados à deficiência de infraestrutura (estradas, sinalização, energia elétrica etc), a sazonalidade, dentre outros (TOREZAN *et al.*, 2002b).

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou o Programa Nacional de Turismo Rural para Agricultura Familiar. O Programa visava oferecer instrumentos, como crédito para investimento, capacitação, assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares interessados em desenvolver a atividade. As ações da Rede TRAF foram fundamentais neste processo, através da mobilização de atores de diferentes estados, reunidos em oficinas e seminários.

Em 2007/2008, no entanto, a Rede TRAF perde força com a saída do Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Valter Bianchini, de sua pasta. Neste processo, a Rede se desarticula e suas atividades praticamente se paralisam.

Em 2009, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Turismo lançaram a Rede Nacional de Turismo Rural. A justificativa para esta iniciativa foi a necessidade de envolvimento de outros segmentos, além da agricultura familiar.

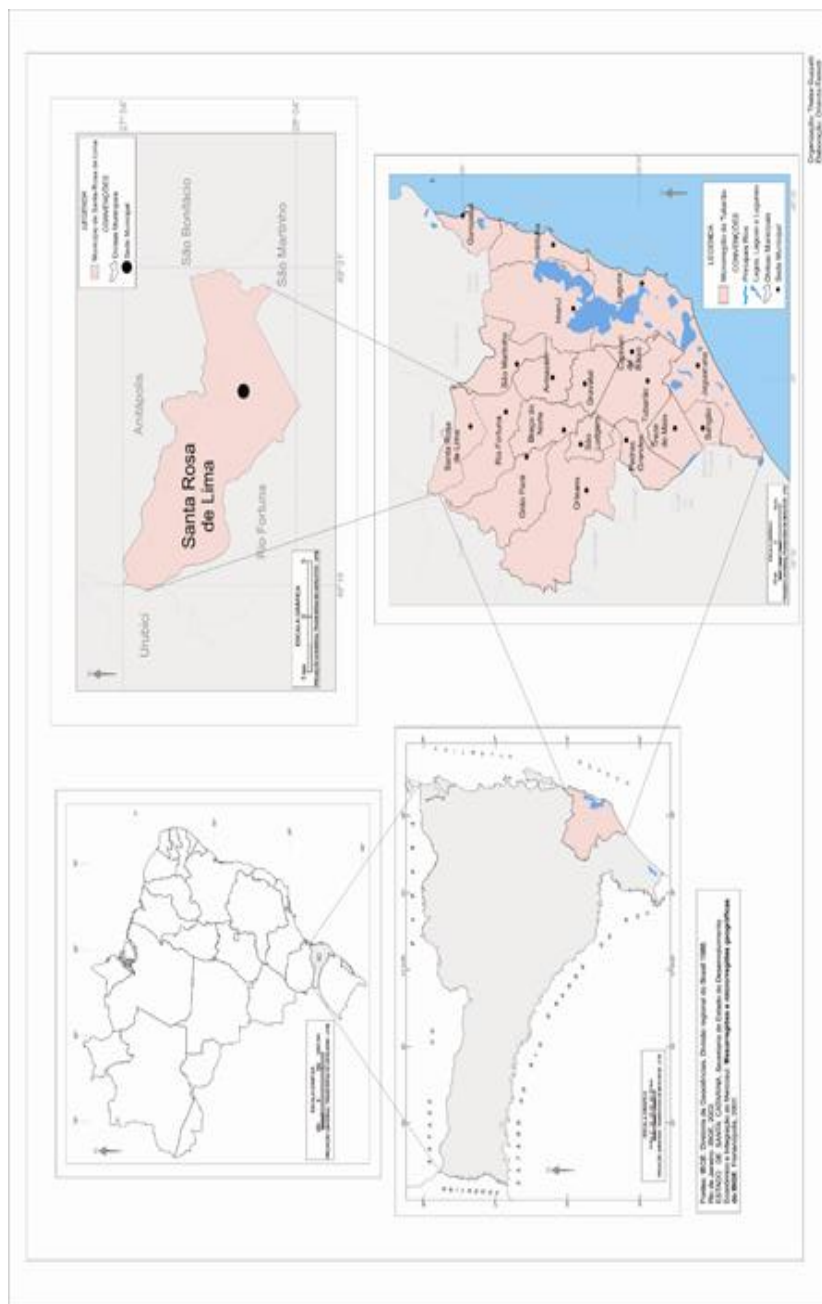
CAPÍTULO III

SANTA ROSA DE LIMA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

3.1 ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

O município de Santa Rosa de Lima possui uma área de 202,97 km², segundo o IBGE (2001), situando-se entre 28°02'21" de latitude sul e 49°07'40" de longitude oeste de Greenwich e uma altitude média de 240 metros (e cotas que variam de 200 a 1.200 metros). Tem como limites os municípios de Anitápolis ao Norte, São Bonifácio e São Martinho ao Leste, Rio Fortuna ao Sul e Oeste e Urubici a Oeste (Figura 3).

O Município está inserido em diversos tipos de categorias de regionalização definidas, sobretudo, a partir de interesses e motivações político-administrativas. Pertence à Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), a Mesoregião Homogênea Sul Catarinense e à Microrregião Geográfica de Tubarão (18), segundo regionalização do IBGE. Pela Lei Complementar n.º.381, de 07 de maio de 2007, passou a fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, que é composta de sete municípios (Figuras 4 a 6).



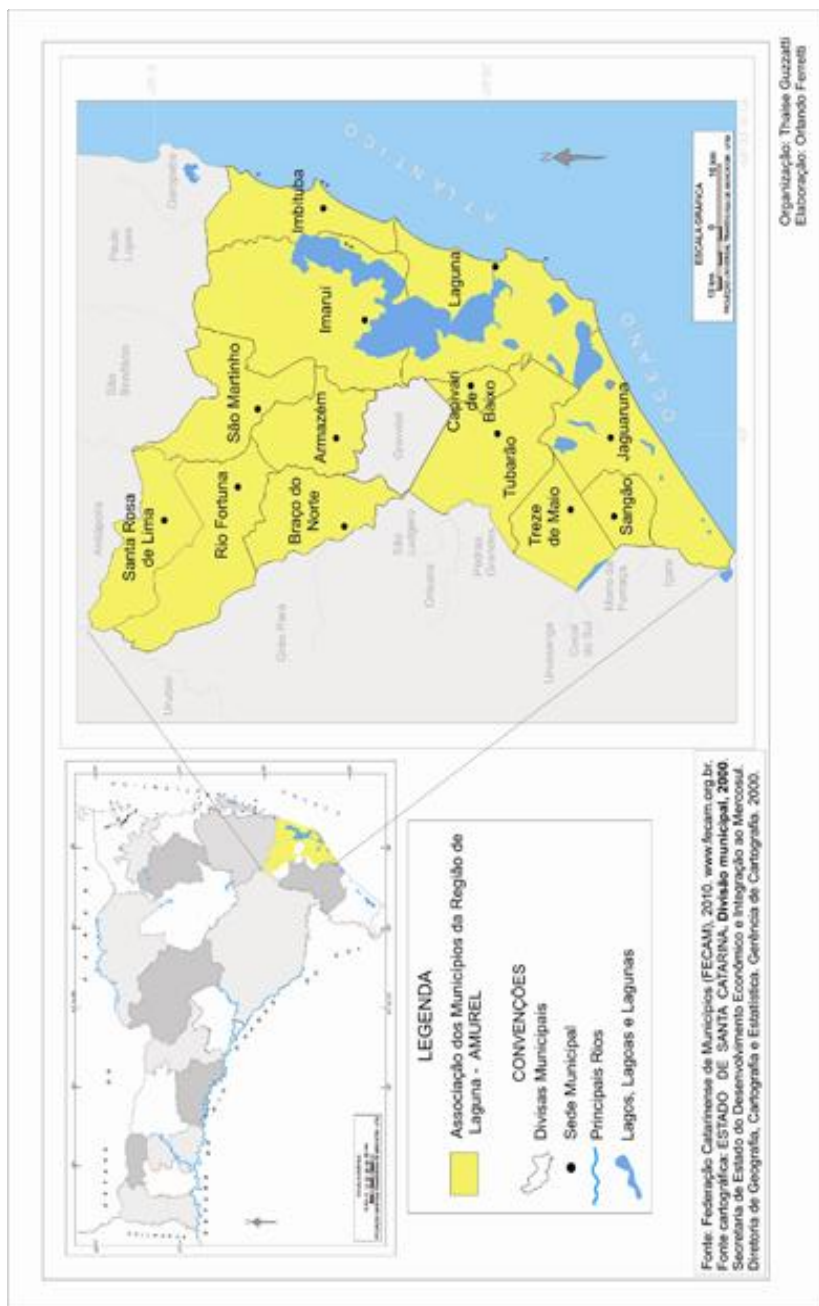


Figura 4: Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

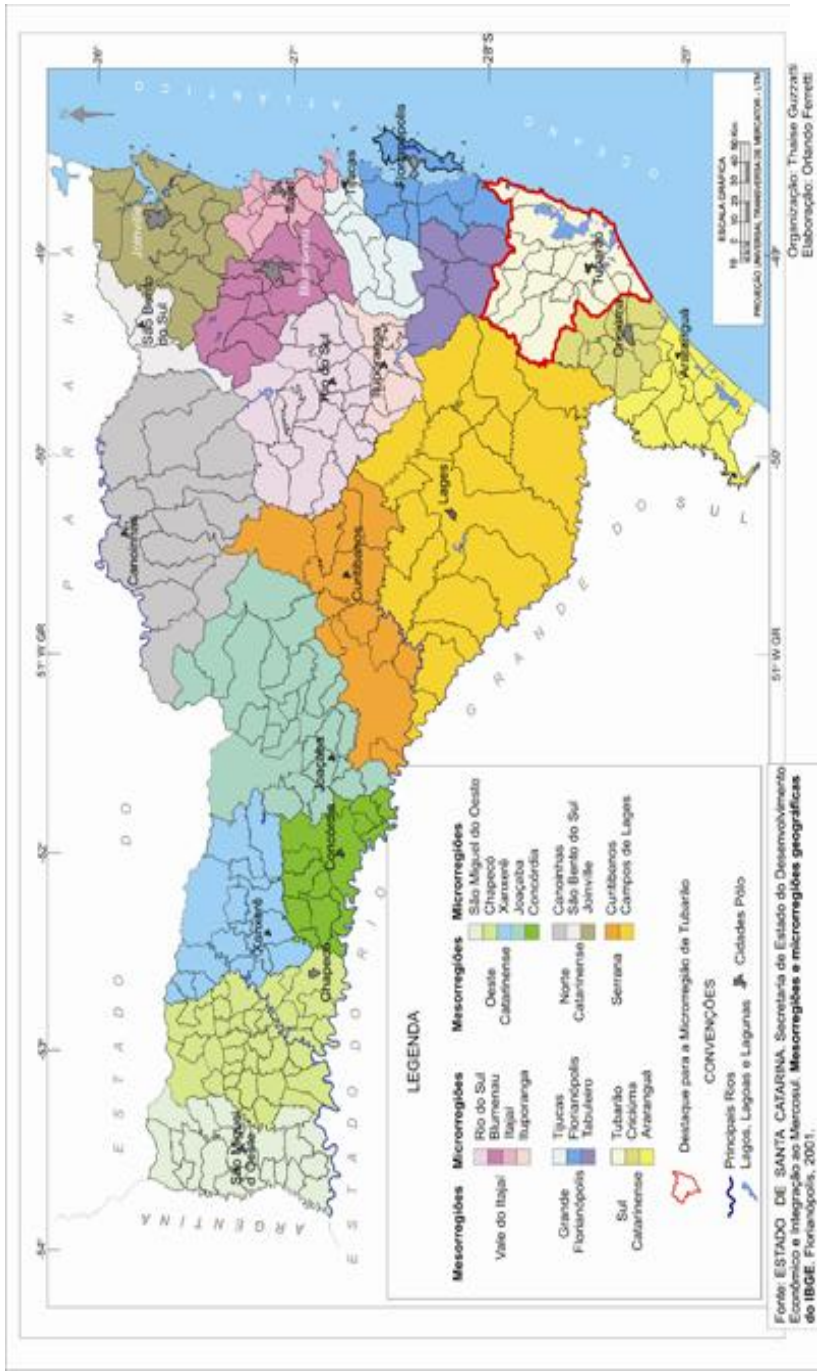


Figura 5: Mesoregião Homogênea Sul Catarinense.

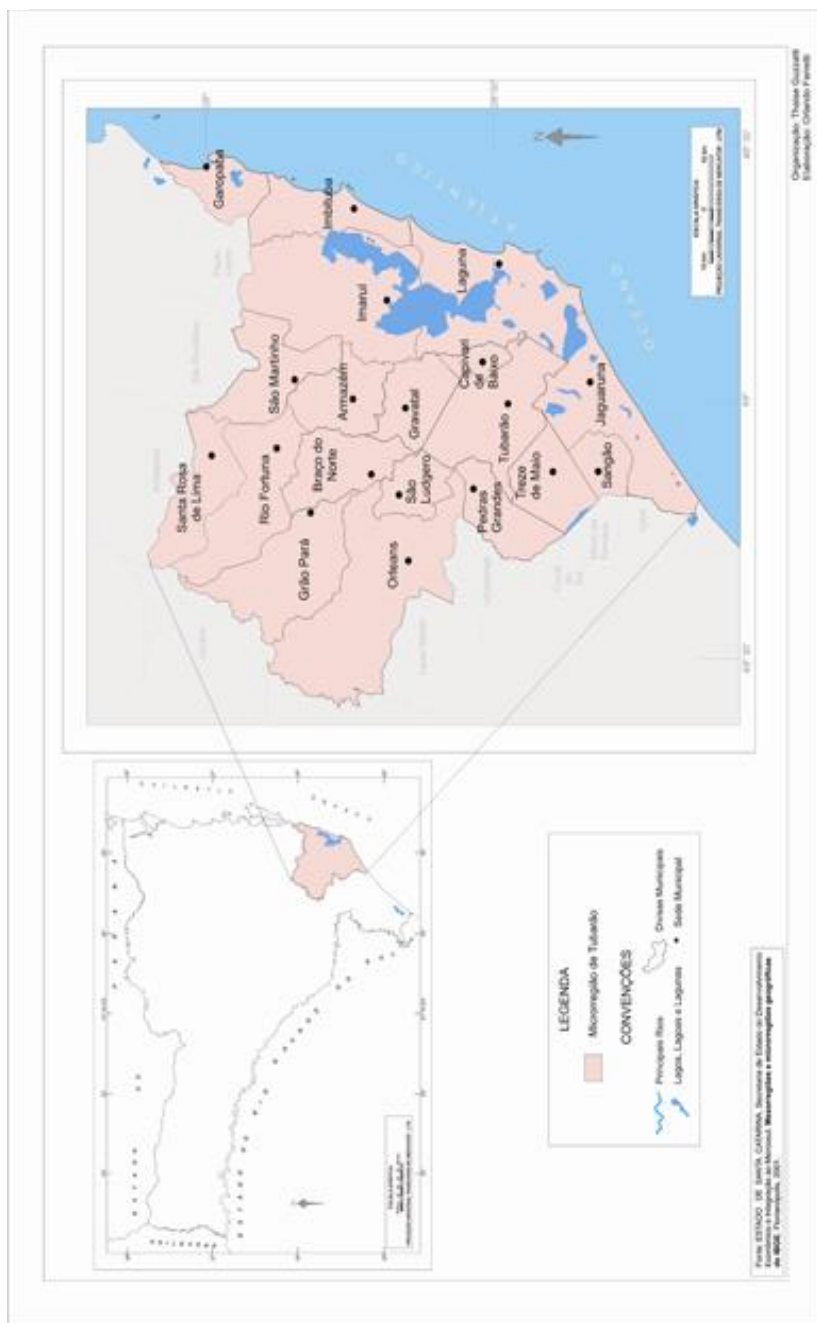


Figura 6: Microrregião Geográfica de Tubarão.

Existem duas vias principais de acesso ao município, partindo-se da capital Florianópolis. A primeira delas é via BR- 282, entrando-se à esquerda na altura do município de Rancho Queimado. A outra é via BR- 101, entrando-se em Tubarão, em direção a Gravatal, passando por Braço do Norte e Rio Fortuna. No primeiro caso, o percurso é de 123 km, sendo aproximadamente 35 km de estrada de chão e, no segundo caso, via Tubarão, percorrem-se 220 km completamente asfaltados. A pavimentação da SC-482, que liga Rio Fortuna a Santa Rosa de Lima, foi inaugurada em 17 de dezembro de 2009.

Segundo Muller (2001), do ponto de vista geológico destacam-se, no município, formações rochosas compostas por granitóides, sendo de interesse econômico a presença de água mineral (termal ou não), fluorita, feldspato, caulim, quartzo e rochas ornamentais, entre outras. Há aproveitamento de água mineral termal no Município, estando a fonte situada na comunidade de Águas Mornas.

O relevo de Santa Catarina é dos mais acidentados do País, destacando-se a Planície Costeira em sua faixa marginal ao litoral, com terras planas e baixas; as Serras, conjunto de montanhas alinhadas aproximadamente na direção Nordeste; os Patamares da borda leste da Bacia do Paraná, popularmente conhecidas como Encostas da Serra Geral; e o Planalto Catarinense, com suas terras planas e altas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, 2009).

Conforme consta do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima (2009), o Município encontra-se localizado nas Encostas da Serra Geral, apresentando um relevo constituído de planície, denominada de Planície Meridional ao pé da Serra Geral e de superfícies onduladas e montanhosas, as Serras Cristalinas. Os solos predominantes são os Podzólicos Vermelho-Amarelo, secundariamente Cambissolos e solos Litólicos, que apresentam forte degradação por erosão e, em sua maioria, apresentam pouca ou nenhuma condição de mecanização.

Segundo a classificação de Köppen, o clima na área é do tipo Cfa (clima temperado úmido com Verão quente), o qual é caracterizado por temperaturas médias, no mês mais frio, entre 3°C e 18°C, temperatura média, no mês mais quente, superior a 22°C e precipitação do mês mais seco superior a 60 mm.

A bacia do Rio Braço do Norte, está sob influência de dois sistemas de alta pressão e um de baixa pressão, além das frentes polares. Essas massas de ar, elementos de circulação de grande escala, são as responsáveis pelas características climáticas da região. Por sua posição próxima ao oceano (cerca de 50 km de distância), a região apresenta

núcleos de condensação que contribuem para o aumento da precipitação, quando da passagem das frentes frias (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, 2009).

A temperatura na região apresenta como trimestre mais quente os meses de janeiro, fevereiro e março, com os dois primeiros meses atingindo temperaturas médias superiores a 22°C, baixando para a casa dos 21°C, no mês seguinte. As menores temperaturas ocorrem nos meses de junho, julho e agosto, com valores médios inferiores a 15°C, época em que é mais frequente a penetração das frentes frias, provocando quedas bruscas na temperatura.

Com relação à cobertura vegetal, cabe destacar que o município localiza-se na região fitogeográfica reconhecida como Floresta Tropical Atlântica, (Klein, 1978), mas também é denominada como Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 1990) e Floresta Atlântica (Rizzini, 1997), estendendo-se entre o planalto e oceano. Esta vegetação revestia as planícies litorâneas e as encostas íngremes da Serra do Mar e da Serra Geral de modo a abranger todas as sub-bacias do rio Tubarão em ambientes marcados intensamente pela influência oceânica, traduzida em elevado índice de umidade, baixa amplitude térmica com formações vegetais associadas às formações das lianas e epífitas (SANTA CATARINA, 2002).

As condições ambientais da região permitiram o desenvolvimento dessa floresta com fisionomia e estrutura peculiares, grande variedade de formas de vida e elevado contingente de espécies endêmicas.

Atualmente, devido ao intenso desmatamento ocorrido no Município, prevalecem vegetações secundárias que surgiram em áreas anteriormente destinadas ao cultivo agrícola ou ao reflorestamento de eucalipto e pinus. Os remanescentes das florestas originárias estão localizados junto à Serra Geral, em locais de difícil acesso (MULLER, 2001).

O Município de Santa Rosa de Lima é banhado pela bacia do Rio Braço do Norte, que apresenta como principais afluentes os Rios dos Bugres, Santo Antônio, Rio dos Índios e do Meio.

O Rio Braço do Norte apresenta maior declividade na parte inicial, que está próxima à Serra Geral, entretanto, está todo inserido em uma região altamente acidentada e sua declividade reflete esta

característica, por isso mesmo está sendo aproveitado para instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)¹⁰.

As PCHs são empreendimentos de exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, no qual se instalam turbinas hidráulicas acopladas a geradores de eletricidade. As turbinas são impulsionadas pelo fluxo d'água resultante de um desnível provocado por uma barragem num curso d'água.

Clemente (2001) assevera que, desde a metade do século XX até a década de 1990, o foco foi a implantação de grandes centrais geradoras no País, devido ao benefício das economias de escala. No entanto, o autor destaca que, com a mudança no quadro energético brasileiro, as PCHs surgiram como uma opção para a falta de energia no País e o governo passou então a estimular a disseminação.

Os outros motivos levantados por este autor para difusão das PCHs são a implantação descentralizada; o menor tempo necessário para a entrada em operação; o pequeno impacto ambiental causado (quando comparada com centrais hidrelétricas de grande porte); a necessidade de menores valores de investimento; a dispensa do processo de licitação; a disponibilidade de linhas de financiamento no mercado e os benefícios na transmissão e distribuição. Destaca também as desvantagens deste tipo de empreendimento, apesar de afirmar que são reduzidas. O autor diz que as mais relevantes são a pequena capacidade de regularização dos reservatórios e prazos muito longos para a obtenção da licença ambiental.

Em Santa Rosa de Lima está em construção a Central Hidrelétrica de Santa Rosa da Lima (PCH Santa Rosa de Lima), aprovada sob o n.º. 49.100.001355/97-39, junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). A Bruver CRC, sediada em Criciúma, foi autorizada a elaborar o projeto de aproveitamento hidrelétrico com potência prevista de 4.300KW, no Rio Braço do Norte, afluente da margem esquerda do Rio Tubarão. A energia obtida será direcionada ao abastecimento dos municípios de Anitápolis, Grão Pará, Santa Rosa de Lima e Braço do Norte.

Além desta, duas outras vão estar na área geográfica do Município. A PCH Nova Fátima e a PCH Barra do Rio Chapéu (ocupará áreas de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima).

10 De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte, cuja capacidade instalada seja superior a 1 MW e inferior 30 MW. Além disso, a área do reservatório deve ser inferior a 3 km² (ANEEL, 1998).

3.2 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

A região de Braço do Norte, a qual é composta por municípios com reduzido número de habitantes. Com exceção do município sede e de São Ludgero, todos os outros possuíam, em 2007, uma população de menos de 10.000 pessoas, conforme Tabela 2.

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>POPULAÇÃO TOTAL</i>
<i>Armazém</i>	<i>7.326</i>
<i>Braço do Norte</i>	<i>27.702</i>
<i>Grão Pará</i>	<i>6.019</i>
<i>Rio Fortuna</i>	<i>4.432</i>
<i>Sta. Rosa de Lima</i>	<i>2.031</i>
<i>São Ludgero</i>	<i>10.223</i>
<i>São Martinho</i>	<i>3.327</i>
<i>TOTAL</i>	<i>61.060</i>

Tabela 2- População dos municípios da SDR de Braço do Norte, em 2007.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base na Contagem Populacional do IBGE, 2007.

Este conjunto de municípios apresenta dinâmicas demográficas diferenciadas. Nas últimas quatro décadas, a população da região teve um acréscimo de 22.098 habitantes, ou seja, 56,71%, conforme Tabela3.

CIDADES	POPULAÇÃO TOTAL					CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)			
	1970	1980	1991	2000	2007	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
Armazém	7.117	5.989	6.055	6.873	7.326	-15,84	1,10	13,5	6,59
Braço do Norte	10.540	11.963	16.479	24.802	27.702	13,50	37,74	50,5	11,69
Grão Pará	7.025	6.039	5.362	5.817	6.019	-14,03	-11,21	8,48	3,47
Rio Fortuna	4.440	4.010	4.174	4.320	4.432	-9,62	4,08	3,49	2,59
Sta. Rosa de Lima	1.773	1.708	1.896	2.007	2.031	-3,66	11,00	5,85	1,19
São Ludgero	4.597	4.565	5.989	8.587	10.223	-0,69	32,06	43,37	19,05
São Martinho	3.470	3.002	3.365	3.274	3.327	-13,48	12,09	-2,7	1,61
TOTAL	38.962	37.276	39.620	55.680	61.060	-4,33	6,29	40,53	9,66

Tabela 3 - Crescimento populacional nos Municípios da SDR de Braço do Norte 1970/1996/2000.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1970; 1980; 1991; 2000 e Contagem da População do IBGE de 2007.

A partir da década de 1980, a região passou a apresentar taxas positivas de crescimento populacional, invertendo o quadro verificado na década anterior, conforme Figura 7.

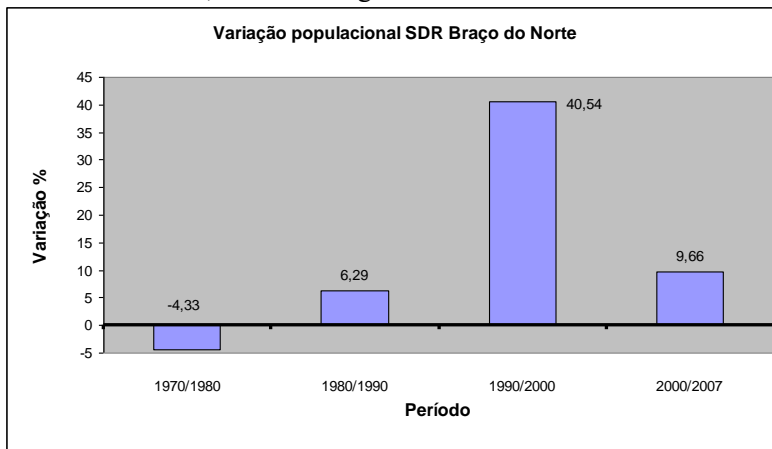


Figura 7 - Variação populacional da SDR de Braço do Norte entre o período de 1970 e 2007.

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1970; 1980; 1991; 2000 e Contagem da População do IBGE de 2007.

Esta alteração na dinâmica populacional da região foi diretamente influenciada pelos aumentos populacionais registrados nos municípios de Braço do Norte e São Ludgero. Estes municípios vivenciaram, nas três últimas décadas, um expressivo crescimento das atividades urbanas e industriais, transformando-se em pólos de atração regional, conforme Figura 8.

**Crescimento populacional nos Municípios da SDR de Braço do Norte
1970/1980/1991/2000/2007**

Número habitantes

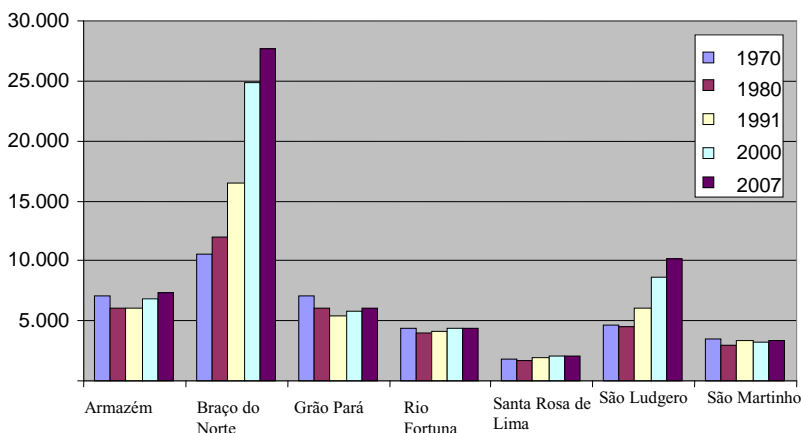


Figura 8- Crescimento populacional nos municípios que compõem a SDR de Braço do Norte, no período de 1970 e 2007.

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1970; 1980; 1991; 2000 e Contagem da População do IBGE de 2007.

A partir da classificação proposta por Veiga (2004)¹¹ e dos dados referentes à variação populacional em Santa Catarina, podemos estabelecer um quadro sobre a dinâmica demográfica dos municípios da SDR de Braço do Norte, onde está inserido o município de Santa Rosa de Lima, no período entre 2000 e 2005, conforme Tabela 4:

¹¹ Por “Brasil rural” entende-se aqui o subconjunto formado pelos 4.485 municípios que, em 2000, tinham simultaneamente menos de 50 mil habitantes e densidade inferior a 80 hab/km² (VEIGA, 2004).

Classificação	Municípios (SC)	População 2000			População 2005			Variação População			Saldo Natural (nascimentos - óbitos) 2000 - 2005			Saldo Migratório 2000 - 2005			
		Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total	Feminino	Masculino	Total	% pop. 2005
		Ambivalentes	Braço do Norte	12.264	12.538	24.802	14.758	15.088	29.846	2.494	2.550	5.044	952	964	1.916	1.542	1.586
Rurais	São Martinho	1.561	1.713	3.274	1.537	1.676	3.213	-24	-37	-61	45	21	66	-69	-58	-127	-3,95
	Santa Rosa de Lima	955	1.052	2.007	982	1.093	2.075	27	41	68	27	26	53	0	15	15	0,72
	São Ludgero	4.174	4.413	8.587	4.956	5.246	10.202	782	833	1.615	334	287	621	448	546	994	9,74
	Grão Pará	2.813	3.004	5.817	3.007	3.214	6.221	194	210	404	135	130	265	59	80	139	2,23
	Armazém	3.353	3.520	6.873	3.594	3.766	7.360	241	246	487	162	125	287	79	121	200	2,72
	Rio Fortuna	2.081	2.239	4.320	2.126	2.287	4.413	45	48	93	85	101	186	-40	-53	-93	-2,11
		27.201	28.479	55.680	30.960	32.370	63.330	3.759	3.891	7.650	1.740	1.654	3.394	2.019	2.237	4.256	6,72

Tabela 4: Dinâmica demográfica dos municípios da SDR de Braço do Norte no período 2000-2005.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 2000, estimativa populacional de 2005. Classificação conforme critérios de Veiga, 2004.

Analisando a Tabela 4, podemos concluir:

1. Com base nos critérios de Veiga (2004), apenas o município de Braço do Norte seria classificado como “ambivalente”, sendo os outros seis municípios classificados como “rurais”;
2. No período compreendido entre 2000 e 2005, a região apresentou um saldo migratório positivo, recebendo 4.256 migrantes de outros locais. O município de Santa Rosa de Lima seguiu esta mesma tendência, muito embora a participação relativa dos migrantes na variação da população municipal, estimada para 2005, tenha sido de apenas 0,72%. Em termos regionais, esta participação foi equivalente a 6,72%. Ou seja, o Município apresenta uma atratividade menor que a média regional;
3. Com exceção de Braço do Norte e São Ludgero, os municípios apresentaram baixas taxas de crescimento absoluto de suas populações.
4. Cabe destacar que os municípios de Rio Fortuna e São Martinho apresentaram saldos migratórios negativos;
5. Os dados demonstram que, no caso de Santa Rosa de Lima e da região, predomina a migração masculina.

Com relação aos migrantes, eles estão distribuídos de forma diferente dentro de cada um dos dois grupos de municípios. A Tabela 5 demonstra as consequências do fenômeno migratório sobre a variação populacional.

<i>Municípios</i>	<i>Número</i>	<i>Variação populacional 2000 – 2005</i>		<i>Saldo Migratório 2000 – 2005</i>	
		<i>Positiva</i>	<i>Negativa</i>	<i>Positiva</i>	<i>Negativa</i>
<i>Ambivalentes</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>00</i>
<i>Rurais</i>	<i>06</i>	<i>05</i>	<i>01</i>	<i>04</i>	<i>02</i>
<i>Total</i>	<i>07</i>	<i>06</i>	<i>01</i>	<i>05</i>	<i>02</i>

Tabela 5 – Situação dos municípios em relação à variação populacional e ao saldo migratório

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 2000, estimativa populacional de 2005.

No caso específico de Santa Rosa de Lima, deve-se salientar que o Município apresenta uma expressiva participação de sua população rural no total de habitantes. No ano de 2007, a taxa de urbanização do Município era de apenas 23,73%, conforme Tabela 6.

Ano População	1970		1980		1991		2000		2007	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Urbana	45	2,54	121	7,08	332	17,51	423	21,08	482	23,73
Rural	1.728	97,46	1.587	92,92	1.564	82,49	1.584	78,92	1.549	76,27
TOTAL	1.773	100	1.708	100	1.896	100	2007	100	2.031	100

Tabela 6- Variação populacional de Santa Rosa de Lima (1970-2007).

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1970; 1980; 1991; 2000 e Contagem da População do IBGE de 2007.

Um estudo elaborado por uma equipe de Instituto Cepa faz uma análise sobre a realidade agrária do Oeste catarinense. Os autores utilizam os indicadores demográficos, principalmente a migração, como argumento para suas conclusões. Salvo melhor juízo, estes mesmos argumentos poderiam ser aplicados à realidade da região da SDR de Braço do Norte. O trabalho demonstra que a região do Oeste de Santa Catarina passou por um significativo processo de êxodo rural na década de 1990. Para compreender as questões essenciais para o entendimento das causas e consequências do persistente fluxo migratório verificado na região, Silva et al. (2003) ponderam:

- A agricultura regional não proporciona níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção, especialmente nos estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 20 hectares.
- A existência de um grande número de agricultores com insuficiência de terras tem contribuído para intensificar a migração rural em níveis superiores à capacidade urbana de absorver tais contingentes.

Outra conclusão do estudo aponta para a expressiva participação de jovens no montante da população migrante, limitando as perspectivas de desenvolvimento (ou superação de crises) em função do envelhecimento relativo da população que vive no campo. Os centros regionais urbanos, por outro lado, vêm dando sinais de esgotamento de sua capacidade de gerar empregos e absorver o contingente populacional que sai do campo a cada ano. O resultado imediato é o processo migratório de boa parte da população rural da região para outras regiões de Santa Catarina e de outros estados da federação. O acelerado ritmo com que a região Oeste vem perdendo população permite vislumbrar,

num futuro imediato, a formação de áreas pouco povoadas e economicamente deprimidas no espaço territorial regional.

No que diz respeito à estrutura fundiária do município de Santa Rosa de Lima, os dados da Tabela 7 indicam que, de modo geral, nas últimas décadas, houve um aumento significativo do número de propriedades de até 50 hectares e, principalmente, dos estabelecimentos de até 20 hectares.

Grupos de Área (ha)	1970		1985		1995		2002/2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 10	23	8,5	40	15,7	43	14,2	27	8,6
10 a menos de 20	19	7,0	26	10,2	51	16,8	81	25,8
20 a menos de 50	107	39,5	78	30,7	116	38,3	117	37,3
50 a menos de 100	98	36,2	82	32,3	74	24,4	68	21,7
100 a menos de 200	21	7,7	22	8,7	16	5,3	16	5,1
200 a menos de 500	3	1,1	5	2,0	3	1,0	4	1,3
500 ou mais	-	-	1	0,4	-	-	2	0,6
TOTAL	271	100	254	100	303	100	314	100

Tabela 7- Estrutura fundiária do município de Santa Rosa de Lima (1970-2002/2003).

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos Censos Agropecuários de Santa Catarina – 1970, 1985, 1995 e no Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002/2003 da Secretaria do Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Outro dado importante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Ele é elaborado de acordo com metodologia das Nações Unidas e é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices: Longevidade, Educação e Renda. Santa Rosa de Lima possuía um IDH-M de 0,795 em 2000 e ocupava a 147ª posição no Estado e a 667ª no Brasil¹².

Segundo dados do Diagnóstico da Exclusão Social de Santa Catarina, elaborado pelo instituto CEPA, em 2003, em Santa Rosa de Lima viviam cerca de cinquenta e sete famílias que residiam no meio rural, com renda “insuficiente”, ou seja, famílias com renda *per capita* menor ou igual a R\$90,00 por mês. Ao mesmo tempo, foram localizadas 743 pessoas “pobres”, que tinham renda *per capita* mensal menor ou igual a R\$180,00 (Tabela 8).

<i>Localidade</i>	<i>População</i>	<i>Renda per capita (R\$)</i>	<i>Pessoas com renda insuficiente</i>	<i>Pessoas pobres</i>	<i>Famílias com renda insuficiente</i>
<i>Total</i>	2007	211,43	257	743	57
<i>Rural</i>	1584	196,76	257	659	57
<i>Urbano</i>	423	266,40	---	84	--

Tabela 8 - Santa Rosa de Lima – População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente e pessoas pobres, segundo o meio urbano e rural -2000.

Fonte: BORCHARDT, 2003.

3.3 ASPECTOS RELACIONADOS À CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

A colonização alemã em Santa Catarina iniciou-se com a fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara, considerada estratégica para o governo brasileiro, e da província para proteger o caminho entre o litoral e o planalto contra os indígenas (JOCHEN, 1992).

Em 1829, chegaram os primeiros imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara. Receberam das empresas colonizadoras lotes que mediam, em geral, 100 braçadas de frente por oitocentas de fundo. Os terrenos eram montanhosos e acidentados. As terras eram fracas para a agricultura e de difícil manejo, com a presença de vales e solos montanhosos (TENFEN, 1997).

12 Maiores informações, ver site <http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/idhsc.htm>.

A partir do estabelecimento desta colônia, outras passaram a ser formadas. Neste contexto, os imigrantes alemães que se estabeleceram em Rio Fortuna, de onde mais tarde Santa Rosa de Lima iria se emancipar, chegaram em 1872 e vieram de municípios vizinhos, principalmente de São Bonifácio, mas também de Anitápolis, Teresópolis, Tubarão e São Pedro do Capivari (atual Armazém) (TENFEN, 1997).

Ao contrário do que era comumente observado na época em outros núcleos de colonização, o apoio do Governo ou das empresas colonizadoras não se fez presente. Por isto, os agricultores tiveram que contar com a própria iniciativa na estruturação da ocupação inicial em uma região de difícil acesso (topografia acidentada e presença de densas florestas) e sem uma mínima infraestrutura básica disponível - estradas e comunicação, principalmente (MULLER, 2001; SCHMIDT, 2000).

Tenfен (1997) afirma:

Abandonados desde o início, os imigrantes tiveram que fazer valer a solidariedade, o trabalho, o respeito aos mais velhos e o espírito religioso. [...] Reservavam-se às mulheres e às crianças os deveres domésticos, mas estas também ajudavam na lavoura. (op. cit., p. 46).

Os colonos, sempre desejosos de novas e melhores terras, subiram o Rio Braço do Norte em direção a Anitápolis. Ocupavam as margens dos rios e afluentes. Estabeleceram-se onde as terras eram mais fáceis para a moradia e para o plantio (TENFEN, 1997).

Após as queimadas plantava-se o milho, a batatinha e outros gêneros de primeira necessidade. Enquanto aguardavam o crescimento do milho, preparavam a madeira para construção de casa, estrebaria, paiol e um curral para porcos. A primeira casa não oferecia comodidades. Era feita de troncos de árvores e coberta com folhas de palmito e as paredes eram cobertas com barro. Depois passou-se a cobrir os telhados com “Schindeln”, pequenas tabuinhas fabricadas com um instrumento chamado “Beil ou Schindermess” (op. cit., p. 82).

Quando os recursos já permitiam, as famílias construíaem então uma casa melhor em enxaimel¹³, com tijolos fabricados na região e amassados com os pés (op. cit.).

¹³ Segundo Faes, “o enxaimel é um sistema de madeira autônomo, de origem muito antiga e que se desenvolveu na idade média. A madeira bruta é serrada ou falquejada em peças estruturais, providas de encaixes. Estes encaixes são “firmados” com pinos de madeira, sem o

Partindo da concepção de paisagem cultural, formulada por Leo Waibel (1979), definida como resultante do uso do solo, do tipo de cultivos, técnicas utilizadas, estradas e instalações, determinados pela formação econômica dominante, observamos que as particularidades inerentes ao processo de colonização foram decisivas na configuração da paisagem e, conseqüentemente, das particularidades que marcam a região na qual a localidade de Santa Rosa de Lima está inserida.

Cabe destacar, no entanto, que na arquitetura, por exemplo, houve uma reelaboração dos espaços a partir das memórias e práticas de construção trazidas pelos imigrantes. Contudo, elas foram reinterpretadas conforme novas influências, entre as quais citam-se as condições ambientais e climáticas ou ainda os valores culturais já estabelecidos. Tenfen explicita isso, ao contar que, “Com a adaptação do imigrante a um clima menos rigoroso, ocorreram mudanças na estrutura da casa. Os telhados passaram a ser menos inclinados” (1997, p. 83).

À medida que se instalavam nas terras, os colonos procuraram acumular sua produção e produziam um excedente para a venda. Para comercializar sua produção e adquirir os gêneros de primeira necessidade, tinham que vender suas mercadorias na cidade de Laguna. Levavam produtos em cargueiros ou bruacas até o porto de Gravatá, atual Município de Gravatal (Dall’Alba, 1973) e depois seguiam viagem em canoas ou barcos até Laguna (TENFEN, 1997).

Em Laguna vendiam banha, carne de porco salgada, charque, toucinho, feijão, milho e batata inglesa e adquiriam roupas, armas, querosene, fósforo, instrumentos agrícolas e outros produtos (op. cit.).

Na agricultura destacava-se a cultura do milho, a qual era a principal fonte de alimentação usada para a engorda dos porcos, gado e galinhas. A plantação de milho ocupava grande parte da área da mata virgem, sendo cultivada através da técnica conhecida como agricultura de coivara¹⁴.

uso de pregos metálicos. A montagem das peças forma um sistema de estrutura autônomo (como travejamento de peças diagonais para dar estabilidade à estrutura). Este esqueleto é então preenchido com materiais de vedação como o adobe, taipa de mão e tijolos, formando painéis. Este método é baseado, principalmente, na tradição e habilidade manual dos carpinteiros com a madeira. Os carpinteiros da época seguiam determinados procedimentos para armar a estrutura, como marcar as peças com algarismos romanos para auxiliar na seqüência da montagem da estrutura” (2008, p. 60).

¹⁴ A agricultura de coivara é definida por Conklin (1961) como qualquer sistema agrícola contínuo, no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que os destinados ao pousio.

Além do milho, o colono plantava batata-inglesa, feijão, aipim, arroz, batata-doce e cará. Os últimos dois, com a farinha de milho, os componentes básicos à fabricação do pão de milho, um dos ingredientes mais importantes do cardápio na época.

Cabe destacar que somente em 1910 chegaram à região as primeiras mudas de batata doce, até então desconhecidas. Como mostrou-se muito eficiente para a engorda dos porcos, os colonos passaram a cultivá-la (DALL ALBA, 1973). Segundo Tenfen (1997), a criação de porcos foi sempre a maior fonte de renda dos colonos (ouro branco). A criação começava com um pequeno número de cabeças e se ampliava.

A partir do início do século, alguns colonos resolveram mudar o ramo de trabalho, substituindo gradativamente a criação de porcos. Isso acontece junto com a chegada de descendentes de italianos e açorianos na região, os quais trazem consigo novas culturas e tecnologias de produção e beneficiamento. Desta forma, foram surgindo tafonas, pilões de arroz, serrarias pica-pau tocadas à água, olarias, ferrarias, engenhos de farinha ou de açúcar e alambiques.

Com o aumento da ocupação das terras começaram a acontecer conflitos com os índios, especialmente do grupo *Xokleng*, sendo que os mesmos acabaram sendo dizimados por expedições punitivas ou por bugreiros contratados (SCHMIDT *et al*, 2003). A reação que os índios desencadeavam contra os colonos, segundo Tenfen (1997), nada mais era do que uma tentativa de preservar o território que, como primeiros habitantes, lhes pertencia.

Segundo o referido autor, com a ocupação da região pelos colonos, os índios deslocaram-se em direção às terras ainda não ocupadas. Acabaram por ficar presos nas montanhas e vales do Braço do Norte. Assim, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rio Facão até o costão da serra, teriam sido os últimos lugares onde eles procuraram abrigo (op. cit.).

Com relação à exploração da floresta para fins comerciais, vale ressaltar que as duas primeiras serrarias foram montadas por volta de 1930.

No então distrito de Santa Rosa de Lima, destacava-se, segundo o autor, na época, o comércio de Germano Hermesmeier. Após a emancipação em 1962, o seu filho, José Fernando Hermesmeier foi o primeiro prefeito de Santa Rosa de Lima. Organizou a prefeitura do Município, tendo doado de seu próprio patrimônio os terrenos para a

construção da Igreja Matriz, do cemitério, do primeiro salão social e da escola central.¹⁵

Muitos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima dedicam-se ao cultivo de fumo, cuja cultura se estabeleceu na região devido à conjuntura da “crise do porco macau” na década de 60, que foi motivada pela substituição gradativa da banha pelo consumo de óleo de soja por parte das populações urbanas; introdução do porco branco, tipo carne, através da integração agroindustrial de suínos; esgotamento progressivo dos solos devido à inadequação do manejo (diminuição do tempo de pousio e intensificação do uso agrícola), principalmente como resultado da divisão e redução das áreas dos estabelecimentos rurais (MULLER, 2001).

Em decorrência dessa conjuntura, os agricultores que permaneceram na região foram, aos poucos, levados a buscar outras alternativas econômicas e, assim, a traçar outras estratégias produtivas, visando garantir sua reprodução social.

A primeira alternativa frente à “crise do porco” foi a comercialização do excedente da produção (vegetal e animal), sendo que algumas culturas antes produzidas apenas para autoconsumo (mandioca, feijão, leite), passaram a ser intensificadas para fins comerciais. Foi, contudo, na produção de carvão vegetal e, principalmente, na fumicultura, que os agricultores encontraram “saída” para a crise.

Embora as primeiras estufas de fumo tenham sido colocadas na região no final da década de 50 e princípios dos anos 60, somente a partir de meados dos anos 70 é que a atividade começou a se expandir de fato, atingindo seu auge, em termos de agricultores integrados, por volta dos anos 80 (MULLER, 2001).

As estratégias para a disseminação da “nova cultura” entre os agricultores familiares, adotadas pelas empresas fumageiras, baseavam-se no fornecimento de empréstimos para a construção da estufa e a compra de insumos que eram entregues diretamente na casa do agricultor. Além disso, as empresas contratavam filhos de agricultores como instrutores, forma de convencer os demais a adotarem a cultura de fumo e os insumos que davam suporte a ela (LIEDKE, 1977; PAULILO, 1990).

15 Em 16/7/72, a Companhia Jornalística Caldas Júnior fotografou toda a população da cidade que cabia em uma única foto. Havia apenas quarenta e quatro habitantes na zona central. A população total do município era de 1777 habitantes (Jornal o Globo 16/7/72, p. 28 *apud* TENFEN, 1997).

A partir dos anos 90 - e principalmente a partir da safra de 1996/97 – começam a aparecer sinais de esgotamento da cultura de fumo nas Encostas da Serra Geral¹⁶. As razões para a queda na renda dos produtores de fumo foram: o aumento das taxas de juros, elevando os custos do financiamento bancário; o aumento no custo dos insumos; a estagnação dos preços agrícolas e o “aperto” na classificação do fumo por parte das empresas compradoras (MULLER, 2001). Em paralelo à crise do fumo, a produção de carvão também começou a ser ameaçada, resultado da proibição da atividade a partir da queima da mata e do capoeirão (GELBCKE, 2006).

Frente a este cenário, a atividade leiteira passa a ser difundida como alternativa de renda aos agricultores familiares e em meados da década de 1990, após a instalação de um laticínio na região, as condições de comercialização do leite melhoram significativamente. Além desta iniciativa, em 1996, surge oficialmente a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) que, segundo Cabral (2004), provocou transformações significativas na dinâmica socioespacial rural, devido as suas ações de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos orgânicos, os quais serão discutidos a seguir.

3.2 ENCOSTAS DA SERRA GERAL: ATORES SOCIAIS E UM POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Cabe destacar, inicialmente, a existência de um importante número de trabalhos científicos (referência apenas aos trabalhos realizados em nível de mestrado e doutorado) produzidos sobre as Encostas da Serra Geral. Uma primeira pesquisa apontou para a existência de três teses de doutorado e dezoito dissertações de mestrado, nas mais diferentes áreas do conhecimento até 2009.

Os trabalhos de Luzzi (2001); Muller (2001); Cabral (2004) e Cardoso (2005) discutem a transição da produção convencional para a agroecologia, a constituição da AGRECO, suas dificuldades e seus

¹⁶ A rentabilidade da fumicultura é analisada à luz das implicações sociais e econômicas em Santa Catarina (SILVA, 2003). Se de um lado a atividade tem uma importância incontestável no Estado, envolvendo quarenta e nove mil produtores em uma área de aproximadamente 101 mil hectares e fornecendo aos cofres públicos uma vultosa soma através do pagamento de impostos, por outro, as implicações negativas desta cultura na saúde humana, na contaminação das águas e do solo, dentre outras, devem ser observadas.

avanços, além da contribuição ao desenvolvimento local. A dissertação de Silva (2003) trata apenas superficialmente da região ao apresentar a influência de políticas públicas e diretrizes estratégicas para uma vida rural sustentável. Os trabalhos de Felippi (2002), Santos (2002) e Rossal (2002) abordam aspectos relacionados ao sistema de informações, organização e comercialização (digital) da AGRECO. Já Vandresen (2005) discute a merenda escolar orgânica, Bazzo Schmidt (2003) apresenta um estudo relacionado aos consumidores urbanos e à produção orgânica; enquanto Azevedo (2004) apresenta a discussão sobre qualidade de vida dos próprios agricultores relacionada à produção orgânica; e Grade (2006) aborda as relações de solidariedade estabelecidas entre campo e cidade através das ligações entre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, e a AGRECO. Oliveira (2004), por sua vez, discorre sobre as pequenas agroindústrias da AGRECO e Lacerda (2005) apresenta o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar nas Encostas da Serra Geral. Andion (2007) discute, entre outros casos, a atuação da AGRECO frente ao processo de desenvolvimento territorial sustentável no espaço rural.

Merecem, aqui, especial destaque os trabalhos de Heuser (2002); Guzzatti (2003); Uller (2005); Gelbcke (2006); Oliveira (2009) e Lima (2009), que problematizam a implantação e os impactos do agroturismo nesse espaço.

Em razão dos inúmeros estudos citados, não será aprofundada a apresentação da implantação e desenvolvimento das iniciativas em curso nas Encostas da Serra Geral, entendendo que esta etapa já foi realizada pelos autores citados anteriormente. O trabalho se restringirá a fazer um resgate suficiente para contextualizar as questões e para considerar, mais uma vez, as relações entre o agroturismo e o processo existente na região e as organizações que, a princípio, partilham do mesmo projeto.

3.2.1 A AGRECO: A semente para a proposta de construção do território das Encostas da Serra Geral

Dentre as várias entidades que compunham a junta administrativa do CEPAGRO, em 1997, ano em que se iniciou a discussão de implantação do programa de turismo rural (só depois vai se discutir a denominação agroturismo), a AGRECO foi a que pareceu apresentar melhores condições para abrigar uma iniciativa piloto. Primeiro, por ser uma demanda da base, ou seja, os agricultores associados à AGRECO estavam interessados em discutir e desenvolver a atividade. Outra

questão importante e decisiva está relacionada à própria história da entidade, associada ao estabelecimento de parcerias entre o rural e o urbano¹⁷.

A partir de meados da década de 1980, algumas das pessoas que haviam saído das Encostas da Serra Geral começaram a se dar conta de que era necessário contribuir de alguma forma com aquelas que lá haviam permanecido (e na maioria das vezes tinham sido responsáveis pelo sustento dos que haviam saído em busca de melhores alternativas). O espírito de solidariedade foi reforçado através da realização, desde 1991, de uma festa bianual em Santa Rosa de Lima, a *Gemüse Fest*¹⁸.

A realização deste evento, visando (re)aproximar os que foram para a cidade e os que ficaram no campo, representou um importante ponto de inflexão na forma de se ver a crise (SCHMIDT, 2004). A partir da festa e de reuniões que a seguiram, parcerias foram nascendo e se fortalecendo, todas procurando construir alternativas para a região.

Participou da organização do evento, um empresário natural de Santa Rosa de Lima, que atuava no setor supermercadista de Florianópolis e tinha liderança junto à Associação Catarinense de Supermercados (ACATS). Recém chegado de uma viagem à Europa, ele estava impressionado com o desenvolvimento do comércio de produtos orgânicos nas redes de supermercado daquele continente. Desta forma, disposto a inovar e oferecer tais produtos aos consumidores catarinenses, além de acreditar ser uma opção interessante aos agricultores de Santa Rosa de Lima, ele lançou um desafio aos presentes: produzir hortifrutigranjeiros livres de agrotóxicos e de adubos sintéticos. Em contrapartida, ele garantiria a comercialização em seus

17 ANDION (2007) destaca três fases na trajetória da AGRECO: a) até 1998, a sua principal estratégia de atuação na região constituiu-se na organização da produção e comercialização de hortaliças orgânicas para o supermercado Santa Mônica; b) além de trabalhar na produção e comercialização, a AGRECO passará a atuar no beneficiamento de produtos orgânicos, numa perspectiva intermunicipal; c) terceiro momento se caracteriza pelo investimento mais direto no campo do desenvolvimento territorial, com o fortalecimento das instituições locais.

¹⁸ O *gemüse* é uma comida tradicional da região. Antigamente, a sua preparação e conservação necessitava de um verdadeiro ritual. No sábado à noite, a mãe depois de ter feito todas as suas tarefas, descascava as batatas inglesas. No domingo de madrugada, por volta das quatro horas, a mãe levantava e adicionava folhas de repolho (*Kapps-blatt*) ou cabeças de repolho (*Kapps-Kopf*) que, juntando com a batata-inglesa, completava o *gemüse*. Muitas vezes juntavam-se pedaços de toucinho defumado, costelas de porco e salame. Deixando se ferver cerca de uma hora, estava pronto para ser amassado. Depois de amassado, deveria ser colocado ainda quente numa cama, onde se cobria com travesseiros e cobertas de pena para conservar o calor. Terminada esta tarefa, a família ia à missa ou ao culto e quando este terminava, por volta das onze horas, retornavam para a casa encontrando o *gemüse* ainda quente para ser servido” (TENFEN, 1997, p. 130-131).

supermercados e tentaria colocar o excedente em outras lojas não concorrentes.

A trajetória da família Schmidt, da comunidade do Rio do Meio/Santa Rosa de Lima, é citada por Cabral (2004) e Andion (2007) como decisiva para a implantação da AGRECO. Segundo estes autores, desde o final dos anos de 1980, esta família investia na apicultura como alternativa econômica à fumicultura, o que culminou, em 1991, com a construção da primeira agroindústria beneficiadora de mel do Município, inclusive com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF). Nesta mesma época, um membro da família passa a cursar agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a vender mel e queijo (adquiridos também de outros vizinhos) para alguns supermercados e atravessadores de Florianópolis.

Em 1995, os resultados positivos da busca de alternativas produtivas e de comercialização da família Schmidt acabaram motivando outro membro, que era técnico agrícola e atuava como instrutor de fumo, e um vizinho, a cultivarem morangos e hortaliças em sistema convencional, para serem vendidos em supermercados de Florianópolis.

Paralelamente, um terceiro membro da família, professor da UFSC, instalou em sua chácara a primeira estufa destinada ao cultivo protegido de hortaliças agroecológicas da região. No ano seguinte, quatro famílias estavam envolvidas com o cultivo protegido de hortaliças que eram comercializadas exclusivamente na referida rede de supermercados (CABRAL, 2004). Nos meses seguintes, outras famílias foram se integrando gradativamente à produção e, em 27 de dezembro de 1996, doze delas, incluindo alguns de seus membros vinculados a profissões urbanas (como professores e técnicos), realizaram a assembleia geral de fundação da AGRECO e elegeram sua primeira diretoria. Neste momento, o professor da UFSC e membro da família Schmidt se consolidou como principal liderança no movimento nas Encostas da Serra Geral e passou a ocupar o cargo de Coordenador Geral da AGRECO, função que desempenhou até 2009.

Durante o processo de constituição da AGRECO foram construídos vários espaços de participação (reuniões de produção e reuniões de planejamento) e de regulamentação das bases formais que regem a Entidade (Plano de Trabalho e Regimento Interno)¹⁹.

¹⁹ Ver CABRAL, 2004, p. 90-91.

Em 1997, o número de famílias ampliou-se de doze para vinte, envolvendo cerca de cinquenta associados. Até meados de 1998, os instrumentos e o conjunto de associados já estavam bem entrosados, a produção se ampliava e a comercialização apresentava bons resultados (CABRAL, 2004).

Em 1998, o número de famílias subiu para cinquenta, enquanto que o de associados chegou a 200, permitindo uma ampliação e diversificação da produção. Porém, esse processo não ocorreu sem conflitos, como destaca Schmidt (2002, p. 85):

As discussões envolviam geralmente diversos atores: produtores de mudas, agricultores, transportadores e repositores. Uma tensão esteve sempre presente nesses espaços de planejamento. Ela pode ser resumida na fórmula: se não há mercado, não se pode ampliar a produção; mas se não há produção, não se consegue ampliar as possibilidades de venda.

Nesta etapa, segundo Andion (2007), a associação amplia as parcerias externas, no âmbito estadual, especialmente com o CEPAGRO e com a UFSC.

Em 1998, o CEPAGRO passava por um processo de reavaliação interna de seus programas de trabalho. Tomava força na entidade a visão de que as ações de crédito cooperativo, agroindústria de pequeno porte, turismo rural e outras deveriam estar inseridas numa perspectiva de desenvolvimento local. Não bastava, portanto, organizar grupos de famílias e dotá-las de capacidades que possibilitassem sua manutenção no meio rural. Era preciso fazer com que estas ações permitissem a viabilização do território como um todo e não apenas dos grupos mais competentes ou competitivos. Esta reflexão, como se verá mais tarde, influenciou posturas assumidas nos anos seguintes nas Encostas da Serra Geral.

Ainda em 1998, o Ministério da Agricultura lança uma nova linha de financiamento vinculada ao PRONAF: o PRONAF Agroindústria. Este programa apregoava o apoio à constituição de unidades associativas destinadas ao beneficiamento e à industrialização da produção oriunda da agricultura familiar. Uma das estratégias adotadas pela direção do PRONAF consistiu na identificação de áreas que apresentassem potencial para o desenvolvimento de projetos piloto. Desta forma, foram constituídas oito iniciativas em várias regiões do

Brasil. Várias delas, no entanto, não apresentaram os resultados esperados. Em função disto, a direção do PRONAF propôs ao CEPAGRO o desafio de organizar um projeto piloto em uma das áreas de atuação da entidade. Após várias discussões internas e com anuência do próprio PRONAF, foi feita a escolha da região das Encostas da Serra Geral, em especial, a área potencial de abrangência da AGRECO.

Um aspecto importante a ser destacado neste processo de decisão está relacionado às condições de base identificadas pela equipe do CEPAGRO. A região escolhida apresentava duas características diferenciadoras das demais regiões de atuação do CEPAGRO:

- oferecia a possibilidade de fortalecimento de uma organização inovadora, que se propunha a atuar com a produção orgânica, estabelecer relações com diversos tipos de mercados e catalisar um processo de desenvolvimento territorial;
- a sede do projeto, o município de Santa Rosa de Lima, era desprovido de estruturas básicas de apoio à agropecuária. A prefeitura municipal não possuía técnicos atuando na área e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) não tinha escritório no município. Por estranho que possa parecer, este fato contribuiu para que a escolha recaísse sobre esta região. O argumento principal era de que, ao mesmo tempo que isso significava uma fragilidade, poderia significar uma menor reação à implementação das propostas inovadoras apregoadas pelo PRONAF Agroindústria.

Após esta definição, o CEPAGRO, os representantes da AGRECO e do PRONAF definiram algumas diretrizes que orientariam a elaboração do projeto piloto. Neste contexto foi escrito o **Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede**. O objetivo geral do projeto, que previa a construção de cinquenta e três agroindústrias, era o de “estimular um amplo processo de desenvolvimento solidário, impulsionado pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda” (AGRECO, 1998).

Além do financiamento a juros subsidiados, o PRONAF Agroindústria previa também assistência técnica aos agricultores, colocando algumas condições para a concessão dos financiamentos. As agroindústrias deveriam ser coletivas, envolvendo grupos de cerca de vinte famílias, o crédito era concedido ao grupo e o aval era solidário (CABRAL, 2004). O programa colocava a possibilidade de se chegar a 30% do valor total do financiamento a fundo perdido, caso se chegasse a

200 famílias. Este número foi atingido em dezembro de 1999, após Assembleia Geral, onde o número de sócios passou para aproximadamente 500, envolvendo mais de 200 famílias de agricultores pertencentes a Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, São Martinho, Grão Pará e Armazém.

Das cinquenta e três agroindústrias previstas no projeto, vinte e nove foram implementadas. Destas, catorze estão localizadas em Santa Rosa de Lima, sendo uma abatedouro e processamento de derivados de suíno, quatro de processamento mínimo de hortaliças, duas de apicultura, duas de derivados de cana-de-açúcar, uma laticínio, duas de conserva de legumes (uma foi convertida em laticínio recentemente), um abatedouro de pequenos animais, uma de beneficiamento de ovos e macarrão (convertida em panificadora); cinco estão localizadas em Rio Fortuna, sendo duas de laticínios, uma de processamento mínimo de hortaliças e duas de derivados de cana-de-açúcar; uma está localizada em Armazém, sendo de conserva de legumes; uma está localizada em São Martinho, de processamento mínimo de hortaliças; uma está localizada em Anitápolis, de doce de frutas, geleias e molhos; quatro estão localizadas em Gravatal, sendo uma de apicultura, uma de molho de tomate, duas de panificação; duas estão localizadas em Laguna, sendo uma de panificação e uma de geleia de butiá.

Para auxiliar a implantação das unidades, em 1999, a AGRECO foi incluída no “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – Desenvolver²⁰”. Este convênio disponibilizou, por dois anos, para as diferentes etapas da cadeia produtiva, quatro técnicos (dois engenheiros agrônomos, uma engenheira química e uma engenheira de alimentos) em tempo integral e três técnicos (um engenheiro civil, um engenheiro sanitarista e um técnico de *marketing*) com atuação pontual. Além disto, alguns técnicos das prefeituras envolvidas, juntamente com a equipe central, passaram a acompanhar os agricultores na produção primária e no processo de formação dos condomínios (AGRECO, 1999).

Cabe destacar, no entanto, que atualmente sete das vinte e nove unidades encontram-se sem atividade e cinco não fornecem mais para a

²⁰ O Programa Desenvolver consistiu num acordo de cooperação técnica firmado entre o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (através do Programa de Apoio a Tecnologias Adaptadas/PTA) e a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina/FUNCITEC. Por este convênio o CNPq disponibilizou, dentre outros recursos, bolsas de fomento tecnológico para a contratação de profissionais nas áreas de infraestrutura, extensão rural, controle de qualidade dos produtos, marketing e coordenação técnica (BAZZO SCHMIDT, 2000).

AGRECO. Nosso conhecimento empírico do processo de construção das agroindústrias e a leitura dos trabalhos de Cabral (2004) e Andion (2007) permitem apontar alguns fatores que contribuíram para a construção do atual cenário, sendo eles:

- Mudança de contexto durante a elaboração do projeto que previa a construção das agroindústrias até a execução das obras e o início do funcionamento. No início da AGRECO, conforme relatado anteriormente, a produção baseava-se no processamento mínimo de hortaliças e, desta forma, várias unidades foram planejadas para este fim (era o que os agricultores estavam fazendo na época e otimistas com o resultado). No entanto, quando as mesmas ficaram prontas, outras iniciativas semelhantes se estabeleceram mais próximas da capital, Florianópolis (principal mercado da AGRECO), ocasionando uma forte concorrência com os produtores da AGRECO;
- Os produtos da AGRECO, especialmente as hortaliças, deixaram de ser competitivos, pois o custo de transporte passou a elevar muito o preço do produto final, em relação com os produtores mais próximos. Além disto, as hortaliças da AGRECO tinham uma vida de prateleira menor, tendo em vista a distância percorrida e condições da estrada que, claro, influenciavam na qualidade do produto.
- Fechamento do supermercado que deu início à aquisição dos produtos da AGRECO, em 2000, o qual durante bom tempo foi o principal comprador dos produtos da associação. Este acontecimento foi muito desgastante para os agricultores, que, além de perderem o mercado, ficaram durante vários meses negociando a dívida e acabaram tendo um prejuízo considerável. Além disto, outra rede de supermercados deu um calote na AGRECO em 2000, não pagando uma dívida com a entidade relativa a mercadorias compradas, sobretudo hortaliças. Esta situação gerou um clima de descrença entre os agricultores associados. Muitas pessoas do local, especialmente de Santa Rosa de Lima, contrárias à iniciativa em curso, aproveitaram o momento para piorar a situação com discursos do tipo: não vai funcionar e todos vão falir etc. Muitos agricultores fecharam suas unidades e ficaram receosos de fazer novos investimentos para readequá-las a outros produtos.

Este momento da história da AGRECO, principalmente ao final do ano de 2000, evidenciou três questões importantes.

A primeira diz respeito à necessidade de profissionalização do setor de comercialização da AGRECO, em função da complexidade das relações com o mercado atacadista e varejista. Pode-se dizer que isso gerou um grande esforço de capacitação dos agricultores e a identificação de profissionais que pudessem atender à demanda de comercialização e, ao mesmo tempo, possuíssem compromisso inequívoco com o projeto de desenvolvimento apregoado pela AGRECO.

Por outro lado, a crise provocou um processo interno de seleção, evidenciando o conjunto de agricultores que adquiriram maior nível de consciência sobre a proposta e exigindo da organização um permanente esforço de qualificação do seu quadro de associados. Nota-se que a grande lição ensinada por este momento de crise traduz-se na importância da crença nos valores subjetivos (cooperação, solidariedade, respeito ao meio ambiente, compromisso com o território etc.) defendidos pela AGRECO, o que extrapola o interesse econômico imediato;

A crise fortaleceu a busca, por parte dos agricultores e das lideranças envolvidas, de atividades que pudessem complementar a renda das famílias associadas à AGRECO. Neste cenário, o agroturismo passou a ganhar destaque e sua implementação foi intensificada nos principais municípios de atuação da AGRECO. Outra proposta que se estabeleceu foi na área de capacitação, com a iniciativa chamada de “agricultores técnicos”. Os agricultores passaram a ser remunerados pelo tempo que dedicavam à formação de outros agricultores e técnicos em cursos de que participavam, durante visitas técnicas etc. Interessante ressaltar que, para as famílias que permaneceram, o contexto apresentado anteriormente acabou significando otimização da propriedade rural; melhor ocupação de todos os membros da família e, sobretudo, melhoria significativa na auto-estima dos agricultores envolvidos.

Entre as experiências de agricultores familiares relacionadas à produção orgânica, especialmente em Santa Catarina, é comum e parece consenso, a fuga dos mercados formais, principalmente das grandes redes de supermercado. Neste sentido, é prática comum a comercialização direta através de feiras, cestas entregues em domicílio e o atendimento ao mercado institucional, dentre outras. No caso da AGRECO, a opção inicial foi justamente o mercado formal

(especialmente por ter, como um dos filhos do território, justamente um supermercadista). Isso gerou muitas críticas à entidade, especialmente por parte de outras organizações de agricultores e técnicos ligados à extensão rural, o que também influenciou e influencia parte da opinião pública contra as iniciativas da AGRECO.

No entanto, o contexto da entidade, especialmente pelas dificuldades de acesso, distância dos principais mercados consumidores, etc, fizeram com que as iniciativas de feira e cestas fracassassem naquele momento²¹ e que a melhor alternativa, na época, fosse a opção pelo mercado formal. No início de 2010, segundo dados da AGRECO, o mercado institucional respondia por cerca de 50% das vendas da entidade, já que a venda de cestas voltou a ser desenvolvida desde 2008, nas cidades da Grande Florianópolis. Cerca de cinquenta clientes fazem pedidos regularmente. Os produtos são pedidos a partir de uma lista de produtos disponíveis para a próxima semana, via *internet*. Os clientes têm até sexta-feira para fazer os pedidos e estes são entregues até quarta-feira da semana seguinte. Um caminhão da AGRECO faz a entrega diretamente em casa, com um pedido mínimo de R\$ 30,00, sem custo de entrega.

As ações desenvolvidas pela AGRECO, com apoio e influenciadas por suas entidades parceiras, incentivaram outras formas de organização social que merecem destaque:

a) A constituição de uma **cooperativa de crédito rural**, a Credicolônia, em 1999. A cooperativa surgiu com o objetivo de democratizar o acesso ao crédito. Ela possuía, na época de sua fundação, sede em Santa Rosa de Lima e postos de atendimento em Rio Fortuna e Anitápolis. Dentre as vantagens proporcionadas pela Credicolônia aos seus associados, podem-se citar as menores taxas de juros; maior remuneração nos investimentos; menor burocracia para o atendimento das solicitações dos agricultores; a poupança depositada na cooperativa é investida na região, etc. Em 2003, foi aprovada em Assembleia a mudança da razão social da cooperativa, passando a ser denominada de “CRESOL Santa Rosa de Lima”. Este procedimento se deu em função de duas razões: da necessidade de padronização exigida pelo Sistema CRESOL, já que se recomenda que o nome do município figure na denominação da agência; e, em função da possibilidade de conversão do posto de atendimento de Rio Fortuna em outra cooperativa de crédito, haja vista que, na ocasião, o número de filiados da CRESOL Santa Rosa

²¹ Uma análise mais aprofundada da experiência com a comercialização através das cestas pode ser encontrada no trabalho de BAZZO SCHMIDT, 2004.

de Lima estava perto de superar o contingente estabelecido como ideal pelo Sistema (CABRAL, 2004). É importante destacar que, com o passar do tempo, a cooperativa de crédito se descola do processo em curso nas Encostas da Serra Geral. Inicialmente a entidade era composta especialmente pelos agricultores associados à AGRECO e tinha como diretriz a contribuição ao desenvolvimento da produção orgânica na região. No entanto, a busca desenfreada por novos sócios e questões político-partidárias, acabaram afastando a instituição de seus propósitos iniciais. Este acontecimento provocou um forte debate e o surgimento de grandes interrogações no seio da AGRECO. Inicialmente a visão era de que todos os projetos da associação dessem origem a novas organizações. Desta forma se estaria fortalecendo a organização social e o surgimento de novas lideranças (como exemplo, pode-se citar o projeto de turismo, o qual originou a Acolhida na Colônia e o projeto de crédito que originou a Credicolônia). No entanto, como garantir que estas organizações continuassem comprometidas com a construção do processo de desenvolvimento territorial?

b) O **Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral**, criado por representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios de Santa Rosa de Lima, Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna, Gravatal, Grão Pará e São Martinho, no ano de 1999. Visava auxiliar na construção de alternativa aos pequenos municípios com população predominantemente rural, como forma de se contrapor à fragmentação e ao esvaziamento do seu território, através da articulação entre si, numa mesma região. Assim, estes municípios atuavam de forma conjunta, em ações de interesse comum, assegurando o desenvolvimento sustentável das Encostas da Serra Geral. Neste sentido, o Fórum era composto por quatro grupos de trabalho, sendo eles: saúde, educação, infraestrutura e turismo.

c) A **Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia**, fundada em 1999, com o intuito de fomentar o desenvolvimento do agroturismo nas Encostas da Serra Geral (sua constituição e atuação serão detalhadas no ítem 3.2.2, a seguir).

d) A organização da **Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral – ALIAR**, em 2001, reunindo cerca de quarenta profissionais que atuam na região, garante recursos humanos capacitados necessários para a manutenção dos programas de desenvolvimento. A cooperativa presta serviços para entidades públicas e privadas que atuam com objetivos do desenvolvimento local, tendo como compromisso os princípios

ecológicos, a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, a valorização da identidade cultural da região; a busca da competitividade a partir da cooperação, solidariedade e do espírito inovador e empreendedor de seus/suas associados/as; a construção de relações interinstitucionais baseadas em parcerias e no estabelecimento de redes; a preocupação com a saúde, educação, lazer, cultura e qualidade de vida dos/as associados/as, parceiros/as e clientes; contribuir para o exercício da cidadania de seus/suas associados/as e clientes (ALIAR, 2001).

e) As **Ecovilas** são condomínios ecológicos que buscam aproximar pessoas do meio rural e do meio urbano, com o objetivo de preservar áreas estratégicas em termos ecológicos nas Encostas da Serra Geral. Uma primeira área de 87,5 hectares (ha) foi comprada de uma família de agricultores por trinta e cinco famílias de origem urbana, por R\$ 2.000,00 o há, em 2002, com a finalidade de construir um primeiro condomínio. A rápida valorização das terras é vista pela direção da AGRECO como uma estratégia para a promoção da preservação da área e a ideia é de construir dez condomínios deste tipo na região (ANDION, 2007).

f) A implementação do **Centro de Formação das Encostas da Serra Geral**, viabilizada através da disponibilização por parte da prefeitura municipal à AGRECO, de um antigo casarão nas proximidades do balneário termal, em Santa Rosa de Lima. Além disto, outra ação importante para viabilizar a implantação do Centro foi a obtenção de recursos financeiros por parte da Acolhida na Colônia junto à Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR), em 2002, para reformar e equipar minimamente o prédio. Este apoio estava vinculado ao interesse demonstrado pelo órgão estadual em disseminar a experiência da Acolhida na Colônia para outros municípios catarinenses. O Centro de Formação foi constituído em 2003, tendo como finalidade a capacitação de pessoas para o exercício pleno da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Suas atividades estão voltadas para a realização de atividades de formação e capacitação; a realização de estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; o desenvolvimento da agroecologia, do agroturismo, do associativismo e de novas formas de organização das atividades econômicas (CENTRO DE FORMAÇÃO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL, 2003).

g) Em 2004, é constituída a **Agência de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral (ADS)**. Tratava-se de uma associação de instituições públicas e privadas, da qual faziam parte prefeituras, secretarias de desenvolvimento regional, Universidade Federal de Santa Catarina e entidades da sociedade civil com atuação na sua área de abrangência (Jaguaruna, Tubarão, Laguna, Imaruí, Grão Pará, Alfredo Wagner, Angelina, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São Bonifácio, Anitápolis, Rancho Queimado, Armazém, São Martinho, Gravatal, Paulo Lopes e Palhoça). A ADS tinha por finalidade: a promoção do desenvolvimento sustentável da região das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, através da elaboração, monitoramento e avaliação do plano de desenvolvimento territorial; do estímulo à ação integrada e o estabelecimento de parcerias entre poder público e os organismos da sociedade civil e da iniciativa privada; da organização e divulgação de informações que promovam o desenvolvimento; da criação de uma rede territorial de entidades ligadas ao desenvolvimento regional; da valorização e divulgação de iniciativas locais bem sucedidas; o apoio técnico aos empreendedores locais; a articulação de fontes financiadoras para as iniciativas locais; a defesa da qualidade do meio ambiente; a promoção e a articulação com outros territórios rurais e urbanos (ADS, 2004).

h) A **Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Cooperagreco)** foi fundada em 2009, para ser o braço comercial da AGRECO. Desta forma, destaca-se, entre os objetivos previstos em seu estatuto

A comercialização a varejo dos seguintes produtos: hortifrutigranjeiros, carnes e embutidos, produtos panificados, sucos, poupa e industrializados, produtos lácteos, produtos derivados de cana de açúcar, produtos derivados da piscicultura, cereais e industrializados, oleaginosas e industrializados. (COOPERAGRECO, 2009:1).

A figura 9 a seguir apresenta de forma esquemática o surgimento destas entidades.

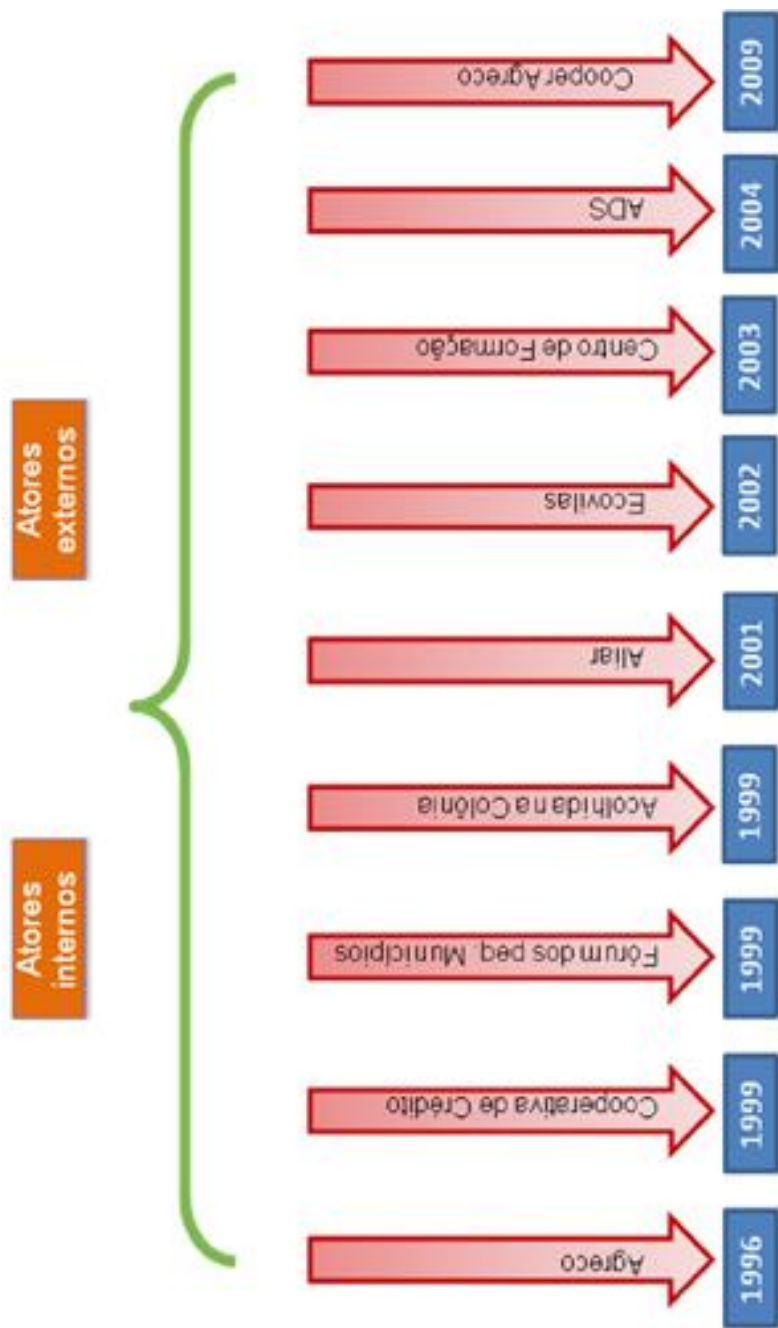


Figura 9: Organizações sociais constituídas com o apoio e sob influência da AGRECO.
Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 A Acolhida na Colônia: Um novo ator territorial nas Encostas da Serra Geral

A implantação do programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral teve início no final de 1998, quando aconteceram as primeiras articulações para uma possível experiência piloto. Neste momento, o encontro de duas Organizações Não Governamentais catarinenses, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e a AGRECO, ambas ligadas à agricultura familiar, foi fundamental para o desencadeamento do processo.

O CEPAGRO foi fundado em 1990, por um grupo de agricultores familiares e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo como forma de viabilização das unidades produtivas de base familiar. Constituiu-se, na época, como uma ONG, formada por entidades de agricultores familiares de abrangência regional e estadual. Os programas desenvolvidos pelo CEPAGRO eram referência nacional para entidades que trabalhavam com agricultura familiar e desenvolvimento rural. A entidade liderava discussões sobre desenvolvimento local, agroindústria de pequeno porte, cooperativismo de crédito, certificação participativa, gestão da propriedade rural, dentre outras temáticas que se transformavam em seus programas de atuação. Estes programas tinham, na concepção da entidade, um caráter temporal. Ou seja, o CEPAGRO desenvolvia a metodologia para a implantação do programa e discutia todas as ferramentas necessárias para a construção de uma iniciativa piloto. Quando o piloto começava a dar resultados positivos, iniciava-se a disseminação da experiência para outras instituições que tinham potencial e interesse. A partir daí o CEPAGRO se retirava do processo.

Neste quadro, em 1993, o CEPAGRO iniciou as primeiras discussões sobre o turismo rural. Uma parceria desta entidade com organizações francesas, em especial a ALDIS²², possibilitou que alguns de seus dirigentes e seus técnicos tivessem a oportunidade de viajar à França para a realização de intercâmbios. Como naquele país o turismo rural é uma atividade amplamente desenvolvida, eles imediatamente

²² *Association Locale pour un Développement International Solidaire* – ALDIS (Associação Local por um Desenvolvimento Internacional Solidário) é uma entidade de ação regional que atua no Oeste da França, onde exerce trabalhos relacionados ao meio ambiente, à agricultura, à formação e capacitação de agricultores e ao intercâmbio com países do “terceiro mundo”.

vislumbraram uma possibilidade para os agricultores familiares catarinenses.

Em meio a este cenário, no ano de 1993, uma parceria do CEPAGRO com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural da Santa Catarina S.A. (EPAGRI) possibilitou a realização de uma viagem de estudos à França por um funcionário desta instituição. Em seu retorno, este técnico tratou de compartilhar sua experiência e os conhecimentos adquiridos em inúmeros eventos estaduais, criando uma forte demanda para o desenvolvimento da atividade.

A partir desta experiência, uma nova missão ao mesmo País foi organizada, agora com o propósito de colher subsídios para a implantação do programa de turismo rural dentro do CEPAGRO. Assim, em 1997, a autora realizou seu estágio curricular de conclusão de curso de agronomia na França, focando a atividade de turismo rural. Durante os três meses de estágio, foram vivenciadas diversas experiências de turismo desenvolvidas no espaço rural francês, passando por diferentes organizações (*Gîte de France; Bienvenue à la Ferme e Accueil Paysan*); o convívio com agricultores que oferecem os mais diferentes tipos de serviços em suas propriedades rurais e visitas a entidades de formação para a atividade, como as casas familiares rurais de turismo rural. Também houve a oportunidade, durante este período, de participar de eventos de promoção e seminários de troca de experiências entre agricultores e técnicos.

Box II: Jornal Tribuna Criciumense de 22/08/1997.

TREVISO

Professores e técnicos da UFSC incentivam turismo rural

Os professores João Delle Ore, Thaise Costa Guzzatti e Luiz de Lorenzi Dimon, estiveram no município de Treviso, na última terça-feira, quando foram recepcionados pelo prefeito Jaimir Comin, bem como, pelo vice-prefeito, e o Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Valmor Freccia. A convite da administração municipal, eles visitaram a localidade de Santo Antônio, que futuramente deverá ser transformada num importante polo turístico. O professor Luiz de Lorenzi que no início do ano esteve em Treviso, desta vez trouxe consigo farto material para mostrar aos moradores e à administração municipal, indicando procedimentos que muito poderão contribuir para o embelezamento do local, e melhoria de sua infraestrutura.

A presidente da Associação Sul Catarinense de Turismo, Dizelda Coral Benedet também participou da visita, e da palestra que foi proferida pelo professor João Delle Ore, que deu uma verdadeira aula sobre Turismo rural, ilustrado com projeção de vídeos. Também apresentou projeto para a implantação do turismo rural no município. Segundo ele, essa iniciativa vai gerar emprego e renda, beneficiando diretamente às famílias agricultoras. Com uma projeção de "slides", o professor mostrou como é feito o turismo rural na França, salientando que a qualidade dos produtos oferecidos e a higiene são requisitos fundamentais para atrair o turista.

"Verificamos que toda essa região tem um extraordinário potencial turístico, e para explorá-lo racionalmente, basta que se tome o rumo certo. O primeiro passo nesse sentido, seria a criação de um circuito integrando várias famílias e localidades, para oferecer mais opções aos visitantes. A própria família agricultora é quem deve receber o turista", recomenda o professor. A previsão para o ano 2000 é de que a população terá maior disponibilidade de tempo, e com isso devem aumentar consideravelmente as viagens, envolvendo pessoas de mais de 50 anos, enquanto que os jovens darão preferência ao campo, sobretudo nos finais de semana.

A presidente da Sulcatur confessou-se impressionada com o grande potencial turístico da região de Treviso e colocou-se à disposição da administração municipal "para auxiliá-la naquilo que for preciso e esteja ao nosso alcance". Essa avaliação sobre o turismo rural no município, culminou com uma "galinha com polenta" bastante elogiada pelos visitantes. O prefeito Jaimir Comin declarou que tem o maior interesse em incentivar o turismo rural, atraindo um maior volume de investimentos por parte da iniciativa privada.

O Secretário Valmor Fréccia comunga do mesmo pensamento, e expressando todo o seu otimismo, garante que Treviso haverá de se transformar num dos principais pontos turísticos do sul do país.

Box III: Ouest France de 19/05/1997.

Deux Brésiliens reçus par des paysans mayennais

Coopération agricole avec le Brésil

Deux jeunes Brésiliens, étudiants en agronomie, ont parcouru la Mayenne pour découvrir les techniques agricoles des petites et moyennes exploitations. Mardi après-midi, ils ont visité celle de Loïc Chauvin, près d'Andouillé.

Thaise Costa Guzzatti et Caio de Teves Inacio, originaires de Santa Carina, un état du sud-Brazil, sont actuellement en visite en Mayenne. Thaise, 21 ans, est étudiante en agronomie et travaille plus particulièrement sur le tourisme rural. Caio, 23 ans, également de formation agronome, a terminé ses études et s'est installé depuis peu comme agriculteur. C'est par l'intermédiaire de l'association mayennaise ALDIS (action locale pour un développement intermédiaire solidaire) que Thaise et Caio ont pu entrer en contact avec les agriculteurs du département. Loïc Chauvin, jeune agriculteur, et administrateur à l'ALDIS, explique la situation : « Ils ont à peu près le même type d'agriculture que chez nous il y a trente ans. On connaît donc les problèmes auxquels ils sont confrontés ».

L'ALDIS échange, aujourd'hui, essentiellement avec le Brésil. Il s'agit d'une coopération entre les petites et moyennes exploitations agricoles d'ici et celles de là-bas. Là-bas, à Santa Carina, le partenaire de l'ALDIS est le CEPAGRO (centre d'études pour la promotion de l'agriculture de groupe) dont la spécificité vient du fait que



Caio de Teves Inacio et Thaise Costa Guzzatti ont visité l'exploitation de Loïc Chauvin.

c'est la seule association traitant de l'agriculture dont le siège se situe à l'intérieur d'une université. Thaise explique : « **A la fac, les étudiants sont principalement originaires de la ville, et le CEPAGRO a instauré un stage obligatoire à la campagne afin que les étudiants prennent conscience de la réalité du terrain.** » Et quelle réalité...

Des paysans sans terre

Dans le sud-Brazil, la situation des paysans est catastrophique. Manque de moyens, revenus misérables, aucune aide sociale, les petits

paysans, qui représentent une grande partie de la population ne peuvent pas s'en sortir. Résultat, obligés de quitter leur terre, on les retrouve à la périphérie des villes, dans des bidonvilles, ou dans des campements précaires situés le long des routes.

Thaise refuse cet exode rural : « **Il faut que les paysans restent en campagne ! Le tourisme rural peut contribuer à cela et augmenter les revenus des paysans qui pourront alors vivre décemment et assurer l'éducation de leurs enfants.** » Loïc Chauvin ajoute : « **Il faut accroître la valeur ajoutée de la production, même sur une petite exploitation.** »

No retorno, após a sistematização do conhecimento adquirido, foi feita uma consulta às entidades que compunham a junta administrativa do CEPAGRO, a fim de analisar possíveis demandas para projetos desta natureza. Naquele momento, a AGRECO apresentou-se como interessada e demandante, em função desta atividade ter sido indicada por seus agricultores no planejamento estratégico da entidade, realizado em 1997²³. Esta inclusão estava relacionada ao fato daqueles agricultores estarem sendo visitados por produtores, técnicos e lideranças de várias localidades do estado e do país, os quais buscavam conhecer o sistema de produção agroecológico (sem uso de agrotóxicos e adubos sintéticos) adotado e a forma de organização e comercialização empreendida. No entanto, as estruturas para hospedagem e alimentação para estes visitantes nos municípios eram bastante deficientes (quando existiam) e vislumbrou-se uma nova possibilidade de complementação de renda para as propriedades rurais.

Desta forma, depois de tomada a decisão, no interior do CEPAGRO, de que seria oportuno investir no desenvolvimento do turismo rural na região da AGRECO, iniciou-se um processo de sensibilização das lideranças locais dos municípios de atuação da entidade, alertando para os potenciais da atividade de turismo rural. Para viabilizar o começo do trabalho, as prefeituras de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal se cotizaram para o pagamento das despesas de assessoria técnica pelo período inicial de cinco meses.

Algumas constatações deste processo inicial foram: a) o programa não deveria se chamar turismo rural. O termo assustava, pois os participantes o associavam à ideia do turismo praticado em Lages nas grandes fazendas, ou seja, aos hotéis fazenda. Assim, imediatamente se discutiu um termo mais apropriado, optando-se pela utilização do agroturismo, o qual identificava de forma clara e direta o foco do trabalho: turismo junto à agricultura; b) a baixa auto-estima dos participantes com relação a sua profissão e ao seu território. Muitos diziam: “o que os turistas viriam fazer aqui neste meio do mato”? Ou então: “aqui ninguém vem, só vai”, numa referência ao processo do êxodo rural vivenciado na região; c) graves problemas de infraestrutura,

²³ Neste documento, o papel da Associação foi descrito como sendo: “Melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural” (SCHMIDT et al., 2003).

especialmente no que diz respeito à péssima condição das estradas; à falta de sinalização e problemas relacionados à qualidade da energia elétrica; d) graves problemas ambientais, sobretudo com relação à derrubada da mata nativa para a fabricação do carvão vegetal ou implantação de reflorestamento; à utilização excessiva de agrotóxicos e à falta de saneamento básico das propriedades rurais.

Após estes meses iniciais, houve a aprovação do “Projeto de Apoio ao Agroturismo como Estratégia para Promover o Desenvolvimento Local”, o qual havia sido encaminhado ao Ministério da Agricultura, via Secretaria de Desenvolvimento Rural/Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MA/SDR/PRONAF). O estabelecimento do convênio entre o CEPAGRO e o Ministério da Agricultura aconteceu em 1999, e a execução do projeto contou com a parceria da AGRECO, das Prefeituras Municipais, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A execução das etapas previstas neste projeto, com os devidos ajustes após sua aplicação prática, deram origem à “Metodologia Acolhida na Colônia para o desenvolvimento do agroturismo em municípios rurais”, descrita pela autora em sua dissertação de mestrado (GUZZATTI, 2003).

Cabe destacar que a metodologia proposta foi elaborada já a partir de uma abordagem territorial, estabelecendo, como diretrizes, a superação da atuação em nível municipal; o empoderamento dos agricultores familiares através de uma ação planejada de sensibilização e capacitação; o fortalecimento da capacidade associativa dos agricultores familiares; a melhoria das condições gerais das propriedades rurais; e o desenvolvimento de ações relacionadas à valorização da cultura local e do meio ambiente.

Após o amadurecimento do trabalho e de uma forte integração entre os agricultores participantes (Guzzatti, 2003), em 1999, foi constituída legalmente a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A entidade estabeleceu uma parceria formal com a organização francesa *Accueil Paysan*, passando a integrar esta rede e ganhando o direito de utilização da sua marca.

A opção de se vincular à *Accueil Paysan* se deu por algumas razões, entre as quais se destacam:

- 1) princípios e propósitos da entidade: a *Accueil Paysan* tem a sua história marcada pela reflexão de seus fundadores (pequenos agricultores franceses de zonas montanhosas com dificuldades de se manter em suas propriedades da forma tradicional) sobre o futuro de

seus territórios e, conseqüentemente, do seu próprio futuro. Alguns destes agricultores já haviam experimentado o trabalho com o turismo e acreditavam que a atividade poderia ser uma alternativa. Alertavam, no entanto, para os riscos desta prática, como sugere o fundador e ex-presidente da entidade em seu depoimento.

A *Accueil Paysan* nasceu na seqüência de uma reflexão de um grupo de agricultores que praticavam a acolhida, que tomaram consciência que nós não deveríamos acolher não importa como, que nós não deveríamos nos assemelhar a restaurantes ou hoteleiros, ou comerciantes, mas integrar a nossa exploração agrícola em um acolhimento específico, baseado nos nossos valores enquanto agricultores. Notadamente, compartilhar valores fundamentais dentro de um respeito recíproco. (BERTHOUBE et al., 1997, p.04, tradução nossa).

Para fomentar o desenvolvimento da atividade, garantindo a coerência com as discussões que estavam realizando, estabeleceram os seguintes princípios para a associação:

A *Accueil Paysan* é parte integrante da atividade agrícola; Os agricultores praticantes desta acolhida têm o desejo de fazer conhecido seu trabalho e seu meio ambiente (contato com os animais, conhecimento das plantas, do ritmo das estações). Esta é a especificidade de sua acolhida; a acolhida se faz dentro de um espírito de troca e de respeito mútuo; a acolhida se faz acessível a todas as classes sociais; a *Accueil Paysan* é um fator de desenvolvimento local, ela mantém a vida no imoio rural; os agricultores garantem a qualidade dos produtos rurais que eles oferecem; a *Accueil Paysan* propõe um conforto adaptado ao habitat local; a *Accueil Paysan* é pensada e organizada por aqueles que a vivem. (BERTHOUBE et al. 1997, p. 05, tradução nossa).

2) movimento internacional: a *Accueil Paysan* atua em vinte e três países de três continentes, totalizando, aproximadamente, 850 pontos de acolhida em todo o mundo. Os objetivos da expansão da entidade para além dos limites da França estão relacionados a duas questões básicas. A primeira delas diz respeito ao desejo de disseminação das questões que fundamentaram os princípios e a carta de qualidade da entidade, criando desta forma um movimento mundial para valorização da agricultura familiar, dos seus recursos culturais e ambientais e proporcionando condições de vida dignas a estas populações. A segunda está relacionada ao desejo de proporcionar aos turistas franceses a possibilidade de viajarem ao estrangeiro dentro da mesma filosofia de um turismo de proximidade.

3) metodologia de trabalho: a *Accueil Paysan* é uma organização que já possui mais de vinte anos de trabalho. Ao longo deste período e neste processo, estabeleceram várias metodologias, técnicas e ferramentas para implantação e desenvolvimento das atividades de agroturismo, especialmente no território francês. Como exemplo, pode-se citar a elaboração do caderno de normas (*cahiers des charges*), o qual estabelece as regras básicas a serem seguidas para cada tipo de serviço oferecido pelos agricultores associados.

A influência da *Accueil Paysan* na trajetória da Acolhida na Colônia pode ser verificada desde o estabelecimento de seu estatuto (Anexo 1), quando da proposição dos objetivos da entidade no Capítulo 2º, artigo 2º, onde a Acolhida na Colônia deve:

- contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e seus associados, pela organização de atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda;
- valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural;
- promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos agricultores familiares com os habitantes de centros urbanos;
- organizar, segundo os princípios do agroturismo, definidos no presente Estatuto, os agricultores

familiares filiados, prestando-lhes assessoria técnica relacionada ao desenvolvimento de serviços agroturísticos em suas propriedades, atuando também como operadora de agroturismo;

- organizar, em parcerias, no âmbito desta Associação, o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais;
- resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura para a sociedade em geral;
- possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação, formação e profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;
- articular canais de financiamento que venham beneficiar aos associados;
- prestar serviços aos associados e a terceiros, desde que não sejam comprometidos os objetivos da Associação;
- representar os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses de seus membros;
- incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e nacionais e internacionais;
- aplicar devidamente as doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 1999. p. 01-02).

Outra prática inspirada na referência francesa e adotada pela entidade catarinense foi à formulação de um caderno de normas. Para isso, contou com o apoio de uma agricultora brasileira radicada na França e associada à *Accueil Paysan*. Esta técnica permaneceu no Brasil por seis meses e ajudou na elaboração do documento. O caderno de normas foi construído com a participação ativa dos agricultores e o objetivo era de se propor “um conjunto de regras em função dos serviços oferecidos nas áreas de alimentação, hospedagem, venda de produtos e dia de campo colonial” (LIMA, 2001, p. 01). Visava ainda

“garantir a qualidade dos serviços oferecidos e a segurança dos visitantes, bem como a manutenção dos princípios éticos da entidade” (op. cit., p. 01).

Outra questão que estava implícita no caderno de normas era a preocupação em manter o foco da associação, enquanto entidade destinada ao desenvolvimento do turismo junto à agricultura familiar. Neste sentido, a primeira versão do caderno de normas tinha regras, como para as famílias que serviam alimentação, as quais deveriam ter 50% de produtos elaborados com matéria prima própria; 30% de produtos elaborados com matéria prima obtida em outras propriedades agrícolas e 20% de produtos provindos do mercado. Outra regra neste sentido era a limitação do número de atendimentos. No caso de restaurante colonial a capacidade era limitada em até quarenta pessoas e, no caso de hospedagem, em até vinte pessoas (op. cit.).

O caderno de normas da Acolhida na Colônia trouxe avanços com relação àquele da entidade francesa. Como exemplo, pode-se citar a necessidade explícita dos associados serem produtores orgânicos (ou iniciar a conversão, para o caso daqueles produtores convencionais).

Com o passar dos anos e a ampliação do trabalho e inclusão de novos sócios, várias questões do caderno de normas (como as citadas anteriormente) passaram a ser foco de fortes embates dentro da associação. Assim, em 2009/2010, a entidade promoveu uma ampla discussão e um caderno de normas atualizado foi aprovado (Anexo 2). Nesta nova versão, a porcentagem de alimentos que devem ser produzidos pela propriedade passa a deixar de existir, apesar de haver referência à obrigatoriedade da produção própria.

Outra questão que está no centro das discussões da Acolhida na Colônia, desde sua fundação, é quem pode ser associado à entidade. O Regimento Interno elaborado em 2000 previa, em seu Capítulo 3º, Artigo 7º, a existência de três tipos de associados, sendo eles o Sócio Fundador (aquele que participou da assembleia de fundação); o Sócio Nato (sócio que é agricultor familiar) e o Sócio Convidado (sócio que não é agricultor familiar) (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 2000).

Com relação aos sócios convidados, estes seriam outros atores sociais, que possuem a capacidade de contribuir, através de sua atividade, para o desenvolvimento da Acolhida na Colônia. Estes sócios não podem assumir cargos administrativos e não podem usufruir de financiamento no âmbito da Associação. No entanto, podem participar das atividades de formação e intercâmbio oferecidas pela entidade; da vida associativa e das ações promocionais, devendo, neste caso, estar explícito se tratar de um sócio convidado (op. cit.).

Em 2005, após seis anos de trabalho nas Encostas da Serra Geral, a Acolhida na Colônia atende à demanda de vários municípios e entidades governamentais, em especial o Ministério do Turismo e a Santur (Santa Catarina Turismo S/A) e inicia o seu processo de expansão.

Tendo em vista o apoio governamental, este processo foi proposto utilizando a divisão administrativa oficial do Estado de Santa Catarina, ou seja, a divisão das Secretarias de Desenvolvimento Regional. As regiões escolhidas para o início do trabalho foram as de São Joaquim; Ituporanga; Ibirama e Rio do Sul, englobando um conjunto de trinta e oito novos municípios.

A proposta de expansão foi planejada conforme ilustrado na figura 10, a seguir.



Figura 10: Representação das etapas propostas para expansão da Acolhida na Colônia em novos municípios.

Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta partia da capacitação de multiplicadores municipais na metodologia Acolhida na Colônia para o desenvolvimento do agroturismo em municípios rurais (GUZZATTI, 2003). Esta capacitação ocorria em cada Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) envolvida, através da realização de oficinas com os multiplicadores indicados por cada município. Os multiplicadores podiam ser qualquer pessoa ligada ou não ao poder público municipal ou estadual, desde que disposta e comprometida a implementar as ações indicadas pelo programa. Era recomendado que o multiplicador tivesse um conhecimento da agricultura familiar do município. As oficinas eram modulares (quatro módulos de dois dias cada) e com um intervalo de um até dois meses entre cada encontro. No intervalo, os multiplicadores

tinham atividades a desenvolver (aplicação dos conhecimentos adquiridos) em seus municípios de atuação. Os encontros eram realizados em forma de rodízio entre os municípios participantes em cada uma das Secretarias de Desenvolvimento Regional envolvidas.

Após a oficina, o passo seguinte era o lançamento de novos circuitos da Acolhida na Colônia, como resultado do trabalho desenvolvido pelos multiplicadores. Estes novos circuitos passavam então pelo processo de certificação da entidade e entravam para comercialização através do site, participação em feiras e eventos e material impresso. A partir de então, a Acolhida passa a atuar em outros pólos (Secretarias Regionais).

Como resultado deste processo inicial, dos trinta e oito municípios que iniciaram a expansão, dezoito completaram o processo e passaram a integrar a Acolhida na Colônia, conforme representado na figura 11. Atualmente, a entidade abrange vinte e quatro municípios, incluindo uma iniciativa de expansão no município de Imbituba, junto a pescadores artesanais. Atualmente são, aproximadamente, cento e setenta famílias associadas no conjunto dos municípios, os quais se encontram em momentos diferentes em termos de desenvolvimento turístico em suas propriedades.

Outro fato relevante a ser destacado é que a equipe técnica e as lideranças da Acolhida na Colônia Encostas da Serra Geral decidiram que os novos agricultores/municípios deveriam se organizar em novas associações Acolhida na Colônia. Assim, foram fundadas mais quatro entidades, sendo elas: Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Rota das Nascentes; Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Vale dos Imigrantes; Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Serra Catarinense; Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia das Tradições.

As principais motivações para esta opção, ao invés de associar todos os agricultores na Acolhida na Colônia Encostas da Serra Geral, estão relacionadas aos próprios princípios da entidade, onde se estabelece a necessidade de uma participação ativa dos associados na condução dos trabalhos da sua organização. Se fosse mantida uma única associação, a distância entre os municípios iria dificultar a participação dos associados. Além disso, a fundação de novas associações implica na formação de novas lideranças e aprimoramento do capital social dentro do que passa a ser chamada “rede Acolhida na Colônia”.

Em 2006/2007, a Acolhida na Colônia passa a sentir a necessidade de contratação de técnicos para atuação nas regiões. Um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário estabelecido

neste período se configura como marco para a entidade, sendo que a organização passa a contar com uma equipe de três bacharéis em turismo e uma agrônoma mantidos pelo projeto, além de outra agrônoma mantida por uma organização internacional de caráter não governamental.

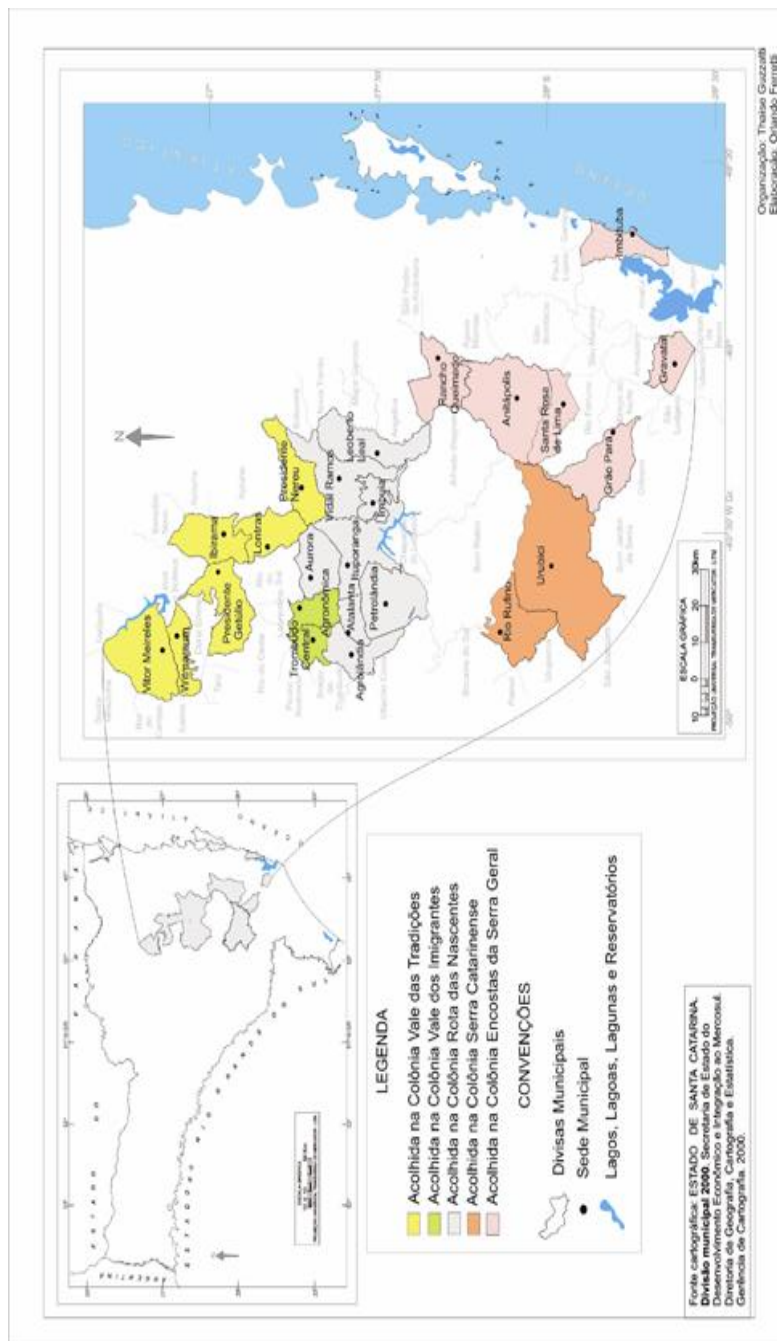


Figura 11: Área de abrangência das Associações Acolhida na Colônia.

Em pesquisa ao arquivo de projeto e convênios no escritório da Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima pode-se perceber que, nos últimos dez anos, a entidade estabeleceu parceria com diferentes organizações, públicas e privadas, com intuito de desenvolver o agroturismo em sua área de atuação. A tabela 9 mostra que a organização recebeu R\$ 1.305.910,74, (o que equivale a uma média anual de R\$ 130.591,74) de financiamento neste período para a realização de ações variadas, especialmente para assistência técnica, investimento em infraestrutura e promoção e capacitação dos agricultores envolvidos.

Nº	Nome do Projeto	Instituição Apoiadora	Valor do Convênio	Vigência
01	Consolidação do Circuito de Agroturismo das Encostas da Serra Geral.	Ministério do Turismo/Embratur	117.400,00	01/2001-05/2002
02	Desenvolvimento de Pólos Regionais de Agroturismo	Ministério do Turismo/Embratur	80.679,50	02/2005-02/2006
03	Projeto de Implantação de Pólos de Agroturismo em Santa Catarina	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	33.881,00	02/2006-04/2006
04	Ampliação e Consolidação da Rede Acolhida na Colônia em Santa Catarina.	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	126 000,00	05/2006-09/2006
04	Projeto de Recuperação e Restauração da Igreja de Santa Catarina em Santa Rosa de Lima	IAF - Fundação Inter Americana	328.466,00	08/2006-09/2010
06	Projeto Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de valor.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	194.647,18	10/2006-03/2008
07	Apoio ao Desenvolvimento do turismo no Estado de Santa Catarina, através do projeto Intitulado "Encostas da Serra Geral: Destino Indutor com Base na Estruturação do segmento Rural.	Ministério do Turismo	151.190,00	01/2008-08/2008
08	Projeto Roda D'água	BS&A (Bovespa Social e Ambiental)	158.000,00	05/2008-06/2011

Continua

Continuação

09	Projeto para promoção da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	75.000,00	10/2008-04/2009
10	Fortalecendo o desenvolvimento do agroturismo e da agroecologia nos municípios de atuação da Acolhida na Colônia	Ministério do Desenvolvimento Agrário	452.452,00	12/2008-12/2010
11	Apoio à iniciativa de turismo de Base comunitária na Região das Encostas da Serra Geral.	Ministério do turismo	138.464,56	02/2009-08/2010
12	Desenvolvimento de Estruturação do Destino Referência Acolhida na Colônia (Rancho Queimado, Urubici, Anitápolis e Santa Rosa de Lima)	Ministério do Turismo	159.699,24	03/2009-11/2010
13	Roteirização, promoção e intercâmbio Nacional e Internacional da Acolhida na Colônia.	Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	135.213,00	09/2009-05/2010
14	Formação de Condutores das Encostas da Serra Geral.	Fundação Luterana de Diaconia	18.000,00	01/2010-09/2010
Tot.			1.305.910,74	

Tabela 9: Projetos da Acolhida na Colônia que receberam financiamento no período 2001-2010.

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados da Associação Acolhida na Colônia das Encostas da Serra Geral.

Cabe destacar que o desenvolvimento sustentável é considerado aquele “desenvolvimento que satisfaça as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades” (Relatório de Brundtland, 1987:43). Este conceito considera as três esferas da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, sendo que, por meio do emprego eficaz, eficiente e efetivo de recursos, se alcançará o bem comum – preservação da fauna, flora e recursos naturais, prezando pelos humanos e suas comunidades e gerando pouco ou nenhum impacto negativo.

No entanto, conforme ressalta Scheibe (2004), muitas vezes há um equívoco no entendimento da palavra sustentável para algumas iniciativas, como a Acolhida na Colônia, especialmente no que se refere

ao quesito econômico, tendo-se a compreensão que a mesma deveria ter autonomia financeira.

O autor ressalta:

A sustentabilidade econômica desse tipo de ação não pode depender unicamente das condições intrínsecas das áreas de atuação, mas tem que ser buscada e garantida por todo o restante da sociedade, que precisa assumir claramente o ônus dessa sustentação. Sustentável é o que pode ser sustentado, no interesse da sociedade. Mesmo que para isso necessite de um apoio – e nesse sentido conhecemos bem a função e a importância da palavra francesa *soutien*” SCHEIBE (2004, p.330).

O contexto apresentado demonstra que a Acolhida na Colônia possui uma estratégia para assegurar a sua sustentabilidade financeira e que a mesma não está centrada unicamente no lucro da atividade desenvolvida. A entidade vem cobrando o papel do poder público e outras organizações com relação a este tipo de iniciativa, o que é demonstrado pelo número de convênios firmados.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, busca-se realizar uma análise dos resultados obtidos a partir da implementação dos procedimentos metodológicos descritos na Introdução, interpretando-os a partir do referencial teórico apresentado no Capítulo I e II, conforme figura 12.



Figura 12- Etapa 1 dos procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental.

Fonte: elaborada pela autora.

Os procedimentos de pesquisa levaram em consideração a necessidade de alcançar o objetivo geral da tese, ou seja, analisar em que medida os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada têm, efetivamente, contribuído para a construção de um território das Encostas da Serra Geral. Em função disso, foram criadas as condições para o alcance de objetivos intermediários (específicos) que, interpretados de forma integrada e articulada, permitem estabelecer

conclusões e recomendações, apresentadas na sequência deste capítulo. Isso exigiu o estabelecimento de parâmetros que permitissem interpretar a visão dos atores sociais sobre o processo de construção territorial. Estes parâmetros foram construídos a partir da identificação de alguns atributos constitutivos e definidores da categoria geográfica território: identidade, ação coletiva, papel do Poder Público, poder, protagonismo dos atores territoriais e pertencimento (Figura 13).



Figura 13- Etapa 2 dos procedimentos metodológicos: definição dos atributos territoriais.

Fonte: elaborada pela autora.

A fonte principal para esta análise é a transcrição das entrevistas realizadas durante o trabalho.

Os entrevistados compuseram uma amostra definida de forma intencional (Figura 14) com base em características relevantes. Foram definidos quatro segmentos de atores chaves, que deram origem a um grupo de vinte e três entrevistados:

- todos os associados da Acolhida na Colônia no município de Santa Rosa de Lima. Este grupo compreendeu uma pessoa por

propriedade rural associada, sendo entrevistada aquela que estava disponível para receber a pesquisadora no dia agendado. Ao todo foram realizadas sete entrevistas com associados da Acolhida na Colônia:

- todos os técnicos da Acolhida na Colônia que atuam nas Encostas da Serra Geral. Ao todo foram realizadas quatro entrevistas com técnicos;
- representantes de organizações públicas ou privadas (lideranças locais), ligados ao setor do turismo ou da agricultura em Santa Rosa de Lima. Ao todo foram realizadas nove entrevistas com lideranças locais;
- turistas que estivessem em propriedades rurais da Acolhida na Colônia durante a realização da pesquisa. Ao todo foram realizadas três entrevistas com turistas.



Figura 14- Etapa 3 dos procedimentos metodológicos: definição da amostra de entrevistados.

Fonte: elaborada pela autora.

Cabe destacar que apesar de serem atores sociais de segmentos diferentes, todos estão envolvidos e atuam no território das Encostas da Serra Geral. Por conta disso, optou-se em tratá-los como membros de

um grupo homogêneo em relação aos objetivos de pesquisa definidos. Outro ponto a ser ressaltado é que se considera os entrevistados como uma “amostra representativa de uma coletividade” (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005, p. 20), aquela direta e indiretamente envolvida com a Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima.

Dentre os aspectos que referendam tal representatividade dos entrevistados, pode-se evidenciar a divisão em termos de *gênero*, a qual compreende dez mulheres (quatro agricultoras, três técnicas, uma liderança e duas turistas) e treze homens (três agricultores, um técnico, oito lideranças e um turista). Com relação à *faixa etária*, 28,6% dos agricultores entrevistados estão entre trinta e seis até quarenta e cinco anos, 57,1% na faixa de quarenta e seis até sessenta e cinco anos e 14,3% acima de sessenta e cinco anos; com relação aos técnicos, 75% estão entre vinte e três até trinta e cinco anos e 25% na faixa de trinta e seis até quarenta e cinco anos; entre as lideranças, 22,22% estão entre vinte e três até trinta e cinco anos, 22,22% na faixa de trinta e seis até quarenta e cinco anos e 55,56% na faixa de quarenta e seis até sessenta e cinco anos; com relação aos turistas, 100% estão na faixa de vinte e três até trinta e cinco anos. No que diz respeito à classificação por *nível de escolaridade*, pode-se dizer que entre os agricultores, 42,86% têm ensino primário; 28,57% têm ensino fundamental (completo e incompleto) e 28,57% têm ensino médio completo; entre os técnicos, 100% têm nível superior, sendo que 25% têm especialização e 25% têm mestrado; entre as lideranças, 66,67% têm ensino superior, 22,22% têm ensino médio completo e 11,11% têm ensino fundamental completo; dentre os turistas, 66,67% têm ensino superior completo e 33,33% têm ensino superior incompleto.

Detalhando o perfil dos entrevistados associados à Acolhida na Colônia, pode-se dizer que, quanto à *propriedade fundiária*, todos os agricultores entrevistados são proprietários, sendo que 28,57% têm área até 10 hectares; 71,43% têm área de 11 até 50 hectares.

Dos agricultores entrevistados, 42,86% disseram que suas propriedades são orgânicas e certificadas e 57,14% afirmaram que as propriedades são parcialmente orgânicas e sem certificação.

Com relação às fontes de renda das famílias entrevistadas, as receitas oriundas da agricultura/pecuária e do agroturismo respondem, em média, respectivamente, por 24% e 14% do recurso financeiro nas propriedades. O restante é composto, em sua maioria, por receitas provenientes de aposentadorias (rural ou não). Cabe destacar que três propriedades rurais possuem produção somente para auto-consumo, o que leva a média do valor proveniente da agricultura e pecuária para

baixo. Da mesma forma, duas das propriedades rurais entrevistadas estavam fechadas para reforma no que diz respeito ao agroturismo, o que também influencia a entrada de recursos por esta via.

Para a realização das entrevistas, foram elaborados quatro roteiros que deram origem a questionários adaptados aos segmentos dos atores sociais (apêndice 1), sendo um para cada perfil de entrevistados (agricultores, técnicos, lideranças e turistas). A Figura 15 demonstra esta etapa da metodologia.

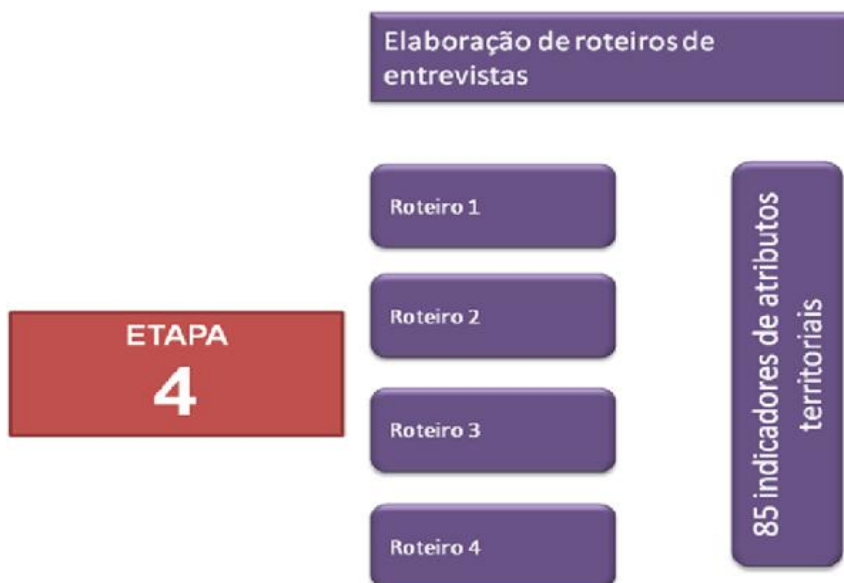


Figura 15- Etapa 4 dos procedimentos metodológicos: elaboração de roteiros de entrevistas.

Fonte: elaborada pela autora.

A elaboração do roteiro permitiu a definição de indicadores que demonstram a visão dos entrevistados sobre os atributos territoriais. Para conhecer a realidade de cada indicador foram elaboradas questões dirigidas, as quais procuraram colher informações sobre:

- Associados: dados para identificação do informante e de localização da propriedade; dados da família; dados da propriedade rural; perguntas relativas ao agroturismo na propriedade rural; perguntas relativas ao agroturismo no

município; perguntas relacionadas à Acolhida na Colônia; perguntas relacionadas à cooperação; perguntas relacionadas à paisagem e ao meio ambiente e questões sobre o aspecto territorial.

- Técnicos: dados para identificação do informante e sua relação com a Acolhida na Colônia; perguntas relativas ao agroturismo; perguntas relacionadas à Acolhida na Colônia; perguntas relacionadas à cooperação; perguntas relacionadas aos visitantes; perguntas relacionadas à paisagem e ao meio ambiente e questões sobre o aspecto territorial.
- Lideranças: dados para identificação da organização e do informante; perguntas relativas ao agroturismo; perguntas relacionadas à Acolhida na Colônia; perguntas relacionadas à cooperação entre as instituições; perguntas relacionadas aos visitantes; perguntas relacionadas à paisagem e ao meio ambiente e questões sobre o aspecto territorial.
- Turistas: dados para identificação do informante; perguntas relativas à estadia; perguntas relacionadas à Acolhida na Colônia; perguntas relacionadas à paisagem e ao meio ambiente.

Os questionários foram submetidos a um pré-teste, efetuado na última quinzena de fevereiro de 2010. Na ocasião, duas pessoas foram entrevistadas, sendo um agricultor e uma liderança local. O objetivo desta etapa foi testar a validade do questionário para atender os propósitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro a maio de 2010, e tiveram duração média de uma hora e meia. O questionário dos turistas teve duração de 20 minutos. No total foram analisadas cerca de trinta horas de entrevistas (Figura 16), as quais foram gravadas em equipamento digital, com posterior transcrição literal.



Figura 16- Etapa 5 dos procedimentos metodológicos: realização e transcrição de entrevistas.

Fonte: elaborada pela autora.

Após a organização do material transcrito, deu-se início à análise dos resultados e das informações colhidas no decorrer do processo de pesquisa (etapas de 1 a 5). Isso foi feito para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas, com o objetivo de confirmar ou rejeitar a hipótese que referenciou o trabalho de pesquisa. Esta etapa foi realizada a partir da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Este método foi proposto por Lefevre e Lefevre, no final da década de 1990 e era destinado, sobretudo, aos estudos na área de saúde. Segundo seus proponentes, ela consiste em

Um conjunto harmônico de processos e procedimentos destinados, a partir de depoimentos colhidos em pesquisas sociais de opinião, a conformar, descritivamente, a opinião de uma dada coletividade como produto qualiquantitativo, isto é, como um painel de depoimentos discursivos, ou seja, qualidades provenientes de quantitativos de indivíduos socialmente situados (2005, p. 7).

Assim, pode-se dizer que o DSC é um discurso síntese formulado pelo pesquisador e analista de discurso, sendo fruto dos fragmentos de discursos individuais coletados em entrevistas com questões abertas e reunidos por similaridades de sentidos. A utilização de entrevistas com questões abertas faz, segundo Lefevre e Lefevre (2005), com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar.

Os autores apontam como dificuldade a ser superada a própria noção de coletivo. Para eles, “coletivo ou coletividade parecem estar associados à ideia de um conjunto de indivíduos, ou de artefatos, ou de atributos *iguais*.” (2005, p. 13). Lefevre e Lefevre complementam esta visão, dizendo:

Para se obter o pensamento coletivo, é preciso, então, convocar os indivíduos, um a um, o universo ou uma amostra representativa de uma coletividade, para que cada indivíduo possa expor seu pensamento social internalizado, livre da pressão psicossocial do grupo, e para que o conjunto destas individualidades opinantes possa representar, sociológica e estatisticamente, uma coletividade (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005, p. 20).

A metodologia do DSC prevê a realização de uma série de operações, as quais devem ser processadas sobre o material verbal coletado nas pesquisas, sendo elas: 1) Identificação das Expressões-Chave (EsC), que seriam trechos selecionados do material verbal de cada depoimento que melhor descrevem seu conteúdo; 2) Definição das Ideias Centrais (ICs), as quais se constituem como expressões linguísticas que descrevem o(s) sentido(s) presente(s) nos depoimentos de cada resposta e também nos conjuntos de respostas de diferentes indivíduos, que apresentam sentido homogêneo; 3) Estabelecimento das Ancoragens (ACs), que são fórmulas sintéticas que descrevem as ideologias, os valores, as crenças, presentes no material verbal das respostas individuais ou das agrupadas, sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares e 4) Construção dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), que são a reunião das EsC presentes nos depoimentos, que têm ICs e/ou ACs de sentido semelhante ou complementar (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram utilizadas as quatro figuras metodológicas da proposta de Lefevre e Lefevre (2005): as Expressões Chaves, as Ideias Centrais, a Ancoragem e a Formulação do Discurso do Sujeito Coletivo. A Ancoragem das Ideias Centrais (sistematizadas nos apêndices 2 a 8) encontra-se na revisão bibliográfica e documental construída pela pesquisadora e descrita nos Capítulos I e II. Além disso, optou-se pela redação do DSC numa linguagem impessoal e por se trabalhar apenas com os aspectos qualitativos. Esta decisão encontra suporte nas discussões feitas por Gondim e Fischer

(2009), as quais apontam que quando o DSC é utilizado para representar os sentidos atribuídos por uma parcela da coletividade e não se destina a generalizações, o aspecto quantitativo não é relevante. As autoras pontuam:

O DSC não precisa estabelecer como principal critério a quantidade, visto que a expressão individual é sempre compartilhada, em alguma medida. A força do discurso não está em quanto ele quantitativamente é compartilhado, mas na amplitude de significado (variados sentidos) que aparece quando um grupo de pessoas responde a um determinado tema. Os lugares ocupados no mundo social e as experiências compartilhadas podem fazer com que a pessoa represente apenas uma parcela deste social que, complementado com outros, permite a apreensão do todo (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 16).

Feitas estas considerações, cabe destacar que os procedimentos de construção do DSC empregados neste trabalho seguiram as seguintes etapas:

- agrupamento dos discursos individuais relacionados a cada pergunta/tema;
- extração das Expressões Chave (EsC) dos discursos individuais;
- agrupamento das EsC de mesmo sentido, de sentido equivalente, ou de sentido complementar;
- extração das Ideias Centrais (ICs) de cada agrupamento de EsC;
- construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) com as EsC relacionadas a cada ICs.

Ao final desta etapa, a pesquisadora identificou 1039 expressões chaves que deram origem a 302 ideias centrais, conforme mostra a Figura 17. A articulação destas ideias centrais gerou o Discurso do Sujeito Coletivo, representativo do grupo de atores sociais que foram entrevistados durante o trabalho de campo.

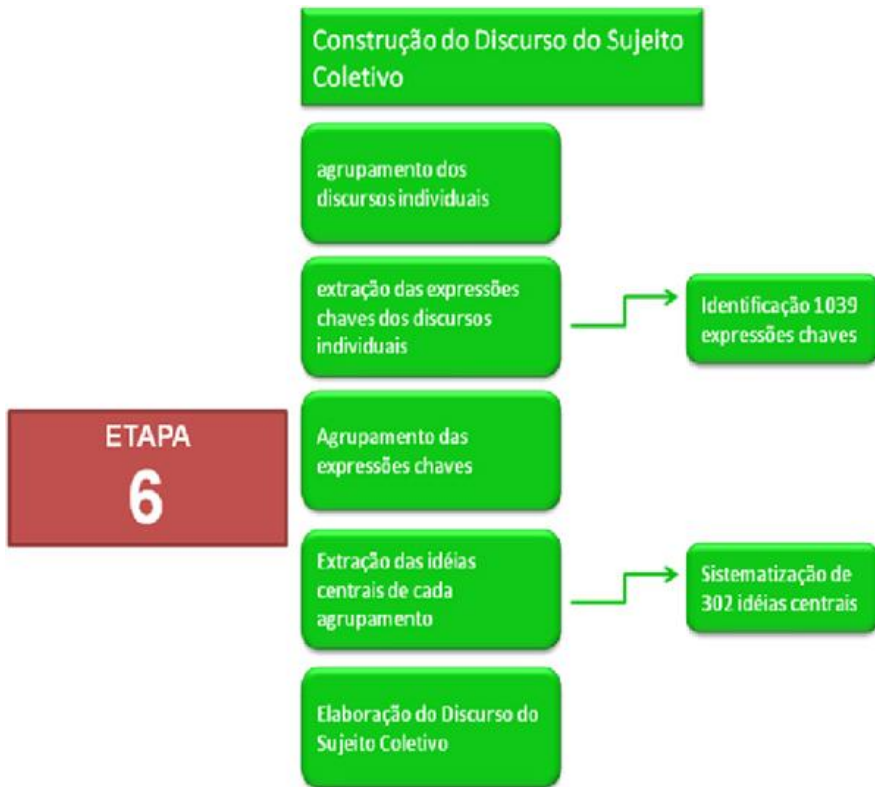


Figura 17 - Etapa 6 dos procedimentos metodológicos: Construção do Discurso do Sujeito Coletivo.

Fonte: elaborada pela autora.

O resultado é um discurso síntese, construído a partir da visão explicitada pelos entrevistados: o **Discurso do Sujeito Coletivo**. Tal discurso, compilado pela autora, representa a junção dos discursos individuais, respeitando os sentidos e o nível de compartilhamento. Deste esforço de pesquisa resulta um discurso que reúne os fragmentos de discursos individuais, articulados de forma a interpretar uma visão que representa o ponto de vista de um grupo de atores intimamente ligados aos objetivos desta tese. Este discurso é apresentado no item 4.1 deste capítulo.

Ao encerrar o capítulo, no item 4.2, procedeu-se a uma avaliação crítica da visão do Sujeito Coletivo, analisando e concluindo o papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia no processo de construção do Território da Encostas da Serra Geral, à luz dos objetivos de tese, apresentados anteriormente.

4.1 A VISÃO DO SUJEITO COLETIVO SOBRE O AGROTURISMO, A ACOLHIDA NA COLÔNIA E O TERRITÓRIO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL

A história da relação de cada agricultor, técnico, liderança e turista com a Acolhida na Colônia e com o agroturismo é repleta de particularidades. No entanto, é possível estabelecer um fio condutor entre estas várias trajetórias de vida. O Discurso do Sujeito Coletivo no processo de Construção do Território das Encostas da Serra Geral e a relação com a Acolhida na Colônia é apresentado nos próximos tópicos deste Capítulo IV. Como forma de facilitar a compreensão da visão do Sujeito Coletivo, o discurso foi estruturado em seis tópicos, conforme a figura 18.

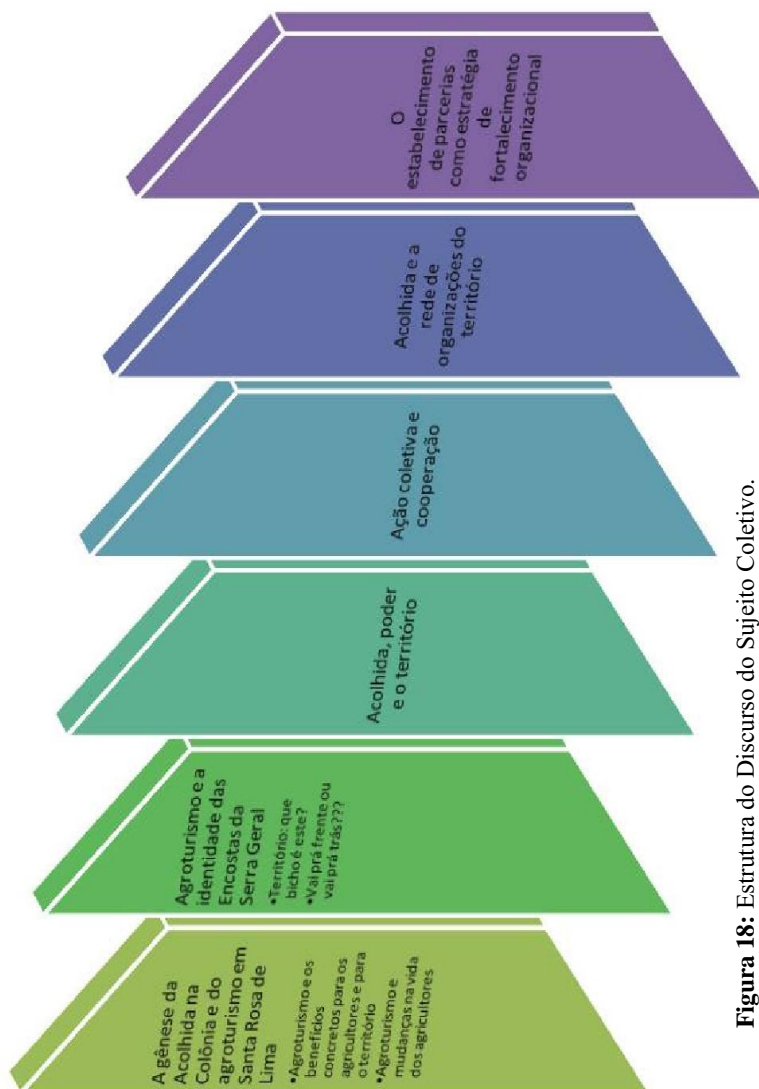


Figura 18: Estrutura do Discurso do Sujeito Coletivo.
Fonte: elaborada pela autora.

4.1.1 A gênese da Acolhida na Colônia e do agroturismo em Santa Rosa de Lima

A realidade rural dos municípios das Encostas da Serra Geral é marcada pela forte presença da agricultura familiar. Porém, a ausência de perspectiva econômica que marcou as décadas de 1980 e 1990 na região acentuou a falta de reconhecimento da profissão de agricultor e agricultora, contribuindo fortemente para o desânimo e redução da auto-estima daqueles que viviam no meio rural. O resultado deste processo pode ser avaliado pela perda da dinâmica demográfica e econômica dos pequenos municípios naquele período.

Para alguns agricultores de Santa Rosa de Lima esta realidade começou a mudar com o nascimento da AGRECO. Surge uma nova perspectiva para aqueles que permaneceram na região e que passa a ser reconhecida como inovadora por pessoas de outras partes do Estado e do País.

O início do agroturismo está associado à visibilidade do trabalho desenvolvido pela AGRECO e que gerou um fluxo de visitantes no município e região interessados em conhecer a iniciativa dos produtores orgânicos. Desta forma, cria-se uma possibilidade para gerar renda a partir da oferta de serviços e estruturas de apoio a estes “visitantes”. O agroturismo aparece como uma importante oportunidade de trabalho e renda para os agricultores.

“[...] eu não tinha emprego na cidade foi uma forma de eu ter um emprego [...] Hoje eu ganho o mesmo tanto que eles que estudam, que trabalham fora. Só que eu só passei a ser reconhecida quando eu comecei a ganhar dinheiro com isso” (Entrevistado 1).

Duas estratégias podem ser destacadas como marcos dessa história. A primeira permitia o ingresso na atividade sem a necessidade de muito investimento.

“[...] eles disseram: vamos, vamos começar! E eu disse: não! Não quero. Eu sou que nem um bicho do mato criado em casa. “Vamos! Vamos!”. Disseram assim: então vamos fazer assim: começa assim, deixa tudo como tá. Não muda nada. Então vamos... eu vou tentar uma vez. Aí a primeira vez já deu 40 pessoas de uma vez só. Quando veio

esse pessoal aí.. “ah, eu vou correr!” Aí recebi. ... e agora to gostando., a gente viu que as pessoas não são todas iguais. Não é assim como eu imaginava – ”É só eu assim, o bicho do mato em casa”. Isso ali eu fui” (Entrevistado 7).

Isso permitiu que o desenvolvimento do agroturismo pelos agricultores respeitasse um processo necessário de amadurecimento e capacitação, ou seja, começaram e, na medida em que foram gostando e tendo retorno, foram aumentando a oferta turística.

“Foi uma necessidade de se estruturar para receber aqui, abrimos um café colonial, foi o primeiro investimento, fomos tocando uns anos, depois a gente achou que era interessante, aí investimos em hospedagem também”. (Entrevistado 2).

Por outro lado, houve uma grande preocupação com a sensibilização e capacitação dos agricultores envolvidos. O papel da assistência técnica prestada pela Acolhida, através dos técnicos, é destacado como fundamental para o início e desenvolvimento da atividade. Esta estratégia foi o principal elemento para a sensibilização e mobilização de agricultores e lideranças no âmbito do projeto. No caso da Acolhida na Colônia é importante destacar que a consolidação da entidade tem como uma de suas causas a forte preocupação com o aumento do nível da capacitação de todos os seus associados.

“[...] O turista normalmente é exigente, ele quer o atrativo, ele quer um produto, sendo servido, oferecido de forma profissional. Então como preparar a propriedade, preparar os serviços? É necessário muito apoio técnico, muita formação, e nisso a Acolhida na Colônia dá o suporte” (Entrevistado 12).

“Então, através da associação, isso se fortalece e dá uma direção e dá uma certeza para eles [...] a gente percebe assim, né, quanto as pessoas aprenderam, né?!”(Entrevistado 14).

A troca de experiências, o contato com outras pessoas e o conhecimento “por tabela” de outros lugares foi outro elemento motivador essencial para a implantação e expansão da atividade nas propriedades rurais.

Por outro lado, o crescimento da organização também pode ser relacionado com a aderência dos princípios do agroturismo à realidade do território. A região possui um grande potencial manifestado por suas belezas naturais e patrimônio histórico-cultural. Este potencial constituiu-se na base para a viabilidade do discurso da organização, focado na necessidade de aumentar a atratividade das regiões rurais, valorizando as pessoas, sua história, sua cultura e o ambiente onde vivem. Isso confere uma forte identificação da Acolhida com as questões do território, com o consequente reconhecimento e legitimação de suas ações.

Agroturismo e os benefícios concretos para os agricultores e para o território

O início da implantação do agroturismo está fortemente associado à história do desenvolvimento da agroecologia e de outros projetos inovadores nas Encostas da Serra Geral. O aparecimento de um discurso (originado no município de Santa Rosa de Lima) que propunha uma nova perspectiva de desenvolvimento para a região, materializado na consolidação da Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), criou as condições para o surgimento de novas iniciativas. Nesta linha, as propostas do agroturismo coincidiram com a lógica de criação de novas oportunidades no meio rural, baseada nos conceitos de pluriatividade (do agricultor) e de multifuncionalidade (do meio rural). “[...] eu acho que tem um projeto. Não é só o turismo por si. Tem todo um projeto em desenvolvimento que hoje é até uma referência” (*Entrevistado 19*).

Desde o início a implantação da atividade contou com uma estratégia bem definida de capacitação dos agricultores, operacionalizada por técnicos comprometidos com o sucesso do processo. Estes técnicos transmitiam um forte sentimento de confiança para aqueles que demonstravam interesse em conhecer as ideias que giravam em torno do agroturismo. Estes fatores foram determinantes para obtenção dos resultados atuais.

A metodologia adotada também foi um dos fatores que preveniu possíveis frustrações decorrentes do pioneirismo da atividade. Os trabalhos começaram com iniciativas “experimentais” submetidas ao monitoramento e à avaliação permanente. Este acompanhamento era

feito por técnicos e agricultores, que desde o início envolveram-se na gestão de todo o processo. Isso contribuiu para o empoderamento dos envolvidos, gerado a partir dos esforços de capacitação, das iniciativas de intercâmbio com outras regiões (e países!) e pelo controle exercido pelos associados sobre a própria organização: a Acolhida na Colônia.

Outros fatores são determinantes para que o agroturismo seja reconhecido como uma atividade importante para o território aonde ele vem sendo implementado. Dentre eles, podem-se citar:

- mostra-se como uma importante opção de geração de trabalho e renda dentro das propriedades rurais;
- tem impacto na auto-estima dos agricultores familiares;
- proporciona uma valorização das atividades rurais cotidianas;
- enaltece o lugar e o modo de vida dos agricultores;
- cria novas utilidades para instalações ociosas nas propriedades rurais, viabilizando a diversificação das atividades rurais;
- possibilita a troca de conhecimentos (viajar sem sair do lugar) para os agricultores;
- estimula o conhecimento de outras regiões do mundo, através de viagens de intercâmbio;
- atrai de forma expressiva o interesse de pessoas mais jovens;
- tem proporcionado o aumento da divulgação do município e do território no estado e no país;
- facilita a captação de recursos públicos e privados por parte do Poder Público e da própria Acolhida;
- valoriza as atividades ligadas à agricultura e à cultura local;
- contribui para o aumento da arrecadação de impostos municipais, graças ao melhor desempenho do comércio local;

Estes benefícios poderão ser ampliados com o aumento do número de associados na região.

A relação do agroturismo com o desenvolvimento municipal e territorial pode ser interpretada a partir de alguns pontos de vista diferentes.

A atividade é reconhecida como uma das responsáveis pela conquista de melhorias para o município e para o território em geral. Estas conquistas estão relacionadas:

- Com a melhoria da infraestrutura:

Com certeza. A revitalização da praça, projeto da igreja Santa Catarina, casarão do centro de formação, capacitação de muitos jovens para técnicos, agricultores, questões de noção básica de turismo, saneamento, paisagismo [...]

Mudou. Sinalização. Chegou um asfalto, mais técnicos trabalhando no projeto, e dinheiro novo circulando na região. (Entrevistado 2).

- Com a circulação de recursos financeiros no município e no território:

O agroturismo gera renda que circula no município e contribui para o seu desenvolvimento. Antes o lugar era menor, não aparecia ninguém de fora. Melhor pro mercado, pra tudo quanto é coisa [...]

Acho que sim. Porque o prefeito aqui e tudo, tão falando um monte que melhorou tudo, porque sempre traz dinheiro pra cá. (Entrevistado 2).

- Com a mudança de expectativas de desenvolvimento:

Mudou muita coisa. A própria opinião dos moradores daqui que não acreditavam no turismo. Hoje, se passa um tempo que eles não veem carros com placa diferente passando aqui, eles perguntam: o turismo tá em baixa, que não está vindo mais visitantes? (Entrevistado 1).

- Com o reconhecimento dos avanços obtidos pela Associação:

Rio Fortuna começou conosco no agroturismo depois desistiu porque disse que a gente nunca ia chegar em lugar nenhum e hoje o papo deles já é outro, a Acolhida venceu e eles ficaram pra trás. Hoje o que é que se conhece por exemplo de Rio Fortuna? Ficou para trás! Eles vêm sempre querer copiar[...] (Entrevistado 1).

No entanto, quando se olha especificamente para a realidade de Santa Rosa de Lima, percebe-se que também ela é repleta de contradições e interesses diferenciados. Os princípios apregoados pela

Acolhida, pela AGRECO e seus parceiros em muitos casos confrontam-se com outras atividades tradicionais do município.

Alguns não gostam, tem gente que é contra a Acolhida. Principalmente o pessoal que gosta de explorar e acabar com tudo. explorar, derrubar... Eles ficam falando que os turistas vêm para cá só pra denunciar eles pro IBAMA, pra FATMA.... Tem aqueles turistas que já tem essa preocupação. Pra vir aqui no interior, ele já tem essa preocupação do meio ambiente, da natureza. Eles querem vir pra cá no meio, tem que gostar disso pra preservar. Chega lá e vê o pessoal derrubando a mata nativa, ele não concorda. (Entrevistado 3).

De qualquer forma, o conflito entre interesses tem acarretado uma série de discussões sobre os objetivos de desenvolvimento e proporcionado um processo de reflexão coletiva relativamente novo no município. Desta forma, surge o Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, dentre outros, que podem ser considerados como fatores de empoderamento, de aumento do controle social e de ampliação das perspectivas de futuro.

Agroturismo e mudanças na vida dos agricultores

A visão externa sobre o agroturismo tende a ressaltar apenas os aspectos positivos da atividade e os benefícios que ela agrega à vida dos agricultores familiares associados à Acolhida na Colônia. É essencial considerar algumas preocupações relacionadas às alterações provocadas no cotidiano dos agricultores familiares, no seu convívio familiar, nas relações com a comunidade local e no dia a dia de sua propriedade rural.

De ruim, a gente se afastou um pouco das pessoas da comunidade, as pessoas se reúnem sempre aos domingos [...] O grupo dos associados da acolhida isso aproximou bastante, mas das pessoas do nosso município a gente ficou um pouco mais distante. (Entrevistado 1).

Em muitos casos, é necessário alterar o comportamento pessoal, em função da diminuição da privacidade provocada pelo ato de acolher visitantes. Além disso, o atendimento ao caderno de normas da

Associação implica no cumprimento de regras de caráter coletivo, nem sempre incorporadas de forma tranquila: “[...] compromisso que você tem, você uma vez que tá com a propriedade sendo divulgada, você tem que estar meio em volta, tem que estar quase sempre arrumado, porque qualquer hora pode chegar alguém” (Entrevistado 2).

É forçoso, por outro lado, levar em consideração que a proposta de compartilhar com os turistas o meio e o modo de vida deve considerar que cada visitante tem suas próprias características e expectativas. Desta forma, o associado tem que ter a capacidade de fazer uma avaliação permanente sobre sua relação com os hóspedes. Em alguns casos, isso pode gerar inconvenientes e contratempos: “Depende, tem o turista que vem conhecer e o outro só quer explorar” (Entrevistado 3).

O desenvolvimento do agroturismo pode acarretar problemas ao município e para o território. Alguns deles já podem ser percebidos em Santa Rosa de Lima:

- a renda gerada na atividade agroturística provoca a redução da importância das atividades agropecuárias;
- a incompatibilidade entre o agroturismo e outras atividades da região vem acarretando conflitos de interesse. Em vários casos, os próprios visitantes denunciam habitantes locais que realizam atividades consideradas ilegais;
- a presença de pessoas mal intencionadas pode provocar transtornos aos agricultores;
- a carência de infraestrutura no município e em parte significativa do território prejudica a imagem divulgada externamente.

A existência da Acolhida e a relação com uma nova atividade econômica, o agroturismo, provocou uma série de alterações no cotidiano e na percepção das pessoas envolvidas. Os agricultores passaram a valorizar mais o seu lugar, a natureza, seu modo de vida e seu trabalho: “A gente vê as coisas de uma outra forma. Muita coisa tinha ali que às vezes não dava muita importância. Do turismo, a gente vê com outros olhos: o que tem valor, a natureza, o jeito de viver da gente” (Entrevistado 5).

Outra alteração visível foi a quebra do isolamento, típico das pessoas que vivem em regiões rurais. Com o aumento da vida associativa e a presença dos visitantes, os agricultores passaram a fortalecer ou estabelecer novas relações sociais e ampliar seu conhecimento sobre novas realidades (vários agricultores da Acolhida

na Colônia já realizaram viagens de estudos para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, dentre outros destinos nacionais, além de viagens para França e Itália). Muitos deles desenvolveram suas habilidades de comunicação e romperam com a “timidez” do colono: “[...] a gente não tem mais medo de gente, como tinha” (Entrevistado 7).

Sob o ponto de vista econômico, os próprios agricultores e os outros habitantes do território, consolidaram uma nova visão sobre o valor dos imóveis rurais que praticam (ou tem potencial para) o agroturismo. Este fenômeno deve-se ao aumento dos investimentos realizados nas propriedades, à identificação da capacidade para criar novas fontes de renda e ao reconhecimento da importância das belezas naturais existentes.

Na visão da maioria dos envolvidos com o agroturismo em Santa Rosa de Lima, a atividade não acarreta prejuízos ou ameaças ao desenvolvimento das Encostas da Serra Geral. Para estas pessoas, no entanto, a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade dos produtos e serviços ofertados aos visitantes podem ser impactados negativamente por alguns fatores.

A possibilidade do aumento do número de turistas e, provavelmente, a alteração do perfil destes poderá exigir um aprimoramento das pessoas envolvidas direta e indiretamente, da estrutura física das propriedades e da infraestrutura pública de acesso e comunicação. No caso das estradas, reclama-se da inação da Poder Público Municipal.

O possível crescimento e as demandas dele decorrentes exigem a realização de novos investimentos e capacitação e novas estruturas de hospedagem, alimentação, lazer, comunicação etc. A dificuldade de acesso a recursos financeiros é um dos entraves para atendimento destas exigências.

Existem diferentes fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade de agroturismo na região, sendo os principais:

- precariedade da infraestrutura de comunicação e informação;
- difícil acesso rodoviário aos municípios e propriedades rurais;
- sinalização turística insuficiente;
- fragilidade das entidades em relação à dependência de projetos e do poder público;
- falta de infraestrutura voltada ao turismo (receptivo, guias locais, etc.);
- falta de atrativos turísticos;
- falta de recursos financeiros das famílias para investimentos;
- falta de apoio do Poder Público em alguns municípios;

- ausência de multiplicadores municipais;
- deficiências na organização de roteiros e no agendamento das visitas.

Diante deste quadro, pode-se afirmar que a história do agroturismo no território vem sendo marcada por desafios, conquistas e superações. Isso vem proporcionando o crescimento social, político e econômico dos envolvidos diretamente e, por consequência, acarretando avanços na realidade local.

4.1.2 Agroturismo e a identidade das Encostas da Serra Geral

O território das Encostas da Serra Geral, o município de Santa Rosa de Lima e cada propriedade associada à Acolhida na Colônia vêm sendo objeto de um amplo esforço de diferenciação, visando à criação de uma identidade e de uma imagem externa que potencialize seus atrativos e potenciais culturais, históricos, econômicos, naturais etc. Esta estratégia pode ser percebida nas manifestações das pessoas que vivenciam o território, sejam eles agricultores, técnicos, lideranças ou turistas.

Este processo de explicitação dos atributos que vão conferir identidade ao território teve sua origem recente marcada pela dinâmica política e social, que se instalou na região a partir dos anos 90. Este fenômeno é compreendido como causa e resultado, ao mesmo tempo. De uma parte pode-se atribuir-lhe o papel catalisador e mobilizador, ao estimular a discussão sobre a realidade e as possibilidades de futuro para aquele conjunto de municípios. Por outra, o próprio processo político transformou-se em atrativo e diferencial do território, servindo como exemplo e inspiração para outras regiões e iniciativas. Nesta lógica, o surgimento de uma rede de organizações articuladas em torno de alternativas para um território rural, baseada na construção de opções que apontam para a multifuncionalidade do território, para os novos papéis do meio rural e da agricultura familiar, construída sobre uma base associativa, atraiu a atenção para a região.

[...] tem coisas diferentes acontecendo, é uma outra prática, é uma outra consciência [...] (Entrevistado 2).

[...] como todos eles diz que lá, todo lugar que veem é quase melhor que aqui, o problema lá é que é cada um pra si, Deus pra todos, como diz o outro [...] (Entrevistado 4).

[...] buscar know-how, é meio como funciona isso porque é uma coisa nova (Entrevistado 13).

Este atributo político é uma das bases para o reconhecimento do território. Note-se que sua importância pode ser verificada tanto na imagem interna quanto na imagem externa, não podendo desta forma ser negligenciado.

Da mesma forma, o patrimônio natural, representado pelas características do relevo, da cobertura florestal, dos recursos hídricos e do clima, forma um mosaico reconhecido como ímpar e, por isso mesmo, componente da identidade do território.

Acho que pelas belezas naturais do município, a água que nós temos, as florestas, a serra [...] (Entrevistado 15).

Neste aspecto, verificam-se formas diferenciadas de percepção da realidade territorial. Em alguns casos percebem-se argumentos que valorizam o alto grau de preservação dos recursos naturais, sobretudo recursos hídricos e florestas, contrapondo-se com percepções que lamentam o uso indiscriminado e predatório destes mesmos recursos. Por vezes, opõem-se estratégias que buscam valorizar o uso de tecnologias e processos produtivos de baixo impacto ambiental, com atividades tradicionais marcadas pelo uso intensivo dos recursos do território.

Pode haver conflitos entre moradores do município que trabalham com agroturismo com os que trabalham com atividades opostas e até mesmo os visitantes podem denunciar os moradores que realizam atividades ilegais, como por exemplo, o desmatamento, poluição de águas, carvão vegetal com madeira nativa, etc. (Entrevistado 11).

A condição de isolamento (estradas, comunicações etc.) ao qual o município e a região foram submetidos propiciou a preservação de uma série de características culturais, históricas, morais, religiosas, econômicas e de relações sociais. Este quadro cria uma realidade que serve como atrativo para aqueles que querem fugir da rotina estressante do dia a dia das regiões urbanas ou inspiram-se na possibilidade de um retorno no tempo, que propicie a vivência de um cotidiano que resiste ao avanço dos tempos modernos: “As pessoas estão procurando fugir das grandes cidades – assim tem uma questão de voltar às origens aí” (Entrevistado 19).

Nesta mesma perspectiva, a gastronomia local exerce uma forte atratividade sobre os visitantes: “Eles vêm para comer. Eu não sei se querem conhecer o lugar.” (Entrevistado 7).

O “saber-fazer” e a qualidade, acentuada pelo compromisso com a produção orgânica, estão coladas na imagem do território e do município. Neste caso, vale lembrar que uma das manifestações culturais mais importantes de Santa Rosa de Lima é a *Gemüse Fest* que, valorizando uma especialidade culinária típica, transformou-se num evento de visibilidade regional.

No campo das dificuldades registradas para atrair visitantes, a imagem é influenciada pela situação precária das estradas, que dificulta o acesso ao Município e às propriedades rurais. Este fator minimiza os resultados dos esforços para atrair determinados públicos para o agroturismo, fato que tem dificultado o estabelecimento de parceria com agências de turismo.

Em muitos casos, os visitantes, em função de falta de esclarecimentos ou expectativas equivocadas, demonstram descontentamento com as dificuldades relacionadas com a infraestrutura rodoviária.

É voz corrente no Município e na região que o conjunto de iniciativas gestadas em Santa Rosa de Lima, sobretudo, aquelas catalisadas inicialmente pela AGRECO e pela Acolhida na Colônia proporcionaram uma forte visibilidade ao município.

Santa Rosa ficou mais conhecida, nós éramos um município que era um fim de mundo, não tinha nada. (Entrevistado 3).

Tá sendo mais divulgado. Outro dia tava lá no consultório de Florianópolis “Da onde que tu é? Sou de Santa Rosa. Santa Rosa de Lima, tive lá e tal... Antes [era]: onde é que fica Santa Rosa? (Entrevistado 3).

Este fortalecimento da imagem externa, associada a valores econômicos, sociais, culturais e ambientais positivos, contribui de forma substantiva para o crescimento da auto-estima da população local.

[...] era conhecido pelo município mais pequeno do Estado, e hoje tá sendo conhecido por causa dos trabalhos, por capital da ecologia (Entrevistado 5).

Outro resultado evidente proporcionado pelo agroturismo e que influencia diretamente na identidade e na imagem do Município tem sido o investimento público e privado no embelezamento da cidade e das propriedades rurais.

[...] preocupação de trabalhar o embelezamento, cultivo de flores... A preocupação não só construir uma rodovia, mas com o acabamento dela [...] (Entrevistado 15).

[...] quem conhecia antes era uma propriedade abandonada, hoje, com o turismo vai lá, é uma flor de propriedade [...] (Entrevistado 17).

Extrapolando o aspecto físico, o impacto da atividade na auto-estima dos agricultores, ou seja, na forma como se percebem, como percebem sua profissão e em suas atitudes também é fortemente impactado.

[...] é um agricultor como qualquer um de nós aqui, pra mim ele sai dessa propriedade e ele se desafia a dar um curso, por exemplo. Isso é um ganho que a gente, por exemplo, não mede, mas que é muito grande. Nossa! (Entrevistado 19).

Valorização das atividades ligadas à agricultura e da cultura local. (Entrevistado 13).

A dinamização da atividade econômica no município também pode ser percebida. O aumento do fluxo de pessoas incrementa o comércio local e estimula o surgimento de novos empreendimentos. Além disso, o agroturismo configura-se como um exemplo concreto de possibilidade de geração de trabalho e renda com atividades mais sustentáveis.

Divulgação do município, aumento na arrecadação de impostos municipais, maior desempenho no comércio local e interações entre o campo e a cidade. (Entrevistado 11).

[...] o agroturismo é o exemplo bom do que é possível fazer. Esse é o argumento forte que se tem hoje para dizer que vamos... Porque temos atividades que dão renda, porém não são muito social e nem muito ecológico. (Entrevistado 15).

A mudança de postura com relação à questão ambiental está relacionada ao aumento de consciência das famílias envolvidas diretamente com o agroturismo. Além disso, o meio ambiente preservado passa a ser um dos ingredientes fundamentais para o desenvolvimento da atividade.

É o sustento de vocês também, por um lado. Então vocês dão valor à questão ambiental. (Entrevistado 23).

Cabe destacar, no entanto, que o desenvolvimento do agroturismo não acontece de forma homogênea entre os municípios das Encostas da Serra Geral. Pode-se afirmar que, apesar de sua grande visibilidade (interna e externa) e de sua capacidade de influenciar nas questões do território, a atividade é ainda pouco significativa em termos econômicos.

A necessidade de oferecer condições mínimas de acesso e conforto para aqueles que chegam a Santa Rosa de Lima estimula o Poder Público a executar melhorias na infraestrutura local. Desta forma, a melhoria e conservação das estradas no meio rural e no perímetro urbano, o embelezamento da rua central, o acesso às tecnologias de comunicação (celular, internet...) aprimoram a qualidade de vida no Município. Em muitos casos, estas melhorias são solicitadas pelos próprios visitantes, que acabam contribuindo com suas reivindicações para o desenvolvimento local.

Muita coisa. Não só financeira, as próprias pessoas que passam acabam tendo um interesse pelo município, acabam dando opinião que muitas vezes as pessoas daqui não enxergam, até pressionar pra melhora. O caso da nossa cidade ali que não tinha uma calçada para se caminhar. Agora já tá sendo feito. (Entrevistado 1).

O crescimento do agroturismo é atribuído, em parte, a uma série de características do território das Encostas da Serra Geral. A exuberância ambiental, representada pelas paisagens proporcionadas por sua localização numa área de transição geográfica, entre o litoral e o planalto catarinense, é compreendida como um dos diferenciais da região. A abundância dos recursos hídricos, a existência de amplas áreas cobertas pela Mata Atlântica e a ocorrência de um relevo que alterna áreas dos vales dos rios, colinas, morros e montanhas. A diversificação das geofomas é reconhecida como um dos grandes atrativos da região.

Ao patrimônio natural vinculam-se os atributos derivados da ação humana nas Encostas da Serra Geral. A história, a cultura, a economia e a vida social dos municípios são resultados da fusão das diversas etnias que construíram a região: índios, negros, portugueses, alemães e italianos, principalmente. Desta forma, a gastronomia, a arquitetura, os costumes, a organização social, a vida política, a religiosidade etc, apresentam particularidades em relação a outras partes de Santa Catarina e do Brasil.

Desta fusão entre o meio natural e a ação antrópica surgiu uma paisagem que oferece as condições para o desenvolvimento do agroturismo. Diferente de outras atividades que tentam adequar o território às suas demandas, neste caso, existe uma consciência de que é a atividade que é construída sobre a herança territorial.

O agroturismo pressupõe proximidade de relações, ou seja, é um tipo de turismo baseado na convivência e na troca estabelecida entre agricultores e visitantes. Esta característica é considerada um dos fatores de sucesso da atividade.

É interessante, quando alguém comenta que se hospedou ou visitou uma propriedade da Acolhida, geralmente fala da família. Porque o que guarda dentro de si é muito mais a relação que estabeleceu com as pessoas, do que propriamente a estrutura que conheceu. (Entrevistado 10).

O surgimento de alternativas econômicas vem propiciando uma melhoria das condições de infraestrutura dos municípios da região. Dois aspectos podem ser destacados: a conclusão da ligação asfáltica entre Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna e a melhoria das condições de telefonia. Um dos resultados diretos destes dois investimentos públicos é a redução do isolamento relativo da região. Esta nova condição pode constituir-se num catalisador do processo de transformação da realidade de Santa Rosa de Lima. Se isso vier a acontecer, é preciso atentar para a possibilidade de perda de características até então tidas como valiosas para o agroturismo. Dito de outra maneira, o isolamento provocou o surgimento de estratégias de desenvolvimento que se adequaram àquela condição, geraram o reconhecimento externo e conquistaram melhorias para a própria região. Isso provavelmente irá provocar novas alterações que, dependendo das visões de desenvolvimento que as motivam, poderiam prejudicar as próprias estratégias referidas.

[...] pode ocasionar especulação imobiliária; diminuição da atividade agrícola (plantar e colher) em algumas propriedades [...]. (Entrevistado 8).

A descoberta da região por pessoas que vêm de fora e querem investir nos municípios pode ser uma ameaça [...]. (Entrevistado 10).

Outra questão a ser destacada é a sobrecarga de trabalho que o agroturismo gera para as famílias envolvidas e, principalmente, uma mudança nas relações destas famílias com as comunidades nas quais estão inseridas. Isso ocorre porque as atividades com turismo são desenvolvidas principalmente nos fins de semana, justamente quando as comunidades se encontram nas missas, festas e outros eventos.

A organização social existente no território é resultado de um processo de construção social que tem como marco a criação da AGRECO, em 1996. A ausência desta organização, provavelmente, reduziria os resultados positivos provocados pelo o agroturismo. Esta é uma diferença significativa em relação ao projeto de expansão da Acolhida na Colônia. Nestas novas regiões, o agroturismo vem se desenvolvendo de forma isolada de outras estratégias de desenvolvimento, e a visão dos agricultores é muito mais individualista e focada apenas na atividade enquanto atividade e não como estratégia de desenvolvimento.

Me pergunto se a Encosta da Serra Geral é realmente reconhecida pelo agroturismo ou pelo conjunto de iniciativas da região [...]. (Entrevistado 10).

A seleção da Acolhida na Colônia como Destino de Referência do Segmento Turismo Rural do Ministério do Turismo constituiu-se num imenso apoio ao desenvolvimento da Associação e à consolidação do agroturismo na região. Este tipo de reconhecimento contribui para o aumento da auto-estima, fortalecendo a identidade e contribuindo para a consolidação da imagem externa do território.

Território: que bicho é este?

Percebe-se a existência de pontos de vista diferentes para a noção de “construção do território” e, em alguns casos, as pessoas não conseguem conversar sobre o tema.

Neste contexto, o território é considerado por alguns como sinônimo de uma região com características parecidas ou um conjunto de municípios. Geralmente a união destes municípios é vista como uma estratégia para o desenvolvimento de ações conjuntas, com objetivo de enfrentamento dos problemas que são comuns. Neste caso, o território seria também considerado uma ferramenta de gestão utilizada por estes municípios para o desenvolvimento de ações coletivas.

É uma zona onde que tem uma topografia semelhante, de uma localidade, parte do Estado, que tem de repente as condições meio parecidas. (Entrevistado 2).

[...] todos os municípios que fazem parte das Encostas da Serra Geral. (Entrevistado 1).

É um território organizado, com a finalidade de amenizar as dificuldades e promover as capacidades dos municípios envolvidos. (Entrevistado 8).

Aparece também a ideia de rede, onde os grupos sociais que possuem uma identidade e objetivos semelhantes se uniriam para o enfrentamento dos problemas comuns. Neste contexto, a atuação das

entidades que trabalham em conjunto para o desenvolvimento do território é destacada.

[...] território em construção devido ao número de iniciativas focadas no fortalecimento da agricultura familiar com responsabilidade ambiental, e pela construção de uma marca territorial que enfoca não apenas o território geográfico, mas as condições de produção e de quem produz. (Entrevistado 10).

Existe, nesta visão, uma preocupação de envolver diferentes atores e cadeias produtivas, incluindo aquelas consideradas conflituosas com as ações empreendidas pela Acolhida na Colônia e entidades parceiras.

[...] trabalhar sustentabilidade sem envolver essas cadeias principais é uma ilusão, a gente não consegue fazer a região das Encostas das Serras Gerais sustentável com a Acolhida na Colônia e com a AGRECO nesse momento se não trabalhar com essa perspectiva de integração de todas as atividades. (Entrevistado 12).

Em outros casos, o território é vinculado aos esforços de preservação de determinados atributos, sejam eles ambientais, culturais, históricos, econômicos, etc, que são identificados como de interesse coletivo.

Deveria se criar uma consciência de quem mora no território, de estar preservando todo este território. (Entrevistado 1).

Se sair esta fosfateira, nós estamos acabados, estamos fritos – acabou tudo: acabou turismo, acabou tudo! – e daí nós vamos criar o que pra nós sobreviver?. (Entrevistado 1).

A Ecovila que foi criada aqui, pra mim, eu achei uma coisa legal porque preservou uma área; se não tivesse formado a Ecovila, já estaria tudo em pinus. (Entrevistado 1).

[...] o povo tem que trabalhar junto, preservar, falar a mesma língua. (Entrevistado 3).

De construir uma união pra defender o território. (Entrevistado 1).

As representações do território das Encostas da Serra Geral, da mesma forma, assumem feições variadas e explicitam o grau de compreensão e de aderência do discurso praticado pela Acolhida e outras entidades a ela relacionadas.

A menção da expressão “Encostas da Serra Geral” é capaz de proporcionar vários tipos de identificação por parte das pessoas que vivem na região.

Ela pode ser relacionada com suas características morfo-geológicas, principalmente, com seu relevo, marcado pela imponência da Serra Geral. Neste caso, não raro é referenciada “como a região que se situa na frente da Serra, perto da Serra” ou “encostada na Serra”, denotando a relação de proximidade existente com este marco geográfico.

Não menos importante é a visão delineada pela abundância de recursos naturais, sobretudo a cobertura vegetal e a expressiva hidrografia. Neste caso, apesar das preocupações com o ritmo de desmatamento das florestas nativas e o crescimento das áreas de reflorestamento com espécies exóticas, a região é percebida pelo significativo nível de preservação. Além disso, as características hidrográficas imputam uma forte marca na região, seja pela abundância, seja pela importância estratégica que os recursos hídricos tendem a representar no futuro da sociedade e do planeta.

[...] e se nós não preservarmos as encostas, como é que vai ficar nossas águas?. (Entrevistado 3).

Primeiro é a origem do povo, segundo a Encosta da Serra Geral e o manancial de águas que abastece a cidade. É um território que deve ser muito preservado e muito cuidado [...]. (Entrevistado 13).

A história da ocupação da região, marcada pelo processo de colonização por imigrantes europeus, pela influência de negros e índios, confere à região um aspecto rural extremamente peculiar. Percebe-se claramente a predominância de hábitos, valores éticos e manifestações

culturais construídos a partir da integração das etnias que formam a população da região. Neste quadro, evidencia-se a figura do agricultor familiar como um ator fundamental, e a agricultura familiar como uma atividade que marca a representação que as pessoas têm das Encostas da Serra Geral. Destas duas características surge a noção de interesses comuns e, conseqüentemente, de possibilidade de cooperação entre os atores sociais.

Onde tem agricultura familiar, nos vários municípios, que têm as mesmas características, a mesma colonização, os mesmos problemas, e que têm desafios de tentar sobreviver ai.
(Entrevistado 2).

O território das Encostas é um território em construção, que se identifica pela agricultura familiar dentro de uma área de grande importância ecológica. (Entrevistado 10).

A questão do poder é evidenciada na disputa por diferentes atores sociais, do Estado à sociedade civil organizada, que tentam configurar o território segundo suas lógicas e interesses.

Existe hoje um campo de forças, relações sociais que vêm se estabelecendo em diferentes níveis, não apenas produtivos, mas também ideológicos e políticos. (Entrevistado 10).

A influência de políticas públicas na conformação do território também é evidente e, neste caso, a mediação de recursos públicos diante da conformação de territórios é fator de estímulo ao trabalho nesta perspectiva.

Existe uma construção, mas ela tá em um momento muito embrionário ainda, a discussão que existe sobre território, ela foi muito mais puxada por conta de interesses na política de governo. A construção do território tá muito mais voltada para aproveitar políticas públicas, que oferecem recursos com essa perspectiva de desenvolvimento territorial, do que propriamente pra trabalhar esse conceito. (Entrevistado 12).

O papel das lideranças políticas, sobretudo os prefeitos enquanto fomentadores das ações propostas é destacado.

Se os prefeitos não estiverem engajados, se o poder público não estiver engajado com essa visão, é muito difícil haverem outros pra gente funcionar. Pode ter muitas pessoas de boa vontade, mas se o prefeito não chamar junto, não apoiar isso, eu acho que o trabalho ficaria inerte, amorpho, com dificuldades... (Entrevistado 13).

No entanto, muitas vezes as políticas públicas estão utilizando o termo território de forma arbitrária, ou seja, sem critérios: “[...] o MDA tem que rever o quê, por que em alguns lugares o que lançaram como território é uma bobagem” (Entrevistado 18).

Percebe-se que, dependendo dos interesses, vários territórios se sobrepõem. As pessoas, as instituições ou as políticas públicas configuram os territórios segundo seus interesses e objetivos.

[...] quem que vai ser o pai da criança? Porque o sindicalismo não quer puxar numa corrente. Aí depois tem toda uma outra discussão que são muito daquilo que o MDA defende como território. Então tem uma dificuldade de concepção, de unificar os conceitos.
(Entrevistado 19).

Por fim, a representação (imagem e identidade) da região pode ser sintetizada por uma expressão que aparece com frequência nos relatos dos envolvidos com o agroturismo e que tende a figurar a mescla das visões anteriores: **um paraíso!**

Vai prá frente ou vai prá trás???

A ação dos atores sociais na construção do território é percebida pelas pessoas envolvidas com o agroturismo e com a Acolhida na Colônia. Quando se olha para o passado, verifica-se que a realidade territorial mudou nos últimos anos. Isso parece ser quase um consenso na região. No entanto, a intensidade das mudanças é vista de forma diferente pelos atores locais.

Evidencia-se o crescimento do número de organizações que atuam no território e da importância política da AGRECO e da Acolhida na Colônia, com impactos positivos na melhoria das condições de vida nas Encostas da Serra Geral. Como consequência, verifica-se o fortalecimento da relação de pertencimento entre as pessoas e o território.

As pessoas que estão envolvidas com agroturismo (técnicos, agricultores e lideranças) mostram-se comprometidas com o desenvolvimento do território das Encostas da Serra Geral. Este compromisso manifesta-se pelo papel que o agroturismo exerce na valorização da pluriatividade no âmbito da agricultura familiar e pelo reconhecimento das novas funções sociais, econômicas e ambientais dos espaços rurais.

Além disso, existe uma preocupação coletiva (no âmbito da Acolhida na Colônia) com a inovação, como forma de gerar alternativas que possam contemplar um número crescente de habitantes.

Eu estou bem dentro dessa proposta. Eu estou inserido dentro desse projeto das Encostas da Serra. Sou o agricultor que tá tentando inovar, tá tentando trazer alternativas pra quem quiser diversificar, estou mostrando que é possível, estou fazendo a minha parte. (Entrevistado 2).

Muito embora a voz corrente referente os aspectos positivos apresentados, persiste na região um certo descrédito em relação às mudanças no território.

Não vi nada de diferente, muito pelo contrário... Tem umas pessoas que brigam por isso aí, pra defender, mas tem umas que não, que... Uns querem proteger, outros vão lá e... (Entrevistado 3).

Notam-se manifestações que destacam a redução da intensidade do processo de mudança, principalmente, pela perda da capacidade de mobilização e envolvimento de novas pessoas. Este fenômeno pode contribuir para a cristalização do processo, reduzindo seu potencial de transformação das condições que limitam o desenvolvimento territorial.

4.1.3 Acolhida, poder e o território

A Acolhida na Colônia tem o reconhecimento e a confiança de diversos atores sociais que atuam no território e fora dele. Esta condição pode ser referendada pelo acelerado ritmo de crescimento do agroturismo no estado de Santa Catarina. Além disso, o destaque proporcionado pela mídia (revistas, jornais, rádio e televisão) promove a divulgação da marca Acolhida na Colônia, garantindo-lhe visibilidade e reconhecimento nacional e regional.

A entidade atua como articuladora, intermediando a ação de diversos órgãos públicos na região (SANTUR, Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentre outros).

Um dos exemplos foi a criação de um edital específico para o turismo de base comunitária, reivindicação [...] da Acolhida na Colônia. (Entrevistado 8)

[...] a conquista do agricultor poder emitir uma nota de produtor rural para serviços de agroturismo. Não havia nenhuma perspectiva de isso acontecer no passado, o que é um empecilho muito grande, e isso claramente a gente viu a luta da Acolhida na Colônia. (Entrevistado 12).

Contribui de forma expressiva para o aumento da organização dos agricultores através da preservação de duas diretrizes de atuação: a promoção do associativismo e o turismo solidário e comunitário. Desta forma, constitui-se num instrumento importante para a solução de problemas individuais e coletivos de seus associados e, indiretamente, de questões de interesse do próprio território.

Outra característica da Associação é a capacidade de proporcionar aos agricultores acesso a novas oportunidades de geração de renda, através da agregação de valor às atividades da agricultura familiar que podem vir a constituir-se em atrativo turístico. Desta forma, o papel estratégico da Acolhida na Colônia de contribuir para a permanência dos agricultores familiares no meio rural explicita-se pela constante preocupação com a adoção de atividades econômicas pioneiras.

Para além da questão econômica, cabe destacar que a vida associativa vem permitindo a abertura de novos horizontes políticos e sociais, com destaque para a questão ambiental. Dito de outra forma, os associados têm tido a possibilidade (e a capacidade) de estabelecer relações entre sua realidade, as causas e as consequências de sua postura diante da mesma. A vivência dos princípios apregoados pela Acolhida na Colônia tem provocado uma alteração da postura individual sobre, por exemplo, os impactos ambientais causados pelas atividades econômicas predominantes no município. Neste sentido, a prática da agricultura orgânica, a crítica ao desmatamento de áreas de preservação, a contrariedade com a expansão da monocultura do Pinus e do Eucalipto, em vários municípios do território, traduz-se como resultado da adesão destes agricultores aos princípios que norteiam o agroturismo e orientam a ação da entidade.

A mudança do comportamento individual e o aparecimento de iniciativas de cooperação e solidariedade podem ser atribuídos à implementação de diversas estratégias metodológicas, com destaque para as diversas atividades de capacitação dos associados. Cabe ressaltar as inúmeras iniciativas de intercâmbio entre pessoas, realizadas no âmbito dos limites da área geográfica de abrangência da Associação e, em diversos casos, na troca com pessoas de outras regiões do Brasil ou exterior. Estes contatos permitem o conhecimento de novas realidades e o reconhecimento dos limites e potenciais do próprio território.

A Acolhida é uma organização em construção. Neste sentido, apresenta uma série de fragilidades e desafios que devem ser vencidos, para que a capacidade de influenciar a construção do território torne-se inquestionável.

Nota-se a necessidade de aprimorar os mecanismos de participação dos associados na vida da organização. Existe uma disparidade em termos de intensidade e qualidade da participação e comprometimento com as atividades. Por um lado, pode-se identificar um grupo de associados que se faz presente no dia a dia da entidade. Este grupo, como regra geral, é representado por pessoas que foram pioneiras na organização, incluindo-se no grupo de fundadores e entre os primeiros a, efetivamente, praticarem o agroturismo. Da mesma forma, encontram-se associados que têm uma postura mais distante e passiva diante das questões relacionadas ao funcionamento e futuro da entidade. Este grupo poderia ser identificado com uma postura mais pragmática, em relação às possibilidades econômicas decorrentes dos vínculos com a Acolhida na Colônia.

O aumento do número de associados e da área de abrangência – acompanhado do aumento da visibilidade da Associação e do aumento do fluxo de turistas – faz crescer a importância da qualidade dos serviços prestados. Neste caso, o principal desafio é o cumprimento do Caderno de Normas da entidade.

O potencial do agroturismo como alternativa para o aumento da atratividade de regiões rurais vem sendo reconhecido de forma marcante por diversos setores, como a mídia, em geral, formuladores de políticas públicas, gestores públicos, agricultores e turistas. Isto tem como consequência o aumento do interesse de diversas pessoas que buscam alternativas de sobrevivência no meio rural. No entanto, verifica-se que este impulso inicial muitas vezes é contido pelas exigências feitas pela Acolhida na Colônia para que novos associados sejam admitidos na entidade. A Associação exige o respeito aos seus estatutos e o cumprimento das exigências apresentadas em seu Caderno de Normas. Pode-se afirmar que existe, no âmbito da Associação, uma clara tensão em torno desta questão. Coexistem duas visões: a primeira, que defende a expansão do número de associados e da área de abrangência; enquanto alguns associados defendem restrições em relação ao crescimento quantitativo, exibindo uma grande preocupação com o cumprimento dos princípios e das normas operacionais da Acolhida.

A sustentabilidade financeira da organização precisa ser repensada. Atualmente, a política financeira está focada na contribuição dos associados e na captação de recursos através de projetos apoiados por entidades públicas ou privadas. A contribuição dos associados é proporcional ao faturamento relacionado ao agroturismo, mas isso tem se mostrado insuficiente para manter a organização. Por outro lado, a Associação possui uma política de captação de recursos voltada à obtenção de apoios externos. Neste caso, a ação junto aos organismos públicos e entidades privadas tem sido fundamental para criação das condições para o crescimento da atividade e da Acolhida. Cabe, neste caso, uma reflexão sobre a possibilidade de criação de dependência da Associação em relação a estes financiadores e o nível de influência destes em relação à vida da organização.

A associação é vista por parte dos associados como um “porto seguro”. Esta identificação é percebida através de diversas manifestações que transparecem a importância da cooperação para superação dos problemas individuais e para o rompimento do isolamento que caracterizou a história do Município e do território das Encostas da Serra Geral.

A associação é uma segurança [...] Problema aqui eu vou levar para a associação e é resolvido em conjunto. (Entrevistado 1).

A associação precisa, se tá um sozinho não faz nada. Uma andorinha só não faz verão, (Entrevistado 4).

Para os agricultores, o escritório (central de reservas) é peça fundamental para os associados da Acolhida na Colônia. A existência de uma base de apoio que faz a ligação entre a oferta e a demanda dos turistas dá concretude à Associação: “Se não tiver escritório lá ou qualquer coisa, não funciona” (Entrevistado 4).

Ao discutir a visão predominante sobre a Associação, percebe-se que existe uma grande preocupação com a velocidade de crescimento do turismo, em geral, e do agroturismo, em particular, na região. Estas manifestações sempre procuram destacar a necessidade de preservação dos princípios da entidade e levantam dúvidas sobre a capacidade da organização e de seus associados manterem-se alinhados com os mesmos.

O crescimento meio rápido assim da acolhida [...] tenho medo de fugir um pouco de controle, (Entrevistado 1).

Aqui em Santa Rosa eu tenho medo da Acolhida na Colônia. Agora que tá surgindo o Comtur, querem que o pessoal receba e tal, tenha uma estrutura. Mas não tem essa linha assim da Acolhida que a gente tem..., Não sei se nós vamos dar conta de acompanhar esse povo todo. (Entrevistado 3).

Dentre as diversas contribuições aportadas pela Associação é importante destacar aquela relacionada ao aumento do sentimento de auto-estima de seus associados. A descoberta da possibilidade de transformar em renda os potenciais culturais, naturais, históricos, a atividade profissional e o modo de vida do meio rural proporcionaram uma mudança substancial na visão dos próprios associados sobre si mesmo, sua unidade de produção e seu território. Esta mudança de visão implica num forte comprometimento com a Acolhida, explicitado por

manifestações inequívocas de agradecimento, pertencimento e defesa da organização.

4.1.4 Ação coletiva e cooperação

Uma das motivações iniciais para que os agricultores se associem à Acolhida na Colônia está relacionada aos serviços oferecidos pela entidade e à dificuldade de superar os desafios de viabilização dos empreendimentos, quando estes estão isolados e tentam funcionar de forma individualizada. Esta postura evidencia uma visão utilitarista da organização por parte de alguns atores locais.

Se não tiver escritório lá ou qualquer coisa, não funciona (Entrevistado 4).

Eu acho assim, que eles lá se preocupam com as coisas, eles só vem e avisam a gente, né? A maior preocupação é com eles: de telefonar, anotar tudo direitinho... (Entrevistado 7).

Os serviços relacionados com a promoção dos empreendimentos, a visibilidade conquistada pela marca Acolhida na Colônia, a central de reservas, a assistência técnica e a possibilidade de acesso a empréstimos do Fundo Generosidade estão entre os principais atrativos para aqueles que começam a despertar interesse pelo agroturismo como motivação para se associarem à Acolhida na Colônia.

[...] a Acolhida empresta [...] um dinheiro daquele prêmio que teve pra nós melhorarmos a nossa propriedade. (Entrevistado 17)

Outra razão para a participação na associação está relacionada aos benefícios advindos do fortalecimento organizacional e da participação de todos na resolução de problemas comuns.

Eu acho que cada um pra si, eu acho que não funciona. Pra nós não dá. Todos participam dos problemas e tentam todos ajudar para resolver cada vez mais. (Entrevistado 4).

Então, através da associação, isso se fortalece e dá uma direção e dá uma certeza para eles. (Entrevistado 14).

A Acolhida na Colônia assumiu um papel político importante em relação ao desenvolvimento da atividade e do próprio território. Cita-se como exemplo a luta pelo estabelecimento da regulamentação da Lei TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar); o restauro da Igreja Santa Catarina, em Santa Rosa de Lima; a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos na região, dentre outras ações.

A estratégia adotada para criação da Acolhida na Colônia foi baseada no fortalecimento dos laços associativos e da solidariedade entre seus associados e entre campo e cidade.

O capital social que se desenvolveu na região, principalmente no início do processo de AGRECO e Acolhida foi fundamental, assim como a participação de atores externos que ajudaram a alavancar todo este processo. (Entrevistado 10).

Com relação à cooperação entre os associados, a ideia de que o sucesso de um estava diretamente ligado ao sucesso dos outros membros da entidade, materializava-se em ações como a formação dos circuitos municipais ou regionais; a realização dos diagnósticos participativos, dentre outras iniciativas. Neste sentido, a ação da assistência técnica vem sendo fundamental para criação da cultura institucional, desempenhando um papel educativo que tem repercussões no dia a dia da organização.

Você daqui a pouco não precisa oferecer de tudo a essa pessoa, a esse turista. E que somando as coisas que você tem com o que o vizinho tem, com o que o outro vizinho tem, com o que a outra comunidade tem, com que o outro município tem [...]. (Entrevistado 15).

A entidade também conseguiu firmar parcerias com diferentes organizações, públicas ou privadas, ao longo dos anos. O estabelecimento destas parcerias e a cooperação implementada se apresentam em diferentes níveis e dependem do grau de articulação e de interesses em comum. Dentre as principais instituições com as quais a

Acolhida na Colônia se relaciona, pode-se citar: Poder Público Municipal (algumas prefeituras da área geográfica de atuação da Acolhida na Colônia); Estadual (EPAGRI; SANTUR e Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte) e Federal (Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento Agrário); ONGs: principalmente a AGRECO e o Comtur (Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa de Lima); Instituições de Ensino: destaca-se a Univali.

Com relação a estas parcerias, apesar de serem consideradas estratégicas, os principais pontos que podem ser destacados são o risco de dependência excessiva da Acolhida na Colônia, no que diz respeito ao apoio financeiro destes parceiros, sobretudo no âmbito estadual e federal. Além disso, em alguns casos (EPAGRI, por exemplo), a cooperação acontece porque o técnico municipal se identifica com as propostas da Acolhida na Colônia e realiza o seu trabalho alinhado e fortalecendo o da associação.

[...] extrema importância, contanto que a cooperação não vire dependência como é o caso muitas vezes (Entrevistado 9).

Com relação à cooperação com a EPAGRI, na prática, vejo mais uma cooperação de pessoas, do que propriamente de entidades. (Entrevistado 10).

Com relação à AGRECO, apesar de haver um reconhecimento da importância da entidade no início da Acolhida na Colônia, parece haver um certo distanciamento entre as entidades, na atualidade.

Considero que em alguns casos a relação seja mais próxima, como com a AGRECO, que foi a grande responsável pela criação da Acolhida nas Encostas da Serra, embora perceba que esta relação ao longo do tempo tenha ficado menos intensa. (Entrevistado 8).

A Acolhida na Colônia é reconhecida por muitos como uma organização democrática, ou seja, as decisões e os encaminhamentos contam com o comprometimento de um número expressivo de associados.

Participo bastante. Sempre vou, dou a minha opinião. Quando sou chamado... Participando das discussões, tentando articular o interesse da associação, fazer que caminhe... Assinando projetos [...] (Entrevistado2).

Destaque-se que, na avaliação de algumas pessoas, esta prática já foi mais forte, refletindo-se na redução no nível de participação interna.

Já foi mais forte, já se ocuparam mais. Não têm esse tempo disponível, no início faziam os diagnósticos participativos, visitavam a casa do outro pra ver o que tá fazendo, não se dedicam mais pra ir até a propriedade do outro, tentar dar ideias, acho que se perdeu um pouco. (Entrevistado2).

Esta mudança na dinâmica de desenvolvimento do trabalho é atribuída, em parte, ao aumento da demanda de trabalho que a atividade provoca nas propriedades e ao número excessivo de reuniões para as quais os agricultores associados são convocados constantemente: “[...] eu vou muito pouco. É importante? É importante, mas não vou. Tem outras coisas pra fazer, isso, aquilo. Deixa os outros lá” (Entrevistado 7).

Percebe-se que existem níveis diferentes de participação dentro do quadro de associados da Acolhida na Colônia e nem todos se apropriaram do projeto. Este é considerado um ponto de vulnerabilidade da entidade.

Já houve uma atividade mais intensa, no momento de organização dos trabalhos, de concepção do desenvolvimento das estratégias, e hoje, na operacionalização e nas inovações, eu percebo menos intensidade nas reuniões e também um acúmulo de atividades em poucas pessoas. São algumas lideranças já consolidadas que puxam o trabalho [...]. (Entrevistado 12).

A Acolhida na Colônia utiliza diferentes espaços e realiza diferentes atividades para promover a participação e integração entre seus associados. Dentre estas atividades, podem-se destacar: seminários, reuniões e palestras, promovidos pela entidade; participação de eventos

regionais, nacionais e internacionais; intercâmbio para conhecer outras regiões; atividades de lazer e confraternização entre os associados.

Percebe-se, no entanto, que os novos associados têm mais dificuldade para se integrar a esta dinâmica da entidade.

Acolhida é entre nós, nós não se conhecemos mais, acho que devia ter essa integração. Tipo o pessoal lá que está entrando, nós não conhecemos ninguém. (Entrevistado 2).

Aliás, a entrada de novos associados é motivo de reflexão e algumas discussões internas. Muitos acham este caminho necessário para consolidação da atividade e da organização.

Muito importante. Sinto falta de um sócio [...] próximo a nossa propriedade. (Entrevistado 1).

Acho que é bom, porque divulga mais, a gente tem mais opção. Também acho assim, não adianta nada ter um associado lá e ter só uma pousada que o pessoal vai lá dormir. Devia ser associado se tivesse mais área de lazer. (Entrevistado 3).

Ter uma rota turística aí nesse nosso município. Tu dorme lá na... Agora eu sirvo o café, tu vai almoçar lá na pousada da Dida, a gente devia ter essa integração. (Entrevistado 3).

Outras pessoas, no entanto, expressam sua preocupação com a possibilidade do aumento da oferta de produtos e serviços sem a garantia de aumento do fluxo de turistas. Isso poderia gerar um aumento da concorrência interna com prejuízos para a Associação: “Depende, se viesse mais turistas precisava aumentar, agora, se não vier mais turista eu acho que já tem pousada demais” (Entrevistado 4).

Outra preocupação relacionada ao aumento do número de associados e, conseqüentemente, à expansão da entidade está relacionada à possibilidade de perda, neste processo, da identidade e dos princípios da associação.

É interessante que outros agricultores tenham a oportunidade de participar do projeto e que os turistas tenham mais oportunidades de lazer. Porém, os agricultores devem ter as características

necessárias e passar por capacitações para entrar na associação, assim como aconteceu nas Encostas da Serra. (Entrevistado 11).

Este é um tema que provocou reflexões na Associação. Existe a preocupação com a ampliação do número de associados e da área de abrangência, que acarretará novos esforços para a manutenção do caráter político da Acolhida, sem prejudicar o atendimento das expectativas dos novos associados naquilo que diz respeito ao usufruto da marca, da estrutura comercial e da assistência técnica.

4.1.5 Acolhida e a rede de organizações do território

A Acolhida na Colônia é resultado de um processo de construção de novas organizações que buscaram dinamizar uma região, formada por um grupo de municípios de características rurais, deprimida social e economicamente. Desde o início deste processo, por volta de 1996, as organizações procuram agir de forma integrada e complementar. Neste contexto, destaca-se o papel pioneiro e catalisador da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). A influência da AGRECO no território contribuiu para o surgimento de novas demandas econômicas, políticas e sociais que propiciaram o surgimento de outras organizações, entre elas, pode-se citar: a Cooperativa de Crédito, o Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Local, a Agência de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral, a cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, A Cooperagreco e outras. Este esforço gerou na região uma vida associativa que permite a criação de espaços de empoderamento das pessoas, promove o intercâmbio e o estabelecimento de relações de entre-ajuda.

Estas iniciativas foram orientadas por um projeto de desenvolvimento para a região. Desde o início, algumas lideranças e técnicos estabeleceram estratégias concebidas a partir de uma leitura da realidade, que demonstrava a necessidade de buscar alternativas para a reversão do quadro de esvaziamento e fragilização econômica dos municípios, provocado, sobretudo, pela falta de alternativas de desenvolvimento econômico e de melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Estas estratégias partiram do pressuposto que era fundamental estabelecer uma forte base associativa na região, como

instrumento de aumento da capacidade individual, ou seja, era preciso cooperar para poder competir externamente.

Cabe destacar que a criação destas entidades recebeu influências externas, exercidas por pessoas ligadas a outras instituições de fora do território. Destaca-se, no período inicial, a presença marcante de pessoas ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). Estas instituições iniciaram suas intervenções neste contexto a partir de demandas oriundas da AGRECO, ou seja, longe de ser uma intervenção “de cima para baixo” ou de “fora para dentro”. Este fato ilustra uma das características das organizações locais, marcadas desde o início pelo grande esforço empreendido na busca por parcerias nos mais diversos níveis. No decorrer dos anos, outras parcerias significativas foram estabelecidas.

A imagem da Acolhida na Colônia está relacionada ao desenvolvimento de uma atividade econômica pioneira na região: o agroturismo. Além disso, a Associação é reconhecida por suas preocupações com a preservação da qualidade ambiental, o estímulo à agricultura orgânica e a defesa dos interesses dos agricultores familiares. Este conjunto de características contribui para a consolidação de um diferencial importante da entidade em relação a outras organizações do território.

A história da Acolhida é marcada pela constante busca de parceria e articulações que visam superar desafios e construir soluções para os problemas da entidade, dos seus associados e do próprio território das Encostas da Serra Geral. É preciso lembrar que esta estratégia marca a história de várias outras entidades que atuam na região, podendo ser compreendida como uma estratégia do próprio território.

Na visão das pessoas ligadas à entidade esta estratégia pode representar dois objetivos importantes. De um lado, evidencia-se a preocupação com a solução de problemas específicos relacionados à viabilização dos empreendimentos. Nesta linha, cita-se o estabelecimento de parcerias que facilitem o acesso ao crédito, colaborem para a melhoria da infraestrutura (estradas, telefonia...), ampliem a divulgação da Marca e do agroturismo, facilitem o aumento do fluxo de turistas, entre outros.

A abertura para novas parcerias pode contribuir de forma significativa para a construção de políticas públicas que facilitam a superação de desafios de caráter coletivo ou territorial. Frequentemente são feitas referências ao papel da organização nas discussões junto ao

Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, secretarias de estado etc, em que são tratados temas relacionados à legislação ou criação de políticas públicas de âmbito nacional ou estadual.

Os agricultores acham importante a cooperação com outros atores, especialmente por conta da divulgação, dos projetos, da união com outras pessoas, da proposição de políticas públicas adequadas, dentre outros fatores.

4.1.6 O estabelecimento de parcerias como estratégia de fortalecimento organizacional

A história da implantação do agroturismo na região não pode ser compreendida como algo fácil ou consensual. A resistência, provocada pelo descrédito ou pelo conflito de interesses, tem exigido uma enorme capacidade de articulação e negociação por parte da Acolhida na Colônia. Este fato pode ser exemplificado pelas dificuldades de obtenção de apoio junto a diversas organizações que atuam na região. Não obstante o reconhecimento anteriormente manifestado, o dia a dia da construção da organização, em muitos casos, é pautado pela disputa entre visões de mundo diferentes e do papel da própria organização. Neste processo, a construção da atividade e da organização pode provocar o surgimento de conflitos e de barreiras. A Acolhida tem enfrentado este dilema através da busca incessante da ampliação de sua rede de parceria e da diversificação de seu rol de produtos e serviços. Além disso, a prática de um discurso interno firme em relação à manutenção de seus princípios, a defesa de posições externas que garantam a manutenção de características territoriais que dão suporte ao agroturismo (posição em relação à fosfateira, centrais hidrelétricas...) e o apoio às questões estratégicas relacionadas ao futuro da agricultura familiar, na região, dão legitimidade à atuação da Acolhida na região e fora dela.

A Associação é reconhecida pela seriedade na aplicação dos recursos e execução dos projetos apoiados por seus parceiros públicos ou privados. Isso, aliado aos resultados alcançados em termos de aumento do número de associados e à ampliação da área de abrangência, tem facilitado o aporte de novos apoios e aberto portas para influenciar de forma substantiva o delineamento de uma série de políticas públicas relacionadas ao turismo no meio rural:

- a participação nas discussões junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário contribuiu para a formação da Rede TRAF e da mudança das regras de financiamento de atividades turísticas no âmbito do PRONAF;
- as diversas interações com o Ministério do Turismo culminaram com a escolha da Acolhida na Colônia como um destino turístico de referência no segmento turismo rural.

Pode-se também estimar a influência sofrida pela organização em função da proximidade com instituições públicas e privadas. Parte desta influência está relacionada com a incapacidade de criar uma autonomia financeira capaz de sustentar a demanda para implementar o agroturismo na região. Em decorrência disso, a busca por apoiadores financeiros (públicos e privados) pode induzir à criação de dependência em relação a estes.

A relação é observada a partir de alguns pontos de vista. Como regra geral, é possível afirmar que a influência recebida pela entidade é compreendida como positiva, ou seja, as organizações parceiras contribuem para o alcance dos objetivos citados, sem que isso provoque a descaracterização da entidade. Estas afirmações referendam-se na necessidade das parcerias para sobrevivência da Acolhida, na existência das normas internas e na influência exercida pelos agricultores nas decisões da organização.

A gente sabe o que quer fazer [...]. Nós já temos normas internas. (Entrevistado 4).

Certamente influenciam e, positivamente, apoio financeiro e de promoção do projeto. Falam bem do projeto, têm carinho por ele, reconhecem a sua importância. (Entrevistado 11).

Instituições influenciam bastante, inclusive, viabilizam a atuação da entidade através da liberação de recursos por convênios. Há um esforço para a promoção do produto da Acolhida na Colônia por estas entidades. [...] Selecionou a Acolhida na Colônia como Destino Referência do Segmento Turismo Rural, dando maior visibilidade nacional. (Entrevistado 10).

As parcerias firmadas ao longo da história da Associação cobrem uma variada área de atuação: apoio à assistência técnica, capacitação de agricultores, apoio financeiro aos projetos dos agricultores, suporte à divulgação dos produtos turísticos etc.

O estabelecimento de relações com diversas organizações públicas e privadas faz parte das estratégias implementadas pela Acolhida. Tal postura é evidenciada como um dos pontos fortes da organização e materializa-se através de dois objetivos explicitados pelos discursos predominantes na Associação. Busca-se, por um lado viabilizar técnica e financeiramente a organização e, por outro lado, consolidar o agroturismo como uma alternativa econômica para os agricultores familiares.

4.1.7 Finalizando o Discurso do Sujeito Coletivo

Por fim, resta salientar que, apesar de algumas visões diferenciadas sobre aspectos diversos relacionados ao território das Encostas da Serra Geral, nota-se, na visão coletiva, que a Acolhida na Colônia é uma realidade na região. Ela tem aceitação, representatividade e está conseguindo cumprir com seus propósitos.

A associação é vista por parte dos associados como um “porto seguro” e vem contribuindo de forma marcante para fortalecer a imagem que associa as Encostas da Serra Geral a um futuro onde prevalecerá uma forma de desenvolvimento que privilegie a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e contribua para a melhoria de todos aqueles que a visitam.

4.2 A RELAÇÃO DO AGROTURISMO E DA ACOLHIDA NA COLÔNIA COM A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL

A partir da visão do Sujeito Coletivo, apresentada no item 4.1, resultado da síntese dos discursos dos vinte e três atores entrevistados durante a fase de pesquisa de campo, a análise procurou relacioná-la com os conteúdos anteriormente apresentados.

A confrontação dos conteúdos constantes dos Capítulos I, II, III e na seção 4.1 permite estabelecer uma série de conclusões, relacionadas com a hipótese que orientou a elaboração dos trabalhos de pesquisa, estimando a importância e o papel desempenhado pela Associação de Agricultores Acolhida na Colônia e pela atividade agroturística no processo de construção do território das Encostas da Serra Geral. Desta forma, busca-se analisar em que medida os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada têm, efetivamente, contribuído para a construção deste território (objetivo geral). A figura 19 mostra os tópicos que orientaram a análise da pesquisadora e são apresentados neste item 4.2.

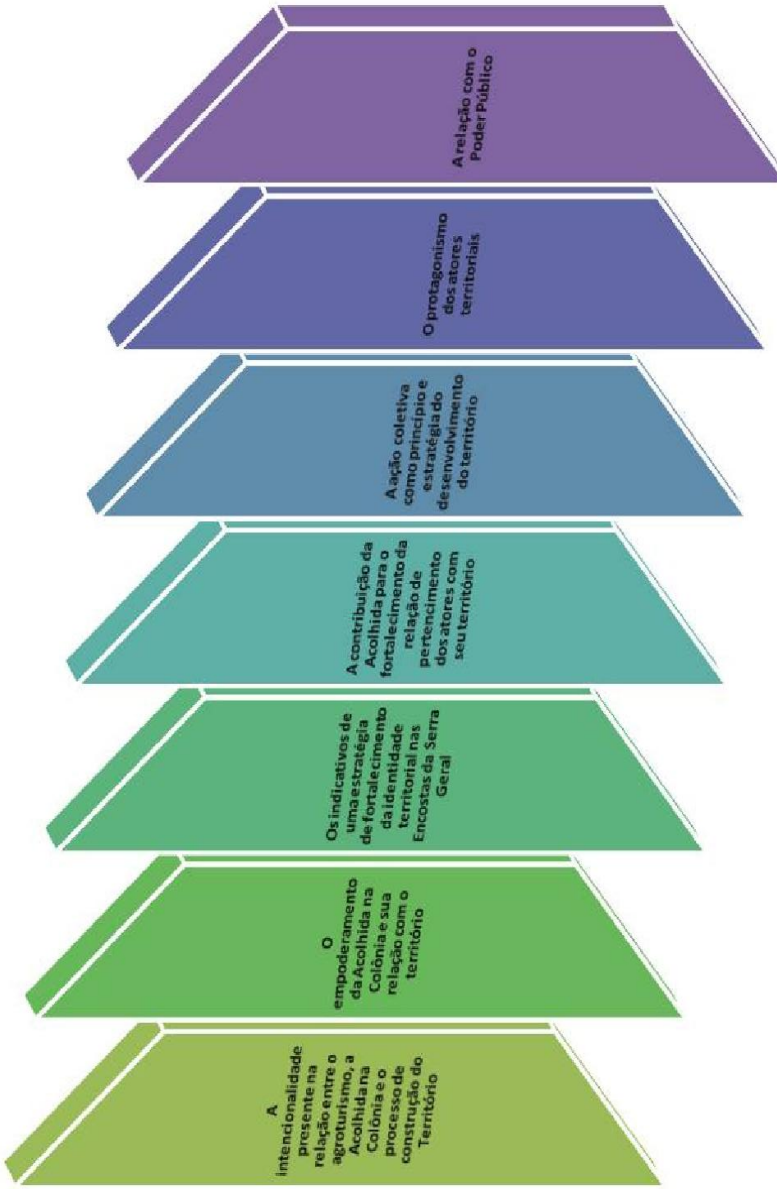


Figura 19: Tópicos que orientaram a análise da pesquisadora sobre o DSC
Fonte: elaborada pela autora.

Para esta análise, leva-se em consideração o conjunto de atributos territoriais que orientaram a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo: identidade, ação coletiva, papel do Poder Público, poder, protagonismo dos atores territoriais e pertencimento.

4.2.1 A intencionalidade presente na relação entre o agroturismo, a Acolhida na Colônia e o processo de construção do Território

A noção de território defendida por Raffestin (1993) aparece evidenciada na análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Para o autor, o território é produto dos agentes sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. Dentro desta perspectiva, percebe-se, nas Encostas da Serra Geral, a partir da análise do município de Santa Rosa de Lima, o estabelecimento de um processo de territorialização, marcado pela intencionalidade de alguns atores sociais. A recuperação da história recente do território, tendo como referência as iniciativas surgidas a partir de 1996, mostra a adoção de uma estratégia para aquele conjunto de municípios, que privilegia a intenção de reforçar e criar atributos que sustentariam uma abordagem territorial de desenvolvimento.

Uma das primeiras manifestações neste sentido pode ser reconhecida na elaboração e implantação do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, liderado pela AGRECO. Na sua justificativa, o Projeto apresentava as limitações relacionadas com a falta de infraestrutura (transporte, energia elétrica, comunicação etc.) como motivos para o modelo de organização proposto. Este modelo preconizava o foco “intermunicipal” como princípio para a definição dos projetos a serem implantados, o que representava um rompimento com visões localistas, que tendiam a reduzir a análise de viabilidade deste tipo de projeto às divisas municipais. Naquele esforço, criaram-se vinte e nove empreendimentos, distribuídos por sete municípios. Além disso, invocava-se a existência de um patrimônio cultural, fortemente influenciado pela história da ocupação da região e pela expressividade da agricultura familiar, como fator de diferenciação dos produtos a serem gerados pelo conjunto de Agroindústrias. Diferentemente de outras iniciativas, notou-se a preocupação com o fortalecimento do “saber fazer” da região. Outra característica desta iniciativa foi a clara opção pelo fortalecimento do espírito associativista. A noção de rede

passou a orientar as ações do Projeto e a servir de referência para outras iniciativas da região.

No período entre 1996 e 2004, foram criadas outras organizações na região, cujos papéis buscavam atender à necessidade de criar e consolidar uma visão territorial, tendo como referência as vizinhanças das Encostas da Serra Geral e como amálgama uma visão de desenvolvimento, cujos pressupostos estavam explicitados na construção do Projeto de Agroindústrias, implementado pela AGRECO. Nesta perspectiva, surgem a cooperativa de crédito rural Credicolônia (1999), o Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral (1999), a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (1999), a Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral – ALIAR (2001), as Ecovilas (2002), o Centro de Formação das Encostas da Serra Geral (2003), a Agência de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral – ADS (2004) e a Cooperagreco (2009). Cada uma destas organizações desempenhou papel relevante e, ao seu tempo, contribuiu para conformar a atual realidade territorial.

A Acolhida na Colônia foi concebida como um instrumento para potencializar as estratégias de desenvolvimento territorial. Aproveitando-se de uma conjuntura que favorecia a introdução dos serviços de hospedagem e alimentação, a organização introduziu nova atividade econômica na região: o agroturismo. Numa primeira perspectiva, pode-se concluir que esta atividade procurou fortalecer a visão que apregoa que os territórios rurais devem ser encarados como espaços multifuncionais, ou seja, que possibilitam o exercício de outras funções econômicas (além da atividade primária) e sociais. Da mesma forma, incentiva a diversificação e a pluriatividade no âmbito da agricultura familiar, contrapondo-se à especialização produtiva representada na região pela fumicultura.

A análise deste contexto faz perceber a grande importância conferida à parceria inicial estabelecida com a associação francesa *Accueil Paysan*. Grande parte do discurso da Acolhida e, principalmente, a abordagem territorial assumida pela organização, sofreu uma forte influência daquela entidade. Na época, a *Accueil Paysan* já explicitava a necessidade de fortalecimento dos valores rurais, a defesa da agricultura familiar, a necessidade de cooperação e solidariedade entre os agricultores, a importância da articulação com outros atores rurais e urbanos etc. Estes princípios foram adaptados e registrados no Estatuto da Acolhida na Colônia e explicitam relações íntimas com a abordagem territorial apresentada no Capítulo I desta

tese. Passa a ser função da organização: contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, através do agroturismo, enquanto fonte complementar de renda; valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural; promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências; organizar, em parcerias, o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais; resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura; possibilitar aos agricultores familiares associados a sua profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimento relacionados ao desenvolvimento rural sustentável; incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e nacionais e internacionais.

Feita esta reflexão, é coerente afirmar que a Acolhida na Colônia e o agroturismo são resultados de uma estratégia intencional, mobilizada por um conjunto de atores sintagmáticos, segundo Raffestin (1993), que visavam territorializar uma porção do espaço geográfico, marcado pela proximidade física com as Encostas da Serra Geral e pelas características históricas e culturais típicas daquele conjunto de municípios.

4.2.2 O empoderamento da Acolhida na Colônia e sua relação com o território

Dentro da perspectiva defendida por Foucault (1979) e com base no conteúdo do capítulo II e no Discurso do Sujeito Coletivo, pode-se afirmar que a Acolhida tem fomentado a construção de novos espaços e relações de poder que vêm contribuindo para a conformação do Território das Encostas da Serra Geral. O poder da organização é comprovado pelo reconhecimento público, interno e externo e pela qualidade de sua intervenção, e sustenta-se na sua capacidade de produzir coisas, induzir ao prazer, formar saber e comunicar-se através de um discurso que gera comprometimento das pessoas com a organização e aguça a noção de pertencimento em relação ao território.

Uma das consequências diretas desta constatação está relacionada às alterações nas relações locais de poder, sobretudo, tomando como referência o município de Santa Rosa de Lima. O surgimento de novos

atores sociais organizados, o aumento da importância econômica de novas atividades, como a agricultura orgânica e o agroturismo, o aumento da visibilidade externa do território, a presença constante de pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, o reconhecimento do potencial de replicação das iniciativas territoriais, entre outros fatores, contribuiu para o empoderamento do discurso que procura promover a perspectiva territorial. Surgiram novas lideranças políticas que participam da vida local, respaldados por sua história junto ao processo de construção territorial. Evidenciaram-se novos conflitos decorrentes de visões de futuro diferenciados para o território. Atividades econômicas significativas foram colocadas em xeque, em função de restrições ambientais ou incompatibilidade com as novas propostas.

O Discurso do Sujeito Coletivo mostra, de forma clara, os conflitos e as possibilidades decorrentes desta nova configuração em termos de poder. Ao mesmo tempo, comprova os fatos históricos apresentados no Capítulo II, deixando evidente que estes novos atores sociais (leia-se AGRECO, Acolhida, Cresol, Centro de Formação, Aliar, ADS e outros) aumentaram sua capacidade de orientar os rumos do território. Muito embora fiquem claras diferenças táticas entre estas organizações, existe uma forte coesão em torno do discurso estratégico (centrado numa perspectiva territorial para o desenvolvimento), capaz de permitir enfrentamentos com interesses até então dominantes no território. Esta condição induz à formulação de expressões que identificam a área de atuação das organizações com o próprio território. Nestes casos, o “território da AGRECO”, o “território da Acolhida”, o “território da Cresol” confundem-se com o Território das Encostas da Serra Geral. Esta relação emerge com muito mais força do que aquela que procura relacionar o Território com a área compreendida pelas unidades administrativas municipais; com a área de abrangência da Associação de Municípios; com os limites da atuação regional de empresas públicas, etc.

4.2.3 Os indicativos de uma estratégia de fortalecimento da identidade territorial nas Encostas da Serra Geral

A trajetória da Acolhida na Colônia, narrada no item 3.2.2 do Capítulo III, e a visão do Sujeito Coletivo (item 3.2) permitem compreender que a organização vem constituindo-se num ator social com expressiva importância na criação da identidade e da imagem do território.

A territorialização das Encostas da Serra Geral pode ser considerada como processo secular. A ação humana sobre a região é anterior àquela promovida pelos primeiros colonos de origem alemã, chegados na passagem do Século XIX para o Século XX. A região até então era habitada por índios, negros e descendentes dos açorianos que ocuparam o litoral sul catarinense. Em Santa Rosa de Lima, a partir de 1920, os descendentes de alemães passaram a predominar. Na sua grande maioria eram agricultores que migraram de outras áreas de colonização catarinenses em busca de novas terras e oportunidades.

A leitura do Capítulo III, sobretudo do item 3.1, permite compreender o processo de formação histórica e cultural da região e, principalmente, de Santa Rosa de Lima. Evidencia-se, naquele capítulo, um processo de interação entre homens e o espaço geográfico, tendo como consequência um território marcado por especificidades que lhe conferem uma paisagem impar, fruto da relação histórica entre o que Santos (1994) define como sistema de objetos e sistema de ações. Desta interação surge uma realidade marcada por valores históricos, culturais e morais forjados ao longo de décadas; evidenciam-se características naturais que oferecem limites e potenciais; criam-se e recriam-se alternativas econômicas; e configura-se uma organização que preserva traços que garantiram a reprodução social durante todo este período histórico. Este fenômeno deu-se de forma diferenciada de outras regiões do estado de Santa Catarina. Esta particularidade pode ser atribuída em grande parte às dificuldades de acesso e comunicação, que caracterizaram um isolamento relativo da região, em relação aos centros de poder político e econômico do Estado. Mesmo que se possa identificar ali um rol de transformações sociais e econômicas características de outras regiões, é evidente que a velocidade e a intensidade destas mudanças se deram em graus muito menores na região e, especialmente, em Santa Rosa de Lima.

Destaque-se, portanto, que a análise da realidade regional contemporânea não pode ser realizada sem levar em consideração este processo de formação do que se denominaria “embrião” do Território das Encostas da Serra Geral. Nesta primeira fase, identifica-se um processo de criação não-intencional (natural, instintivo...) dos atributos definidores do território, ou seja, sua territorialidade.

Este trabalho de tese procurou estabelecer uma conexão entre este período inicial e um segundo período que teve como referência o ano de 1996. Este divisor é marcado pela criação da AGRECO e pelo surgimento de um forte movimento, este, sim, intencional, de fortalecimento da identidade territorial das Encostas da Serra Geral. A

partir de uma visão estratégica que proponha a criação de novas alternativas de desenvolvimento econômico, calcadas no aproveitamento de potenciais endógenos e na valorização do patrimônio territorial, inicia-se um processo de (re)territorialização. O esforço buscou construir uma nova perspectiva territorial (o novo território), tendo como base o “embrião” territorial pré-existente (o velho território). Ou seja, diferente de outras iniciativas, procurou valorizar os atributos existentes ao invés de negá-los. Desta forma, a relação entre o patrimônio natural (relevo, clima, vegetação, hidrografia etc.), a história (índios, negros, alemães, italianos e açorianos), a cultura (festas típicas), a organização social, as características rurais (agricultura familiar diversificada), a religiosidade, a capacidade empreendedora e o pioneirismo (herdados das etnias que ocuparam a região) passaram a orientar as propostas de desenvolvimento econômico para o território.

Outra característica que marca o Discurso do Sujeito Coletivo e que contribui para a construção e diferenciação do Território é a preocupação com a valorização de sua identidade cultural. Neste caso, pode-se afirmar que este atributo, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento da territorialidade e, portanto, para oferecer concretude à “alma territorial”, é utilizado como um fator de agregação de valor aos produtos e serviços do território. Os esforços realizados nas Encostas para valorizar os aspectos culturais de sua identidade visam fortalecer o processo de territorialização e, concomitantemente, imputar valor intangível àquilo que o Território oferece ao mundo. Os aspectos relacionados ao modo de vida dos agricultores familiares, a herança étnica e multirracial, os valores religiosos, o saber-fazer gastronômico e o patrimônio arquitetônico ganham destaque e são incorporados às estratégias que buscam consolidar estes dois grandes objetivos. Referendando a tese destacada por Fonte *et al.* (2007), está claro que as características rurais do Território, discutidas no capítulo III, potencializaram os resultados destas estratégias. Para as autoras, e parece ser fato nas Encostas da Serra Geral, a valorização da identidade cultural pode vir a constituir-se num processo econômico que se adapta sem dificuldades aos territórios pobres e marginais. Em primeiro lugar, porque se trata de territórios que, em geral, sofreram menos o impacto da globalização e conservaram, com frequência, sua identidade cultural. Em segundo lugar, porque devido às suas características, estas experiências são mais próprias de comunidades rurais pequenas.

Na perspectiva oferecida por Molano (2007), no item 1.1.3 do Capítulo I, a exposição dos atributos relacionados à identidade cultural parece ter permitido o surgimento de produtos e serviços que passaram a

oferecer novas possibilidades de reversão do quadro de degradação econômica, social e ambiental no Território. Em primeiro lugar, seus criadores são os atores (indivíduos e organizações) territoriais, sobretudo grupos pobres e marginalizados. Em segundo lugar, são produtos e serviços únicos, dificilmente reproduzíveis, pois sua qualidade e valor derivam precisamente de sua vinculação territorial. Em terceiro lugar, abrem oportunidade de emprego não agrícola e, ao mesmo tempo, de fortalecimento e diversificação de habilidades, capacidades e saberes locais. Em todos os casos, não se trata só de “matérias primas”, senão de produtos e serviços que agregam valor aos ativos de uma determinada população, como apregoam Fontes *et al.* (2007), explicitam os estatutos, regimentos, cadernos de normas das organizações e podem ser identificados no Discurso do Sujeito Coletivo, que procura traduzir a importância da Acolhida na Colônia em todo este processo.

4.2.4 A contribuição da Acolhida para o fortalecimento da relação de pertencimento dos atores com seu território

Outro atributo territorial que contribui para a compreensão dos fenômenos que formatam o Território é a relação de pertencimento dos indivíduos ou grupos com seu espaço de vivência. A organização da *Gemüse Fest*, citada como o ponto de partida do processo de (re)territorialização, foi baseada num apelo “daqueles que ficaram no território para aqueles que haviam saído para outras regiões”. Ou seja, na sua gênese, o processo buscou recuperar a noção de que poderia existir um potencial transformador da realidade, na relação dos indivíduos com seu local de origem. Esta relação estaria conectada com os vínculos pessoais e familiares, com raízes e ligações que teriam resistido ao tempo e às distâncias. O sucesso daquela festa e, portanto, da estratégia que a justificou, permitiu o estabelecimento das primeiras parcerias, visando a implementação da AGRECO e das outras organizações. Crê-se que, em função deste primeiro avanço e do exemplo positivo, os esforços pelo fortalecimento da noção de pertencimento tornaram-se princípios transversais no âmbito das organizações. Percebe-se no Discurso do Sujeito Coletivo ênfase e orgulho nas manifestações que tratam dos vínculos dos indivíduos com sua propriedade, sua comunidade, seu município e o Território. Esta ênfase parece ter sido incorporada pelas pessoas e suplantado aquelas que falam das dificuldades e mazelas do Território.

4.2.5 A ação coletiva como princípio e estratégia do desenvolvimento do território

A análise do capítulo III e do item 4.1 do capítulo IV permite concluir que, para aqueles atores que catalisaram este processo, a perspectiva econômica era vista como um meio, um caminho, e não um fim em si mesmo. Além disso, os fatos mostram que existia uma forte preocupação com a superação de visões que estimulavam o individualismo e a competição entre os atores do território. As soluções e a superação dos desafios deveriam ser buscadas através de iniciativas associativas, integradas e sinérgicas. Os documentos que orientam as organizações citadas no Capítulo III (especialmente, o Estatuto Social da Acolhida na Colônia) deixam evidente esta noção. Esta postura parece ter ampliado as possibilidades de atuação e fomentado o aumento da densidade organizacional da região. Como existia necessidade de fortalecer outras abordagens e dimensões do desenvolvimento, surgem novas formas de agrupar os interesses comuns. O surgimento das novas organizações do território parece ter seguido esta explicação. A Acolhida na Colônia inclusive!

O crescimento do nível de organização dos interesses dispersos parece ser um dos aspectos de maior visibilidade na história recente do Território. Este aspecto teve um forte impacto sobre outros itens, que contribuem para a formação do patrimônio resultante da articulação política e social de uma comunidade e que tem ação sobre a produção do bem comum, ou seja, incrementou o capital social do Território.

A análise deste aspecto permite justificar algumas alterações positivas que podem ter oferecido uma nova perspectiva de desenvolvimento para o Território. Esta perspectiva, ao que parece, foi estabelecida pela criação de um ambiente político e social mais favorável ao sucesso das iniciativas econômicas. Da interpretação dos aspectos históricos e do Discurso do Sujeito Coletivo percebe-se que as noções de solidariedade e cooperação foram evidenciadas pelas estratégias organizacionais e incorporadas aos discursos individuais. Da mesma forma, o descrédito e a falta de possibilidades de futuro vêm sendo superados pelo estabelecimento de novos laços de confiança. Este sentimento é demonstrado pelo comprometimento das pessoas com os desafios e alternativas propostos pelas organizações. No caso do agroturismo isso é revelador. Em outra realidade, pareceria inconcebível que agricultores familiares aceitassem assumir os riscos de uma atividade inovadora, sem que existisse um nível considerável de confiança nos outros agricultores, na sua organização e nos atores

territoriais que se articulam com esta iniciativa. Percebe-se no Discurso do Sujeito Coletivo que este espírito faz-se presente no que diz respeito ao agroturismo e à Acolhida, muito embora existam indicativos de visões meramente utilitaristas, que poderiam comprometer conquistas relacionadas à confiança, à cooperação e à solidariedade entre os atores territoriais. A fragilidade da noção de que o “sucesso do vizinho é imprescindível ao meu sucesso”, apesar de presente, apresenta-se como um dos desafios a serem enfrentados pelas organizações e, neste caso, pela Acolhida e seus associados. Algumas iniciativas interorganizacionais podem exemplificar alguns destes esforços. Cabe destacar o papel do agroturismo na comercialização dos produtos orgânicos da AGRECO. A atividade tem contribuído para o escoamento de parte da produção de várias formas, sendo as principais: o consumo direto na propriedade através das refeições que são servidas aos visitantes. Cabe ressaltar que os agricultores compram nas outras propriedades aquilo que não produzem; as compras realizadas pelos turistas nas propriedades rurais durante as visitas e estadias (esta é inclusive uma das propagandas da Associação Acolhida na Colônia – se o visitante aproveitar o momento da visita para fazer a “feira da semana”, a economia que ele terá, comprando direto, pagará boa parte de sua estadia durante o fim de semana); e a venda de produtos realizada no escritório da Associação Acolhida na Colônia (ponto de vendas). Outra questão importante é o impacto do agroturismo no momento da escolha do cliente na gôndola do supermercado. A partir da visita e do conhecimento do processo produtivo do produto orgânico, o consumidor passa a estar mais motivado para adquirir este tipo de produto. Por outro lado, a existência de produtos de alta qualidade como os processados nas agroindústrias ligadas à AGRECO é forte atrativo para o desenvolvimento do agroturismo.

Identifica-se, também, no Território, uma forte intencionalidade em relação à criação de padrões de reciprocidade e normas compartilhadas entre os atores sociais. No caso da AGRECO, a opção pela criação de uma rede intermunicipal de agroindústrias modulares, tendo como base a agricultura orgânica exigiu um grande esforço na criação de regras e padrões de funcionamento de cada unidade e da rede como um todo. A formalização jurídica e a criação de regimentos de funcionamento de cada módulo, as normas políticas e econômicas de funcionamento da Rede AGRECO demandaram anos de esforço técnico e político por parte da entidade e de seus parceiros. A Acolhida na Colônia, por sua vez, incorporou ao seu discurso a noção de circuitos turísticos, baseados na necessidade de integração e complementaridade

entre seus associados. Esta estratégia exigiu a formulação de um caderno de normas. O caderno de normas foi construído com a participação ativa dos agricultores e o objetivo era de se propor “um conjunto de regras em função dos serviços oferecidos nas áreas de alimentação, hospedagem, venda de produtos e dia de campo colonial” (Acolhida na Colônia, 2001:1). Visava ainda “garantir a qualidade dos serviços oferecidos e a segurança dos visitantes, bem como a manutenção dos princípios éticos da entidade”. (Acolhida na Colônia, 2001:1). Outros exemplos, que buscam identificar as tentativas de evidenciar a necessidade de reciprocidade (entre os indivíduos e suas organizações e destas com seus parceiros) e de construir coletivamente normas compartilhadas, são apresentados nesta tese e permitem perceber um incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva

Dito isto, pode-se concluir que o Território das Encostas da Serra Geral vivenciou (e vivencia!) um processo de fortalecimento de seu capital social, provocado pelo surgimento de novas organizações; pela formação de redes de organizações; pelos esforços que buscam intensificar as iniciativas cooperativas e a solidariedade territorial; pela criação coletiva de padrões de reciprocidade e normas compartilhadas entre os atores sociais e pelo fortalecimento da identidade cultural do território. Como consequência destas iniciativas, pode-se justificar a criação de um ambiente político e social mais favorável ao desenvolvimento sustentável do Território.

4.2.6 O protagonismo dos atores territoriais

A análise do relato da história do agroturismo e da Acolhida na Colônia nas Encostas da Serra Geral (item 3.2.2 do Capítulo III) deixa claro que a atividade foi construída a partir da leitura da realidade local. Ou seja, foi o antigo território que determinou as características e princípios que permitiram a estruturação do agroturismo. Como já foi destacado nesta tese, apesar de existirem similaridades com outros segmentos turísticos, o agroturismo no Brasil nasceu nas Encostas da Serra Geral. Não obstante sejam reconhecidas as influências exercidas pela parceira francesa (*Accueil Paysan*), as diferenças entre a realidade do Território e a realidade rural francesa parecem permitir a adoção apenas dos princípios gerais e, ao mesmo tempo, obrigar à adoção de estratégias organizacionais muito particulares. Fato significativo é que o

conceito que passou a orientar os trabalhos da Acolhida foi cunhado no âmbito de sua própria criação. A atividade foi descrita por Guzzatti (2003) como

Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos (GUZZATTI, 2003, p. 53).

Esta noção influenciou outras definições e contribuiu para consolidar um quadro jurídico e político que referendou diversas iniciativas de política pública federal, estaduais e municipais. Pode-se afirmar que aqui se percebe uma forte contribuição do território e da Acolhida na Colônia para a discussão deste tema no Brasil.

A criação da organização em 1999 foi precedida de um amplo trabalho de estruturação do modelo organizacional e de sensibilização e mobilização dos seus potenciais associados. A discussão dos estatutos e a elaboração dos primeiros cadernos de normas, realizados de maneira prévia e buscando a participação de possíveis futuros associados e de outros atores territoriais, contribuíram para que o papel da Acolhida e do agroturismo estivesse integrado aos outros esforços territoriais. Desde o início a relação com a AGRECO, com a Credicolônia, com o CEPAGRO e outros foi interpretado como essencial para o sucesso da iniciativa. Portanto, a aderência às características do território, a abertura à influência de outros atores e a adesão ao projeto de desenvolvimento em gestação naquele momento, são condições que ajudam a explicar os resultados e o reconhecimento público obtidos pela Associação.

Uma das estratégias adotada pela Acolhida, detalhada no item 3.2.2 do Capítulo III, consistia num amplo esforço de capacitação dos envolvidos com a atividade. A capacitação é apresentada como um meio para o aumento da capacidade de oferecer produtos e serviços de qualidade e, além disso, como uma condição *sine qua non* para o exercício da cidadania. Estes dois aspectos podem ser identificados no Discurso do Sujeito Coletivo e são destacados como responsáveis pela ampliação dos horizontes pessoais, sobretudo, no caso dos agricultores associados. A possibilidade de conhecer novas pessoas (agricultores, turistas, técnicos etc.), de viajar para outras regiões e países e o acesso a

novas informações são destacados como resultados importantes. Os exemplos pessoais, que demonstram verdadeiras revoluções na trajetória de vida, servem como fortes elos de ligação entre os associados e a organização.

O forte reconhecimento externo tem como um de seus resultados a elevação da auto-estima dos associados da Acolhida. Isso tem propiciado a constatação de que os associados da Acolhida têm incrementado sua participação na vida política local e regional. Desta forma, a presença nos processos que discutem a realidade e o futuro da região, contam com participação efetiva de mulheres, de homens e, em especial, de jovens que vivenciam o agroturismo.

4.2.7 A relação com o Poder Público

A presença constante da Associação nas discussões relacionadas ao turismo, mais especialmente ao turismo rural, vem gerando uma série de resultados positivos. Esta presença justifica-se pela visibilidade alcançada pelas ações da Acolhida na região e na área de expansão aonde a mesma vem consolidando suas atividades.

A Acolhida na Colônia deu a partida para a discussão do turismo no município de Santa Rosa de Lima. O fortalecimento do agroturismo e a percepção de que esta atividade poderia constituir-se numa alternativa de renda para os agricultores familiares, demonstrou que o turismo poderia servir como alternativa econômica para o próprio município. Isso estimulou o aprofundamento das discussões junto ao Poder Público e proporcionou o envolvimento de outros setores da sociedade local. Em função desta nova dinâmica, criou-se a necessidade de articulação do Conselho Municipal de Turismo, que pode vir a constituir-se num espaço importante de governança.

Além disso, a presença da entidade nos diversos fóruns (Fórum dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral; Instância de Governança do Turismo Encantos do Sul, dentre outros) que tratam do desenvolvimento do território das Encostas da Serra Geral, contribui para a difusão de seus princípios e do fortalecimento da organização territorial.

No âmbito estadual, a forte parceria firmada com a SANTUR e a Secretaria de Estado da Organização e Lazer tem colocado em evidência as possibilidades do turismo rural na agricultura familiar e dividido as atenções dos gestores com o turismo rural tradicional. Daí surge a proposta de legislação estadual específica e a conquista da possibilidade

de discriminar serviços de turismo rural nas notas de produtor rural, antiga reivindicação dos agricultores. Pode-se destacar também a importância da pesquisa sobre a realidade do turismo no meio rural de Santa Catarina, elaborado em parceria com a EPAGRI, o Instituto Cepa e outras organizações. Este estudo serviu como orientação para a tomada de decisão de gestores públicos que atuam no setor e inspirou ações de âmbito estadual e nacional.

Além disso, a Acolhida foi uma das organizações fundadoras da Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar) e da Rede TURISOL, que reúnem organizações não governamentais de diversas partes do Brasil. Estas redes têm cumprido um papel estratégico na articulação entre as próprias entidades e destas com o Poder Público Federal. Graças às ações da Rede TRAF e TURISOL, estão sendo propostas legislações específicas para o desenvolvimento da atividade. Mais recentemente estes esforços resultaram na publicação de Edital do Ministério do Turismo que visa o apoio a projetos relacionados com este tipo de turismo.

O agroturismo é compreendido como uma alternativa para a agricultura familiar, aumentando a atratividade das regiões rurais e, no caso específico, contribuindo para o destaque do município (território) no nível estadual e nacional. O pioneirismo da atividade propiciou o reconhecimento do trabalho da Acolhida. Isso pode ser notado pelas inúmeras premiações concedidas à organização e à expressiva ocupação de espaços nas mais diversas mídias (rádio, TV, jornal, revistas...), tanto no nível local quanto nacional. Este reconhecimento vem sendo transformado em capacidade de influência e inspiração para novas iniciativas. A organização serve como exemplo para outras associações e inspira ações do Poder Público. Ao atuar como articuladora de diversos órgãos públicos com a região, contribui para a construção de soluções de problemas antigos da agricultura familiar. Catalisa novas discussões (infraestrutura, plano diretor, meio ambiente, papel da mulher e dos jovens...) e provoca a valorização dos potenciais locais. Nesta perspectiva, nota-se que a organização influencia fortemente a discussão da política pública municipal (regional) de turismo. Em alguns casos, é possível verificar que a existência da Acolhida contribuiu, em alguns momentos, para a desresponsabilização do Poder Público municipal. A ação da organização passou a ser utilizada e confundida com a ação do próprio Poder Público. Desta forma, outras possibilidades de desenvolvimento do turismo (dentro de uma visão diferente daquela representada pelo agroturismo) deixam de ser

fomentadas e acabam não adquirindo dinâmica adequada no Município (Santa Rosa de Lima) e região.

O estabelecimento de relações com diversas organizações públicas e privadas faz parte das estratégias implementadas pela Acolhida. Esta postura é evidenciada como um dos pontos fortes da organização e materializa-se através de dois objetivos explicitados pelos discursos predominantes na Associação. Busca-se, por um lado, viabilizar técnica e financeiramente a organização e, por outro lado, consolidar o agroturismo como uma alternativa econômica para os agricultores familiares.

5 CONCLUSÃO

É possível afirmar que a estratégia adotada para implantação do agroturismo no território das Encostas da Serra Geral, especificamente no município de Santa Rosa de Lima, tem impactado, de forma positiva, a qualidade dos atributos definidores do território. Esta estratégia baseia-se na constituição de uma associação de agricultores, a Acolhida na Colônia, que vem constituindo-se num importante ator social, servindo como catalisadora de diversos processos territoriais.

O surgimento da Acolhida foi decorrente de uma avaliação feita por um conjunto de atores sociais que discutiam estratégias de reversão da realidade sócio-econômica da região. Desta forma, é possível constatar a relação entre o nascimento da mesma e a gênese de um processo de construção territorial. Nesta perspectiva, pode-se afirmar:

- 1- Existia a necessidade de reverter o sentimento de baixa estima dos agricultores familiares da região com relação a sua profissão e ao seu território.
- 2- A superação dos graves problemas de infraestrutura exigiria uma estratégia que mudasse a percepção dos decisores sobre a importância daquela região.
- 3- Além disso, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento demandava a resolução de graves problemas ambientais que comprometiam a imagem da região e inviabilizava uma série de princípios mencionados anteriormente.
- 4- O termo agroturismo era novo e procurava relacionar turismo e agricultura e, ao mesmo tempo, diferenciar-se das propostas de turismo rural já implementadas em outras regiões.
- 5- A criação da Acolhida na Colônia buscou contribuir para o estabelecimento de condições favoráveis, em relação a estes entraves, ao desenvolvimento sustentável do território.

Desde sua constituição, a associação tem servido como referência para atores internos ao território e de inspiração para iniciativas similares em outras regiões do Estado e do País. Este reconhecimento pode ser relacionado com a efetividade de suas estratégias e por sua contribuição para a consolidação do território. Esta contribuição fica explícita quando se analisa a relação da Acolhida com alguns atributos constitutivos do território:

- As organizações criadas no âmbito do processo de construção do território, entre elas a Acolhida na Colônia, ampliaram, de forma expressiva, sua capacidade de interferir no processo de desenvolvimento territorial. Muito embora fiquem claras as diferenças táticas entre estas organizações, existe uma forte coesão em torno do discurso estratégico (centrado numa perspectiva territorial para o desenvolvimento), capaz de permitir enfrentamentos com interesses até então dominantes no território. Isso demonstra uma expressiva alteração nas relações de poder que historicamente definiam o próprio território. São novos atores, novos conceitos e, portanto, novos conflitos e diferentes soluções.
- É notória a influência da associação no fortalecimento da noção de pertencimento e de comprometimento dos agricultores, técnicos e lideranças com o presente e o futuro do território. Percebe-se claramente a ênfase e o orgulho nas manifestações que tratam dos vínculos dos indivíduos com sua propriedade, sua comunidade, seu município e o território. Esta ênfase parece ter sido incorporada pelas pessoas e suplantado aquelas que falam das dificuldades e mazelas do Território.
- O destaque dado pela Acolhida à necessidade de consolidação de uma identidade cultural parece ter permitido o surgimento de produtos e serviços que passaram a oferecer novas possibilidades de reversão do quadro de degradação econômica, social e ambiental no Território.
- O Território das Encostas da Serra Geral vivenciou (e vivencia!) um processo de fortalecimento de seu capital social, provocado pelo surgimento de novas organizações; pela formação de redes de organizações; pelos esforços que buscam intensificar as iniciativas cooperativas e a solidariedade territorial; pela criação coletiva de padrões de reciprocidade e normas compartilhadas entre os atores sociais; e pelo fortalecimento da identidade cultural do território. Como consequência destas iniciativas pode-se justificar a criação de um ambiente político e social mais favorável ao desenvolvimento sustentável do Território. Durante toda sua história, a Acolhida esteve inserida neste esforço de fortalecimento da ação coletiva e da criação de uma estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação territorial, como forma de diferenciação e aquisição de competitividade.

- O forte reconhecimento externo tem como um de seus resultados a elevação da auto-estima dos associados da Acolhida. Isso tem propiciado a constatação de que os associados da Acolhida têm incrementado sua participação na vida política local e regional. Desta forma, os processos que discutem a realidade e o futuro da região contam com participação efetiva de mulheres, de homens e, em especial, de jovens que vivenciam o agroturismo. Os depoimentos de agricultores e técnicos destacados nesta pesquisa fornecem condições para estabelecer a importância da Acolhida no processo de empoderamento das pessoas e na criação de condições para que as mesmas tornem-se protagonistas de sua história.
- O estabelecimento de relações com diversas organizações públicas e privadas faz parte das estratégias implementadas pela Acolhida. Esta postura é evidenciada como um dos pontos fortes da organização e materializa-se através de dois objetivos explicitados pelos discursos predominantes na Associação. Busca-se, por um lado, viabilizar técnica e financeiramente a organização e, por outro lado, consolidar o agroturismo como uma alternativa econômica para os agricultores familiares.

Conclui-se que os princípios que norteiam o agroturismo e as ações para a implantação de uma rede de empreendimentos neles baseada têm, efetivamente, contribuído para a construção de um território das Encostas da Serra Geral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao final desta tese, faz-se necessário realizar algumas considerações que buscam valorizar e sugerir o aprofundamento deste esforço de pesquisa.

QUANTO À CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

As principais contribuições vislumbradas neste trabalho, discutidas a seguir, referem-se ao estabelecimento de uma relação entre o agroturismo e o desenvolvimento territorial. Destaque-se, que, a partir das conclusões relativas a este estudo de caso, é possível vislumbrar possibilidades de adaptação das estratégias desenvolvidas nas Encostas da Serra Geral para outras realidades que buscam fortalecer a feição territorial do desenvolvimento.

Esta tese construiu uma abordagem teórico-empírica e utilizou uma estratégia metodológica que demonstra a importância e as possibilidades da construção de um processo intencional de transformação de realidades fragilizadas sob o ponto de vista social e econômico. Neste caso, a pesquisa evidenciou que as estratégias implementadas foram baseadas nas características rurais do território, no seu patrimônio natural, na sua identidade histórica e cultural. A opção metodológica ressaltou princípios e diretrizes que destacam a importância da cooperação e da solidariedade entre os atores territoriais, o respeito aos valores e especificidades de cada realidade, a necessidade de empoderamento e organização dos interesses comprometidos com o projeto de desenvolvimento e, finalmente, a identificação e valorização de potenciais que evidenciem a endogenia do processo de desenvolvimento.

QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Neste item, considera-se relevante destacar a importância da realização do trabalho de campo com o objetivo de analisar a realidade onde se insere o caso, manter contato com pesquisadores e pesquisar bibliografias relativas ao desenvolvimento territorial e às estratégias de desenvolvimento empregadas no território.

Destaca-se que esta experiência foi essencial no encaminhamento dos passos metodológicos seguidos para a consecução deste estudo. A estratégia e os instrumentos metodológicos utilizados revelaram-se

bastante adequados para um trabalho deste porte, haja vista a escassez de material sobre o tema (agroturismo e desenvolvimento territorial) disponível no Brasil.

Salienta-se, ainda, a importância dos contatos mantidos com organizações e com pessoas envolvidas com esta discussão. Tais contatos muito auxiliaram o desenvolvimento da tese e apresentam boas perspectivas de interação em atividades de ensino, pesquisa e extensão junto a programas de Pós-Graduação em Geografia, da UFSC e de outras universidades do Brasil e do exterior, envolvidos com o tema do desenvolvimento territorial.

QUANTO ÀS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

As perspectivas de continuidade e os impactos deste trabalho podem ser analisados a partir do nível pessoal, do nível político e do nível acadêmico.

No nível pessoal, relacionado ao exercício profissional, a continuidade está garantida pela própria atuação da autora junto a organizações não governamentais e públicas. Neste sentido, sua prática pode ser qualificada pela incorporação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de doutorado.

No nível político, como demonstrado nesta tese, o agroturismo, a Acolhida na Colônia e o território das Encostas da Serra Geral são elementos catalisadores e inspiradores de processos de desenvolvimento com a abordagem territorial. Os resultados e conclusões desta tese poderão amplificar a capacidade de irradiação desta abordagem e contribuir para o aprimoramento de novas iniciativas.

Quanto às recomendações para futuros trabalhos acadêmicos, pode-se, a partir da análise do processo e dos resultados deste estudo, sugerir alguns temas, quais sejam:

- Impactos econômicos, sociais e ambientais verificados no território das Encostas da Serra Geral, a partir de 1996. Estes estudos poderiam avaliar de maneira objetiva as reais mudanças e as expectativas dos atores sociais sobre o futuro do território.
- Qualidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Estes estudos poderiam contribuir para a compreensão das estratégias que orientam este novo conjunto de políticas públicas e contribuir para seu aprimoramento.

Entende-se que as Encostas da Serra Geral podem constituir-se num excelente estudo de caso sobre este tema.

- Metodologias de promoção do desenvolvimento a partir de abordagens territoriais.

Entende-se que as Encostas da Serra Geral podem constituir-se num excelente estudo de caso sobre este tema.

Estratégias e novas governanças territoriais. Na construção desta tese percebeu-se a carência de estudos que oferecessem elementos para análise das estratégias de desenvolvimento identificadas nas Encostas da Serra Geral e para compreensão da estrutura de governança que vem sendo constituída no território.

Entende-se que as Encostas da Serra Geral podem constituir-se num excelente estudo de caso sobre este tema.

- Estudos sobre a formação da rede Acolhida na Colônia e novos territórios, a partir da aplicação da metodologia desenvolvida nas Encostas da Serra Geral em outras áreas de atuação (projeto de expansão). Entende-se que é fundamental a avaliação de como a metodologia tem sido implementada e os impactos gerados neste processo.

Ao final, e pensando nas descobertas que são realizadas durante um curso de doutorado, resta desejar que as contribuições da pesquisa possam aprimorar nossa sociedade e ajudar a construir novos caminhos para o futuro. Um futuro onde as pessoas sejam protagonistas de sua história e os valores sociais busquem de forma radical a construção da felicidade, da solidariedade e da fraternidade, pois, com diz o poeta Ivan Lins, mesmo sem conhecer as Encostas da Serra Geral, empresta sua poesia para traduzir o sentimento que enreda as tramas que constroem o futuro daquela gente:

Tudo que eu fiz
 Foi ouvir o que o meu peito diz:
 "Que apesar de toda magoa
 Vale a pena toda luta
 Para ser feliz".
 Tudo que eu fiz foi seguir a mesma diretriz
 Confiando e acreditando
 Que na vida todo mundo pode ser feliz.
 É preciso crer no coração

Porque se não
Não tem razão de se viver.
E eu quero ver
Nascer um tempo bom.
Meu peito diz:
"Coração da gente é igual país".
Não deu certo uma mudança,
Você muda de esperança

Porque a gente merece ser feliz.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. São Paulo. (Mimeogr.).1998. 20 p.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 abr. 2001 – p. A3.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Estatuto da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia**. Santa Rosa de Lima, 1999.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Regimento Interno**, Anitápolis, 2000.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Caderno de Normas da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia**. Santa Rosa de Lima, 2010.
- ADS - Associação de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral. **Estatuto da ADS**. Santa Rosa de Lima, 2004.
- AGRECO – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. Santa Rosa de Lima. **Agroindústrias Modulares em Rede**: Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima/ Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- AGRECO – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 1, dez. 1999.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In LAGES, V.; BRAGA, C. MORELLI, G. (org) **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Relume Dumará / Brasília, SEBRAE, 2004, 350p.
- ALIAR - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. **Estatuto da ALIAR**. Santa Rosa de Lima, maio de 2001.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 33-55.

ALTAFIN, Iara. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2003. 241 pgs.

ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO; do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. Tese (Doutorado) - Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução n.º 394, de 4 de dezembro de 1998. Estabelece os critérios para o enquadramento de empreendimentos hidrelétricos na condição de pequenas centrais hidrelétricas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 dez. 1998.

ANJOS, F.S. “Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 17, outubro, 2001.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.26, n.1, p.661-694, jun.2005.

AZEVEDO, E. de. **As relações entre qualidade de vida e agricultura familiar orgânica: da articulação de conceitos a um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós- Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BARRERA, E. **Turismo Rural**: Nueva ruralidad y Empleo rural no agrícola. 2006. Organización Internacional del Trabajo. CINTERFOR. Montevideo. CINTERFOR/OIT, 2006. 185 p. (Trazos de la Formación, 32).

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa : Edições 70, 1991.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2004.

BAZZO SCHMIDT, V. D. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica**: entre discurso, intenção e gesto. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis: UFSC, 2004.

BERTHOUBE, Jean Paul; MÉRY Michel. **Les Perspectives de Développement D'Accueil Paysan**: por une organisation maîtrisée et reconnue du projet Accueil Paysan. Grenoble: Federación Nacional, 1997.

BÉTEILLE, R. **La crise rurale**: col. Que sais-je? Paris: PUF, 1994.

BONNY, Sylvie. A padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso francês. In: **Cadernos de Ciências & Tecnologia**. Brasília, v. 10, n. 1/3, 1993. P. 9-34.

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina**: mapa da fome. Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Instituto Cepa/SC, 2003. 235p. Disponível em: <www.icepa.com.br>.

BOURDIEU, P. **Le capital social**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 31:2-3. 1980.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In RICHARDSON, J. (editor), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Greenwood Press, Westport. 1986.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru, SP: EDUSC, 2003 (Coleção Turismo).

BRILO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, Ano IV, N^o 6, 2002. pp. 12-20.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.76 - 91.

CABRAL, L. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 621).

CARDOSO, I. **Agroecologia e produção do espaço**: a experiência dos agricultores da AGRECO. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, E. CARLOS, A. F. e CRUZ, R. C .A. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Roberto S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.p.17-27.

CARRIÈRE, J-P; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006, p. 23-48.

CASSOLA, R. **Geografía del turismo**: orientaciones metodológicas. La Habana: Universidad de La Habana, 1982.

CAZELLA, Ademir A. & ROUX, Bernard. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.º 13, out., 1999.

CAZELLA, A. **Especificação territorial e mediação de conflitos**: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, agosto de 2005.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTRO DE FORMAÇÃO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. **Estatuto do Centro de Formação das Encostas da Serra Geral**. Santa Rosa de Lima, maio de 2003.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, pp. 7-26, 1999.

CLEMENTE, L. **Seleção da potência instalada ótima de PCHs no contexto de mercados competitivos**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Hidráulica. Centro de Hidráulica e Hidrologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge University Press, Cambridge, MA. 1990.

COLEMAN, James C. Social capital in the creation of human capital. In: DASGUPTA, Partha & SERAGELDIN, Ismail (orgs.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C.: The World Bank, 2000. p.13-39.

CONKLIN, H. The study of shifting cultivation. **Current Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 27-61, 1961.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. et al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, p. 15-47, 1995.

COSTA NETO, C. Agricultura Sustentável, Tecnologias e Sociedade. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Ed.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauá, 1999. p. 299-321.

CRUZ, R. de C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DALL'ALBA. João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans, SC: Edição do Autor, 1973.

DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997 p.209-263.

DENCKER, Ada F.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1999, 286p.

DI MÉO, G. **Geographie Sociale et territoires**. Paris: Nathan, 2000.

ECHEVERRI, R.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

ELESBÃO, I. **Os efeitos do turismo no espaço rural: um olhar sobre um pequeno município brasileiro**. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Cultural, inovação e território. Coimbra, Portugal, 23-25 de outubro de 2008.

FALCÃO, J. A. G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: Eduardo Yasigi (org.) **Turismo. Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996. 24p.

FELIPPI, R. **Estudo de um método de análise e avaliação ergonômica aplicada ao sistema de comercialização da AGRECO**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Computação. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FGV PROJETOS. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. In: **Territorios con Identidad Cultural**. RIMISP: 2006. Disponível em: http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf. Acesso em 20/01/2010.

FONTE, Maria; RANABOLDO, Claudia (org.). Desarrollo Rural, Territorios e Entidades Culturales. Perspectivas Desde a América Lantina y la Unión Europea. In: **Opera**: observatório de políticas, ejecución y resultados de la administración pública. Bogotá: UEC, 2007. p. 9-32.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 1979. Rio de Janeiro, Ed. Graal.

FOWLEY, M. W.; EDWARDS, B. The Paradox of Civil Society. **Journal of Democracy**, 7(3), 38-52.

FOWLEY, M. W.; EDWARDS, B. Beyond Tocqueville: Civil Society and Social Capital in comparative Perspective. **American Behavioral Scientist**, 42(1), 5-20.

FRANCO, A. **Capital Social**, Brasília, Instituto Millenium, 2003.

GELBCKE, D. L. **Agroturismo e produção do espaço nas Encostas da Serra Geral**: entre a ideia e a prática. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 14, ano 5, oct. 1990. p. 59-67.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, S.T. **Os destinos do pequeno produtor**. Boletim Técnico. Piracicaba, Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1997.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. In: **Cadernos Gestão Social**. Vol. 2, Nº 1, Salvador/BA. 2009.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GOTTMANN, J. **The Significance of Territory**. Virginia, EUA: University Press of Virginia, 1973.

GRADE, M. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório:** germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Físicas e Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: Shiki, S.; Graziano da Silva, J.; Ortega, A. C. (Orgs.). **Agricultura, meio-ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro.** Uberlândia, MG: UFU, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A. et al. (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA - FAO, 2000. 74 p.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural:** sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização a mutiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HERVIEU, Bertrand. **Les agriculteurs.** Paris: Presses Universitaires de France; 1996. 128p. (que sais-je?)

HEUSER, D. M. D. **Repercussões do agroturismo na qualidade de vida de núcleos familiares receptores da Santa Rosa de Lima (SC): um processo criativo e solidário.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HOBBLINK, H. **Biotechnologia muito além da revolução verde.** Trad.: Sebastião Pinheiro, /Gert Roland Fischer, Jacques Saldanha. Porto Alegre: Riocell, 1990.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

BRASIL. IBGE. **Censos Demográficos do Brasil.** 1970, 1980, 1991, 2000.

BRASIL. IBGE. **Contagem Populacional do Brasil.** 2007.

IBGE, **Censo Agropecuário 2006.**

IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.108 - 121.

JOCHEN, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes.** Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, MG., 1998 36, v.2, pp.555-566.

KLEIN, R. M. **Flora ilustrada catarinense**: mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, V Parte - mapa fitogeográfico, 1978. 24p.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

LACERDA, T.F.N. de. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura**: o caso dos agricultores ecológicos do Território das Encostas da Serra Geral. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LAURENT, C. **La multifonctionnalité de l'agriculture**. Paris: Inra-SAD, 2000.

LAURENT, A. **Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable**. Paris: Ministère des Affaires étrangères, 2003. 270 p.

LAURENT, Christiane; MAMDY, Jean-François. O turismo rural na França. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário; FROEHLICH, José Marcos (orgs). **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/DEAER/UFSM, 1998. 190p. pp.127-138.

LEFEVRE F.; LEFEVRE A.M.C. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília; LiberLivro, 2005.

LEMOS, L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: ALEPH, 2005.

LIEDKE, E.R. **Capitalismo e camponeses**: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília: UnB. 1977. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

LIMA, F. B. C. **Agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC: um estudo dos discursos midiáticos e suas influências na atividade.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Turismo e Hotelaria. Centro de Comunicação, Turismo e Lazer, Universidade do Alto Vale do Itajaí. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2009.

LIMA, Jeanne. **Projet Sud du Brésil:** Santa Catarina dans les coteaux de la Serra Geral. Santa Rosa de Lima: Association de Agroturisme Acolhida na Colônia, abr/set, 2001.

LUZZI, N. **A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral:** análise de uma experiência agroecológica. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social; Rev. Sociol.** São Paulo: USP, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p. 25 - 44.

MALUF, Renato. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MAMDY JF, MAZUEL L. **Le tourisme rural en prospective;** Contribution de l'Université d'étude tourisme rural à la Prospective en Tourisme, Rapport à la DIACT (en ligne sur le site), mai 2007, 40p.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural : reflexões a partir do território fluminense. In: Campo-território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 17-60, fev. 2006.

MARTIN, Boris (Coord.) **Voyage Autrement:** vers un tourisme responsable et solidaire. Paris: Charles Léopold Mayer, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, M.C.F.N. **Humanização das relações assistenciais: a formação do profissional da saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 3 ed.

MENDES, J. C. **A abordagem qualitativa e quantitativa no estudo de caso**. Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueira. Felgueira, 2002. Disponível em:
<[HTTP://www.ead.unicamp.br/trabalho_pesquisa/referencias.htm](http://www.ead.unicamp.br/trabalho_pesquisa/referencias.htm)>.

MILANI, Carlos (org). **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferencia Regional ISTR-LAC de 8 a 10 de octubre, San José-Costa Rica, 2003, disponível em:
<http://www.acceso.or.cr/istr/memoria/temas/ponencias/panel-1/CarlosMilani.p.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: Segmentos do Turismo**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2008.

MOLANO, Olga Lúcia. Identidad Cultural: um concepto que evoluciona. In: **Opera: observatório de políticas, ejecución y resultados de la administración pública 2007**. Bogotá: UEC, 2007. p. 69-84.

MOLINA, F. S. **Turismo e produção do espaço: o caso de Jericoacoara, CE**. Dissertação (Programa de pós-graduação em geografia humana) Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2007.

MOINET, François. **Le tourisme rural**. Paris: Editions France Agricole; 1996. 319p.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições** (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, volume 15, número 43. Instituto de Estudos avançados. USP. São Paulo, dezembro de 2001.

NETO, F.S.S. A identidade cultural em tempos liquefeitos: o ‘Ceará moleque’ e a contemporaneidade? In: **LOGOS 30**. Tecnologias de Comunicação e Subjetividade. Ano 16, 1º semestre 2009. 72-83.

NICOLÁS, Danil H. Elementos para un analisis sociogeografico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 39-54.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 3e pub., 1992, 152 p.

OLIVEIRA, B. M. L. **A produção de alimentos orgânicos pela rede de pequenas agroindústrias familiares da AGRECO em Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna – SC**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, L. S. **Agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC: os discursos sobre o modelo implantado e a socialização do “saber” nas produções construídas de 2002 – 2007**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria). Centro de Comunicação, Turismo e Lazer, Universidade do Alto Vale do Itajaí. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2009.

OLIVEIRA, D. A; CAMPOS, S. S. O espaço rural: das atividades tradicionais às inovações do turismo em áreas rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. Identidade cultural e desenvolvimento local. **Anais...** João Pessoa: SEABRA, G. BARBOSA, J. M.; NEU, C; MENDONÇA, I. T EDITORES, 2007, p. 582-595.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo:Roca, 2001.

OXINALDE, Miguel del Reguero. **Ecoturismo**: nuevas formas de turismo em el espacio rural. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994.

PAULA, J. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; E MORELLI, G. (Orgs). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília. DF: SEBRAE, p. 71-84, 2004.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos**: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX. São Carlos: EDUFSCar, 2000. p. 196.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990. 182p.

PECQUEUR, B. **Territoire, Territorialite et Developpement**. In : Coloque Industrie et Territoire, IREPD, Grenoble, 20-22 octobre 1992.

PECQUEUR, B. **Le tounant territorial de l'économie globale**. Texto submetido à publicação para Revista Espaces et Sociétés (no prelo), 2005.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006a, p. 81-103.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006b, p. 135-154.

PERRET, J. MARCELPOIL, E. L'agritourisme em 2001. **La diversité des territoires et dès acteurs**: entre témoignage et commerce. CEMAGREF, nov. 2001.

PLEIN, C. A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Oeste catarinense. **Revista Faz Ciência**, 08,01 (2006) p. 35-72 UNIOESTE. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/340/255>>. Acesso em: 10 agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA. **Plano Municipal de Habitação de Interesse social**. Volume II. 2009.

PUFFAL, D. P. **Cooperação como coordenação da atividade econômica**. Anais do XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Gramado, RS, ANPAD, 2006.

PUTNAN, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006, p. 107-134.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, M. (org). **Turismo no percurso do tempo**. p.71-115. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001 - (Coleção Turismo Contexto).

RODRIGUES, Adyr, B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr. B. (org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; BUAINAIN, A. M.; GRANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. SOCIOLOGIAS, Porto Alegre/RS, 2003.

ROSSAL, M. M. L. **Modelagem de uma base de dados de suporte à uma organização cooperativa**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Computação. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RUBELO, J; LUCHIARI, M. T. O Circuito das Frutas – SP no contexto do turismo rural. CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5, 2005, Piracicaba. **Anais: Propriedades, comunidades e roteiros do turismo rural**. Piracicaba: FEALQ, p. 211-216.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, p. 19-38.

SACHS, I. Brasil rural da redescoberta a reinvenção. In: **Estudos Avançados**. 15 (43), 2001.

SACK, R. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALLES FILHO, Sérgio L. Monteiro. **A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia**. Instituto de Economia. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística: uma introdução**. Blumenau, SC: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004. 132 p.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, 146p.

SANTA CATARINA. **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar**. Florianópolis, I e II, 2002.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo : Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo : Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al.(Orgs): **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, p. 15-20, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo : Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo : Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. p. 13-22.

SANTOS, S. S. **O design participativo do sistema de informações da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Computação. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002.

SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo Rural**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 62p.

SCHEIBE, Luiz Fernando. Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento durável. In: ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi ; & BARCELOS, Valdo (Orgs.) **Educação Ambiental e Compromisso Social**: pensamentos e ações. Erechim, SC: EdiFapes, 2004. p.317 -335.

SCHMIDT, Wilson. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995)**. 2000. 189 f. Tese (Doutorado de História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

SCHMIDT, Wilson; SCHMIDT, Wilson e TURNES, Valério A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um 'território' nas encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (orgs.): **Agricultura e ruralidade em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. 2003, p. 287-308.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países capitalistas avançados: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, v. 24, n. 3., set/dez., 1994a.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999b.

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.

SCHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. In: **Sociologias**. Porto Alegre, n.11, p.88-125, jan/jun. 2004.

SCHNEIDER, S; FIALHO, M.A.V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. IN: Almeida, J.A.: RIEDL, M. (orgs). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru, SP: EDESC, 2000.

SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: **RAÍZES**, Revista de Ciências Sociais, Campina Grande-PB, UFCG, v. 23, n 01/02, p. 99-117, jan/dez 2004.

SILVA, F. C. **Políticas públicas e diretrizes estratégicas para uma vida rural sustentável**: um estudo à luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVEIRA, A. S. **Turismo nas fazendas imperiais do Vale do Paraíba Fluminense**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Slow Food Brasil. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/12/28/>> . Acesso em: 28 set 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 77-116 p.

TENFEN, Roberto João. **Rio Fortuna: nossa terra, nossa gente**. Florianópolis: [s.n.], 1997. p. 353.

THOMÉ, P. O turismo no desenvolvimento rural do Pantanal. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. Identidade cultural e desenvolvimento local. **Anais...** João Pessoa: SEABRA, G. BARBOSA, J. M.; NEU, C; MENDONÇA, I. T EDITORES, 2007, p. 608-616.

TORESAN, L.; GUZZATTI, T. C.; NART, D; BITENCOURT, R.B. **Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral**. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002a. 58p.

TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002b. 59 p.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e Qualidade: Tendências contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 1993 (Coleção Turismo).

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica: discussão comparada e aplicada nas áreas de saúde e humanas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TURNES, V. A. **Diretrizes para a elaboração do plano de desenvolvimento local.** Cocal do Sul - SC. 1996, 154 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

TURNES, V. A. et al. **Projeto Meu Lugar:** transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 184 p.

ULLER, C. D. **O agroturismo de Santa Rosa de Lima (SC):** características e singularidades da hospedagem familiar. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Turismo, Universidade do Alto Valo do Itajaí, Balneário Camboriú, 2005.

URRY, Jonh. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996. (Coleção Megalópolis).

VANDRESSEN, C. **Merenda escolar orgânica:** uma política pública para a agricultura familiar. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VARENNES, F. **Guide juridique et fiscal du tourisme rural.** Ed.Ipso Facto. 2e. éd. France, 2004.

VEIGA, J. E. da, **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec/USP, 1991.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 22, Abril 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>. Acesso em: 22 nov. 2009.

VELLOSO, Mônica P. "As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no RJ". In: **Estudos Históricos**, 3 (6), Rio de Janeiro, 1990, p.207-228.

VIEIRA P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006, p. 249-310.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.55 - 75.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. In: **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 1979.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo, RS: EDUPF, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Territorialidade e Ruralidade no Nordeste – Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, 402 p., p.39-52.

WHAT is Slow Travel. Disponível em: http://www.slowmovement.com/slow_travel.php. Acesso em: 28 set. 2010.

APENDICE 1 ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Questionário Agricultores(as) associados(as) à Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima

Este questionário faz parte de minha pesquisa de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um estudo sobre o desenvolvimento do agroturismo nas Encostas da Serra Geral²⁴. Para isso, conhecer a visão dos atores diretamente envolvidos (beneficiários diretos) da iniciativa é de fundamental importância. Desta forma, solicito que você responda as perguntas que farei expressando **sua opinião e ponto de vista** sobre cada questão apresentada. Ressalto que nossa conversa será gravada para que eu possa analisar as respostas dentro do contexto do estudo. Destaco também que seu nome não será citado no trabalho.

1- Identificação da propriedade			
1.1- Nome da propriedade:			
1.2- Endereço:			
1.3- Distância da sede do município:		1.4- Tipo de pavimentação da via:	
2- Com relação à família			
2.1- Nome do (a) agricultor (a) informante:			
2.3- Com relação aos membros da família <u>que residem</u> na propriedade, preencha a tabela a seguir:			
Nome completo	Idade	Grau de parentesco com o (a) informante	Atividade desenvolvida dentro ou fora da propriedade

²⁴ Neste trabalho considera-se encostas da Serra Geral a área de abrangência da Acolhida, sendo composta pelos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Grão Pará.

2.4- Quais são as fontes de renda de sua propriedade/família (agrícolas e não agrícolas; geradas dentro da propriedade ou fora dela, desde que por membro que resida na propriedade rural e que a receita seja destinada a manutenção da família).
3- Com relação a sua propriedade
3.1- O que é produzido em sua propriedade e qual o destino da produção (detalhar)?
3.2- O que é criado em sua propriedade e qual o destino da criação (detalhar)?
3.3- Qual (is) sistema (s) de cultivo é (são) adotado (s) na propriedade?
3.4- Se você desenvolve a produção orgânica responda: quando e porque você adotou esta prática e qual a situação de sua propriedade (completamente orgânica; parcialmente orgânica ou em transição)?
3.5- Se você é produtor orgânico responda se sua propriedade é certificada? Caso positivo, porque adotou a certificação?
3.6- Quanto % da renda de sua família vem das atividades agrícolas e pecuárias?
4- Com relação ao agroturismo na sua propriedade
4.1- Conte a história do agroturismo na sua propriedade:
4.2- Quais são as atividades agroturísticas desenvolvidas em sua propriedade?
4.3- Porque você acha que os turistas visitam sua propriedade?
4.4- Quais as dificuldades para o desenvolvimento da atividade em sua propriedade?
4.5- Quais os principais benefícios que a atividade proporciona para você e sua família?
4.6 – Quais são os principais “prejuízos” que a atividade causa para você e sua família?
4.7- Na sua percepção, o que mudou em sua propriedade do início do desenvolvimento do agroturismo para a atualidade?
4.8- Quanto % da renda de sua família vem das atividades agroturísticas?
4.9- Para você, o que é concorrência? Você tem concorrência?
4.10- Para você, o que é preciso fazer para permanecer no mercado turístico?
5- Com relação ao agroturismo no seu município
5.1- Porque você acha que os turistas visitam seu município?

5.2- Em sua opinião, quais os principais benefícios que a atividade proporciona ao município?
5.3- Em sua opinião, quais as principais ameaças que a atividade proporciona ao município?
5.4- Em sua opinião, quais os fatores limitantes para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?
5.5- Em sua opinião, quais as principais oportunidades para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?
5.6- Você acha que mudou alguma coisa em Santa Rosa de Lima após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.
5.7- Você acha que mudou alguma coisa na “região” após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.
6- Com relação à Acolhida na Colônia
6.1- Para você, qual a relação entre o agroturismo e a Acolhida na Colônia?
6.2- Qual sua visão atual sobre a Acolhida na Colônia? (cite principalmente pontos positivos e negativos da entidade)
6.3- Quais os principais fatores (cite e explique), na sua opinião, que levaram a iniciativa a se desenvolver nas encostas da Serra Geral? (Quais foram os fatores fundamentais?)
6.4- Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os agricultores a se associarem a Acolhida na Colônia?
6.5- Como é a vida associativa na Acolhida na Colônia em seu município?
6.6- Em sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos da existência de uma vida associativa entre os agricultores nas encostas da Serra Geral?
6.7- Em sua opinião, quais os espaços/ instrumentos/ ações que são utilizados pela Acolhida na Colônia para o desenvolvimento de sua vida associativa (cite e descreva os que você considera principais).
6.8- Como você participa da vida associativa da Acolhida na Colônia?
6.9- Qual sua visão sobre novos associados no município e em outros municípios?
6.10- Em sua opinião, o que diferencia a Acolhida na Colônia das outras organizações que atuam nas encostas da Serra Geral?
7- Com relação à cooperação
7.1- Com relação às instituições com as quais a Acolhida trabalha (todas as que você lembrar, seja no município, ou fora dele), preencha a tabela a seguir:

Instituição	Área de atuação da instituição	Tipo de relação com a Acolhida na Colônia	Importância da instituição para a Acolhida na Colônia	Importância da Acolhida na Colônia para a Instituição
7.2- O que você acha da cooperação com estes outros atores? Comente.				
7.3 – Com relação a questão anterior, qual era a sua opinião antes da Acolhida na Colônia? Caso sua percepção tenha mudado, a que atribui esta mudança?				
7.4- Com relação ao poder público, especialmente Governo Federal e Governo Estadual, você acha que estas instituições influenciam a atuação da Acolhida na Colônia? Caso positivo, explique.				
7.5- Você acha que a Acolhida na Colônia influencia nas políticas públicas para o turismo e agricultura? Caso positivo, explique.				
8- Com relação à questão da paisagem e do meio ambiente, responda				
8.1- Em termos de paisagem, o que é as Encostas da Serra Geral para você?				
8.2- Como relação a questão ambiental nas Encostas da Serra Geral, o que mudou nos últimos 10 anos?				
8.3- O que mudou na sua visão sobre meio ambiente nos últimos 10 anos? A que atribui estas mudanças?				
9- Sobre o aspecto territorial				
9.1- Alguns técnicos e lideranças falam na construção do território das Encostas da Serra Geral. O que significa para você território?				
9.2- O que é o território das Encostas da Serra Geral?				
9.3- Você acha que há de fato a construção de um território?				
9.4- Caso positivo, qual a sua participação neste processo?				
10- Considerações finais				
10.1- Qual seu sentimento em relação a:				
- Sua profissão:				
- Seu município:				
- A Acolhida na Colônia:				
- Encostas da Serra Geral:				

10.2- Com relação aos seus filhos, o que você espera para o futuro deles?
10.3- O que você ainda acha importante considerar sobre a trajetória da Acolhida na Colônia nas encostas da Serra Geral?

Questionário Lideranças locais

Este questionário faz parte de minha pesquisa de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um estudo sobre o desenvolvimento do agroturismo nas Encostas da Serra Geral²⁵ e a construção de um território. Para isso, conhecer a visão das lideranças locais, especialmente aquelas ligadas a agricultura e ao turismo é de fundamental importância. Desta forma, solicito que você responda as perguntas que farei expressando **sua opinião e ponto de vista** sobre cada questão apresentada. Ressalto que nossa conversa será gravada para que eu possa analisar as respostas dentro do contexto do estudo. Destaco também que seu nome não será citado no trabalho.

1- Identificação da organização	
1.1- Nome:	1.2- Sigla:
1.3- Endereço:	
1.4- Área de atuação da organização:	1.5- Ano de fundação:
2- Com relação ao entrevistado	
2.1- Nome:	2.2 – Idade:
2.3 – Grau de instrução:	2.4- Profissão:
2.5- Qual sua função/cargo na organização:	
2.6- Há quanto tempo ocupa este cargo:	
2.7 – Há quanto tempo faz parte da organização:	
2.8- Já ocupou outros cargos na organização (caso positivo, cite quais):	
3- Com relação ao agroturismo	
3.1- Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os agricultores a desenvolverem o agroturismo?	
3.2- Porque você acha que os turistas visitam os municípios da Acolhida na Colônia?	
3.3- Em sua opinião, quais os principais benefícios que a atividade proporciona ao município?	

²⁵ Neste trabalho considera-se encostas da Serra Geral a área de abrangência da Acolhida, sendo composta pelos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Grão Pará.

3.4- Em sua opinião, quais as principais ameaças que a atividade proporciona ao município?
3.5- Em sua opinião, quais os fatores limitantes para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?
3.6- Em sua opinião, quais as principais oportunidades para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?
3.7- Você acha que mudou alguma coisa em Santa Rosa de Lima após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.
3.8- Você acha que mudou alguma coisa na “região” após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.
4- Com relação à Acolhida na Colônia
4.1- Para você, qual a relação entre o agroturismo e a Acolhida na Colônia?
4.2- Qual sua visão atual sobre a Acolhida na Colônia? Qual aspecto você gostaria de destacar?
4.3- Quais os principais fatores (cite e explique), na sua opinião, que levaram a iniciativa a se desenvolver nas encostas da Serra Geral? (Quais foram os fatores fundamentais?)
4.4- Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os agricultores a se associarem a Acolhida na Colônia?
4.5- Como é a vida associativa na Acolhida na Colônia no município em que você atua?
4.6- Em sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos da existência de uma vida associativa entre os agricultores nas encostas da Serra Geral?
4.7- Em sua opinião, quais os espaços/ instrumentos/ ações que são utilizados pela Acolhida na Colônia para o desenvolvimento de sua vida associativa (cite e descreva os que você considera principais).
4.8- Como a organização que você representa participa da vida associativa da Acolhida na Colônia?
4.9- Em sua opinião, o que diferencia a Acolhida na Colônia das outras organizações que atuam nas encostas da Serra Geral?
5- Com relação à cooperação com a sua instituição, responda
5.1- Existe uma cooperação da organização que você representa com a Acolhida na Colônia? Explique a sua resposta (sim/não e porque). Caso exista, ela é formal ou informal?
5.2- Na sua avaliação, qual a importância da sua organização para a Acolhida na Colônia?
5.3- Na sua avaliação, qual a importância da Acolhida na Colônia para a sua organização?
5.4- Na sua avaliação, qual a importância da cooperação entre as duas entidades para o município e “região”?

5.5- Quais as facilidades para o estabelecimento de uma cooperação entre as organizações?
5.6- Quais as dificuldades para o estabelecimento de uma cooperação entre as organizações?
5.7- Você acha que a Acolhida na Colônia influencia nas políticas públicas para o turismo e agricultura? Caso positivo, explique.
6- Com relação aos visitantes
6.1- Em sua opinião, qual é o perfil dos “turistas” da Acolhida na Colônia?
6.2 – Em sua opinião, quais os principais fatores de atração dos visitantes para a Acolhida na Colônia?
6.3- Em sua opinião, quais as principais dificuldades para a atração de visitantes para a Acolhida na Colônia?
7- Com relação à questão da paisagem e do meio ambiente, responda:
7.1- Em termos de paisagem, o que é as Encostas da Serra Geral para você?
7.2- Como relação a questão ambiental nas Encostas da Serra Geral, o que mudou nos últimos 10 anos?
7.3- O que mudou na sua visão sobre meio ambiente nos últimos 10 anos? A que atribui estas mudanças?
7.4- Com relação aos agricultores familiares associados a Acolhida na Colônia, a postura deles com relação ao meio ambiente mudou nos últimos anos? Comente.
8- Sobre o aspecto territorial
8.1- Alguns técnicos e lideranças falam na construção do território das Encostas da Serra Geral. O que significa para você território?
8.2- O que é o território das Encostas da Serra Geral?
8.3- Você acha que há de fato a construção de um território?
8.4- Caso positivo, qual a sua participação neste processo?
9- Considerações finais
9.2- O que você ainda acha importante considerar sobre a trajetória da Acolhida na Colônia nas encostas da Serra Geral?

Questionário Técnicos da Acolhida

Este questionário faz parte de minha pesquisa de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um estudo sobre o desenvolvimento do agroturismo nas Encostas da Serra Geral²⁶ e a construção de um território. Para isso, conhecer a visão dos técnicos é de fundamental importância. Desta forma, solicito que você preencha o questionário que segue expressando **sua opinião e ponto de vista** sobre cada questão apresentada. Ressalto que seu nome não será citado no trabalho.

1- Seus dados pessoais	
1.1- Nome completo:	1.2- Idade:
1.3- Formação:	
1.5- Profissão:	
1.6- Atividade (s) profissional (is):	
2- Sua relação com a Acolhida na Colônia	
2.1- Qual o seu vínculo com a entidade:	
2.2- Desde quando?	
2.3- Em que (ais) município (s) você atua?	
2.4- Quais as atividades que você desenvolve na Acolhida na Colônia?	
3- Com relação ao agroturismo	
3.1- Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os agricultores a desenvolverem o agroturismo?	
3.2- Porque você acha que os turistas visitam os municípios da Acolhida na Colônia?	
3.3- Em sua opinião, quais os principais benefícios que a atividade proporciona ao município?	
3.4- Em sua opinião, quais as principais ameaças que a atividade proporciona ao município?	
3.5- Em sua opinião, quais os fatores limitantes para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?	
3.6- Em sua opinião, quais as principais oportunidades para o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral?	
3.7- Você acha que mudou alguma coisa em Santa Rosa de Lima após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.	

²⁶ Neste trabalho considera-se encostas da Serra Geral a área de abrangência da Acolhida, sendo composta pelos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Grão Pará.

3.8- Você acha que mudou alguma coisa na “região” após o desenvolvimento do agroturismo? Caso positivo, cite e comente.				
4- Com relação à Acolhida na Colônia				
4.1- Para você, qual a relação entre o agroturismo e a Acolhida na Colônia?				
4.2- Qual sua visão atual sobre a Acolhida na Colônia? (cite principalmente pontos positivos e negativos da entidade)				
4.3- Quais os principais fatores (cite e explique), na sua opinião, que levaram a iniciativa a se desenvolver nas encostas da Serra Geral? (Quais foram os fatores fundamentais?)				
4.4- Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os agricultores a se associarem a Acolhida na Colônia?				
4.5- Como você percebe a vida associativa na Acolhida na Colônia no seu município?				
4.6- Em sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos da existência de uma vida associativa entre os agricultores nas encostas da Serra Geral?				
4.7- Em sua opinião, quais os espaços/ instrumentos/ ações que são utilizados pela Acolhida na Colônia para o desenvolvimento de sua vida associativa (cite e descreva os que você considera principais).				
4.8- Como você participa da vida associativa da Acolhida na Colônia?				
4.9- Qual sua visão sobre novos associados no município e em outros municípios?				
4.10- Em sua opinião, o que diferencia a Acolhida na Colônia das outras organizações que atuam nas encostas da Serra Geral?				
5- Com relação à cooperação:				
5.1- Com relação às instituições com as quais a Acolhida trabalha (todas as que você lembrar, seja no município, ou fora dele), preencha a tabela a seguir:				
Instituição	Área de atuação da instituição	Tipo de relação com a Acolhida na Colônia	Importância da instituição para a Acolhida na Colônia	Importância da Acolhida na Colônia para a Instituição
5.2- O que você acha da cooperação com estes outros atores? Comente.				
5.3- Na sua opinião, como os agricultores vêm a cooperação com outras entidades?				
5.4- Com relação ao poder público, especialmente Governo Federal e Governo Estadual, você acha que estas instituições influenciam a atuação da Acolhida na Colônia? Caso positivo, explique.				

5.5- Você acha que a Acolhida na Colônia influência nas políticas públicas para o turismo e agricultura? Caso positivo, explique.
6- Com relação aos visitantes
6.1- Em sua opinião, qual é o perfil dos “turistas” da Acolhida na Colônia?
6.2 – Em sua opinião, quais os principais fatores de atração dos visitantes para a Acolhida na Colônia?
6.3- Em sua opinião, quais as principais dificuldades para a atração de visitantes para a Acolhida na Colônia?
7- Com relação a questão da paisagem e do meio ambiente, responda
7.1- Em termos de paisagem, o que é as Encostas da Serra Geral para você?
7.2- Como relação a questão ambiental nas Encostas da Serra Geral, o que mudou nos últimos 10 anos?
7.3- O que mudou na sua visão sobre meio ambiente nos últimos 10 anos? A que atribui estas mudanças?
7.4- Com relação aos agricultores familiares associados a Acolhida na Colônia, a postura deles com relação ao meio ambiente mudou nos últimos anos? Comente.
8- Sobre o aspecto territorial
8.1- Alguns técnicos e lideranças falam na construção do território das Encostas da Serra Geral. O que significa para você território?
8.2- O que é o território das Encostas da Serra Geral?
8.3- Você acha que há de fato a construção de um território?
8.4- Caso positivo, qual a sua participação neste processo?
9- Considerações finais
9.1- O que você ainda acha importante considerar sobre a trajetória da Acolhida na Colônia nas encostas da Serra Geral?

Questionário Turistas

Este questionário faz parte de minha pesquisa de doutorado no curso de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um estudo sobre o desenvolvimento do agroturismo nas encostas da Serra Geral. Para isso, conhecer a visão dos turistas, ou seja, de quem frequenta as propriedades associadas a Acolhida na Colônia é de fundamental importância. Desta forma, solicito que você responda o questionário que segue expressando sua opinião e ponto de vista sobre cada questão apresentada. Ressalto que seu nome não será citado no trabalho.

1- Seus dados pessoais e de viagem	
1.1 - Nome completo:	1.2- Idade:
1.3 - Endereço:	
1.4 - Formação:	
1.5 - Profissão:	
1.6 - Qual a duração de sua estadia?	
1.7 - Quantas pessoas estão lhe acompanhando e quem são?	
1.8 - O que motivou sua viagem?	
1.9 - Como conheceu a propriedade?	
2- Com relação a sua estadia	
2.1- É a primeira vez que você visita a propriedade?	
2.2- O que achou da propriedade visitada? Quais os pontos fortes e fracos?	
2.3- Você conheceu outras propriedades da Acolhida (nesta viagem)?	
2.4- Os agricultores falaram de outras propriedades, motivando vocês a conhecê-las?	
3- Com relação a Acolhida na Colônia	
3.1- Você já conhecia a Acolhida na Colônia?	
3.2- Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela entidade?	
3.3- Como os agricultores se referiram a Acolhida na Colônia para você?	
3.4- Em sua opinião, qual a contribuição do trabalho desenvolvido pela Acolhida na Colônia / agricultores para o desenvolvimento do município? Explique sua resposta.	
3.5- Em sua opinião, quais as dificuldades para o desenvolvido do agroturismo da Acolhida na Colônia no município?	
3.6 – Qual a essência, para você, do agroturismo?	
4- Com relação à questão da paisagem e do meio ambiente, responda	
4.1- Em termos de paisagem, o que é as Encostas da Serra Geral para você?	
4.2- Como você observa a questão ambiental nas Encostas da Serra Geral?	
4.3- Com relação aos agricultores familiares associados à Acolhida na Colônia, como você percebeu a postura deles em relação a questão ambiental?	
5- Considerações finais	
5.1- O que você ainda acha importante considerar sobre sua estadia na Acolhida na Colônia e sobre este projeto?	

ANEXO 1

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO - ACOLHIDA NA COLÔNIA

Capítulo 1º - Denominação, duração e abrangência

Art. 1º - A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada aos 18 dias do mês de junho de 1999 é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sediada em Santa Rosa de Lima/SC, com abrangência dos municípios situados às cabeceiras dos rios Tubarão, Capivari, Tijucas, Cubatão, Itajaí do Sul e Canoas, tendo como fórum a Comarca de Braço do Norte, e será regida pelo presente Estatuto e demais leis aplicáveis.

Capítulo 2º - Dos objetivos e princípios

Art. 2º - A Associação terá os seguintes objetivos:

- a) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares a ela associados, pela organização de atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda;
- b) valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural;
- c) promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos agricultores familiares com os habitantes de centros urbanos;
- d) organizar, segundo os princípios do agroturismo, definidos no presente Estatuto, os agricultores familiares filiados, prestando-lhes, assessoria técnica relacionada ao desenvolvimento de serviços agroturísticos em suas propriedades, atuando também como operadora de agroturismo;
- e) organizar, em parcerias, no âmbito desta Associação, o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais;
- f) resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura para a sociedade em geral;

- g) possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação/formação/profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável ;
- h) articular canais de financiamento que venham beneficiar aos associados;
- i) prestar serviços aos associados e a terceiros, desde que não sejam comprometidos os objetivos da Associação;
- j) representar os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses de seus membros;
- k) incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e entidades nacionais e internacionais;
- l) aplicar devidamente as doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 3º - Para alcançar seus objetivos, a associação poderá firmar convênios e filiar-se a outras entidades estaduais nacionais e internacionais, desde que não comprometa sua autonomia e poder de decisão.

Art. 4º - A Associação seguirá os princípios adotados pela Associação Francesa Accueil Paysan, que são os seguintes:

- “1. A recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade do estabelecimento rural;
2. Os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, o ritmo da estação, etc.). Esta é uma característica específica e o motivo fundamental do ato do agricultor acolher turistas;
3. A recepção e convívio do agricultor e sua família com o turista ocorre num clima de troca de experiências e de respeito mútuo;
4. O agroturismo deve praticar preços acessíveis;
5. O agroturismo se constitui num fator de desenvolvimento local, contribuindo para manter o meio rural “vivo” – demográfica, cultural e

- ambientalmente - com perspectivas de futuro para os seus jovens;
6. O agricultor garante a qualidade dos produtos e dos serviços que oferece;
 7. Os serviços de agroturismo são oferecidos em habitações adaptadas, oferecendo conforto, higiene e segurança;
 8. Os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares;
 9. Outros atores locais podem se filiar a Associação com o objetivo de contribuir com a dinâmica local.”

CAPÍTULO 3º - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Podem ser associados todos os agricultores familiares que assumirem a filosofia, princípios, técnicas e práticas do agroturismo e que estiverem de acordo com a íntegra do presente Estatuto.

Parágrafo 1º - Também poderão se associar os filhos de agricultores residentes em centros urbanos, bem como outros atores locais, na modalidade de sócio convidado, desde que assumam os princípios da Associação.

Art. 6º - Cada agricultor familiar associado deve adotar, em seu cotidiano, os princípios e práticas relativos ao agroturismo.

Parágrafo 1º - Os princípios e práticas do agroturismo adotados pela Associação serão detalhados em Regimento Interno e cadernos de encargos e normas;

Parágrafo 2º - A acolhida de turistas nas propriedades dos agricultores familiares deverá se orientar pelos princípios e práticas do agroturismo, detalhados em Regimento Interno, os quais serão objeto de formação dos agricultores, de orientações técnicas, de discussão em reuniões e Assembleias, assegurando, dessa forma, a sua ampla disseminação entre os associados.

Art. 7º - A Associação deverá manter-se com, no mínimo, 15 (quinze) sócios.

Art. 8º - Consideram-se sócios fundadores os agricultores familiares e atores locais convidados, presentes na Assembleia Geral de sua fundação.

Art.9º - Os novos agricultores que desejarem se associar, deverão apresentar proposta a ser apreciada pela coordenação administrativa para a filiação provisória e homologação definitiva pela Assembleia Geral.

Art. 10º - A exclusão ou eliminação de associados ocorrerá nas seguintes situações:

- a) por morte ou incapacidade civil não suprida;
- b) quando desrespeitados o Estatuto, Regimento Interno ou decisões registradas em atas ou cadernos de encargos e normas, devendo a decisão ser tomada com um quorum, de no mínimo, 50% mais um dos sócios e 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis dos presentes na mesma Assembleia;
- c) quando o associado levar a associação à prática de atos judiciais para o cumprimento de obrigações por ele contraídas.

Parágrafo 1º - O sócio tem direito a defesa, oral ou escrita, em Assembleia.

Parágrafo 2º - Em caso de morte ou incapacidade civil do associado, os direitos do mesmo, em relação à Associação, passarão a pertencer aos seus primeiros herdeiros.

Art. 11 - O afastamento voluntário do associado dar-se-á:

Parágrafo 1º - A pedido do próprio interessado, por escrito ou oral na ocasião da Assembleia Geral, tornando-se efetivo após decisão em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Por abandono, caracterizado pela ausência em três Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas.

Art. 12 - São direitos do sócio:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Associação;
- b) votar e ser votado para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- c) participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nela forem tratados;
- d) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações, sobre as atividades da Associação e por medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e) consultar todos os livros e documentos da Associação.

Art. 13 - São deveres do sócio:

- a) contribuir para o bom êxito da Associação;
- b) participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nelas forem tratados;
- c) cumprir as normas estabelecidas pela Associação.

Art. 14 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

Capítulo 4º - Do Patrimônio e Recursos Financeiros

Art. 15 - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação vier a possuir, a saber:

- a) bens móveis ou imóveis concretizados e adquiridos pela Associação;
- b) doações, heranças ou legados de pessoa física e/ou jurídica, nacional e/ou internacional.

Art. 16 - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido, hipotecado ou penhorado sem expressa autorização dos associados em Assembleia Geral.

Art. 17 - Constituem recursos financeiros da Associação:

- a) auxílio financeiro obtido de qualquer origem;
- b) contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- c) subvenções e auxílio estabelecidos pelos poderes públicos;
- d) receitas eventuais;
- e) contribuição dos associados;
- f) sobras das receitas em relação as despesas, que eventualmente venham a ocorrer;
- g) quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo 1º - A Associação deverá manter um fundo de reserva para aplicação no custeio de seus serviços, podendo a Assembleia Geral constituir outros fundos específicos, dispondo sobre a sua formação, utilização e liquidação.

Parágrafo 2º - Os saldos aprovados no final de cada exercício poderão ser aplicados na formação patrimonial, através de aquisição de bens móveis e imóveis, títulos, bem como na formação social, política, profissional e econômica de seus associados.

Art. 18 - Os recursos financeiros serão mantidos em depósito em bancos ou cooperativas de crédito de agricultores da região de reconhecida idoneidade.

Capítulo 5º - Dos Órgãos da Administração

Art. 19 - São considerados órgãos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Representantes;
- c) Coordenação Administrativa;
- d) Conselho Fiscal.

Seção I - Da Assembleia Geral e Conselho de Representantes

Art. 20- A Assembleia Geral dos Associados é o órgão máximo de deliberação da Associação.

Art. 21 - Os associados se reunirão em Assembleia Geral, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 22 - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- a) a eleição e posse dos membros da Coordenação Administrativa e Conselho Fiscal;
- b) a fixação do valor da contribuição dos associados;
- c) a aprovação dos relatórios, balanços e contas da Associação;
- d) a aprovação do plano de trabalho da Associação, elaborado coletivamente e sistematizado pela Coordenação Administrativa;
- e) a aprovação do Regimento Interno e dos regulamentos dos diversos departamentos e comissões que venham a ser criados;
- f) a aprovação da entrada de novos sócios;
- g) a exclusão de sócios, conforme artigo décimo do presente Estatuto;
- h) a criação, destino e liquidação de fundos de reserva;
- i) a dissolução da Associação e, neste caso, a nomeação dos liquidantes e votação das respectivas contas;
- j) a mudança dos estatutos;
- k) a destituição de membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal;
- l) decisão sobre outros assuntos de relevante interesse da Associação.

Art. 23 - As deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por votos da metade mais um dos associados presentes e registradas em atas, exceto no caso previsto na alínea (b) do artigo dez deste Estatuto.

Art. 24 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Coordenação Administrativa, pelo Conselho Fiscal, ou através de requerimento de pelo menos 20% do quadro dos associados.

Art. 25 - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com aviso prévio e pauta enviada aos associados.

Parágrafo 1º - A Coordenação Administrativa poderá convidar outros atores de interesse da Associação para participar das Assembleias Gerais, com direito a voz.

Art. 26 – O Conselho de Representantes se constitui de um órgão intermediário que tem por função deliberar matérias relativas ao detalhamento das decisões tomadas em Assembleia Geral, necessárias ao seu encaminhamento.

Art. 27 – O Conselho de Representantes será constituído por um associado de cada unidade familiar envolvida com atividades de agroturismo e coordenado por um membro da Coordenação Administrativa.

Seção II – Da Coordenação Administrativa

Art. 28 - A Coordenação Administrativa será composta por um coordenador geral e um subcoordenador geral; um secretário geral e subsecretário geral; um coordenador de finanças e um subcoordenador de finanças; um coordenador técnico e um subcoordenador técnico.

Art. 29 - Os cargos de coordenação administrativa e do conselho fiscal, terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito.

Art. 30 - Compete à coordenação administrativa:

- a) coordenar a elaboração do plano de trabalho, a ser apreciado pela assembleia geral;
- b) propor à assembleia geral o valor dos recursos destinados a cobrir as despesas operacionais da associação;
- c) coordenar o desenvolvimento de programas específicos da Associação, de acordo com o seu plano de trabalho;
- d) apresentar à assembleia geral ordinária, o relatório e as contas de sua gestão, bem como, o parecer do conselho fiscal;
- e) encaminhar as deliberações da assembleia geral.

Art. 31 - A coordenação administrativa, reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 32 - Os membros do conselho de administração, exercerão seus mandatos sem remuneração.

Art. 33 - Compete ao coordenador geral:

- a) representar oficial e juridicamente a Associação;
- b) assinar junto com o coordenador de finanças, cheques, de ordem de pagamento ou outras atividades de igual natureza;
- c) formalizar a contratação de funcionários ou a sua demissão, após aprovação pelo Conselho de Representantes;
- d) coordenar o desenvolvimento dos programas de pesquisa, assistência técnica e de formação dos associados, bem como o

desenvolvimento de outros programas específicos da Associação segundo o seu plano de trabalho.

Art. 34- Compete ao Secretário Geral:

- a) responder por todas as atividades de secretaria;
- b) elaborar atas;
- c) substituir a coordenação geral em seus impedimentos.

Art. 35 - Compete ao Coordenador de Finanças:

a) executar as decisões tomadas pela Assembleia Geral e pela Coordenação Administrativa;

b) responsabilizar-se em nome da Coordenação Administrativa pela guarda de valores e documentos da Associação;

c) requisitar e assinar cheques em conjunto com o Coordenador Geral;

d) propor orçamento anual, de acordo com as prioridades definidas no plano de trabalho, a ser apreciado pela Assembleia Geral;

e) propor readequação do orçamento anual, à Coordenação Administrativa, sempre que necessário;

f) elaborar orçamentos parciais e específicos quando solicitados pela Coordenação Administrativa ou pela Assembleia Geral;

g) apresentar balancetes mensais à Coordenação Administrativa, caso necessário.

Art.36 - Compete ao Coordenador Técnico:

a) executar as decisões tomadas pela Assembleia Geral e pela Coordenação Administrativa;

b) participar do desenvolvimento de programas de pesquisa, de assistência técnica e de formação dos agricultores associados em agroturismo, bem como de outros programas específicos, segundo o plano de trabalho da Associação;

c) elaborar manuais de orientação técnica segundo os princípios e práticas do agroturismo, de forma a facilitar a formação dos associados;

d) elaborar relatórios sobre as atividades da Coordenação Técnica;

e) emitir pareceres sobre questões técnicas relativas ao agroturismo;

f) manter organizada a documentação/registros gerada no desenvolvimento de suas funções.

Art. 37 - Compete aos subcoordenadores e ao subsecretário geral, assumir a função dos respectivos titulares no afastamento ou ausência destes.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Art. 38 - O Conselho Fiscal será formado por, no mínimo, três membros efetivos e três suplentes, por um mandato de dois anos, reunindo-se anualmente ou quando necessário.

Art. 39 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar todas as atividades financeiras da Associação e atos praticados pela coordenação administrativa;
- b) aprovar ou não o balanço dos exercícios;
- c) emitir parecer sobre o balanço e relatório anual.

Capítulo 6º - Da Dissolução, Capital Remanescente, das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40 - O exercício financeiro se iniciará no dia 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Art. 41 - A Associação só poderá ser dissolvida por vontade manifestada em Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para tal fim, de no mínimo 75% dos sócios.

Art. 42 - Em caso de dissolução, atendidos os encargos e responsabilidades já assumidos e respeitadas as cláusulas específicas de convênios, acordos e contratos em vigor, os bens remanescentes serão destinados a entidade congênere, legalmente constituída, a ser definida pela Assembleia Geral.

Art. 43 - É vedado aos membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal o vínculo empregatício com a Associação.

Art. 44 - Anualmente no mês de agosto de cada ano a Assembleia Geral definirá o plano de trabalho da Associação.

Art. 45 - O Regimento Interno será aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - As alterações no Regimento Interno serão aprovadas por maioria simples dos associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 46 - Os casos omissos serão tratados pela Assembleia Geral.

Santa Rosa de Lima, 18 de junho de 1999.

ANEXO 2



acolhida na colônia

CADERNO DE NORMAS (V.08)

ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM NA COLÔNIA

VENDA DE PRODUTOS DA COLÔNIA

ATIVIDADES DE LAZER NA COLÔNIA



Acolhida na Colônia
Rua Germano Hermesmeier 164
88763-000 Santa Rosa de Lima Santa Catarina
(55) 48-36540186 www.acolhida.com.br



I. O PROJETO ACOLHIDA NA COLÔNIA

A crise econômica nos anos 80, agravada por um sistema concentrador das atividades agrícolas, empurrou inúmeras famílias da região das Encostas da Serra Geral Catarinense para a busca de oportunidades nos centros urbanos. Muitas propriedades agrícolas familiares desapareceram, incorporadas por empreendimentos maiores dedicados, sobretudo, ao reflorestamento. Várias famílias encontraram novo trabalho, mas perderam parte de suas raízes, outras não tiveram a mesma sorte: perderam suas raízes e não encontraram novas oportunidades.

O projeto Acolhida na Colônia nasceu na esteira do movimento coordenado pela AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, fruto da resistência dos agricultores familiares que desejavam permanecer em suas terras, apoiados por um grupo de técnicos comprometidos com um desenvolvimento sustentável, respeitoso do meio ambiente, dos homens, das mulheres e das crianças. Nesse processo foi e tem sido importante a parceria com a associação *Accueil Paysan*, da França.

Dez anos passados, muito esforço, raros pequenos fracassos, grandes vitórias, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia representa de forma concreta a possibilidade para esses agricultores familiares de reencontrar sua dignidade e seus valores de solidariedade, justiça e liberdade.

Este Caderno de Normas inspira-se nos valores da agricultura familiar: “saber fazer, saber viver e conviver, respeitar o meio ambiente” e nos valores de educação que permitem a cada um encontrar seu lugar como cidadãos.

Foi elaborado para constituir a expressão desses valores e para consolidar o compromisso dos seus associados com os mesmos, com todos os habitantes da região e com todos aqueles que vem de muitas cidades e países para conhecer e conviver em momentos de lazer ou de trabalho.

II. APRESENTAÇÃO

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – AAAC tem por missão “promover a qualidade de vida das pessoas que buscam usufruir do agroturismo de qualidade e das pessoas que acolhem, favorecendo a interação do meio rural com o urbano e o desenvolvimento sustentável local e regional”²⁷

O agroturismo é aqui entendido como sendo: “Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por **agricultores familiares**²⁸ organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos.”²⁹

A AAAC estabelece ainda que entre os objetivos do desenvolvimento do agroturismo destacam-se:

- Agregar valor à atividade agrícola;
- Conscientizar o turista sobre o trabalho no campo e a preservação do meio ambiente;
- Permitir a troca de conhecimento e a aprendizagem de ambas as partes;

²⁷ Conclusões da reunião dos associados da AAAC realizada em Santa Rosa de Lima no dia 07 de outubro de 2005.

²⁸ Agricultores e/ou pescadores possuidores de uma DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf, conforme critérios seguintes:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes;

VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

²⁹ Conceito elaborado pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

- Promover o desenvolvimento da atividade através da participação e envolvimento da vizinhança, permitindo a continuidade da vida social dos agricultores na comunidade.

Este Caderno de Normas é um conjunto de regras elaboradas a partir do consenso dos associados, para proteger, orientar, padronizar e assegurar o exercício das atividades nas áreas de:

I – alimentação na colônia

II – hospedagem na colônia

III – venda de produtos da colônia

IV – atividades de lazer na colônia

O respeito e comprometimento dos associados da AAAC com o mesmo constituem uma garantia da qualidade dos serviços oferecidos e da segurança dos visitantes.

Ao mesmo tempo, contribui para a manutenção dos princípios éticos da entidade e com o fortalecimento de seu trabalho.

III. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO CADERNO DE NORMAS

A primeira versão do Caderno de Normas foi elaborada de forma participativa, a partir da realidade dos agricultores familiares e teve como base os cadernos franceses da Accueil Paysan.

Em sua segunda versão, o Caderno de Normas manteve os métodos empregados na elaboração da primeira versão do documento e promoveu, através de amplo debate, a atualização do mesmo.

Na versão atual, o Caderno de Normas foi objeto de uma nova revisão que contemplou as seguintes etapas:

- a- Revisão do texto por consultores contratados;
- b- Discussão e aprovação por grupos temáticos (associados e técnicos);
- c- Validação junto a estabelecimentos associados;
- d- Treinamento dos produtores e técnicos sobre as normas revisadas;
- e- Elaboração de cartilha ilustrada, em linguagem acessível, sobre as normas revisadas.

IV. PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DA LICENÇA DE USO DO SELO AAAC

Para obter a licença de uso do selo AAAC e oferecer um dos serviços que constam deste Caderno de Normas as seguintes etapas devem ser observadas:

1.A família interessada solicita à associação uma visita prévia de reconhecimento;

2.Com base nessa visita a associação avalia a possibilidade da família fazer parte do projeto;

3.Se confirmada a possibilidade, a associação realiza um Diagnóstico Participativo³⁰ da propriedade;

4.A família recebe o Caderno de Normas para análise e, havendo concordância com as regras, assina um Termo de Compromisso (Anexo 1), de respeito ao mesmo;

5.Após o Diagnóstico Participativo e assinatura do Termo de Compromisso, a família interessada deve, sendo o caso, fazer as melhorias necessárias em seu estabelecimento e, na sequência, solicitar a visita do Comitê de Verificação, responsável pela concessão da licença de uso do selo AAAC.

O Comitê de Verificação é formado por 3 (três) membros da AAAC, designados pela assembleia geral da mesma, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, sendo 1 (um) técnico e 2 (dois) agricultores.

Os membros do Comitê de Verificação deverão firmar termo de não existência de conflito de interesses em relação aos estabelecimentos a serem avaliados (anexo 2).

³⁰ Diagnóstico Participativo é uma reunião de trabalho que acontece em cada uma das propriedades que apresentam interesse em integrar a Acolhida na Colônia. A propriedade é visitada por um grupo de agricultores associados e técnicos da associação com o intuito de identificar os seus pontos fortes e pontos fracos, de modo a orientar o dono da mesma na implementação e desenvolvimento de atividades turísticas.

A **visita de verificação** ocorrerá em data previamente acordada entre o Comitê de Verificação e a família candidata.

Uma lista de verificação previamente preparada, com base neste caderno de normas, é aplicada pelo Comitê de Verificação, contemplando todos os critérios a serem avaliados. A cada critério não atendido corresponde uma não-conformidade **maior** ou **menor**.

Ao final, os membros do Comitê de Verificação e o agricultor proprietário do empreendimento assinam o documento de conclusão (relatório), com as eventuais não conformidades encontradas (desrespeito ao caderno de normas) e medidas corretivas correspondentes.

Alternativamente a AAAC poderá fazer apelo a um organismo de controle e certificação independente, legalmente estabelecido, para realizar o trabalho de verificação junto aos estabelecimentos associados.

Nesse caso um check-list de inspeção baseado no caderno de normas será aplicado pelo organismo chamado a fazer a auditoria. Ao final, a entidade responsável e o agricultor proprietário do empreendimento assinarão o documento de conclusão (relatório), com as eventuais não conformidades encontradas (desrespeito ao caderno de normas) e ações corretivas pertinentes.

V. PROCEDIMENTO PARA MANUTENÇÃO DA LICENÇA DE USO DO SELO AAAC

A manutenção da licença de uso do selo AAAC pelos empreendimentos associados é responsabilidade da direção da AAAC, consideradas as conclusões do Comitê de Verificação, constituído conforme item anterior.

As **visitas de manutenção** ocorrerão a cada 2 anos, no mínimo, em 100% dos estabelecimentos associados ou a qualquer momento em caso de necessidade (com ou sem aviso prévio).

Uma lista de verificação previamente preparada, com base neste caderno de normas, será aplicado pelo Comitê de Verificação, contemplando todos os critérios a serem avaliados. A cada critério não atendido corresponde uma não-conformidade **maior** ou **menor**.

Ao final, os membros do Comitê de Verificação e o agricultor proprietário do empreendimento assinarão o documento de conclusão (relatório), com as eventuais não conformidades encontradas (desrespeito ao caderno de normas) e medidas corretivas correspondentes.

Alternativamente a AAAC poderá fazer apelo a um organismo de controle e certificação independente, legalmente estabelecido, para realizar o trabalho de verificação junto aos estabelecimentos associados.

Nesse caso um check-list de inspeção baseado no caderno de normas será aplicado pelo organismo chamado a fazer a auditoria. Ao final, a entidade responsável e o agricultor proprietário do empreendimento assinarão o documento de conclusão (relatório), com as eventuais não conformidades encontradas (desrespeito ao caderno de normas) e ações corretivas pertinentes.

VI. TRATAMENTO DOS CASOS DE DESRESPEITO AO CADERNO DE NORMAS

O Caderno de Normas contém 28 critérios gerais e 143 critérios específicos para as diferentes atividades.

Alguns são classificados como *critérios essenciais* (marcados em cinza) e o não atendimento de qualquer um deles dará origem a uma **não conformidade maior**.

Os demais são classificados como **critérios não essenciais** e o não atendimento de qualquer um deles dará origem a uma **não conformidade menor**.

Não conformidades maiores impedem a concessão da licença de uso do selo da AAAC ou implicam na suspensão ou retirada da mesma se o empreendimento já possui uma licença, até que a divergência seja corrigida e uma nova solicitação seja feita.

Não conformidades menores dão origem a ações corretivas (de melhoria) que devem ser obrigatoriamente implementadas nos prazos estabelecidos pela associação, sem entretanto impedir o uso da logomarca AAAC.

Não conformidades menores não corrigidas (reincidência) darão origem a não conformidades maiores, implicando na negativa

ou suspensão da licença de uso do selo AAAC, até que sejam sanadas.

Para obter e manter a licença de uso da logomarca da AAAC o empreendimento associado deve assim cumprir com os seguintes requisitos, cumulativamente:

1. Atender 100 % dos critérios gerais e específicos **essenciais** (marcados em cinza) aplicáveis ao seu empreendimento e

2. Atender 100% dos critérios gerais e específicos **não essenciais** ou implementar as ações corretivas (de melhoria) nos prazos estabelecidos pela associação, visando aqueles critérios eventualmente não atendidos.

Com base no relatório da visita do Comitê de Verificação, a direção da associação decidirá pela concessão ou manutenção ou suspensão ou negativa da licença de uso do selo AAAC. Essa decisão será registrada em ata que será comunicada ao interessado (anexo 3).

Será assegurada ao associado, em todos os casos, a possibilidade de recurso contra a decisão tomada. Os recursos serão apreciados em instância única, por um Comitê de Recursos, especialmente constituído.

O Comitê de Recursos será formado por 3 (três) membros da AAAC, designados pela assembleia geral da mesma, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, sendo 1 (um) técnico e 2 (dois) agricultores.

No caso de realização do trabalho por um organismo de certificação independente, a diretoria da AAAC decidirá pela concessão e/ou manutenção e/ou suspensão e/ou retirada da licença de uso do selo com base no relatório de inspeção do mesmo, cabendo apelo ao Comitê de Recursos.

VII. CRITÉRIOS GERAIS

As propriedades associadas da AAAC que atuam no agroturismo atendem os seguintes critérios gerais:

R 01	As atividades são parte integrante da propriedade agrícola familiar e localizados dentro da mesma ou, caso das agroindústrias familiares associativas, numa das propriedades associadas ou em terreno comum.
R 02	Os acessos internos na propriedade estão em boas condições de uso para os visitantes, permitindo o trânsito com qualquer condição climática.
R 03	Área externa das instalações é organizada e livre de objetos em desuso (materiais imprestáveis).
R 04	A casa, os arredores, o local onde são preparados e oferecidos os serviços, a cozinha e os banheiros são limpos e funcionais.
R 05	Pisos, tetos e paredes divisórias estão em adequado estado de conservação (livre de trincas, rachaduras, infiltrações, goteiras, vazamentos, bolores, descascamentos e outros).
R 06	Banheiros de uso coletivo, para uso dos visitantes, têm lavatório e são supridos de produtos destinados à higiene pessoal tais como papel higiênico, sabonete líquido e toalhas de papel ou outro sistema higiênico e seguro para secagem das mãos.
R 07	Reservatórios de água são livres de rachaduras, vazamentos, infiltrações, descascamentos entre outros defeitos, em adequado estado de conservação e higiene e devidamente tampados.
R 08	Anualmente cada propriedade apresenta um laudo de análise da qualidade da água destinada ao consumo (análise de laboratório).
R 09	O uso da logomarca da AAAC observa os padrões fornecidos pela associação. Somente propriedades portadoras de uma licença da AAAC poderão utilizar sua logomarca em placas, documentos, material de propaganda, estar incluídas no site da AAAC ou outros.

R 10	Atividades em torno do trabalho realizado pelos agricultores, tais como o dia a dia no campo, o trato dos animais, os cultivos, dentre outras são propostas aos visitantes como parte integrante dos serviços de agroturismo.
R 11	O cultivo de sementes, plantas ou animais geneticamente modificados (OGM) nos estabelecimentos associados da AAAC é proibido.
R 12	Os cultivos e/ou criações na propriedade, cujos produtos destinam-se ao abastecimento das atividades de agroturismo (exemplo: restaurante na colônia) são orgânicos, isto é, conforme as regras determinadas pela Lei 10831/03 e documentos correlatos. No caso de produção própria insuficiente (quebra de safra, zona imprópria para a produção, dificuldades de mão de obra) a mesma deverá ser complementada por produtos orgânicos adquiridos de outras propriedades e/ou comprados nos mercados da região. No caso de indisponibilidade comprovada desses, poderá ser complementada com produtos convencionais próprios e/ou adquiridos de outras propriedades e/ou comprados nos mercados da região.
R 13	Lixeiras (de preferência artesanais) sinalizadas (lixo orgânico e material reciclável), protegidas com tampa, são colocadas a disposição dos visitantes.
R 14	O lixo doméstico é separado (orgânico e material reciclável), protegido para impedir o acesso de animais e armazenado em local isolado .
R 15	A queima de lixo reciclável e compostável é proibida e o mesmo deve ser encaminhado a locais de reciclagem.
R 16	O escoamento das águas servidas tem destino adequado e está em conformidade com as regras do órgão ambiental e sanitário.
R 17	A criação e trato de animais estão situados em áreas distantes dos espaços de vivência e de onde são servidas as refeições, o suficiente para evitar mau cheiro e moscas..
R 18	A presença de animais domésticos (gato e cachorro) é proibida nas áreas de serviços e preparo de alimentos e nas áreas de convivência internas.

R 19	A pintura de árvores e pedras é proibida.
R 20	Novas edificações ou reformas destinadas ao agroturismo têm o projeto básico aprovado pela equipe técnica da AAAC.
R 21	A utilização de telhas de cimento amianto em novas instalações de recepção dos visitantes é proibida. <i>Uma derrogação de até 5 (cinco) anos para as construções antigas a partir da homologação do presente caderno de normas poderá ser acordada para as propriedades participantes do projeto, mediante solicitação, para atender o presente critério.</i>
R 22	O regulamento interno de funcionamento dos serviços é fixado em local visível e de fácil acesso aos hóspedes.
R 23	Existe um espaço (cantinho da acolhida) com material informativo sobre outras propriedades e sobre o conjunto do projeto, fornecido pela associação ou de elaboração própria.
R 24	Equipamentos para recreação infantil são disponíveis nas propriedades cujas atividades prevêm o recebimento de crianças, sendo prevista a possibilidade de realização de brincadeiras infantis tradicionais da região. <i>Uma derrogação de até 2 (dois) anos a partir da homologação do presente caderno de normas poderá ser acordada as propriedades participantes do projeto, mediante solicitação, para atender o presente critério.</i>
R 25	Um kit de primeiros socorros com anti-séptico, gaze, esparadrapo, pinça, tesoura, é disponível nas unidades e locais de acolhida e prestação dos serviços.
R 26	Os preços dos serviços são estabelecidos a partir de planilhas com limites mínimo e máximo editadas periodicamente pela AAAC e são fixados em local visível no estabelecimento.
R 27	Os preços praticados são justos, tanto para quem oferece como para quem usufrui dos serviços. Os valores são negociados quando para grupos economicamente desfavorecidos.

R 28	<p>Uma anuidade é paga a AAAC pelas propriedades associadas além de uma contribuição calculada em função do tipo de serviço oferecido, para a manutenção e desenvolvimento da associação e do projeto.</p> <p><i>O não atendimento deste critério implicará em penalidades gradativas até a suspensão da licença de uso do selo da AAAC.</i></p> <p><i>Valor da contribuição, forma de pagamento e penalidades pelo descumprimento do presente critério constam de documento oficial da AAAC, parte integrante do presente caderno de normas, do qual deve ser dado conhecimento a todos os associados (pagamento de anuidade e contribuição).</i></p>
-------------	---

VIII. CRITÉRIOS PARA ALIMENTAÇÃO NA COLONIA

Os seguintes serviços de alimentação colonial são considerados:

MESA NA COLONIA: É um serviço que oferece almoço e jantar colonial na casa do agricultor. Os pratos são feitos e servidos pelos membros da família e compartilhados com os visitantes.

CAFÉ NA COLONIA: Oferece bebidas quentes (café, leite, chá, chocolate) e frias (sucos de frutas da estação), bem como uma variedade de pratos caseiros e coloniais (doces e salgados).

RESTAURANTE NA COLONIA: Este serviço diferencia-se da mesa colonial por ser situado fora da casa do agricultor. O restaurante colonial é autorizado a servir almoço e jantar colonial, sendo independente dos serviços de hospedagem colonial. Estes estabelecimentos servem uma variedade de pratos típicos locais e regionais, a partir dos costumes e das tradições locais.

As propriedades que atuam na área de alimentação colonial atendem os seguintes critérios específicos:

AC 01	A alimentação na colônia é preparada com os produtos orgânicos disponíveis na propriedade (produção própria). Se necessário deverá ser complementada por produtos orgânicos adquiridos de outras propriedades e/ou comprados nos mercados da região. No caso de indisponibilidade comprovada desses, poderá ser complementada com produtos convencionais próprios e/ou adquiridos de outras propriedades e/ou comprados nos mercados da região.
AC 02	As refeições valorizam o gosto, os aromas e os sabores locais, pela oferta de produtos e pratos típicos da região.
AC 03	São oferecidos sucos naturais, de preferência de frutas da região.
AC 04	Sucos artificiais são proibidos.
AC 05	Refrigerantes somente são oferecidos se solicitados expressamente pelos visitantes.
AC 06	As áreas onde são servidas as refeições são livres de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente (materiais imprestáveis) e sem a presença de animais.
AC 07	O controle de insetos e roedores nos locais de preparação e estocagem dos produtos é sistemático, de preferência através de meios físicos tais como: armadilhas luminosas, portas e janelas ajustadas aos batentes e providas de telas limpas (fixas ou móveis) para impedir o acesso de insetos e roedores.
AC 08	As telas de proteção são limpas sistematicamente e mantidas em boas condições de uso.
AC 09	Para limpeza e desinfecção dos locais é dada preferência a produtos de baixa toxicidade, registrados no Ministério da Saúde / Anvisa para uso domiciliar, aplicados de preferência na parte externa (bueiros, tocas, ralos...) e sempre evitando o contato direto com os alimentos.
AC 10	Quando realizado controle químico, os equipamentos e os utensílios, antes de serem reutilizados, são higienizados para a remoção dos resíduos de produtos desinfetantes mencionados no critério anterior.

AC 11	A água utilizada nas operações de limpeza de instalações e equipamentos e na preparação de alimentos tem sua potabilidade atestada anualmente mediante laudos laboratoriais.
AC 12	Instalações sanitárias têm apenas comunicação indireta com a área de preparação e armazenamento de alimentos.
AC 13	Existem recipientes para coleta de resíduos orgânicos, com tampas, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficiente para conter os resíduos.
AC 14	Resíduos são coletados e estocados em local fechado e isolado das áreas de preparação e armazenamento de alimentos e protegidos para impedir o acesso de animais.
AC 15	As instalações dispõem de conexões com fossa séptica ou outros sistemas alternativos de tratamento de águas servidas, com ralos sifonados e grelhas com dispositivo que permitem seu fechamento, caixas de gordura e de esgoto com dimensões compatíveis ao volume de resíduos, localizadas fora da área de preparação e armazenamento de alimentos, em adequado estado de conservação e funcionamento.
AC 16	Equipamentos que entram em contato com alimentos são de materiais que não transmitam substâncias tóxicas, odores, nem sabores, são mantidos em adequado estado de conservação, resistentes à corrosão e a repetidas operações de limpeza e desinfecção, têm superfícies lisas, laváveis e isentas de rugosidades, frestas e outras imperfeições que possam comprometer a higienização e serem fontes de contaminação dos alimentos.
AC 17	Equipamentos, móveis e utensílios são higienizados com frequência adequada, utilizando-se de preferência produtos sanitizantes de baixo impacto ambiental, registrados no Ministério da Saúde/Anvisa para uso domiciliar.
AC 18	Manipuladores lavam cuidadosamente as mãos antes e após a manipulação de alimentos, principalmente após tocar materiais contaminados, depois do uso de sanitários e sempre que se fizer necessário.

AC 19	Além das mãos limpas as pessoas que manipulam e preparam os alimentos mantêm as unhas curtas, sem esmalte ou base, sem adornos (anéis, pulseiras, brincos, etc.), cabelos presos e protegidos por redes, toucas e usam avental de cor clara.
AC 20	Manipuladores evitam fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar os alimentos, durante a manipulação e preparação dos mesmos.
AC 21	Pessoas que manipulam e preparam os alimentos são livres de lesões e ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos mesmos.
AC 22	São mantidos e estão disponíveis os registros de controle da saúde dos manipuladores (atestado ou de saúde).
AC 23	Os alimentos são armazenados sobre prateleiras de material liso, atóxico, adequadamente acondicionados, protegidos de insetos e roedores e dentro do prazo de validade, respeitando-se o espaçamento mínimo necessário para garantir adequada ventilação, limpeza e, quando for o caso, desinfecção do local.
AC 24	Temperatura das matérias-primas e dos ingredientes dos produtos que necessitem de condições especiais de conservação é verificada nas etapas de recepção e armazenamento.
AC 25	Produtos perecíveis ficam expostos à temperatura ambiente somente pelo tempo mínimo necessário para a preparação do alimento.
AC 26	Após a abertura ou retirada da embalagem original as matérias-primas e os ingredientes que não forem utilizados em sua totalidade, são adequadamente acondicionados.
AC 27	O óleo e a gordura utilizados na fritura são substituídos imediatamente sempre que houver alteração evidente das características físico-químicas ou sensoriais, tais como aroma, sabor e formação intensa de espuma e fumaça.

AC 28	O descongelamento, quando necessário, é realizado em condições refrigeradas à temperatura inferior a 5°C ou em forno de microondas quando o alimento for submetido imediatamente à cocção.
AC 29	Alimentos não utilizados imediatamente após descongelamento são mantidos sob refrigeração e não são re-congelados.
AC 30	Alimentos conservados sob refrigeração são mantidos em temperaturas inferiores a 5°C e, quando congelados, em temperatura igual ou inferior a -18°C .
AC 31	O tempo de exposição de alimentos mantidos quentes (temperaturas superiores a 60°C) é de, no máximo, 6 (seis) horas.
AC 32	O prazo para consumo do alimento preparado e conservado sob refrigeração é de, no máximo, 5 (cinco) dias.
AC 33	Alimentos consumidos crus são submetidos a processo de higienização a fim de reduzir a contaminação superficial. Produtos utilizados na higienização dos alimentos, quando for o caso, são registrados no órgão competente do Ministério da Saúde/Anvisa e, preferencialmente, aqueles de baixo impacto ambiental.
AC 34	O refeitório é mantido organizado e em adequadas condições higiênico-sanitárias, inclusive os banheiros (masculino e feminino), os quais não têm ligação direta com o refeitório.
AC 35	Equipamentos, móveis (de preferência em estilo “rústico”) e utensílios disponíveis no refeitório são compatíveis com as atividades, em número suficiente e em adequado estado de conservação.
AC 36	Utensílios utilizados no refeitório, tais como pratos, copos, talheres, são devidamente higienizados e armazenados em local protegido.
AC 37	. A utilização de pratos, copos e talheres descartáveis bem como de toalhas de plástico é proibida.
AC 38	O uso de louça de acrílico é desaconselhável, dando-se preferência à louça de porcelana simples ou cerâmica.

	<i>Uma derrogação de até 2 (dois) anos a partir da homologação do presente caderno de normas poderá ser acordada as propriedades participantes do projeto, mediante solicitação, para atender o presente critério .</i>
AC 39	Uma pessoa do núcleo familiar fica disponível para o diálogo e trocas de experiência com os visitantes. No caso do da Mesa na Colônia e do Café na Colônia a família compartilha as refeições com os visitantes.

IX. CRITÉRIOS PARA HOSPEDAGEM NA COLONIA

Os seguintes serviços de hospedagem na colônia são considerados:

QUARTO NA COLONIA: Caracteriza-se pela sua localização dentro da residência principal da família. Os quartos em geral tem um caráter harmonioso, pessoal e local. Deste serviço faz parte o café da manhã servido na mesa na colônia, incluindo especialidades caseiras e locais (devem seguir as mesmas regras da alimentação na colônia).

Os quartos na colônia atendem os seguintes critérios específicos:

QC 01	A decoração dos quartos destaca a cultura local.
QC 02	Quando necessário os quartos possuem proteção contra insetos: janelas possuem telas ou, se solicitados pelo hóspede, repelentes elétricos.
QC 03	Os quartos possuem cortinas para proteção do vento, do sol e do frio, com a função também de criar intimidade e embelezamento do ambiente.

QC 04	Os quartos são equipados com camas e colchão confortáveis (D 38 mínimo) e mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes.
QC 05	Existem tapetes ao lado da cama (um para cama de solteiro, dois para cama de casal).
QC 06	Lâmpadas de leitura (cabeceira) são disponíveis para os hóspedes.
QC 07	As camas são equipadas de capa de colchão, lençol, sobre-lençol, cobertores, travesseiros altos e baixos (conforme solicitação dos hóspedes) e fronhas, em tecidos de cor clara, macios e confortáveis.
QC 08	Cada hóspede dispõe, no quarto, de uma toalha de banho, uma toalha de rosto, em tecido macio e absorvente e um sabonete individual (novo). Uma reserva de toalhas de banho é prevista.
QC 09	Kit contendo escova e pasta de dentes e shampoo para cabelos normais está disponível para venda aos hóspedes que necessitarem desses produtos de higiene pessoal.
QC 10	As roupas de cama são trocadas com a saída dos hóspedes. Caso se trate de uma estadia longa, a troca é feita no mínimo a cada 3 dias, ou sempre que solicitado.
QC 11	Existe no mínimo 1 (um) banheiro para cada 5 (cinco) pessoas, de uso exclusivo dos hóspedes, equipado com papel higiênico (incluso reserva) espelho e, no mínimo, uma tomada elétrica com indicação da voltagem local (120 V, 220 V).
QC 12	O local do chuveiro possui box ou cortina (limpada periodicamente) e tapete antiderrapante na saída.

QC 13	No chuveiro e nas instalações elétricas são observadas as normas de segurança e proteção (sem fios aparentes no caso de chuveiros elétricos).
QC 14	A potencia do chuveiro permite aquecimento da água em nível adequado especialmente no período de inverno, critério válido também para outras formas de aquecimento da água que não a eletricidade (serpentina, gás...).
QC 15	A limpeza dos banheiros é realizada uma vez por dia, se solicitado.
QC 16	Uma sala comum está disponível, contendo livros, revistas e jogos (baralho, dominó, jogos locais, etc), para lazer dos visitantes.

POUSADA NA COLONIA: Caracteriza-se pela sua localização próxima da residência familiar (dentro da propriedade agrícola). Pode apresentar-se em forma de chalé, casa, estufa restaurada, entre outras. A construção e/ou restauração dessas pousadas é concebida em harmonia com a história, cultura, arquitetura e paisagem local.

As pousadas na colônia atendem os seguintes critérios específicos:

PC 01	A decoração dos quartos destaca a cultura local.
PC 02	Quando necessário, os quartos possuem proteção contra insetos: janelas possuem telas ou, se solicitados pelo hóspede, repelentes elétricos são colocados a disposição.
PC 03	Os quartos possuem cortinas para proteção do vento, do sol e do frio, com a função também de criar intimidade e embelezamento do ambiente.

PC 04	Os quartos são equipados com camas e colchão confortáveis (D38 mínimo) e mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes.
PC 05	Existem tapetes ao lado da cama (um para cama de solteiro, dois para cama de casal).
PC 06	Existem lâmpadas de leitura (cabeceira) para os hóspedes que assim o desejarem.
PC 07	As camas são equipadas de lençol, sobre lençol, cobertores, travesseiros altos e baixos (conforme solicitação dos hóspedes) e fronhas, em tecidos de cor clara, macios e confortáveis.
PC 08	Cada hóspede dispõe, no banheiro, de uma toalha de banho, uma toalha de rosto, em tecido macio e absorvente e um sabonete individual (novo). Uma reserva de toalhas de banho é prevista.
PC 09	Kit contendo escova e pasta de dentes e shampoo para cabelos normais está disponível para venda aos hóspedes que necessitarem desses produtos de higiene pessoal.
PC 10	As roupas de cama são trocadas com a saída dos hóspedes. Caso se trate de uma estadia longa, a troca é feita no mínimo a cada 3 dias, ou sempre que necessário.
PC 11	Existe no mínimo 1 (um) banheiro para cada 5 (cinco) pessoas, de uso exclusivo dos hóspedes, equipado com papel higiênico (inclusive reserva), espelho e, no mínimo, uma tomada elétrica com indicação da voltagem local (120 V, 220 V).
PC 12	O local do chuveiro possui box ou cortina (limpada periodicamente) e tapete anti-derrapante na saída.
PC 13	No chuveiro e nas instalações elétricas são observadas as normas de segurança e proteção (sem fios aparentes no caso de chuveiros elétricos).
PC 14	A potência do chuveiro permite aquecimento da água em nível adequado especialmente no período de inverno, critério válido também para outras formas de aquecimento da água que não a eletricidade (serpentina, gás...).

PC 15	A limpeza dos banheiros é realizada, no mínimo, uma vez por dia se solicitado.
PC 16	A sala de estar das pousadas é equipada com mesa, cadeiras, sofá e jogos, sem sobrecarregar os espaços.
PC 17	A cozinha, para uso dos hóspedes é equipada, no mínimo, com: fogão/forno, geladeira, utensílios de cozinha, mesas, cadeiras e serviço de mesa (prato, talheres, copos, etc), compatível com a capacidade do local.
PC 18	Uma reserva de produtos básicos para cozinha (sal, açúcar, óleo, vinagre e produtos de limpeza) é disponível para o caso de necessidade dos hóspedes.

CAMPING NA COLONIA: Consiste em um local destinado à recepção de barracas e caravanas. Localiza-se dentro da propriedade agrícola, em uma área protegida de potenciais perigos naturais (enchentes, desmoronamento, entre outros).

O camping na colônia atende os seguintes critérios específicos:

CP 01	Os locais para instalação das barracas são demarcados e sinalizados.
CP 02	Os locais de instalação das barracas dispõem de um ponto de tomada de energia devidamente isolado e com utilização de cabos e fios compatíveis com segurança do local.
CP 03	O local tem áreas com árvores para sombreamento.
CP 04	O local dispõe de banheiros feminino e masculino equipados com sabonete líquido, papel higiênico (e reserva de papel), espelho e, no mínimo, uma tomada elétrica com indicação da voltagem local (120 V, 220 V) para uso dos visitantes.

CP 05	Kit contendo escova e pasta de dentes e shampoo para cabelos normais está disponível para venda aos hóspedes que necessitarem desses produtos de higiene pessoal.
CP 06	O local do chuveiro possui box ou cortina (limpada periodicamente) e tapete anti-derrapante na saída.
CP 07	No chuveiro e nas instalações elétricas são observadas as normas de segurança e proteção (sem fios aparentes no caso de chuveiros elétricos).
CP 08	A potencia do chuveiro permite aquecimento da água em nível adequado especialmente no período de inverno, critério válido também para outras formas de aquecimento da água que não a eletricidade (serpentina, gás...).
CP 09	Chuveiros e demais áreas do camping são limpados diariamente.
CP 10	Uma churrasqueira coletiva, em área coberta, para uso dos hóspedes é disponível, em tamanho compatível com a capacidade do local
CP 11	Uma área coletiva, coberta, equipada com pias para lavar louça, é disponível, em tamanho compatível com a capacidade do local.
CP 12	Uma área coletiva, coberta, equipada com tanques para lavar roupas, é disponível, em tamanho compatível com a capacidade do local.
CP 13	Uma área coletiva de jogos e brinquedos para crianças, coberta e cercada, é disponível, em tamanho compatível com a capacidade do local.
CP 14	Um membro da família fica disponível (pode ser chamado a qualquer momento) para atuar como vigia do camping.

IX. CRITÉRIOS PARA VENDA DE PRODUTOS DA COLÔNIA

A venda direta de produtos da colônia pode ser realizada por qualquer associado da AAAC. A exposição, venda e degustação dos produtos da colônia faz parte da acolhida.

Entende-se aqui por produto da colônia todo o produto orgânico, in natura ou processado provindo da própria propriedade rural associada e/ou de outras propriedades associadas da AAAC, comercializado exclusivamente a consumidor final.

Somente são comercializados produtos da colônia que atendem os seguintes critérios específicos:

VE 01	Os produtos vendidos são produzidos pelos próprios agricultores, por vizinhos ou por outros agricultores associados ou parceiros.
VE 02	Os visitantes recebem explicações dos proprietários sobre os produtos comercializados: origem, forma de obtenção, caráter familiar, etc...
VE 03	Os visitantes são convidados a conhecer, sempre que possível, os locais de produção dos produtos oferecidos à comercialização (hortas, pomares, lavouras, criações, agroindústrias familiares) e a degustar os mesmos.
VE 04	Na degustação as pessoas que manipulam os produtos utilizam proteção para os cabelos, avental de cor clara, não portam anéis e pulseiras, as unhas são mantidas curtas, limpas e sem esmalte.
VE 05	Na degustação são utilizados utensílios (pratos, talheres, copos...) individuais para cada pessoa convidada, sendo proibidos utensílios de plástico e/ou acrílico. <i>Uma derrogação de até 2 (dois) anos a partir da homologação do presente caderno de normas poderá ser acordada as propriedades participantes do projeto, mediante solicitação, para atender o presente critério .</i>

VE 06	O rótulo dos produtos inclui, as menções legais determinadas pelo Código de Defesa do Consumidor e/ou as menções definidas pela Lei 10831/03 e, além disso, quando proveniente de propriedade associada, a logomarca da AAAC..
VE 07	São utilizadas, de preferência, embalagens produzidas com materiais biodegradáveis e/ou recicláveis.
VE 08	Os produtos são armazenados em local abrigado de sol, poeira e contaminantes diversos, adequadamente acondicionados, protegidos de insetos e roedores e dentro do prazo de validade.
VE 09	O controle de insetos e roedores nos locais de estocagem dos produtos é sistemático, de preferência através de meios físicos tais como: armadilhas luminosas, portas e janelas ajustadas aos batentes e teladas para impedir o acesso desses animais.
VE 10	As telas de proteção são limpadas sistematicamente e mantidas em boas condições de uso.
VE 11	Para limpeza e desinfecção dos locais de armazenagem é dada preferência a produtos de baixa toxicidade, registrados no Ministério da Saúde / Anvisa para uso domiciliar,, aplicados de preferência na parte externa (bueiros, tocas, ralos...) e sempre evitando o contato direto com os alimentos.
VE 12	Uma tabela com os preços dos produtos à venda é fixada em local visível para conhecimento dos visitantes.

X. CRITÉRIOS PARA ATIVIDADES DE LAZER NA COLONIA

Os espaços de lazer são complementares aos serviços de agroturismo, não se caracterizam como turismo de aventura, são realizados sob responsabilidade dos visitantes, que assinam o termo de Conhecimento e Responsabilidade sobre a atividade respectiva. Propriedades associadas da Acolhida que desejam oferecer apenas serviços de turismo de aventura devem adequar-se as normas da

Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Normas ABNT-Manual de Boas Práticas Abeta-Mtur)

As atividades de lazer na colônia atendem os seguintes critérios específicos:

TRILHA ECOLÓGICA : Caracteriza-se por atividade que tem como elemento principal a caminhada.

A trilha ecológica atende os seguintes critérios específicos:

TE 01	Um condutor, membro da família, prepara e acompanha o grupo. Para cada grupo de 10 pessoas é necessário 01 condutor.
TE 02	O condutor conhece perfeitamente os caminhos à serem percorridos, o grau de dificuldades, os pontos especiais, os locais de risco.
TE 03	O visitante é previamente informado do grau de dificuldade, distância, tipo de terreno e duração do passeio bem como sobre eventuais riscos potenciais.
TE 04	As trilhas têm sinalização informativa e preventiva (pontos e locais especiais, locais de risco,etc...) conforme orientação técnica.
TE 05	Os visitantes são orientados sobre o uso de roupas e calçados adequados em função do terreno e do clima, protetor solar, repelente, boné ou chapéu.
TE 06	Garrafas de água potável para o passeio e embalagem para coletar eventual lixo produzido são colocadas à disposição dos participantes do passeio.
TE 07	O condutor está preparado para responder eventuais perguntas sobre as atividades e o ambiente local (animais, plantas, costumes).
TE 08	O condutor orienta o grupo para não retirar mudas, flores, plantas, nem maltratar os animais encontrados no percurso.
TE 09	O condutor goza de boa saúde e tem capacidade para, se necessário, prestar ajuda a um visitante em dificuldades.
TE 10	O condutor leva consigo um kit de primeiros socorros com anti-séptico, gaze, esparadrapo, pinça, tesoura.

TE 11	O condutor leva consigo um apito, para sinalização caso alguém do grupo se perca, além de um canivete, lanterna, manta, corda, acondicionados em mochila apropriada.
TE 12	Um termo de conhecimento e responsabilidade sobre os riscos potenciais do passeio é assinado pelos visitantes, por si e por menores sob sua guarda. (anexo 4)

BANHO DE RIO: Caracteriza-se pelo uso de rios, cachoeiras e açudes para banho. O banho de rio atende os seguintes critérios específicos:

BR 01	Os locais de banho são rigorosamente selecionados tendo em conta o fator segurança dos banhistas (águas turbulentas, muito profundas, com leito acidentado e sujeitas a mudanças rápidas da vazão são terminantemente evitadas)
BR 02	Um condutor, membro da família, prepara e acompanha o grupo. Para cada grupo de 05 crianças e/ou 10 adultos é necessário 01 condutor.
BR 03	O condutor sabe nadar e conhece perfeitamente os locais de banho e eventuais riscos., goza de boa saúde e tem capacidade para, se necessário, prestar ajuda a um banhista em dificuldades.
BR 04	Os banhistas são informados da profundidade, correnteza, tipo de terreno do fundo do rio, existência de pedras submersas, precauções a tomar, proibições em função da segurança.
BR 05	Os locais de banho têm sinalização informativa e preventiva (pontos e locais especiais, profundidade, locais de risco, condições do leito do rio, correntezas, etc).
BE 06	Bóias de braço e/ou coletes salva-vida, quando a profundidade do local ultrapassa a altura da cintura do banhista, são de uso obrigatório e fornecidos pelo proprietário.

BR 07	Os banhistas são orientados sobre o uso de calçados e roupas adequadas assim como para portar toalha, bonés ou chapéus.
BR 08	Para proteção do ambiente, o uso de protetor solar e repelente é proibido imediatamente antes do banho de rio (mínimo 20 minutos antes)
BR 09	O banho de rio é oferecido apenas durante o dia e, no mínimo, 2 horas após as refeições e/ou ingestão de bebidas alcoólicas
BR 10	Garrafas de água potável e embalagem para coletar eventual lixo produzido são colocadas a disposição dos banhistas.
BR 11	O condutor leva consigo um kit de primeiros socorros com antisséptico, gaze, esparadrapo, pinça, tesoura.
BR 12	Um termo de conhecimento e responsabilidade sobre os riscos potenciais do banho de rio é assinado pelos banhistas, por si e por menores sob sua guarda.(anexo 4)

PESCARIA: Caracteriza-se pela prática da pesca responsável (respeito as estações de pesca, devolução de peixes pequenos em crescimento....) A pesca esportiva atende os seguintes critérios:

PE 01	O acesso de crianças desacompanhadas dos responsáveis aos locais de pesca é proibido.
PE 02	Os pescadores são informados da profundidade, proibições em função da segurança, riscos potenciais, locais escorregadios e precauções a tomar.
PE 03	Os locais de pesca têm sinalização informativa e preventiva (locais de risco, profundidade, etc)
PE 04	Os pescadores são orientados sobre o uso de calçados e roupas adequadas, assim como para portar protetor solar e repelente, bonés ou chapéus.
PE 05	Os pescadores são informados sobre os tipos de peixes que ocorrem no local, tipo de isca a utilizar, assim como sobre o manuseio do anzol para evitar acidentes..
PE 06	O agricultor coloca o material de pesca (varas, anzóis, iscas...) a disposição dos participantes da pescaria.

PE 07	Garrafas de água potável e embalagem para coletar eventual lixo produzido são colocadas a disposição dos pescadores.
PE 08	Um kit de primeiros socorros com anti-séptico, gaze, esparadrapo, pinça, tesoura está disponível para caso de eventual acidente.
PE 09	Estrutura física que gere conforto aos pescadores em torno das lagoas e açudes (bancos, lixeiras, arborização p/ sombras, etc.é disponível.
PE 10	Um termo de conhecimento e responsabilidade sobre os riscos potenciais da pescaria é assinado pelos visitantes, por si e por menores sob sua guarda. (anexo 4)

PASSEIO A CAVALO: Atividade em ambientes naturais praticada com cavalos, dentro ou fora da propriedade agrícola, associando o prazer de cavalgar com a apreciação do meio ambiente.

O passeio a cavalo atende os seguintes critérios:

CA 01	Um condutor, membro da família, prepara e acompanha o grupo, É necessário um condutor para cada 05 pessoas.Especial atenção é dada a crianças.
CA 02	O condutor sabe cavalgar e conhece perfeitamente os locais de cavalgada, os animais utilizados, eventuais riscos, goza de boa saúde e tem capacidade para, se necessário, prestar ajuda a um cavaleiro em dificuldades.
CA 03	O visitante é previamente informado sobre como manejar os animais, distância que será percorrida, tipo de terreno e duração da passeio, bem como sobre eventuais medidas em caso de incidentes, como por exemplo um animal assustar-se por qualquer motivo.
CA 04	São utilizados na atividade animais mansos e experimentados, destinando os animais mais dóceis aos cavaleiros menos experientes e as crianças.
CA 05	O condutor sela os cavalos explicando aos visitantes como isto é feito, etapa por etapa.
CA 06	O condutor deve orientar os visitantes sobre como guiar o cavalo sem maltratar o animal.

CA 07	Os cavaleiros são orientados sobre: uso de roupas e calçados adequados, uso de protetor solar e repelente, bonés ou chapéus.
CA 08	Garrafas de água potável e embalagem para coletar eventual lixo produzido são colocadas a disposição dos cavaleiros.
CA 09	O condutor leva consigo um kit de primeiros socorros com anti-séptico, gaze, esparadrapo, pinça e tesoura
CA 10	Um termo de conhecimento e responsabilidade sobre os riscos potenciais da cavalgada é assinado pelos visitantes, por si e por menores sob sua guarda. (anexo 4)

**TERMO DE COMPROMISSO DE RESPEITO AO CADERNO DE
NORMAS DA AAAC**

Eu-----

----- declaro ter tomado conhecimento do presente caderno de normas e estar de acordo com o seu conteúdo. Comprometo-me portanto a observar todos os critérios que dizem respeito a minha propriedade e a minha atividade de agroturismo e a aceitar as visitas de verificação bem como a realizar as ações necessárias para corrigir eventuais não conformidades encontradas durante as mesmas.

Declaro também estar ciente que o não atendimento desses critérios pode resultar em negativa, suspensão ou retirada da licença de uso da logomarca AAAC em meu empreendimento.

Município de _____, dia _____ de _____ de _____

Assinatura:

Nome:

Endereço: _____

Tel:

Bairro: _____

TERMO DE NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSE

Membro do Comitê de Verificação (nome):

Data:

Existe de sua parte um potencial conflito de interesses com algum empreendimento associado da AAAC que poderia por em risco a credibilidade da visita de verificação (por exemplo: laços familiares, desavenças passadas ou presentes, episódios de concorrência)?

Sim ()

Não ()

Se positivo (sim), por favor listar abaixo as propriedades com as quais poderia haver um conflito de interesses:

.....
.....
.....
.....

Qualquer alteração nesta declaração deve ser comunicada à AAAC durante o ano.

Assinatura

ATA DE DECISÃO DA DIREÇÃO DA AAAC SOBRE LICENÇA DE USO DA MARCA

Esta decisão é tomada com base no relatório do Comitê de Verificação e informações complementares disponíveis sobre o empreendimento visitado. Em caso de não concordância o agricultor associado tem direito de recorrer desta decisão ao Comitê de Recursos da AAAC.

Nome do agricultor visitado		
Nome do empreendimento verificado		
Tipo de empreendimento³¹		
Data da visita de verificação		
Não conformidades encontradas	Medidas corretivas necessárias	Prazo
Conclusões da Direção da AAAC		
<input type="checkbox"/> Concessão da licença de uso do selo AAAC	Justificativa: <input type="checkbox"/> <i>Inexistência de não- conformidades</i> <input type="checkbox"/> <i>_____ não conformidades menores foram encontradas</i> <p style="text-align: center; color: red;"><i>O agricultor deverá corrigir essas não-conformidades nos prazos estabelecidos pelo Comitê de Verificação.</i></p>	

³¹ MESA NA COLONIA, CAFÉ NA COLONIA, RESTAURANTE NA COLONIA, QUARTO NA COLONIA, POUSSADA NA COLONIA, CAMPING NA COLONIA, VENDA DE PRODUTOS DA COLONIA, TRILHA ECOLÓGICA, BANHO DE RIO, PESCARIA, PASSEIO A CAVALO.

() Negativa da licença de uso do selo AAAC	Justificativa: () <i>Inexistência de não- conformidades</i> () ____ <i> não conformidades menores foram encontradas</i> <i>O agricultor deverá corrigir essas não-conformidades nos prazos estabelecidos pelo Comitê de Verificação.</i>	
() Manutenção da licença de uso do selo AAAC	Justificativa: () <i>Inexistência de não- conformidades</i> () ____ <i> não conformidades menores foram encontradas</i> <i>O agricultor deverá corrigir essas não-conformidades nos prazos estabelecidos pelo Comitê de Verificação.</i>	
() Suspensão da licença de uso do selo AAAC	Justificativa: () <i> Existência de ____ não-conformidades maiores.</i> <i>O agricultor deverá fazer nova solicitação após corrigir essas não conformidades.</i>	
() Retirada da licença de uso do selo AAAC	Justificativa: () <i> Existência de ____ não-conformidades maiores.</i> <i>O agricultor deverá fazer nova solicitação após corrigir essas não conformidades.</i>	
Assinatura	Assinatura	Assinatura

TERMO DE CONHECIMENTO DE RISCO
ATIVIDADE DE LAZER COLONIAL PROPOSTA

PASSEIO ECOLÓGICO () BANHO DE RIO () PESCARIA ()
PASSEIO A CAVALO ()

Eu-----
 ----- declaro ter tomado conhecimento das orientações e regras de segurança e potenciais riscos relacionadas com a atividade de lazer mencionada acima (marcada com um X).

Comprometo-me portanto a observar todas essas orientações e assumir integralmente, por mim e por meus familiares e acompanhantes, os riscos inerentes a essa atividade que desejo realizar na propriedade do Sr-----

 associada da .AAAC.

Declaro também estar ciente que eventuais contratemplos ou acidentes decorrentes da atividade são de minha inteira responsabilidade pelo que o proprietário associado da AAAC fica desde já isento.

Município de _____, dia _____ de _____ de _____

Assinatura:

Nome: _____

Endereço: _____

RG:: _____